



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

UNIVERSITÉ SORBONNE - PARIS CITÉ

UNIVERSITÉ PARIS DIDEROT



PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

CENTRE DE RECHERCHES PSYCHANALYSE, MÉDECINE ET SOCIÉTÉ

DOCTORAT EN PSYCHANALYSE ET PSYCHOPATHOLOGIE

PAULA CRISTINA MONTEIRO DE BARROS

“Eu vinha rodando pela rua”:

Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?

RECIFE

2015

PAULA CRISTINA MONTEIRO DE BARROS

“Eu vinha rodando pela rua”:

Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco em cotutela com a *Université Paris Diderot* - Paris VII, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadores: Nanette Zmeri Frej (*in memoriam*)

Maria de Fátima Vilar de Melo

Christian Hoffmann

RECIFE

2015

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

PAULA CRISTINA MONTEIRO DE BARROS

“Eu vinha rodando pela rua”:

Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. ANGELA MARIA RESENDE VORCARO – Examinador Externo

Prof. Dr. OLIVIER DOUVILLE – Examinador Externo

Profa. Dra. EDILENE FREIRE DE QUEIROZ – Examinador Interno

Profa. Dra. GLÓRIA MARIA MONTEIRO CARVALHO – Examinador Interno

Profa. Dra. MARIA DE FÁTIMA VILAR DE MELO – Orientadora

Prof. Dr. CHRISTIAN HOFFMANN – Orientador

RECIFE

2015

Dedico minha escrita a duas mulheres guerreiras, referências de vida e de trabalho, que, apesar de não testemunharem a concretização desta tese, deixaram comigo a força para seguir adiante. A você, Nanette, minha gratidão pela sua aposta, carinho e incentivo; a você, querida vovó Miriam, pela herança de muita garra e lembranças de afeto.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença em minha vida, pela proteção e encorajamento em todos os desafios, percalços e conquistas.

A meus pais, referências de afeto, garra, simplicidade e sabedoria; lastros de sustentação em minha vida; com vocês, papai e mamãe, compartilho todos os méritos desta conquista.

A Nanette Frej, pela sutileza de sua clínica, pela sua presença, amizade e aposta em meu trabalho. O eco de seus incansáveis “vá em frente!” e “a gente vai responder com o trabalho” me ajudaram a seguir sem você na construção desta tese.

A Fátima Vilar, pela atenção, suporte, precisão teórica, inquietação e leitura crítica com a realidade dos “meninos de rua”. Agradeço também pelas discussões frutíferas, “brigas boas” e “empurrões” que me permitiram avançar na construção deste texto.

A Christian Hoffmann, pour son accueil à Paris et au sein de l'Université Paris 7, sa disponibilité, ses encouragements quant à mon projet de recherche, son investissement dans cet accord inter-universitaire grâce auquel cette cotutelle a été rendue possible.

Aos membros da Banca Examinadora, pelo acolhimento e ricas contribuições. A Angela Vorcaro, pela simplicidade com que transmite sua clínica, pela leitura propositiva acerca da topologia borromeana, pela generosidade na discussão de minha tese. A Olivier Douville, pour son engagement, sa sensibilité et le soin apporté aux jeunes errants en tant que clinicien de terrain, d'où la construction théorique solide qui inspire la clinique auprès des sujets en souffrance psychique et sociale. A Glória Carvalho, pelo acolhimento afetivo e precisão que, em muito, permitiram-me avançar. A Edilene Queiroz, pelo engajamento no acordo com a *Université Paris 7*, pelo apoio e por ter me apresentado a proposição do Traço do Caso.

A Leônia Teixeira, pela disponibilidade em fazer o parecer desta tese e pela leitura cuidadosa.

Aos professores da pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, pelo compromisso ético, pelo saber compartilhado e incentivo a meu projeto de pesquisa. Ao querido Zeferino Rocha, pela implicação na transmissão da psicanálise e importância em minha trajetória. A Ana Lúcia Francisco, pelo afeto e acolhimento a cada encontro. A Cristina Brito, Cristina Amazonas e Carmem Barreto, pelo incentivo à cotutela.

Aos funcionários da pós-graduação, em especial, Nélia, Marquinhos, Nicéas, Moacir e Eliene, pela presteza, disponibilidade e atenção.

A Virginie Martin-Lavaud et Patrick Martin-Mattera, pour votre attention et accueil à Angers et au sein de l'Université Catholique de l'Ouest.

A Ana Cabral, que, nos efeitos de sua escuta atenta e cuidadosa, encoraja-me, na errância de meu desejo, a encontrar “pontos de ancoragem” para minha vida.

A Emília Lapa, pelo apoio, rigor teórico e sensibilidade clínica, que em muito contribuem na construção de minha clínica.

A Albenise e Iaraci, pela amizade, humildade e ética no cuidado com o outro; pela força e incentivo tão presentes em meu percurso.

Aos colegas e professores da Université Paris Diderot, da *École Doctorale Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie*, pela acolhida e trocas em Paris.

Às duas instituições que acolheram meu projeto, pelo interesse em compartilhar prática tão desafiadora. Agradecimento especial a Mariana e a Rosa, pela disponibilidade e contribuição.

A Antonio, meu companheiro, pelo carinho, incentivo, presença firme, compreensão e bom-humor que tornaram tudo muito mais ameno e possível.

A meus irmãos – Júnior e Patrícia –, cunhados – Iliano, Patrícia e José Fernando –, sogros – Lourdes e Fernando –, Marcela e sobrinhos – Paulo Neto, Patrick, Petrus, Arthur e Lucas –, pelo afeto, cuidado e compreensão de minha ausência.

A Patrícia, minha irmã, pelo apoio, carinho, palavras acolhedoras e presença em minha vida. Um agradecimento especial ao pequeno Arthur, que, mesmo sem saber, trouxe muita leveza e alegria em momentos duros de minha escrita.

A Juliana, Luciana, Mércia e Marcela, amigas de longas datas, pontos firmes de sustentação, pelo carinho, torcida, cuidado, desejo de estar junto e de compartilhar a vida.

A Lélis, Veridiana, Cynthia e Andréa, pela disponibilidade afetiva, pela partilha de conquistas, tropeços, avanços, alegrias. Muito grata pela amizade, pelo suporte, pelas aventuras e “atrapalhos” inesquecíveis.

A Fabiola, Laura, Débora, Julianne, Edineide e Sheila, pela leveza que o encontro com vocês me trouxe, pela energia boa e riso frouxo a cada encontro, pela implicação clínica e, claro, por terem topado ir na mala comigo para Paris.

Aos amigos do doutorado – Esperidião, Virgínia, Sarah e Célia –, pelo companheirismo e parceria nos desafios e conquistas; aos colegas do Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise, pela seriedade e consistência dos trabalhos. A Elisabete Siqueira, pela disponibilidade e pelo relevante trabalho sobre o Traço do Caso.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudos para o doutorado-sanduíche na *Université Paris VII*.

À mes professeurs de français, Gérard Leloup et Audrey Laurent, maîtres dans l'art de transmettre, d'une façon passionnante et solidaire, leur langue maternelle ; pour votre attention et soutien dans ce processus fascinant qu'est celui d'apprendre une langue étrangère.

Aos encontros agradáveis em Paris: Camila, pela amizade e companhia nas andanças em terras francesas e nos desafios da cotutela; Milena, Manu e Caio, pela presença afetiva; Lorenza, pelo carinho e parceria nas inquietações sobre a errância; Tereza Pinto e Véronique Donard, pelo acolhimento e suporte.

Aos “Friends da Gula”, pelo amor e pela gula que partilhamos pela vida.

A Maria e Nevinha, pela amizade, presença e parceria num trabalho desafiador e apaixonante. A Ana Flávia, Antônia, Natacha e Natália, pela torcida e momentos de leveza.

A Audrey, Lorenza, Astrid, Dominique, Gérard Leloup, Véronique e Fátima, pelo engajamento numa “força-tarefa” que assegurou a qualidade da tradução desta tese. Um agradecimento especial a Audrey Laurent, pela presteza na correção de todo o texto.

Aos clientes e alunos, pela confiança e por contribuírem, ao porem continuamente o saber em questão, na construção de meu fazer clínico e em sua transmissão.

*Caminhante, são tuas pegadas
o caminho e nada mais;
caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar*

*Ao andar se faz caminho
e ao voltar a vista atrás
se vê a senda que nunca
se há de voltar a pisar*

*Caminhante não há caminho,
senão sulcos no mar...*

(Antonio Machado)

RESUMO

Os “meninos de rua” constituem uma problemática que denuncia a exclusão social de crianças e adolescentes, os quais vagueiam pelas ruas, numa trajetória em que prevalecem a transgressão, a violência, a destruição de si e do outro, por meio dos quais o sujeito insiste em existir para o Outro. Esta tese resulta das inquietações de uma prática clínico-institucional e visou a analisar o que pode indicar uma ancoragem e enodamento na errância do sujeito adolescente em situação de rua a partir dos traços que o singularizam e o destacam do universo “meninos de rua”. Sustentamos a hipótese de que a errância, apesar da degradação subjetiva e da radical expulsão, pode constituir um movimento de vida e resistência, uma tomada de posição do sujeito. Baseando-se na proposição psicanalítica do Traço do Caso, a pesquisa foi norteadada pela construção de dois casos clínicos, a partir do que fez tropeço na intervenção e de seus efeitos na escuta. À luz da *Aufhebung* freudiana e da topologia lacaniana do nó borromeu, destacamos uma realidade marcada por um esgarçamento do tempo e do espaço, uma diluição das fronteiras, uma prevalência do Real. A proposição de uma clínica borromeana situa a instituição como referente simbólico; suplência que opera, no recurso à palavra, reparos nos lapsos do nó. Trata-se de uma construção – do adolescente e da instituição – que transgride o instituído da exclusão, do saber, das práticas sedimentadas, buscando, num ato inventivo e de autoria do sujeito, uma ultrapassagem da “marca da exclusão” para a rasura de um traço, por meio de uma nominação simbólica; um “entre” que enoda e faz laço social; um ponto de ancoragem para quem “vinha rodando pela rua”.

Palavras-chave: Adolescente em situação de rua. Errância. Traço do caso. Clínica borromeana. *Aufhebung* freudiana.

ABSTRACT

The presence of "street kids" denounces the social exclusion of children and adolescents that wander the streets, in a trajectory that prevails transgression, violence, destructivity, through which the subject persists to exist for the Other. This thesis is a result of questionings from a clinical practice in an institution. This thesis envisions to analyze what could be related to an anchorage and enlacing in the wander of homeless adolescents, based on the traces that make them unique and detached from the universe of "street kids". We propose the hypothesis that the wander, regardless of the subjective degradation and the expulsion, could constitute a movement of life and resistance, an emergence of the subject. Based on the psychoanalytic Trace of the Case, this research was guided by two clinical cases, from what constituted an intervention's stumble and its effects in the listening process. Guided by the Freudian *Aufhebung* and the Lacanian borromean knot, we highlight a reality characterized by the fraying of time and space, a dilution of boundaries, a prevalence of the Real. The proposition of a borromean clinic places the institution as a symbolic reference; a substitute that functions, utilizing the word as a resource, as a repair to the lapses of the knot. This is about a construction that transgresses what is institutionalized about exclusion, knowledge, and established clinical practice. It aims, through an inventive act, a trajectory from the "wound of the exclusion" to the draft of a trace, through a symbolic nomination; a "between space" that promotes the knot and the social engagement; a source of anchorage for whom "used to go rolling through the street".

Keywords: Adolescent living on streets. Wandering. Trace of the case. Borromean clinic. Freudian *Aufhebung*.

RÉSUMÉ

Le « gamin de rue » incarne une problématique qui dénonce l'exclusion sociale des enfants et adolescents errant dans les rues, trajectoire où prévalent la transgression, la violence, la destructivité ; le sujet persistant à y exister pour l'Autre. Cette thèse résulte des interrogations suscitées par une pratique clinique institutionnelle et vise à analyser ce qui, dans l'errance du sujet adolescent en situation de rue, peut révéler un ancrage et un nouage à partir des traits qui le singularisent et le détachent de l'univers « gamins de rue ». L'hypothèse défendue est que l'errance, malgré une dégradation subjective et l'expulsion, peut constituer un mouvement de vie et de résistance, une prise de position du sujet. S'appuyant sur la proposition psychanalytique du Trait du Cas, cette recherche a été structurée suivant la construction de deux cas cliniques, à partir des entraves rencontrées lors des interventions et de leurs effets sur l'écoute. À la lumière de la *Aufhebung* freudienne et de la topologie lacanienne du nœud borroméen, se dégage une réalité marquée par un effilochage du temps et de l'espace, une dilution des frontières, une prédominance du Réel. La proposition d'une clinique borroméenne positionne l'institution comme référent symbolique ; suppléance qui, via la parole, répare les lapsus du nœud. Il s'agit d'une construction qui transgresse le caractère institué de l'exclusion, du savoir, des pratiques sédimentées, cherchant, par un acte inventif, à dépasser la « marque de l'exclusion » pour la rature d'un trait, au moyen d'une nomination symbolique ; un « entre » qui noue et fait lien social ; un point d'ancrage pour celui qui « tournait en rond dans la rue ».

Mots-clés : Adolescent en situation de rue. Errance. Trait du cas. Clinique borroméenne. *Aufhebung* freudienne.

SUMÁRIO

Introdução	12
 Parte I: Do tropeço na clínica a uma questão de pesquisa	
Capítulo 1: Vê se me desimbaça”: do apelo à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua	26
1.1. “Eu quero ouvir o resto da história”: da destituição à instituição da demanda ...	28
1.2. “Menino de rua”: “uma carta, uma letra, um lixo”	30
1.3. Do despedaçamento à emergência do sujeito	32
Capítulo 2: Trajetória metodológica	35
2.1. Pesquisa psicanalítica: o saber do inconsciente e os fenômenos sociais	35
2.2. No “fato clínico”, uma questão de pesquisa	37
2.3. O universal, o particular e o singular: o destacamento de um traço na clínica ...	39
2.4. O traço unário	42
2.5. Do Traço do Caso a novas “formas de fazer” a clínica	45
2.6. O inusitado na pesquisa psicanalítica	49
Capítulo 3: na escrita do caso, a inscrição do sujeito	51
3.1. Vitor: “de geração pra geração, de pai para filho”	52
3.1.1. Um confronto na construção de sua história	54
3.1.2. No reencontro com a família, uma tentativa de filiação	56
3.2. Marcos: “se a senhora souber da minha história direito...”	59
3.2.1. “Tenho família não!”	60
3.2.2. “Nós fica tudo no meio da rua”	62
3.2.3. “Vida louca”: a “favela” e o tráfico de drogas	65
3.2.4. Instituição: “um pé dentro”, “um pé fora”	66
3.2.5. Pedidos inusitados de um sujeito	69
Capítulo 4: “Aqui você não pode”: Um corte que delimita fronteiras	70
4.1. “... depois terminaram de parar aqui”: (des)continuidade do tempo	72
4.2. <i>Aufhebung</i> : “um movimento que metamorfoseia os espaços...”	76
4.2.1. “Cascavilhando” e “debulhando” um conceito	76
4.2.2. A palavra que inscreve o organismo na condição de sujeito humano	78
4.3. A constituição psíquica no enodamento R.S.I.	82
4.3.1. O percurso do sujeito: “acontecimentos” e “desastres” psíquicos	84
4.3.2. Nominação: uma suplência aos lapsos do nó	87
4.3.2.1. O nome próprio	91

Parte II: “Um dia alguém não vai jogar fora”

Capítulo 5: a resistência do sujeito na exclusão social	96
5.1. Exclusão social na cultura e no laço social	97
5.1.1. Freud: do ato fundador da cultura ao laço social	97
5.1.2. Lacan: a exclusão social no discurso capitalista	99
5.2. Exclusão social, exclusão do sujeito	104
5.2.1. “Meninos de rua”: “vida nua” e desnudamento?	104
5.2.2. “Vitor está no lugar do morto”: um sujeito excluído	111
Capítulo 6 : A errância do adolescente em situação de rua	115
6.1. A condição errante do desejo	116
6.2. “ <i>Les non-dupes errent</i> ”	118
6.3. A errância estruturante do adolescente	121
6.4. “Quanto mais você anda, mais nunca tem fim!”	126
Capítulo 7: “Menino de rua”: uma “pá de gente”	132
7.1. Do estranho familiar ao anonimato da rua	132
7.1.1. A “parte maldita da herança”	134
7.1.2. Rua: “um puro entre”	139
7.2. “Porque a cola cola o osso da gente”	145
7.3. “Por que eu invado tanto?” a escrita que faz borda no corpo	147
7.4. “Vou pintar o terror!”: “pois bem, veja então isso!”	152

Parte III: Você é uma cata-lixo”: por uma clínica borromeana

Capítulo 8: “Por que vocês se preocupam tanto comigo?”	160
8.1. O “menino de rua”: um esgarçamento do corpo, do tempo e do espaço	160
8.2. Por uma clínica borromeana	162
8.3. O traçado singular de Vitor e Marcos	168
8.3.1. Da marca da exclusão	170
8.3.2. ... ao traço do nome	172
8.3.3. Vitor: “4 anos não! 4 anos, 8 meses e 15 dias!”	174
8.3.4. Marcos : “A única coisa que eu tinha não era medo de seu ninguém!”	179
8.4. “Entre” o “menino de rua” e o sujeito, um litoral	184
“Momento de concluir”	195
Referências	201
Anexo. Resumo da tese em francês	215

INTRODUÇÃO

“No meio do caminho tinha uma pedra”

Acordando numa manhã após sonhos agitados, Gregor Samsa encontrava-se, em sua cama, metamorfoseado em um monstruoso inseto (Kafka, *A Metamorfose*).

É preciso estar claro que é a situação que é mortífera, e não esta ou aquela disposição individual. A diferença instaurada pela metamorfose inicial desencadeia um processo inelutável de exclusão sem que os indivíduos tenham grande participação (Lortholary, 2010, p.13).

Iniciamos a introdução desta tese recorrendo à análise feita por Bernard Lortholary (2010) sobre *A Metamorfose*, de Franz Kafka, considerando essa célebre obra um “modelo universal do processo de exclusão” (p.12). Para o autor, a clássica metamorfose de um homem em animal é o ponto de partida de outra metamorfose: a metamorfose de um grupo humano o qual, pouco a pouco, exclui e expulsa um dos seus, numa transformação, ao olhar deste último, que vai do amor ao ódio.

O texto de Kafka, além de tocar em pontos fundamentais acerca da adolescência e da exclusão, constitui uma obra inquietante e provocativa, que narra a metamorfose de um jovem em inseto, convocando e situando o leitor na desconfortável posição do jovem Gregor. Trancando-nos e exilando-nos, com ele, num quarto escuro, Kafka permite que espreitemos, pelas frestas da porta, os efeitos da metamorfose em inseto numa segunda metamorfose, a da família que, por sua vez, determina uma terceira: “sua atroz metamorfose em um objeto que é excluído, expulso e sacrificado” (Lortholary, 2010, p.12). O inseto no qual o jovem se transforma torna-se um objeto repugnante, marcado pelo caráter da diferença, que atinge a vítima condenada à exclusão; um mero objeto, que não é mais nem o filho nem o irmão naquela família, nem mesmo um ser humano ou um animal, mas o detrito a ser execrado.

Assim como o jovem Gregor, o “menino de rua” ocupa o lugar de um objeto a ser expulso, excluído, sacrificado; lugar do “inseto” desprezível, que incomoda e “suja” as ruas da cidade, devendo, portanto, ser banido. Uma distinção, no entanto, se impõe: Gregor, metamorfoseado em inseto, é escondido e banido do convívio social, posto que sua estranheza é da ordem do inominável e do inapreensível, ao passo que os “meninos de rua” – apesar dos esforços empreendidos, no sentido de “varrê-los” da rua –, igualmente do lugar de um Real

inominável, escancaram essa estranheza nos espaços públicos; eles se dão a ver, invocam o olhar do Outro, confrontam-no com a crueza de uma exclusão da qual ele também faz parte.

Ambos – Gregor e o “menino de rua” – seguem anônimos, desprezados, banidos, violados, negligenciados, a lidarem, sozinhos, com a estranheza da metamorfose de um corpo que é continuamente invadido, com o abandono social e familiar, com a expulsão em seu estado mais bruto. O primeiro, Gregor, recluso num quarto, no mais íntimo da vida familiar; o outro, o “menino de rua”, expulso da cena familiar, lança-se às ruas, seja confirmando o lugar de dejetos que lhe foi atribuído, seja num contraponto ao que podemos considerar certa resignação do Gregor, gritando sua existência, insistindo em existir para o Outro.

Esta tese resulta de inquietações advindas de uma prática clínico-institucional, dos tropeços com os quais nos deparamos na intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua, sujeitos marcados, muitas vezes, desde o nascimento, pela ausência da possibilidade de reconhecimento social. Em resposta a um laço social perverso, marcado pela segregação, os “meninos de rua” – expostos à radicalidade da violência, da exclusão, da precariedade social, dos traumatismos, da ruptura de laços, da indiferença – vagueiam pelos espaços públicos, numa trajetória que denuncia a degradação subjetiva de um lugar de dejetos na sociedade. No ambiente da rua, o espaço subjetivo é solapado por um cenário constituído em meio ao despedaçamento, ao desamparo, a uma violência sofrida, reproduzida e atualizada na relação com os pares, com os transeuntes, com as instituições de acolhimento.

Algumas precisões são necessárias, no sentido de melhor situarmos nosso “objeto de estudo”, de destacar o “sujeito de nossa escrita”, tendo em vista que o público “menino de rua” constitui uma “categoria heterogênea” (Lucchini, 2003), uma realidade complexa, instituída no entrecruzamento de uma série de fatores – sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais, subjetivos. Apreender especificidades que definem o “menino de rua” permite também, além da delimitação de uma população a ser estudada, contribuir com a construção de práticas clínico-institucionais e de políticas públicas que atendam, efetivamente, às necessidades e demandas das crianças e adolescentes em situação de rua.

De acordo com o Decreto Nacional nº 7.053 (2009),

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

No que concerne ao “menino de rua”, a Unicef¹ (citado por Unesco, 2001) considera-o “... qualquer menina ou menino... para quem a rua (no sentido mais amplo da palavra, incluindo habitações desocupadas e terrenos abandonados etc.) tenha se tornado seu lar e/ou uma fonte de sustento, e que não é devidamente protegido, supervisionado ou orientado por adultos responsáveis”. Propõe uma distinção entre “crianças na rua” – aquelas que passam um tempo considerável na rua, em geral, perambulando ou em situação de trabalho infantil, mas dormem em suas casas – e “crianças de rua” – divididas em duas categorias: as “sem teto”, que tomam a rua como espaço de moradia, mas mantêm contatos ocasionais com a família; as “sem teto e sem raízes”, que moram na rua sem qualquer vínculo e apoio familiar.

Referimo-nos à pesquisa realizada pelo norte-americano Lusk (citado por Rizzini, 2003), no Rio de Janeiro, em 1993, na qual ele delimitou a realidade encontrada na rua em quatro grupos. Da população entrevistada, 21,4% eram trabalhadores de rua com bases familiares; 50,5%, trabalhadores de rua independentes; 14,6%, crianças de rua; e 13,6%, crianças de família de rua.

Fazemos referência, ainda, a duas outras fontes que corroboram a necessidade da construção e sustentação de políticas públicas e práticas que priorizem as especificidades inerentes à (sobre)vida desses adolescentes nas ruas. Em censo realizado em 2010, a partir de uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idesp), em 75 cidades do país, com população superior a 300 mil habitantes, foram identificadas 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, dentre os quais 2,6% no estado de Pernambuco. Do grupo identificado, 52,2% afirmaram dormir na casa da família, ao passo que 23,2% disseram ter a rua como espaço de moradia (21,6% encontram-se na faixa etária de seis a onze anos e 42,32%, entre doze e quinze anos). Por fim, uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco (2007) identificou que, das 300 crianças, adolescentes e jovens encontrados nas ruas do município de Olinda, 22,4% pertenciam ao grupo “crianças de rua”.

Ao falarmos em adolescente em situação de rua, estamos nos referindo às “crianças de rua”, “sem teto e sem raízes”, aos 23,2% e 22,4% identificados nas pesquisas. Referimo-nos, nesse sentido, àqueles que dormem nas ruas, em decorrência do rompimento com os vínculos familiares e comunitários, em idades, muitas vezes, precoces e críticas do desenvolvimento.

Apesar dos notórios avanços na política de atendimento e na legislação brasileira, cujas ações abrangem a criança e o adolescente em situação de rua – avanços esses que

¹ United Nations Children’s Fund

permitiram o trabalho de intervenção o qual resultou na construção desta tese –, situamos a indignação diante do não cumprimento da própria Constituição Federal (1988), que assegura o pleno acesso aos direitos fundamentais do homem, relegando, no entanto, o “menino de rua” a toda sorte de exclusão e de violação. Destacamos, assim, o artigo 227, que preconizou o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990/2005).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Art.4)

Outro aspecto se impõe – no que concerne a especificidades fundamentais de uma intervenção clínica em uma instituição pública, voltada para um público “carente” – que apresenta uma realidade à qual o psicanalista tem sido cada vez mais convocado a responder, uma realidade na qual ele tem se engajado de forma significativa.

Que escuta fazer a esse sujeito, marcado por carências e privações reais, que porta necessidades e urgências legítimas de sobrevivência, de manutenção do organismo? Como instituir, na Assistência Social, uma clínica psicanalítica inscrita na transferência e na ética do desejo? Que entraves e desafios se colocam para um trabalho psíquico que convoca o sujeito, inserido, no entanto, numa realidade marcada pela carência do Simbólico, pela predominância de palavras advindas do Real, pela ausência de uma continência para o desamparo, pelo comprometimento no campo do desejo?

Trata-se de uma intervenção norteadas por uma clínica psicanalítica em extensão, pela ampliação dos enquadres tradicionais. Uma clínica, conforme destaca Souza (1991), que não se reduz à “extensão dos conceitos” – muito menos a uma aplicação de conceitos psicanalíticos na leitura de fenômenos sociais –, mas que implica a “extensão da prática psicanalítica”. Destacamos uma clínica que, nesses termos, subverte uma leitura elitista da psicanálise, o que nos remete ao texto *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (1919a/1996), no qual Freud anuncia que, mais cedo ou mais tarde, a sociedade e o Estado lembrar-se-iam do direito à assistência, destacando o benefício que a psicanálise viria a trazer às “camadas sociais mais amplas”, que “sofrem de neuroses de maneira extremamente grave”.

[...] haverá instituições ou clínicas de pacientes externos [...] de modo que homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, possam tornar-se capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente. (p.180)

No que denomina uma “clínica da exclusão”, Douville (2012a) demarca o importante reconhecimento de uma dor provocada por uma realidade concreta, que acomete as pessoas numa vida precária, chamando a atenção para o equívoco de se reduzirem a problemas psíquicos os sofrimentos decorrentes das injustiças sociais e econômicas, o que acarreta uma versão inconsequente de uma “metapsicologia da exclusão”, uma “psicologização do social”.

Altoé (2012) indaga em que medida se trataria de uma clínica específica para os sofrimentos psíquicos decorrentes de uma grande vulnerabilidade social. Consideramos uma intervenção que impõe uma clínica peculiar, com demandas e enquadramentos específicos, exigindo tanto uma escuta ao sujeito do desejo, como ao sujeito que, na iminência de sucumbir, porta necessidades legítimas e urgentes. Concordamos, nesse sentido, com Douville (2012b), ao destacar a importância de um saber-fazer clínico atento aos efeitos subjetivos da exclusão do sistema de direitos, do comprometimento no acesso à palavra pelo sujeito excluído. Apesar das urgências que demandam, por vezes, respostas imediatas, o autor destaca que a lógica da urgência, muitas vezes tomada como a finalidade da instituição, deve ser ultrapassada por uma “lógica do sujeito”, de modo a permitir – apesar de toda destituição, aniquilamento subjetivo e privação – a hipótese de que há um sujeito, aposta essa que consideramos fundamental para a sustentação de uma intervenção clínico-institucional.

Trata-se, para Melman (2006), além do que se faz possível em termos do atendimento à urgência que se impõe, de endereçar a palavra não a um organismo, mas a um sujeito, situando-o em conformidade com o seu desejo. Articulamos o posicionamento de Melman com a proposição de Assoun (2005), ao considerar que o engajamento da psicanálise no laço social – em face de uma situação radical de precariedade social, que implica não só uma necessidade, mas também um apelo ao Outro – consiste em reintroduzir o sujeito, permitindo-lhe ver-se como tal, para além de seu destino de dejetos do sistema. Nesse contexto, o autor propõe que a postura analítica visa a apreender a precariedade em sua dimensão de demanda inconsciente, a apreender o “ser de demanda”, retirando a precariedade de seu estatuto de lugar comum do discurso social, fazendo face ao Real que esse discurso recobre.

O que por ora apresentamos é uma escrita que vem sendo tecida, desde 2004, quando teve início um trabalho de incessantes construções, desconstruções e reconstruções com crianças e adolescentes em situação de rua, os quais desafiam, continuamente, o fazer clínico, o saber instituído, nossos próprios limites, frente ao que, por vezes, constitui um encontro difícil com a crueza da exclusão social, da destituição humana, com uma realidade que, conforme aponta Freud (1919a/1996), ao referir-se à “miséria neurótica”, “talvez não precisasse existir”.

Em nossa primeira pesquisa sobre a temática, *“Tá imbaçado”: uma demanda de reconhecimento na e pela violência de crianças e adolescentes em situação de rua* (2006), discutimos a realidade enfrentada pelos “meninos de rua” quanto à dinâmica familiar e à dinâmica na rua, situando, na violência, uma demanda de reconhecimento. Em seguida, nossa dissertação de mestrado, *“Vê se me desimbaça”: do apelo à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua* (Barros, 2009), buscou compreender os apelos e as demandas endereçados às instituições de acolhimento. Vinculada ao projeto de pesquisa “Limites, Fronteiras e Endereçamentos entre mãe e criança”, coordenado por Frej (2007a), esses três conceitos permitiram-nos situar a instituição enquanto um lugar possível de endereçamento, de inscrição para o sujeito, para além do real da rua.

A partir desta pesquisa, demarcamos que a possibilidade ou a inviabilidade do endereçamento perpassa os lugares ocupados por aqueles que se endereçam, como também por aquele a quem as demandas e os apelos são endereçados. Destacamos, nesse sentido, que entrever, no movimento dos “meninos de rua”, a possível leitura de “gritos de socorro”, pedidos de continência, delimitação de fronteiras, deve ancorar o fazer clínico-institucional e, numa dimensão mais ampla, as políticas públicas.

Ao longo deste percurso, a questão do “lugar” – o lugar do sujeito na cena familiar e social, o da família na trama social, o da instituição diante dos apelos que lhe são endereçados – tem constituído um fio condutor em nossa escrita. Consideramos que é do lugar que ocupam na família – famílias igualmente expostas aos efeitos do desamparo e da exclusão social – que crianças e adolescentes, numa espécie de “escolha forçada” (Ferreira, 2001), deslocam-se pelos espaços públicos e chegam às instituições de acolhimento – entregues à desordem, ao caos pulsional e ao despedaçamento, sem nenhuma barreira que possa impedi-los e fazer fronteira.

Na relação com a família e com as ruas, evidenciamos a vivência de cenas que, cravadas no corpo, constituem marcas traumáticas as quais lançam ao irrepresentável, à morte, à constante ameaça de aniquilamento. Demarca-se, assim, um lugar em que o sujeito parece desaparecer, ensejando uma trajetória perpassada pela destrutividade e pela violência, únicos recursos dos quais esses adolescentes dispõem para se fazerem existir, para endereçarem apelos e demandas – se assim eles forem legitimados – à instituição.

Dentre os adolescentes que foram acompanhados na instituição, enfatizamos os desafios impostos por Vitor² que, em meio a uma destrutividade extremada, ao modo

² Com vistas à preservação da identidade dos adolescentes, os nomes citados nesta tese são fictícios.

agressivo com que endereçava apelos à instituição, trazia questões muito singulares, por vezes, inusitadas, diante do que presenciávamos, na instituição, na intervenção clínica com outros adolescentes em situação de rua. Destacamos, nesse sentido: o curioso e recorrente pedido para que eu lhe desse meus brincos – “Vai, me dá, passa de geração pra geração, de pai para filho” –; a forma intrigante e precisa com que fazia contagens em sua vida; a fala de sua mãe – “Vitor está no lugar do morto” –, permitindo-me, nos efeitos que provocou em minha escuta, formular uma hipótese sobre o lugar de Vitor em sua família e o seu deslocamento, a partir deste lugar, face à reivindicação pela inscrição e pertencimento a outro lugar. Ao discorrer sobre a infância de Vitor, sua mãe faz referência à sua própria infância, às “surras” que levava de seu pai – “Eu tenho muita cicatriz na cabeça de pisa com cipó de goiaba” –, o que Vitor interrompe e diz: “Eu faço questão de raspar minha cabeça pra senhora ver quantas marcas eu também tenho das surras que eu levei”. Poderíamos supor uma falta de nitidez entre as fronteiras, um “embaçamento” no delineamento dos lugares entre o sujeito e o Outro/outro?

Chamavam-nos a atenção, na história de Vitor e de outros adolescentes em situação de rua, a reprodução da violência, a configuração de histórias perpassadas por cenas que constituem marcas traumáticas daquilo que é da ordem do impossível de simbolizar – que indicam uma indiferenciação e diluição dos lugares na família –, uma atualização de elementos da dinâmica familiar na transferência com a instituição.

Constituíam-se ali o que consideramos um tropeço na intervenção, o qual conduziu à escrita dos efeitos que a escuta a esse adolescente produziu. Propusemos, como ponto de partida para nossa pesquisa, a construção do caso clínico, ressaltando, na história de Vitor, aquilo que se produziu na relação transferencial; o que emergiu na intervenção realizada com sua família; aspectos que indicam a realidade de outros adolescentes e, sobretudo, o que dessa realidade se destaca enquanto traço que singulariza o sujeito.

A partir do que vínhamos discutindo acerca dos lugares atribuídos ao adolescente nos vários espaços, a busca de Vitor fez-nos enfatizar o deslocamento do adolescente em situação de rua, a articulação entre esses espaços, o movimento por meio do qual o “menino de rua” se desloca de um espaço a outro, carregando consigo as marcas desses lugares.

Deparamo-nos, assim, com o conceito de errância, amplamente discutido pelo psicanalista Olivier Douville, no sentido de “uma falta de inscrição e, mais especificamente ainda, como a impossibilidade do sujeito para superar uma falta de inscrição que concerne a seu ser e também à sua filiação” (2002, p.77). A partir desse conceito, delimitamos o objeto de estudo desta tese – a errância do adolescente em situação de rua – e nos dedicamos a

indagar o que permitiria delimitar, em meio a essa errância, o corpo, o tempo e o espaço para esses adolescentes.

Passamos a nos interrogar acerca de um movimento que, embora revelador, por vezes, de um “não-lugar”, convocava-nos, a partir de nossa prática clínica, a apreender aquilo que, nessa errância, nesse movimento entre um espaço e outro, constituía, nos apelos endereçados ao Outro, a possibilidade de entrelaçamento entre os lugares. Destacávamos, na forma como esses apelos eram endereçados à instituição, “gritos de socorro”; pedidos de continência, do “recurso a uma palavra confiável” (Forget, 2009), que contém, interdita, nomeia, cria espaços psíquicos e delimita fronteiras, por exemplo, entre o sujeito e o outro, a rua e a instituição.

Naquilo que considerávamos – além do que poderia sugerir uma deriva radical – uma busca do adolescente em situação de rua em sua trajetória errante, emergiu o que veio a constituir uma questão disparadora para a construção desta tese: que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?

A partir dessa questão, construímos a hipótese de que, apesar de os “meninos de rua” serem convocados a sucumbirem num lugar mortífero, por meio de uma errância que revela uma extrema degradação subjetiva, é possível destacar um movimento que ancora a vida, uma tomada de posição do sujeito, numa trajetória em que prevalecem o ato, a transgressão, o delito, a violência, a destruição de si e do outro. Assim, em meio ao lugar de resto que lhes é continuamente atribuído, aposta-se na busca de um lugar possível de pertencimento, reconhecimento, inscrição significativa que dê sustentação ao sujeito.

Na busca por um referencial teórico que desse sustentação à nossa hipótese, o movimento da *Aufhebung* freudiana³ – estudado por Nanette Zmeri Frej em sua tese de doutorado – e a topologia lacaniana do nó borromeu constituíram campos férteis, “operadores teórico-clínicos” importantes em nossa pesquisa. Do primeiro, o convite para se pensar o necessário corte, operado pela palavra, na livre circulação de energia, delimitando fronteiras e espaços psíquicos que protegem o sujeito do caos pulsional. Do segundo, o modo singular com que, para cada um, diante dos acontecimentos psíquicos e das contingências da vida, dá-se o enodamento entre Real, Simbólico e Imaginário. Destacamos a relevância desses dois operadores não só na leitura acerca da constituição psíquica, mas, sobretudo, numa apreensão

³ Destacamos que o estudo realizado por Nanette Zmeri Frej teve como referência o texto freudiano, no qual o termo alemão *Aufhebung* foi desenvolvido a partir do contato de Freud com *A metamorfose das plantas*, de Goethe. A fim de demarcar a fonte utilizada por Freud e o uso particular que ele fez em sua obra, Frej nomeia “*Aufhebung freudiana*”, fazendo uma distinção, nesses termos, da fonte utilizada por Lacan que, ao discutir a *Aufhebung*, faz referência ao texto de Jean Hyppolite e à Fenomenologia do Espírito, de Hegel. A autora faz outro esclarecimento quanto à tradução, tendo adotado “suprassunção”, do verbo “suprassumir”, ao passo que Hyppolite propõe “supressão”, do verbo “suprimir”.

mais consistente da errância, com repercussões importantes no que passamos a propor como uma clínica borromeana para o adolescente em situação de rua.

Diante da trajetória percorrida para a construção de uma hipótese de trabalho, delimitamos, assim, como objetivo geral desta tese, analisar o que pode indicar uma ancoragem e enodamento na errância do sujeito adolescente em situação de rua, a partir dos traços que o singularizam e o destacam do universo “meninos de rua”.

A partir do objetivo geral, propusemos os seguintes objetivos específicos: situar o adolescente em situação de rua num contexto marcado pela exclusão social, pela destituição simbólica, pela expulsão do sujeito, considerando as insígnias advindas do Outro familiar e do Outro social; discutir o processo de subjetivação do sujeito em errância, tomando como eixos teóricos o movimento da *Aufhebung* freudiana e o enodamento entre os registros Real, Simbólico e Imaginário, destacando o endereçamento entre o sujeito e o Outro; analisar especificidades da intervenção com o adolescente em situação de rua, propondo-a como uma clínica borromeana, na perspectiva da construção de “novas formas de fazer” a clínica.

“Um ponto de ancoragem para a errância do sujeito” demarca uma diferença em relação à “errância do menino de rua”. É nessa diferença, naquilo que, no primeiro caso, aponta para o sujeito, que enfatizamos a possibilidade – apesar da crueza com a qual os “meninos de rua” são lançados à posição de dejetos sociais a serem execrados – de “fazer com” a errância, de, por meio dela, no encontro com um “endereço simbólico confiável”, imprimir o traçado de uma experiência singular. É no encontro com um referente simbólico que fazemos alusão à relevância da intervenção clínico-institucional como um ponto de ancoragem importante para o adolescente em situação de rua. Desse modo, embora a instituição não constitua elemento central desta tese, fez-se relevante situá-la como um espaço psíquico que possibilita, na referência ao sujeito, um ato inventivo e singular.

Buscávamos um método de pesquisa que, em consonância com a psicanálise, permitisse-nos destacar o sujeito a partir dos efeitos e inquietações que, na escuta a Vitor, por exemplo, impulsionaram a construção desta tese. Deparamo-nos, assim, com a proposição psicanalítica do Traço do Caso – introduzida por Lacan e desenvolvida por Claude Dumézil, bem como por Marcel Czermak. Trata-se do destacamento de um traço, a partir daquilo que insiste, como tropeço na intervenção, “embaraços a desatar”, provocando efeitos naquele que escuta. Embora remonte ao traço unário, à origem do sujeito, o traço do caso não diz apenas do sujeito, mas daquilo que, na “pesquisa de um traço”, emerge na relação transferencial, como “surpresa de um efeito de sujeito”, que conduz à construção de uma ficção. Implica o *Um* que demarca, por exemplo, a história de Vitor, permitindo, naquilo que o singulariza,

indagar o saber clínico já instituído, impulsionando à construção de novas formas de fazer a clínica.

“É sempre o real da clínica que vai ditar”; “nós partimos sempre dos impasses, e é isso que faz a clínica”, pontua Tyszler (2011a, p.49, p.72). A partir dos impasses, dos embaraços suscitados pelo caso Vitor, propusemo-nos a entrevistar outros adolescentes a fim de, igualmente, destacar, em meio à errância generalizada dos “meninos de rua”, a história singular do adolescente, no sentido de fazer do caso um traço singular, conforme propõe Santurene (2008).

Foi na escuta a outros adolescentes que nos deparamos com Marcos, com a construção “eu vinha rodando pela rua”, a qual, num contraponto interessante com o possível ponto de ancoragem para a errância, intitulou esta tese. Foi diante das questões por ele abordadas, dos efeitos dessas questões na escuta e, sobretudo, de seu engajamento num espaço de fala que lhe permitiu uma construção fictícia para sua história, que se deu a escolha pela construção de outra ficção, a nossa, a partir do que, no caso, fez traço.

Considerando que “partimos sempre dos impasses”, a forma como estruturamos esta tese seguiu o percurso apontado pelas questões que emergiram na intervenção e na construção dos casos clínicos. Tendo em vista que é o fato clínico, o fazer clínico que conduz à construção de um novo saber, tomamos as histórias de Vitor e de Marcos como eixo condutor de nossa escrita. Assim, optamos por, antes mesmo de qualquer construção teórica, apresentar os casos e, ao longo da tese, fazer a clínica dialogar com a teoria, articulando elementos teóricos com fragmentos da clínica com esse público. Dessa forma, apesar de não termos seguido um modelo tradicional para a estrutura de uma tese, consideramos que o que apresentamos como produto desta construção, fala de uma errância necessária e frutífera da pesquisa, que encontrou, na escuta ao sujeito e em seus efeitos, pontos de ancoragem que conduziram a escrita.

Desse modo, estruturamos a tese em três partes.

A primeira parte, *Do tropeço na clínica a uma questão de pesquisa*, teve por objetivo traçar o percurso da pesquisa, partindo do que, no estudo anterior, contribuiu para o esboço do projeto de investigação. Em seguida, discorremos sobre o método e findamos com o referencial teórico que deu sustentação a nossa construção.

No primeiro capítulo, retomamos alguns aspectos da dissertação do mestrado, quanto ao apelo, à demanda, ao esquema óptico, demarcando o ponto de onde partimos para pensar sobre a errância do adolescente em situação de rua. No segundo, apresentamos o percurso metodológico, nas questões referentes à particularidade da pesquisa psicanalítica; à

emergência de um “fato clínico”; à escolha pela proposição metodológica do Traço do Caso, situando a especificidade do destacamento de um traço que, na transferência, singulariza o sujeito. O terceiro capítulo consistiu na construção dos casos clínicos – ressaltando, sobretudo, aspectos referentes à história familiar, à errância, à vivência de rua e à instituição – a partir dos quais os demais capítulos foram definidos. No quarto capítulo, discutimos o que apontamos como “operadores teórico-clínicos” de nossa pesquisa, articulando proposições do nó borromeu e do movimento da *Aufhebung* freudiana com a realidade do adolescente em situação de rua. Com essa primeira parte da tese, consideramos ter preparado o caminho para as articulações e indagações que emergiram a partir dessa construção.

Na segunda parte, “*Um dia alguém não vai jogar fora*”, dedicamo-nos a situar e apreender o “menino de rua” em face da exclusão social e seus efeitos no rompimento com a família, na errância, no desnudamento que configura a vida na rua.

Assim, no quinto capítulo, discutimos a exclusão social a partir de Freud e Lacan, situando-a no laço social e no discurso capitalista. Em seguida, problematizamos, num diálogo com a obra *Homo Sacer*, de Giorgio Agamben, o que, na exclusão social e, por vezes, extrapolando-a, constitui-se em uma exclusão do sujeito. O sexto capítulo teve por objetivo discutir a errância do adolescente em situação de rua, tomando como referência a obra de Olivier Douville – discussão antecedida pela abordagem à condição errante do desejo, a alguns elementos da obra lacaniana *Les non-dupes errent* e à “errância estruturante” na operação adolescente. No último capítulo desta parte, dedicado a algumas particularidades do “menino de rua”, contextualizamos a passagem da casa à rua, problematizando, nesse espaço público, expressões como “menino de rua”, “cheira-cola”, “pá de gente”, bem como o recurso ao agir, às marcas corporais, às drogas, no que consideramos tratar-se de uma tentativa de continência corporal, de delimitação de fronteiras, de inscrição no real do corpo, de suplência à palavra que falta.

Na última parte, “*Você é uma cata-lixo*”: *por uma clínica borromeana*, discutimos, num único capítulo, o fazer clínico-institucional com o adolescente em situação de rua, propondo-o como uma clínica borromeana. Destacamos algumas peculiaridades e desafios no processo de construção do sujeito, enfatizando o que, na história de Vitor e de Marcos, indicou uma ultrapassagem da “marca da exclusão” para o “traço do nome”. Por fim, discutimos o que, na errância, no encontro com um “endereço simbólico confiável”, pode operar como ponto de ancoragem para o sujeito, situando a instituição num espaço “entre”, como ponto de enodamento entre a rua, a família e o sujeito. Problematicamos, no que propomos uma ultrapassagem de um “puro entre” – que constitui a rua – para um “entre” que

liga e enoda, o lugar da transgressão, enquanto possibilidade inventiva e ato de resistência, do adolescente em situação de rua e daquele que dele se ocupa.

Por fim, no “*Momento de concluir*”, retomamos alguns elementos e articulações que, na trajetória percorrida nesta tese, tiveram realce, permitindo-nos analisar possíveis pontos de ancoragem para o adolescente em situação de rua. Destacamos a relevância da escolha pela errância como temática central de nossa tese e discutimos o necessário posicionamento ético e político, tanto na pesquisa como na clínica, frente a uma realidade social, que concerne a cada um de nós. Diante do que, a nosso ver, constitui um dos propósitos de uma pesquisa – o inesgotável de um texto, de um objeto de estudo –, apontamos alguns tropeços que abrem a possibilidade de novas elaborações e contribuições para o fazer clínico com o adolescente em situação de rua.

PARTE I

DO TROPEÇO NA CLÍNICA A UMA QUESTÃO DE PESQUISA

CAPÍTULO 1

“Vê se me desimbaça”: do apelo à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua

Conforme vimos, a presente tese é um desdobramento de nossa dissertação de mestrado (Barros, 2009), que teve por objetivo compreender a demanda endereçada por crianças e adolescentes em situação de rua à instituição. A fim de situar a posição de onde partimos para iniciar a atual pesquisa, consideramos pertinente abordar alguns pontos discutidos nesse trabalho anterior, à medida que sinalizam questões importantes na clínica institucional com esse público, assim como as questões suscitadas ao final desse estudo circunscreveram os objetivos desta tese. Apresentamos, a seguir, três situações clínicas que delinearam um importante caminho de discussão acerca do apelo, da demanda, do endereçamento, a partir dos lugares ocupados pelos adolescentes e pelas instituições de acolhimento.

Era mais um dia de grupo operativo. Como de costume, a resistência de alguns em participar desse espaço em que os adolescentes são convocados a falar. Luís tumultua o grupo e, irritado, sai da sala; derruba e quebra objetos; interfere em outras atividades. Faz xingamentos à instituição e, diante do movimento destrutivo em que se encontra, daquilo que lhe parece insuportável conter, algumas intervenções são feitas, até que, num dado momento, para, consegue, enfim, endereçar um olhar para quem intervém junto a ele e enuncia: “Vê se me desimbaça!” Ao dizê-lo, Luís encontra-se visivelmente mais calmo e vê-se amenizada, naquele momento, sua destrutividade. (Barros, 2009, p.100)

Num atendimento realizado após uma situação de conflito, em que Rodrigo, 12 anos de idade, fala das ameaças e das pedras que arremessou contra a instituição, ele pede para desenhar e, ao final, comenta: “Eu faço esse desenho e dou a quem passa na rua. Quando olho pra trás, eles jogam na lata de lixo. Mas eu vou continuar fazendo porque, um dia, alguém não vai jogar fora”. (Barros & Frej, 2013, p.33)

Pedro, 12 anos, em seu primeiro dia na instituição, encontra-se em condições precárias de higiene e sob efeito de cola. Chega na hora do almoço e, enquanto espera que lhe seja servido o alimento, integra-se a um grupo que escuta a psicóloga contar a história de Peter Pan. Escuta atentamente, sorri com comentários de outros adolescentes que dizem querer ser como Peter Pan, para sempre criança. A história é interrompida pela merendeira que os chama para almoçar, ao que os outros saem em disparada. Pedro, entretanto, curva a cabeça no meu ombro e diz: “Espera um pouco, eu quero ouvir o resto da história”. (Barros, 2009, p.57)

Diante dessas três situações, algumas questões se colocaram, na intervenção e na escrita, abrindo uma possibilidade de apreensão e articulação com o grafo do desejo e o esquema óptico: o que se apresenta “embaçado” para Luís e, na figura dele, para crianças e adolescentes em situação de rua, os quais, num movimento desarticulado e (auto)destrutivo, circulam pelos vários espaços em busca de um lugar possível de endereçamento? O que constituiria para Rodrigo, a cada desenho entregue, a cada desenho jogado no lixo pelos

transeuntes, uma demanda endereçada ao Outro? Pedro tem fome de quê? A que “resto da história” ele se refere?

“Vê se me desimbaça” surgiu como um desdobramento da expressão “tá imbaçado” – utilizada, geralmente, para descrever situações de perigo, conflito, descontentamento. Apesar do estado de alerta que a eles impõe uma visão aguçada na rua, “tá imbaçado” chama atenção para algo que não é dado a ver, algo de mais essencial no olhar que escapa aos “meninos de rua”, denunciando uma “dimensão escópica turva”, que revela a faceta mais crua da exclusão social, do abandono, da violência. Evocamos o desenho de uma televisão, feito por um adolescente, a partir do qual comenta: “Tá chiando. Não escolhemos o canal direito”. E acrescenta no atendimento posterior: “depois quero fazer outro telão, pra ele deixar de chiar”.

Se, por um lado, “tá imbaçado” é da ordem de uma constatação, “Vê se me desimbaça” implica, no “vê se”, uma invocação ao Outro. Se vínhamos sustentando a leitura de um apelo para os de “gritos de socorro” (Freud, 1930/1996, p.76) expressos na violência e na destrutividade, a construção “Vê se me desimbaça”, embora constituindo igualmente um apelo, impõe, ao mesmo tempo, uma diferença fundamental, haja vista tratar-se de um apelo veiculado pela palavra, inscrevendo-se, portanto, num outro registro, o da demanda.

Indagar sobre esse endereçamento implica falar em lugares distintos, de modo que a possibilidade ou a inviabilidade de endereçamento depende de aonde se chega, de que lugar crianças e adolescentes em situação de rua se colocam perante a instituição, bem como da posição em que esta se situa de modo a viabilizar, no acolhimento ao apelo do sujeito, a construção de demandas.

Ao falarmos em instituição, para além da estrutura e de uma unidade de atendimento a qual provê abrigo, cuidados físicos e alimento, referimo-nos, conforme sugere Kaës (2002), à função continente de um “espaço psíquico”, em que prevalecem as dimensões arcaicas, evidenciando, de acordo com o autor, a necessidade de nela se encontrar um lugar no qual as angústias e os conflitos psíquicos possam ser atualizados e significados.

Consideramos, assim, que a demanda esboçada por Luís constitui um pedido de que alguém possa conter e amenizar o “estado de embaçamento” em que se encontra. A fala de Pedro sinaliza uma demanda que ultrapassa o registro da necessidade, uma inversão por meio da qual a palavra, nesse momento, torna-se prevalente em relação à manutenção do organismo. Trata-se de uma demanda por palavras que, a nosso ver, alimentam-no e inscrevem-no, remetendo-nos a Lacan (1956-57/1995), ao destacar que “a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras. Como diz o Evangelho, o homem não perece apenas pelo que entra na sua boca, mas também pelo que dela sai” (p.192).

Ao endereçar o seu desenho à instituição, destacamos, na persistência de Rodrigo, a aposta de que essa entrega não constitua mais um apelo lançado ao vazio; a espera por alguém que não mais o jogue – ele e o desenho – na lata de lixo. A demanda, para Lacan (1957-58/1999), ao ser articulada em termos simbólicos “[...] vai além de todas as satisfações para as quais apela, é demanda de amor que visa ao ser do Outro, que almeja obter do Outro uma presentificação essencial” (p.418).

1.1. “Eu quero ouvir o resto da história”: da destituição à instituição da demanda

Que é a demanda? É aquilo que, a partir de uma necessidade, passa por meio do significante dirigido ao Outro. (Lacan, 1957-58/1999, p.91)

Na formulação elementar do grafo do desejo (Lacan, 1957-58/1999), a demanda encontra-se inicialmente condicionada por uma necessidade, dela destacando-se e ultrapassando-a, à medida que o grito do *infans*, fisdado pelo Outro, terá uma significação atribuída. O fracasso na apreensão do objeto invocado pela demanda induz à sua repetição, num deslizamento metonímico de um significante a outro, fazendo emergir o desejo e o sujeito, que não será suposto antes da primeira demanda.

Na referência ao estudo freudiano dos chistes, Lacan (1957-58/1999) destaca que não existe chiste solitário, pois ele somente existirá ao ser proposto e endereçado ao Outro, a quem caberá autenticá-lo. Nesse sentido, “só é um chiste o que eu permito que seja um chiste” (Freud, 1905/1996, p.105). Haverá, pois, sempre na tirada espirituosa, a invocação do Outro como lugar de confirmação, lugar do referente simbólico. A invocação, mediada pela palavra, na articulação entre a voz e o desejo, implica um apelo do sujeito à voz, situando-o no registro da demanda.

Ao articular a demanda em direção ao Outro – primitivamente, a mãe –, a criança nele encontrará, além de uma resposta, um desejo que lhe preexiste, dado que o sujeito é, antes de tudo, falado pelo Outro para que a ele possa endereçar sua demanda. Apesar da imposição da fala na formulação da demanda, Aulagnier (1990) destaca que, face à precedência do desejo materno, ainda “que o primeiro som emitido pelo *infans* seja o grito mais inarticulado, não impede que seja entendido pela mãe como demanda de..., ou seja, como fala” (p.195). Mais adiante, afirma que “qualquer manifestação de vida no sujeito (grito, movimentos de alegria, sinal de sofrimento) é interpretada pela mãe como um apelo, como uma mensagem da qual ela

seria a destinatária, interpretação que por sua vez é forjada nos moldes de seu próprio desejo” (p.197).

Uma sutileza se coloca entre o que é da ordem do apelo e o que se institui como demanda. Conforme discutimos, ao enunciar “Vê se me desimbaça”, o sujeito invoca o Outro por meio da palavra, numa articulação e conjunção do apelo com a demanda. O apelo, “essencial à palavra” (Lacan, 1956-57/1995, p.185), constitui, a nosso ver, um suporte para a possibilidade da demanda, donde a proposição de uma passagem “do apelo à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua” (Barros, 2009).

Da formulação “A mãe deseja e o *infans* demanda”, Aulagnier (1990) a desdobra em “A mãe deseja que o *infans* demande” e “O *infans* demanda que a mãe deseje”, como representação da dialética que subtece a identificação primária. A presença ou ausência da mãe torna-se para o sujeito “o signo do desejo ao qual se agarrará o desejo dele próprio, uma vez que fará ou não dele não apenas uma criança satisfeita ou insatisfeita, mas uma criança desejada ou não desejada” (Lacan, 1957-58/1999, p.267).

Remetemo-nos, na interpretação feita pela mãe a partir de seu desejo, ao estudo de Bergès e Balbo (2002) sobre o transitivismo, “processo fundamental pelo qual a criança acede ao afeto” (p.24) por meio de um golpe de força (*coup de force*), em que a mãe demanda que seu filho identifique-se com seu discurso, permitindo-lhe apropriar-se de um corpo simbólico. A partir da hipótese que constrói para os apelos, ela irá, juntamente com os cuidados que dispensa a seu filho, nomear para ele aquilo que, num primeiro momento, é da ordem de um Real inominável. É em torno do saber que a mãe supõe em seu filho que o apelo “vai circular, como em torno de uma polia, para a ela retornar sob a forma de uma demanda; demanda que supõe ser a de uma identificação de seu filho ao discurso que ela lhe dirige” (p.10). Trata-se de uma competência simbólica, perpassada pela hiância entre a hipótese da mãe e a demanda do filho, testemunha de um discurso atravessado pelo Nome-do-Pai, que obstaculiza o excesso de sofrimento e gozo.

O transitivismo distingue-se do traumatismo, em que uma força opera de forma disruptiva, ultrapassando os limites suportáveis da dor e deixando o sujeito sob o efeito de uma descarga, de um golpe inesperado (Bergès & Balbo, 2002, p.11). De acordo com Freud (1920/1996), diante do impacto incessante dos estímulos externos sobre o organismo, este não sobreviveria, caso não dispusesse de um “escudo protetor”. À violência que o trauma acarreta o organismo reagirá de maneira reflexa, “sem a intervenção do aparelho mental” (p.40).

Indagamos que hipóteses podem ser formuladas quando o que se apresenta é da ordem de uma realidade crua, que lança crianças, adolescentes e os que deles cuidam a um real

avassalador, a situações não simbolizadas, reproduzidas sem nenhuma diferenciação. “Se a mãe não levanta essa hipótese, é a criança que cai do corpo da mãe como de seu discurso” (Bergès & Balbo, 2004, p.59), um discurso sem afeto que pode obstaculizar a inscrição significante de um corpo simbólico. Nesse caso, “incapaz” de transitar, sugerem os autores, a mãe determina em seu filho uma repetição daquilo que faz o real para ela; o seu real torna-se o real de seu filho que, privado do simbólico, é confrontado com um real não simbolizado nem imaginarizado.

É nesse sentido que apreendemos falas enunciadas no âmbito familiar – “esse menino não presta”, “esse menino não tem jeito”, “é tudo farinha do mesmo saco”, “ele é ruim desde que se entende de gente”, “filho do demônio” –, bem como expressões utilizadas no meio público – “menino de rua”, “trombadinha”, “cheira-cola”, “delinquente” –, as quais, cravadas no corpo e no psiquismo, fazem a função de uma fala destituída de afeto, que encerra o “menino de rua” num lugar estático, aprisionando-o à violência do Outro, à posição de “assujeito” face ao laço social que o exclui.

Parece-nos ser a partir desse lugar que os adolescentes em situação de rua circulam em busca de um espaço possível de endereçamento. Ao discutirmos, em nossa pesquisa de mestrado, a questão do endereçamento, o conto de Edgar Allan Poe (1981), *A Carta roubada*, permitiu uma articulação interessante, que resultou no trabalho intitulado “*Meninos de rua*”: “*uma carta, uma letra, um lixo*” (Barros & Frej, 2013), no qual propusemos uma analogia entre a circulação do “menino de rua” e o deslocamento da carta, enfatizando a posição que cada “personagem” assume diante dela.

1.2. “Menino de rua”: “uma carta, uma letra, um lixo”

O conto gira em torno de uma carta – cujo conteúdo, embora desconhecido, é bastante comprometedor – roubada da rainha pelo ministro na frente do rei, que nada vê a respeito. Apesar de técnicas refinadas de investigação, a polícia não a encontra. O inspetor convoca, então, o investigador Dupin, que encontra a carta, exposta, num local facilmente visível – no entanto e, talvez por isso, bastante improvável.

A carta, para Lacan (1998a), é “o verdadeiro sujeito do conto”, em torno do qual os demais personagens são definidos em meio aos papéis e posições diversas diante desse significante puro que é a carta/letra, “[...] a partir da relação que a aspiração do sujeito real pela necessidade do encadeamento simbólico determina” (Lacan, 1954-1955/1985a, p.247). Por meio do conto, o autor enfatiza a “supremacia do significante no sujeito”, referindo-se ao

duplo sentido que *la lettre* permite – a carta, a letra. No inglês, desliza de *a letter* para *a litter*, “uma carta, uma letra, um lixo” (Lacan, 1998a, p.28).

A letra é a precipitação do significante. Kaufmann (1996, p.285) destaca que, enquanto o significante se situa do lado do Simbólico, inaugurando a cadeia significante, a letra encontra-se do lado do Real; é da ordem do irrepresentável, o que caiu do discurso da mãe. Apesar de situada no Real, a elisão de uma letra “[...] só pode se realizar numa cadeia significante já constituída. É uma letra que se acha excluída de um discurso estabelecido” (Hiltenbrand, 2004, p.78). Não há, pois, primariedade da letra, posto que, no início, há o discurso do Outro.

O deslocamento da carta é atravessado pelo olhar que sobre ela ou que à sua procura é endereçado. Para Lacan (1954-1955/1985a), o Rei e a Polícia não veem a carta porque a tomam por um objeto da realidade, ao passo que, transpondo o Real, o que se esconde é da ordem do Simbólico. Assim é que Dupin, por ter refletido sobre o símbolo e a verdade, consegue ver o que tem para se ver.

No trabalho em instituição com crianças psicóticas, Laznik (1989) pontua uma repetição de situações análogas na história de um sujeito, em que se reproduz a “fixidez da cadeia significante”, questionando se a criança psicótica funcionaria como a carta roubada e determinando os lugares ocupados pelos profissionais que dela se encarregam.

Parece-nos ser desse lugar – o da carta roubada, mais especificamente o lugar que comporta a cegueira – que adolescentes em situação de rua não são vistos, em meio à verdade que a circulação deles desvela, “determinando” ou sendo determinados por uma repetição produzida por cada “personagem” da cena social, numa reação prévia de seus destinatários, como se observa na evitação, no asco, na marginalização, nas estratégias de proteção contra a “periculosidade” que representam. Ocultados na dimensão de sujeitos, são vistos apenas no que no Real se apresenta: “meninos de rua” – objetos de uma realidade crua, posto que a letra, segundo Kaufmann (1996), “tem em suma por destino ser tomada ao pé da letra” –, um significante puro que, face à “fixidez da cadeia significante”, delineia um trajeto que retorna sempre ao mesmo lugar: a rua.

Apesar da literalidade da letra, apoiamo-nos em Hiltenbrand (2004), ao ressaltar que, embora ainda não escrita, trata-se de uma letra suscetível de produzir uma inscrição, o que nos permite pensar a circulação do adolescente em situação de rua como uma busca ativa por um encadeamento simbólico.

Dependendo, portanto, do lugar de onde o adolescente chega à instituição, convocando-a a nele retificar ou ratificar a marca “menino de rua”, bem como do lugar a

partir do qual a instituição opera, poder-se-á sedimentar a segregação e a destituição do sujeito, ou, numa outra direção, veicular a construção de demandas.

Recorremos, assim, ao esquema óptico, que nos ofereceu um respaldo importante para discutir a expressão “Vê se me desimbaça”, permitindo-nos problematizar, em meio à exclusão e à mutilação social, em que posição a visão “embaça” e de que lugar emerge o pedido para “desembaça-la”.

1.3. Do despedaçamento à emergência do sujeito

Ao destacarmos, nas expressões “tá imbaçado” e “vê se me desimbaça”, uma “dimensão escópica turva”, tomamos como metáfora a expressão própria da visão, do olho em si, para simbolizar o que se passa na dimensão do olhar, inscrito no registro da pulsão escópica, integrado ao campo do desejo.

Lacan (1964/1985b) aponta o olho como metáfora do que chama “empuxo daquele que vê – algo de anterior ao seu olho [...] é a preexistência de um olhar – eu só vejo de um ponto, mas em minha existência sou olhado de toda parte”. Trata-se do modo como o circuito pulsional está para o sujeito, no movimento de, em sendo olhado pelo Outro, dar-se a ver, fazer-se olhar, assumindo a posição daquele que olha através de um olhar que poderá ser tomado por uma nitidez ou um ofuscamento das imagens. Assim, dependendo das várias posições que o olho assume, é possível compreender as diferentes posições do sujeito em relação à realidade (Lacan, 1953-54/1981).

Nas formulações sobre o esquema óptico, Lacan utiliza-se da experiência do “buquê invertido” de Bouasse, que permite ver a imagem real de um vaso com flores quando, de fato, ele não as contém. Para o autor, esse esquema permite ilustrar o que resulta da intricação estreita do mundo imaginário e do mundo real na economia psíquica. Nas modificações que faz no esquema, a fim de situar a função do outro na dupla incidência do Imaginário e do Simbólico, Lacan introduz um espelho plano, lugar do Outro, através do qual o olho – símbolo do sujeito –, ao produzir a ilusão do vaso invertido, poderá ver a imagem real do vaso contendo as flores sob a forma de imagem virtual, desde que situado no interior do cone simbólico.

Aquilo que o sujeito, que existe, vê no espelho, é uma imagem, nítida ou bastante fragmentada, inconsistente, descompletada. Isso depende de sua posição em relação à imagem real. Muito nas bordas, vê-se mal. Tudo depende da incidência particular do espelho. É só no cone que se pode ter uma imagem nítida (Lacan, 1953-54/1981, p.164).

Lacan remete o modelo do esquema óptico ao estádio do espelho, destacando a relação especular e seu enodamento com o registro simbólico. De uma imagem despedaçada do corpo, dá-se, numa espécie de “exercício triunfante” (Lacan, 1953-54/1981), a aquisição progressiva da imagem corporal, a apreensão do corpo enquanto totalidade. Trata-se de uma captura narcísica, que somente ocorre, numa relação imaginária, na dependência do olhar do Outro, “[...] no gesto pelo qual a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo *ela já estava*” (Lacan, 1998b, p.685).

A identificação do eu com a imagem implica uma instância simbólica, o ideal do eu, que designa as representações culturais, sociais e os imperativos éticos. Vê-se uma passagem do eu especular para o eu social, ligando o sujeito a situações socialmente elaboradas, “momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediatização pelo desejo do outro” (Lacan, 1998c, p. 101).

Lacan (1953-54/1981) supõe que a inclinação do espelho plano é comandada pela voz do Outro. “É a palavra, a função simbólica que define o maior ou menor grau de perfeição, de completude, de aproximação, do imaginário” (p.165). Assim, da voz enunciada pelo Outro, depende que se possa ver mais ou menos perfeitamente a imagem, de modo que o acesso do sujeito ao imaginário atrela-se ao mundo da palavra, a sua situação no mundo simbólico – as relações de parentesco, o nome, o reconhecimento de um lugar no âmbito social –, determinando se ele se situa no interior do cone simbólico, ou não.

Se estiver no exterior do cone, já não verá o que é imaginário, pela simples razão de que nada do cone de emissão virá bater nele. Verá as coisas no seu estado real, inteiramente nu, quer dizer, o interior do mecanismo, e um pobre vaso vazio, ou flores isoladas, segundo os casos. (Lacan, 1953-54/1981, p.97).

Referindo-se ao caso Dick, Lacan (1981) articula a posição do olho no esquema óptico ao apelo. Para ele, essa criança não faz apelo algum, situa-se fora do cone simbólico. Apesar de possuir certos elementos do mundo simbólico, “a palavra não chegou a ele” (p.102). Para o autor, a intervenção se deu no sentido de introduzir a verbalização, por meio da simbolização, da nomeação, daí emergindo o primeiro “apelo falado”, a partir do qual a criança pôde simbolizar a realidade em sua volta, fazer agir o Imaginário e o Real, dada a sua integração ao sistema simbólico.

Na realidade dos “meninos de rua”, indagamos, na forma como a palavra chega até eles e no lugar do qual são olhados, que imagem lhes é possível adquirir – uma imagem que se apresenta, por vezes, “embaçada”, despedaçada, fora do cone simbólico, sem a continência

do vaso. Devido à violência de uma sociedade que os exclui, àquela sofrida em casa e atualizada na rua, deparamo-nos com sujeitos “espalhados” – como define uma educadora social –, sem uma barreira protetora que lhes sirva de sustentação.

Consideramos que pensar sobre a intervenção clínica e institucional com crianças e adolescentes em situação de rua implica situar a instituição na posição do espelho plano, enquanto Outro que é invocado, no lugar da confirmação, demarcando a “passagem do eu especular para o eu social” (Lacan, 1998c, p.101).

Lebrun (2008a, p.55) destaca a dificuldade na intervenção para determinados sujeitos aos quais, desde a primeira infância, não foi instituído o lugar de alteridade, constituindo-se uma imunidade em relação a qualquer confrontação com o Outro. Tendendo a perpetuar, incessantemente, essa evitação, “o sujeito corre o risco de encontrar a morte real antes da alteridade”, como foi o caso de Pedro e de tantos outros adolescentes que encontram no “resto da história” um trágico desfecho.

Apesar das dificuldades encontradas na intervenção – em termos dos hiatos nas políticas públicas, das carências estruturais dos serviços, dos imperativos de um mercado neoliberal que alimenta a exclusão social, da própria peculiaridade do público face aos desafios que nos aportam –, expressões como “Vê se me desimbaça” impõem corroborar a instituição em sua função continente, espaço psíquico que acolhe o sujeito.

Na demanda de Pedro, enfatizamos um endereçamento à palavra que alimenta, fazendo um furo no que se tece como necessidade pura donde a demanda por uma palavra que o narre, por uma história que o inclua. Na hipótese que a instituição faz em relação aos “gritos mais inarticulados”, situamos a aposta no sujeito, na construção de “apelos falados”, fazendo advir o endereçamento de demandas, como “Vê se me desimbaça”.

Diante do que discutimos ao final de nossa pesquisa de mestrado, destacamos, nesse momento, algumas formulações em torno da função da instituição no sentido de “instituir-se” enquanto endereço possível, assim como do lugar do sujeito, à medida que algumas questões daí advindas – sobretudo quanto à “circulação” dos adolescentes a partir do lugar a ele atribuído – abriram passagem para novas elaborações que resultaram na construção desta tese.

CAPÍTULO 2

Trajatória metodológica

Imagine-se um viajante caminhando através de uma floresta espessa, dirigindo-se, em sua caminhada, de modo decidido, em determinada direção, sem contudo conhecê-la; em algum ponto esta caminhada é interrompida; outros decidem prosseguir-la, e vemos que há duas formas de fazê-lo: pode-se prosseguir caminhando, a partir do ponto da interrupção, tomando qualquer direção, supondo-se que se está “prosseguindo” o caminho daquele que o iniciara, mas sem considerar a direção que até então norteava o trajeto, e pode-se proceder de modo inteiramente diferente: pode-se retomar o caminho percorrido até então, deixando-se afetar pela direção que ele tomava, e, ao prosseguir, deixar que o novo percurso seja afetado por esta direção. É óbvio que o caminho assim tomado não pode ser confundido com aquele que o viajante teria tomado caso não o tivesse interrompido (lembremo-nos de que nem mesmo ele sabia muito bem onde ia com tanta determinação). O caminho tomado pelo segundo procedimento é, em todo caso, afetado pela direção primeira. Diremos que, neste caso, seguiu-se o trilho de uma transferência [...] (Elia, 1999, s/p).

Esta pesquisa decorre, conforme vimos, de uma experiência clínico-institucional com crianças e adolescentes em situação de rua, no sentido de uma clínica que implica a “extensão da prática psicanalítica” (Souza, 1991); a “psicanálise em extensão”, no que concerne à sua presentificação no mundo, conforme proposto por Lacan (1967/2003). Trata-se de uma prática que se ancora na proposta de ampliação dos enquadres tradicionais da clínica e da pesquisa, ressaltando “o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos” (Rosa, 2004a). Antes de discorrermos sobre o Traço do Caso, consideramos pertinente discutir alguns aspectos acerca da pesquisa psicanalítica.

2.1. Pesquisa psicanalítica: o saber do inconsciente e os fenômenos sociais

A pesquisa psicanalítica encontra seu espaço nas questões que emergem da prática e fazem furo no saber já instituído, demandando novas construções que fazem avançar a clínica. Conforme destaca Freud (1912/1996), “uma das reivindicações da psicanálise em seu favor é, indubitavelmente, o fato de que, em sua execução, pesquisa e tratamento coincidem” (p.128). Nesse sentido, Rinaldi e Alberti (2009) enfatizam que “no campo da psicanálise há uma indissociável relação entre saber teórico e prática clínica, esta última situando-se não como lugar de aplicação de saber, mas fundamentalmente como lugar de produção desse saber” (p.534).

Qualquer que seja a temática da pesquisa, o pesquisador conduz e é conduzido pela sua intenção de pesquisa – sempre clínica –, sem partir de um saber prévio a ser verificado ou

refutado (Elia, 2000). O saber é, antes de tudo, o saber do inconsciente, ele está do lado do sujeito, o que indica a implicação e a “submissão” do pesquisador a seu objeto de estudo. Trata-se de um saber perpassado pela transferência, elaborado a partir do dispositivo analítico, que pode ser instalado em uma clínica institucional e pública, desde que se preserve o eixo teórico-clínico, ético e metodológico definido pelo discurso psicanalítico (Elia, 2010).

Tomar o sujeito do inconsciente como eixo da pesquisa implica situá-lo no contexto que o constitui, no plano social, face aos efeitos do inconsciente, tanto no sujeito como nos laços que produz (Rosa, 2004a). Os fatores que têm um impacto na subjetividade devem, pois, “[...] ser tomados em relação ao modo como o sujeito que os porta, lida com eles, e mais do que isso, organiza-se subjetivamente em relação a eles” (Elia, 2010, p.94). Assim, as condições socioeconômicas devem também ser consideradas no âmbito da clínica, a fim de que não se pratique uma clínica descontextualizada, segregada e alienada da realidade social.

Ressaltamos uma construção que não se limita a um saber sobre a psicanálise em seus fundamentos teóricos, mas que veicula um saber que emerge da clínica. Consideramos que aquilo que faz tropeço na clínica institucional com adolescentes em situação de rua constitui um espaço fértil para a pesquisa, ao interrogar a própria psicanálise em seu saber já instituído, o que implica um “consentimento”, diante dos casos clínicos, diante do inusitado da clínica, em “[...] ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre se o enfrenta com liberalidade, sem quaisquer pressuposições”. (Freud, 1912/1996, p.128).

Nesse sentido, Jerusalinsky (2010) destaca que “[...] cada caso é uma pesquisa que requer a re-invenção de sua metodologia. Isso, pela simples razão de que de um sujeito a outro os significantes, embora possam ser os mesmos, a sua diferente posição basta para transformá-los em outros” (p.24). Como veremos com o Traço do Caso, trata-se da “surpresa de um efeito de sujeito” (Dumézil, 2010a, p.139), que remete aos deslocamentos os quais se impuseram a Freud, em nome do avanço da clínica, face aos “imprevistos” de sua prática. Em *A história do movimento psicanalítico*, Freud (1914a/1996) destaca, sobre a teoria da sedução:

A análise nos tinha levado até esses traumas sexuais infantis pelo caminho certo e, no entanto, eles não eram verdadeiros. Deixamos de pisar em terra firme. Nessa época, estive a ponto de desistir por completo do trabalho [...] Por fim, veio a reflexão de que, afinal de contas, não se tem o direito de desesperar por não ver confirmadas as próprias expectativas; deve-se fazer uma revisão dessas expectativas (p.27).

Para Czermak (2008), não poderíamos falar de clínica se ela não fosse transmissível, se não houvesse um dispositivo apto à transferência, de modo a enodar e manter articulados os interesses de uns com os outros. Sobre a transmissão, Vorcaro (2010a) pontua um

necessário “esgarçamento na continuidade imaginária da teoria” que, ao problematizar o desconhecimento, os equívocos, os encobrimentos diante dos enigmas da clínica; ao situar a importância da estranheza e do reconhecimento dos limites do saber disciplinar, permite a emergência do fato clínico. Vorcaro et al. (2015) destacam, nesse aspecto, um esvaziamento da potência suposta num saber prévio, possibilitando, apenas assim, no desejo de saber que esse esvaziamento alimenta, a construção de um saber inédito e singular.

2.2. No “fato clínico”, uma questão de pesquisa

Em nossa dissertação de mestrado (2009), buscamos, na análise de casos e fragmentos clínicos, apreender a demanda endereçada à instituição de acolhimento por adolescentes em situação de rua. O projeto de uma nova pesquisa emergiu, sobretudo, como destacamos na introdução, do interesse de revisitar um caso clínico, cuja escrita e análise apontavam algo na história de Vitor que nos escapava, fispava a atenção e indagava a intervenção. Algo em sua trajetória constituía um tropeço, confrontando-nos com o singular de sua posição subjetiva, com um enigma que nos convocava a uma construção; uma construção que, de acordo com Vorcaro et al. (2015), dá-se a partir do furo que o caso provoca no saber.

Além do que destacamos na introdução, ressaltamos a maneira como Vitor parecia “colado” à cadeira durante as sessões, segurando-a com força e repetindo “deixa eu sair!”; o “lugar do morto” a ele atribuído; a insistência em assegurar um lugar na instituição – “eu sou daqui!” –, num contraponto com o estranhamento face ao cuidado a ele dedicado – “por que vocês se preocupam tanto comigo?”. No pedido pelos brincos, uma distinção, desde já, se impõe entre o que seria da ordem da marca e o que estaria no campo do traço. Destacamos marcas – decorrentes de sua trajetória na rua e das cicatrizes – as quais, cravadas no real do corpo, não implicam uma transmissão e uma inscrição simbólicas. Por outro lado, no apelo pelos brincos, que seriam transmitidos “de pai para filho”, Vitor parecia fazer uma demanda pela inscrição de um traço que lhe asseguraria, por meio de uma transmissão simbólica, sua inserção em uma linhagem.

Referimos, ainda, dois lapsos na dissertação de mestrado, que destacaram o lugar da transferência e do desejo do pesquisador, elementos fundamentais na pesquisa psicanalítica. O que me teria feito escrever “sem situação de rua” ao invés de “em situação de rua”, assim como “morrendo na rua” no lugar de “dormindo na rua”?

Em supervisão com o psicanalista Jean-Jacques Tyszler, ele pôs em questão o que me teria levado, na trajetória de Vitor, a tomá-lo como ponto de partida para a construção da tese.

Ressaltando a função de pesquisa que cada caso tem para a psicanálise, Vorcaro (2010a) considera que a primeira interrogação que deve nortear o trabalho é: “o que fez de um sujeito na clínica um caso de pesquisa?” (p.14). Para ela, as interrogações, tanto do caso sobre o método analítico como deste sobre o primeiro, constituem formas de abordagem de um traço de real da clínica.

As indagações sobre a história de Vitor encontraram um respaldo importante no conceito de “fato clínico”, discutido por Czermak (2008). Num “debate em conjunto” em torno da palavra do paciente, parte-se de um “embaraço a desatar” (Santurene, 2008) –, que impõe um limite ao saber, convidando o clínico a trabalhar –, a fim de “esclarecer aquilo de que se trata, tentando cuidar para que isso possa sempre ser útil, para nós e para o paciente” (Czermak, 2008, p.10, tradução nossa)⁴.

Para Melman (2008), o fato clínico fundamental é o destacamento de um traço, o *Um* que identifica o singular na história do sujeito. Questionando-se sobre o enigma de um fato clínico, Czermak (2008) ressalta o termo “operador”, dada a complexidade do campo em que se opera na clínica, no objetivo de “fazer o caso falar”.

Nos “embaraços” suscitados na escuta a Vitor, delineava-se, como vimos, um projeto de pesquisa, que começou a se esboçar a partir da “construção do caso clínico”. Uma história que remetia e dialogava com a realidade de outros adolescentes em situação de rua – quanto à exclusão social, às marcas traumáticas, à reprodução da violência na instituição –, mas que, ao mesmo tempo, dessa realidade se destacava, naquilo que o constituía além da marca “menino de rua”.

A construção do caso clínico em psicanálise, de acordo com Figueiredo (2004, p.79), é “[...] o (re)arranjo dos elementos do discurso do sujeito que “caem”, se depositam com base em nossa inclinação para colhê-los [...]”, incluindo as ações do sujeito, visto serem norteadas por uma posição no discurso, como também elementos discursivos de outras pessoas, desde que não se perca a referência ao sujeito. “O caso não será o conjunto da clínica, mas o acontecimento da clínica”, privilegiando a ambiguidade e as hesitações do sujeito falante (D’Agord, 2001, p.14).

No que diz respeito à função da escrita do caso clínico, Vorcaro (2010b) considera que o encadeamento significativo da escrita permite, ao descompor séries imaginárias que bordejam e encobrem o Real, interrogar o que ela tem de imaginário e de aleatório, apreender

⁴ [...] mettre au clair avec ce dont il s’agit, en tâchant de veiller à ce que ça puisse toujours nous être utile, comme au patient.

a constrição real, surpreender, testemunhar e transmitir o singular da clínica, a singularidade do caso, no “[...] encontro desencontrado do sujeito com o analista” (Vorcaro, 2010a, p.17).

Destacamos o realce que Rouzel (2009) dá à escrita do caso na “clínica do trabalho social”, destinada à intervenção com um “usuário” em sofrimento, estigmatizado e segregado socialmente – em geral, um sujeito bastante “usado” pelas injustiças sociais. Considerando o “trabalhador social” um “guardião da memória de vida” e os escritores, “artesãos da letra”, o autor destaca que os pequenos signos do caso são captados nos meandros da escrita. Trata-se de uma escrita que produz um saber da clínica, não sobre a clínica, advindo do que não cessa de não se escrever.

O autor enfatiza uma “função política da escrita”, em que o saber e o saber-fazer se conjugam para fazer saber o que se passa na prática, para fazer chegar às políticas o que a clínica ensina. A escrita permite, assim, uma passagem do desejo de apenas um, tomado pela transferência, a um desapossamento, em benefício do coletivo, o que constitui, a nosso ver, um propósito da pesquisa.

Especificamos as nuances de nosso objeto de estudo, quanto aos atravessamentos entre o que, de geral, configura uma prática clínico-institucional com os “meninos de rua” e o que, de singular, impõe uma passagem, nessa prática e na pesquisa, para a apreensão do sujeito. Uma breve discussão acerca das categorias do universal, do particular e do singular faz-se relevante para a definição de nosso método de pesquisa.

2.3. O universal, o particular e o singular: o destacamento de um traço na clínica

Para discutir essas três categorias, baseamo-nos, sobretudo, nos textos de Tyszler, *Os cruzados do universal (s/d)* e *É a clínica universal? O particular, o singular e a transmissão* (2011b). Partindo das formulações lacanianas sobre as constantes aristotélicas, o autor sugere o predomínio, na atualidade, de uma lógica que desloca o estatuto da universalidade em relação à particularidade e sobrepuja a singularidade. “Se a singularidade tem dificuldade para se escrever, é preciso que estejamos atentos à maneira pela qual alguns representantes do universal, concebidos como utilitários, põem o sujeito a seu serviço, mais do que lhe servem” (Tyszler, s/d, p.6).

Apesar da simplicidade da universal afirmativa aristotélica “todo homem é branco”, sustentar essa afirmação para o inconsciente implica privilegiar um traço distintivo, assim como a formulação “os homens nascem livres e iguais” não contempla a todos, o que põe em questão a Declaração Universal dos Direitos Humanos, enunciada como o ideal comum a ser

atingido por todos: “será que liberdade, igualdade, fraternidade são convenientes para qualquer sujeito da República, sem exceção?” (Tyszler, s/d, p.3). E conclui: “Tudo não é totalizável, a identificação não é a unificação, o universal não engloba a singularidade, a clínica analítica não é uma nosografia acabada, uma mulher não está toda inteira no gozo fálico, etc.” (p.4).

No que concerne à clínica, o autor discute a singularidade a partir de uma mensagem universal, numa frase mínima de estrutura do fantasma – “bate-se numa criança”. “Não que cada um vá entrar exatamente pela mesma palmada, mas, pelo jogo dos significantes, ele vai compreender que seu corpo tem que ser batido à sua maneira” (Tyszler, 2011b, p.146), o que aponta para uma experiência singular, para o sujeito da enunciação, que abordará a questão como se fosse sua exceção.

Ele vai querer que essa experiência aparentemente universal seja, em geral, primeiramente a sua, ou seja, que ele faça realmente Um, e é isso a singularidade. Sim, há a teoria e tudo isso que me contam, mas existe eu, e eu sou diferente, eu não posso estar todo na teoria. Então, singularidade do vivente, aquele que se insurge sempre, porque ele quer contar para algo, para alguma coisa, ele não pode ser apenas um exemplo universal (p.147).

A partir dessa experiência singular, a teoria analítica ganha corpo quando se consegue, na transmissão, tornar suficientemente universal um caso particular – casos clínicos são portadores neles de universais o bastante para transmitir, o que não implica uma generalização do que se encontra em questão. Constitui-se um impasse quando, em nome de ideologias, a lógica inverte-se e o lugar para o particular fica comprometido.

[...] essa pretensão ao universal, que fica colocado em posição de comando, não é a mesma coisa que ir do particular para o universal, do que colocar de início o postulado do universal. Porque, nesse caso, todo traço de particularidade vai ser absolutamente esmagado (Tyszler, 2011, p.149).

Certos enunciados universais de categorias clínicas, como “crianças hiperativas”, não permitem, portanto, ler as particularidades e o singular de cada criança. Constitui, assim, um desafio para a clínica fazer as particularidades se enodarem suficientemente para fazer avançar questões mais universais, de modo que “[...] para reintroduzir o particular no universal, isso nos obriga a atos”. (p.155)

Fernandes (2007) também fala de um ato necessário – a suspensão da operação do saber e queda no real – para transpor o impossível entre o particular e o singular, visto que o saber clínico é sempre da ordem do particular, devendo atingir e se deixar retificar ou mesmo ratificar pelo singular, num efeito heterogêneo ao saber inicial.

[...] qualquer saber clínico, embora particular, genérico, visa aproximar-se do real singular daquele caso, daquela conjuntura específica, para, nesse limite, abrir para um ato clínico, lançar-se em tal ato. Trata-se então de ato, de algo que vai atingir o real, e que pese toda prudência, não se garante no saber. O ato clínico não é cego, ao contrário, ele se deixou guiar pelo saber, mas este não pode garanti-lo. (p.3)

Nesse sentido, Vorcaro (2010a) destaca uma tensão necessária entre a manifestação de um sujeito e a teoria que enquadra sua escuta. Essa tensão é abolida quando da mera aplicação da técnica, que pressupõe a detenção de um conhecimento o qual universaliza o objeto e aniquila o discernimento do detalhe em que se aloca a singularidade, fazendo da clínica um dispositivo de obturação do desconhecido. O caso é, assim, utilizado como simples testemunho da psicanálise, destituído da função de fazer explodir “a imaginarização de universalidade da teoria, sempre avessa à presença do singular surpreendente implicado no inconsciente” (p.50).

Para Fernandes (2007), o singular, situado no Real, somente pode ser considerado em sua ausência, “acessado” por meio de algo que o toca, num lampejo, no que faz presença em perda, oscilando entre o traumático, o abrupto de certos acontecimentos e o incomunicável da experiência. Trata-se da “clínica do traço”, que se orienta pelo “recolhimento das incidências significantes”, oferecendo-se como uma espécie de superfície onde o Real, por ela visado, deixa seus traços.

É em busca do “recolhimento das incidências significantes”, dos traços que remontam à origem e singularizam o sujeito adolescente em situação de rua, que pautamos nossa escuta clínica e conduziremos nossa escrita, sustentando a tensão necessária entre o sujeito e o universal da teoria. O objetivo de destacar o sujeito permite a resistência à construção perversa e estigmatizadora que, ao sustentar a categoria universal dos “meninos de rua”, esmaga todo e qualquer traço do sujeito.

Assim como cada criança, a despeito da mensagem universal “bate-se numa criança”, estrutura o seu fantasma a partir dos significantes que lhe foram transmitidos, consideramos que o adolescente que se encontra na rua pode construir sua trajetória à sua maneira. Ele poderá, na errância que compõe o movimento universal dos “meninos de rua”, imprimir suas marcas – talvez, na tentativa de, no encontro com o estranho da rua, apagar as marcas trazidas da infância –, fazer com ela e dela uma experiência singular. É da legitimação do sujeito da enunciação que estamos falando, no desafio de, partindo da experiência singular, fazer avançar questões universais, na compreensão de que casos clínicos são portadores neles de universais o bastante para transmitir.

Com essa proposta de pesquisa, buscávamos um método psicanalítico que permitisse, na relação transferencial, apreender traços que remontam à origem do sujeito, confrontar-nos

com o inusitado e os “embaraços” da intervenção e da pesquisa, impulsionando, conforme veremos, novas formas de fazer a clínica.

Foi nesse contexto que nos deparamos com um dispositivo clínico, o Traço do Caso, apontado por Siqueira (2013) como um “operador metodológico de pesquisa”. No estudo sobre marcas corporais, a autora considera que a “marca do caso”⁵ evidencia a singularidade do sujeito, buscando encontrar um traço do sujeito, “que está um tanto apagado, perdido num labirinto de marcas. É preciso, portanto, transcender o um da marca [...] inventar um sujeito que seja do significante. Um sujeito do nome e não um nome que marca um sujeito”. (p.17)

Diante do caráter enigmático e singular do caso, o dispositivo do Traço do Caso, dada a relação com a palavra do sujeito e com o efeito dessa palavra naquele que a toma como objeto de estudo, busca “o ponto preciso em que algo do real foi fêgado por aquele que lê ou escuta” (Siqueira, 2013, p.106). Assim, o Traço do Caso não faz referência direta à singularidade do sujeito, mas à singularidade enquanto efeito transferencial (Catrini, 2005, p.46); não se limita ao analisante, ao tratamento, à observação, à anamnese, nem ao analista, é um pouco de cada um (D’Agord, 2005).

Bernardino (2010) considera que o trabalho do “traço do caso” dá lugar aos efeitos inconscientes da escuta que vão além do *setting* analítico, constituindo outro lugar para pensar sobre a clínica. Na clínica com crianças e adolescentes, o traço relaciona-se também ao lugar que lhes é atribuído – identificado pelo texto da fala da criança, familiares, instituições – em uma escrita do caso que permite, no distanciamento da captura imaginária que a leitura convencional pode provocar, o surgimento da letra.

Antes de discutirmos pressupostos do Traço do Caso, teceremos algumas considerações sobre o traço unário, elemento fundamental na utilização deste método, ao qual iremos nos referir como um “dispositivo teórico-clínico metodológico”.

2.4. O traço unário

O conceito de traço ocupa um lugar importante na psicanálise freudiana e lacaniana, no sentido do que dá lugar ao único, ao singular. Em *Psicologia de grupo e análise do ego*,

⁵Um esclarecimento faz-se necessário quanto à tradução de *Trait du Cas*. Apesar de termos nos deparado com alguns trabalhos (Siqueira, E., 2013; Siqueira, A., 2008; Catrini, 2005) que adotaram “marca do caso”, utilizamos em nosso texto “traço do caso”, dada a relevante distinção que, por vezes, se coloca entre marca e traço. A nosso ver, todo traço é em si uma marca, mas esta nem sempre será um traço, o que pode ser discutido, por exemplo, na referência de que a criança autista carrega marcas, mas não tem a inscrição do traço unário. Ou ainda, no caso Vitor, situamos uma distinção significativa entre as marcas que ele carrega na cabeça e o apelo que faz por um traço que o insira numa linhagem.

Freud (1921/1996) destaca que a identificação constitui a forma mais primitiva e original do laço emocional, podendo o ego assumir características do objeto escolhido. Trata-se, no entanto, de uma identificação parcial e limitada, que toma emprestado apenas um traço isolado (*einzigster Zug*) da pessoa que é objeto dela.

A partir dessa identificação, Lacan (1961-62/2011) elabora o conceito de traço unário, designando o significante em sua forma mais elementar. “Unário” porque sua repetição institui a diferença que inaugura o “um”, significante que se destaca de todos os outros, iniciando a série significante (Bernardino, 2010).

Lacan faz alusão ao caçador pré-histórico, que entalhava a costela de um antílope, numa série de traços alinhados, para saber quantos animais havia matado. Refere, também, pequenos traços feitos pelo Marquês de Sade, na cabeceira de seu leito, para demarcar e quantificar seus orgasmos.

O traço unário, além de permitir a contagem a partir dele, introduz a gênese da diferença, à medida que os traços apresentam irregularidades entre si – não são, em absoluto, idênticos –, além de não ocuparem, na série, o mesmo lugar. É na repetição do aparentemente idêntico que se dá, segundo Lacan (1961-62/2011), a entrada no Real como significante inscrito.

Originalmente, o “traço unário” é ainda *sígnico*, ele indica o objeto representado – como, por exemplo, no registro do animal abatido por um risco na pedra. Será apenas em um segundo momento, quando da construção de uma série de traços, que a qualidade representacional do traço advirá. Sua condição primeira, de *signo*, se apaga. O “traço” nomeia, então, a mínima diferença entre significantes que lhes outorga, dessa forma, a sua qualidade de significantes. (Poli, 2005, p.28)

Apesar de a cadeia significante encontrar no traço a condição de sua existência, o traço é uma marca, não um significante (Lacan, 1957-58/1999). Na alusão à marca do pé de Sexta-Feira, descoberta por Robinson Crusoe em seu passeio pela ilha, Lacan afirma não se tratar de um significante, somente passando a sê-lo se o traço, por alguma razão, for apagado. O significante é, então, um vazio que atesta, no apagamento, uma presença passada – é o lugar que resta após o apagamento, o que sustenta a transmissão.

Em *A Identificação*, Lacan (1961-62/2011) distingue significante e signo. Enquanto o signo – forma mais elementar da subjetividade – representa alguma coisa para alguém, o significante indica que a relação do signo com a coisa está apagada; é o que representa o sujeito para outro significante. Assim, se o rastro, por meio do qual o signo representa algo para alguém, é apagado, “[...] o sujeito cerca o lugar por um cerne, algo que desde então lhe

concerne, ele, a referência a partir do lugar onde ele encontrou o rastro, vocês têm aí o nascimento do significante” (p.134).

A gênese do traço unário é, portanto, destacada como o que há de mais destruído e apagado de um objeto. “Se é do objeto que o traço surge, é algo do objeto que o traço retém, justamente, sua unicidade” (Lacan, 1961-62/2011, p.99). Trata-se do significante *Um*, marca distintiva, enquanto mínimo traço, que remete às insígnias recebidas do Outro, delineando a identificação inaugural do sujeito com o significante radical.

É ao Outro que cabe nomear e dizer do sujeito, atribuir-lhe um lugar, nele inscrevendo um traço que o distingue e que lhe permite contar e ser contado. Referimo-nos ao sujeito falante, faltante, constituído na e pela linguagem, sujeito do desejo; um desejo enigmático tomado no desejo do Outro, ao qual ele tem de responder.

Na psicanálise, o sujeito não é o homem, cuja natureza seria imutável; mas tampouco é o indivíduo, que muda em função das peripécias da história. [...] Ora, a psicanálise leva a pôr em destaque não uma subjetividade, mas um assujeitamento, o qual entendemos como aquilo que pode *determinar* um sujeito, produzi-lo, causá-lo: sua história e, mais precisamente, a história de um dizer, aquilo que já estava lá, antes mesmo de seu nascimento, no discurso de seus pais, aquilo que, depois de seu nascimento, não cessa de acompanhá-lo e de orientar sua vida, em um “tu és isso” sem escapatória (Chemama, 2007, p.103).

O sujeito depende, assim, da intervenção de um significante vindo do Outro, de um significante marcado pelo caráter da unidade, que o determina; ele receberá do Outro, como lugar da palavra, sua marca maior, a do traço unário, estando inteiramente atado, em sua origem, ao significante (Lacan, 1961-62/2011).

E é justamente isso o que faltará sempre: é que, em toda espécie de outra reaparição do que responde ao significante original, no ponto onde está a marca que o sujeito recebeu deste, [...] faltará sempre ao que quer que seja que venha representá-lo, essa marca que é a marca única do surgimento original de um significante original [...] (Lacan, 1961-62/2011, p.105).

O traço unário remete, nesses termos, à experiência originária, instituindo o que Lacan considera como “voltas da repetição”. Não se trata do movimento do Real, que, como veremos, retorna sempre ao mesmo lugar, mas de uma busca do sujeito para, numa dessas voltas, encontrar a unicidade significante, o “unário primitivo”, apreender “o ponto de entrada, de inserção do significante no real” (1961-62/2011, p.346).

Sustentamos a posição de que, além de um movimento universal dos “meninos de rua”, a errância pode evidenciar o sujeito, o lugar a partir do qual o adolescente é expulso e ejeta-se para a rua. Tratar-se-ia, por meio da errância, de repetir sempre o mesmo, ou, de nesse movimento, empreender, em alguns casos, uma tentativa de, nas “voltas da repetição”,

apreender “o ponto de entrada”, permitindo-lhe, numa rearticulação entre Real, Simbólico e Imaginário, um ponto de ancoragem em sua história? Essa questão permanece em aberto, demarcando nosso interesse pela clínica borromeana e ratificando nossa escolha pela proposta metodológica do Traço do Caso.

2.5. Do Traço do Caso a novas “formas de fazer” a clínica

O Traço do Caso foi introduzido por Lacan (1968) no primeiro número da revista *Scilicet*, em que ele discute o que pode ser transmitido na experiência analítica e propõe o princípio do texto não assinado, visando a uma maior segurança para evocar o aspecto pessoal na prática clínica, em especial, o traço do caso. Para Lacan, o texto “não-assinado” seria uma solução para o que, na psicanálise, muitas vezes, a experiência mostra-se condenada a impedir: a passagem ao que poderia modificá-la e fazê-la avançar.

A proposição de Lacan situava o seu desejo de que seu ensinamento pudesse abrir pontos de uma prática que permanecem ainda intocáveis, “[...] para que a psicanálise, no entanto, volte a ser o que ela jamais cessou de ser, um ato ainda por vir” (Lacan, 1968, p.9, tradução nossa)⁶. No que propõe pensar em termos de um entrelaçamento entre o desejo do analista, o caso clínico e o suposto saber, o autor reporta-nos à insistente recomendação de Freud para que cada novo caso seja abordado como se nada tivéssemos adquirido de suas primeiras decifrações.

Isso não autoriza o psicanalista a se satisfazer em saber que ele nada sabe, pois se trata daquilo que ele tem a saber. O que ele tem a saber pode ser traçado na mesma relação “em reserva”, segundo a qual opera toda lógica digna de seu nome. Isso não quer dizer nada de particular, mas se articula em cadeia de letras um tanto rigorosas, de modo que, na condição de não perder uma sequer, o não-sabido se ordena como o enquadramento do saber. (Lacan 1968, p.20, tradução nossa)⁷

A partir dessas primeiras proposições lacanianas, Dumézil e Brémont (2010), juntamente com outros psicanalistas, desenvolveram o Traço do Caso em termos de um dispositivo da prática psicanalítica, de uma pesquisa que encontra nas dimensões ética e teórica a questão do desejo do analista. Para os autores, o trabalho realizado no Traço do Caso é também um “não-assinado”, tendo em vista que se trata do analítico, do que está a advir, e não especificamente de um analista ou de um caso.

⁶ pour que la psychanalyse par contre redevienne ce qu'elle n'a jamais cessé d'être: un acte à venir encore.

⁷ Ceci n'autorise nullement le psychanalyste à se suffire de savoir qu'il ne sait rien, car ce dont il s'agit, c'est de ce qu'il a à savoir. Ce qu'il a à savoir, peut être tracé du même rapport “en réserve” selon lequel opère toute logique digne de ce nom. Ça ne veut rien dire de “particulier”, mais ça s'articule en chaîne de lettres si rigoureuses qu'à la condition de n'en pas rater une, le non-su s'ordonne comme le cadre du savoir.

Destacamos a distinção feita por Leroy (2010) entre o Traço do Caso – o conjunto do dispositivo, na articulação de três espaços-tempos: o seminário, a sessão pública e os cartéis –, e o seu objeto, sobre o qual nos debruçamos, o traço do caso, que não cessa de reenviar ao traço unário, ponto de partida, como vimos, de onde se produz a incidência do significante, suporte de identificação do sujeito.

Tanto o Traço do Caso como o traço do caso constituem pontos de capitonagem do Real, do Imaginário e do Simbólico, evidenciando “pedaços de real” concernentes tanto ao analista como ao paciente (Leroy, 2010). O autor considera poder-se falar em termos de enodamentos dos quais o traço participa e nos quais ele se torna anel da cadeia. Assim, num mesmo movimento em que alguma coisa se enoda ou se nomeia, algo se desata, por vezes apaga-se, articulando-se ao insuportável desse fragmento de real, que escapa de uma possível apreensão, não cessando de fazer retorno.

“O traço faz ligação ou a rompe, como uma interpretação, um dito espirituoso. Ele faz ligação entre a história do sujeito e as estruturas em causa na cura. O traço, então, une, mas também corta. Ele sublinha. O traço atira, traça, escreve, suprime, ele barra”. (Dumézil, 2010b, p.55, tradução nossa)⁸. É, portanto, o laço entre o desejo do paciente e o desejo do analista que faz emergir o traço do caso enquanto ficção que reenvia à falta, à castração, à barra significante. Assim, o dispositivo não se encerra no caso em si, mas no que, do caso, faz traço para o analista, permitindo um “deixar-vir”, que vai do ato enunciativo na transferência para um tempo de escrita, deslocando a posição enunciativa de seu lugar inicial.

Consideramos relevante a observação de Leconte (2013), no que considera espaços transferenciais distintos, acerca da transferência que se apresenta, na retomada do caso, no *a posteriori*, possibilitando uma articulação espaço-temporal entre teoria e prática. Não se trata, pois, da transferência que Lacan (1968, p.18) situa no início da psicanálise, no sentido do trabalho da transferência na cura, mas de uma variante, a “transferência de trabalho”, que, apesar de ter por vezes efeitos analíticos, permanece inalisável (Leconte, 2013, p.71).

Ao ressaltar que a ficção é construída na “pesquisa de um traço” – apontando, por vezes, para o que Ziri (2010) considera um ponto cego no processo analítico –, Dumézil a situa como passarela que “permite passar” entre o Real não analisado e o Simbólico. Brémond (2010a) destaca, assim, que a pesquisa de um traço dá-se, a partir do que operou ou foi impedido no encontro entre paciente e analista, numa apresentação orientada do material

⁸Le *trait* fait lien, ou le brise, comme une interprétation, un trait d’esprit. Il fait lien entre l’histoire du sujet et les structures en cause dans la cure. Le trait unit donc, mais perce aussi, coupe. Il souligne. Le trait tire, trace, écrit, il biffe, il barre. Il tue aussi bien et sépare.

clínico que pode desembocar em outras vias conceituais. Trata-se de uma dimensão teorígena, face ao deslocamento das posições iniciais, à subversão dos enunciados teóricos de partida e dos aprisionamentos ideológicos, fazendo emergir o traço no entre-dois que separa o fantasma do conceito (Brémond, 2010b, p.66). “[...] parece-nos que não é possível teorizar a partir apenas das palavras do paciente ou das do analista, mas essencialmente a partir desse traço – dessa junção” (Tauber, 2010, p.63, tradução nossa)⁹.

No deslocamento que possibilita, ao permitir passar da resistência de significantes a uma “reescrita” no ato enunciativo, o dispositivo do Traço do Caso faz-se instituinte – a instituição do desejo do analista de uma parte, do sujeito barrado pelo significante de outra parte – revelando, na escrita da origem e da história do sujeito, a “surpresa de um efeito de sujeito” (Dumézil, 2010a, p.139). O autor enfatiza um originário que não implica apenas a história do sujeito, mas que concerne ao ato analítico, no que diz respeito à palavra e a seu endereço. “Trata-se de explorar todas as facetas do ‘a quem eu falo?’ que faz surgir o ‘de onde eu falo’, onde se situa e se origina um sujeito” (Dumézil, 2010c, p.158, tradução nossa)¹⁰.

Destaca-se, então, o traço na escuta e na escrita do caso, a partir dos endereçamentos entre o sujeito e o Outro, o que nos reenvia ao trabalho em torno do “fato clínico”, coordenado por Czermak (2008). Além de possibilitar novos aportes teóricos, o traço do caso, na *Présentation de malade*, desperta para uma nova forma de fazer a clínica, por vezes, de desfazê-la, na proposta de “fazer do caso, o traço” (Santurene, 2008, p.14).

Santurene (2008) propõe que cada um ocupa um lugar inédito com relação à palavra inaugural do paciente, num trabalho de destacamento de um fato clínico que escapa à operação habitual, diante de um “embaraço a desatar”. O confronto com o inusitado convida a uma nova (des)apreensão que, no estabelecimento de um fato clínico, opera uma distância do trabalho teórico habitual, num processo em espiral, em que se dá o encontro com o “traço do caso”, com um novo fato clínico, distinto daquele que originou essa busca, numa redescoberta do paciente (Bernardino, 2010).

Na escuta ao paciente psicótico, Santurene (2008, p.15) destaca que o “sujeito do embaraço” é confrontado com a divisão entre a obrigatória inscrição social e a indispensável ética do singular, entre o cuidado e a brutalidade das conveniências sociais de um “sujeito”

⁹ [...] il nous semble qu’il n’est pas possible de théoriser à partir des seules paroles du patient, ou de celles seules de l’analyste, mais essentiellement à partir de ce « trait » – de cette jonction.

¹⁰ [...] à quelque chose de l’ordre de l’acte analytique, acte tout entier dans la parole et dans la question de son adresse. C’est d’explorer toutes les facettes du « à qui je parle? » qui fait surgir le « d’où je parle », où se repère et s’origine un sujet.

adaptado à realidade institucional. “Destacar o fato clínico é refutar o voto de comiserção social que visa à readaptação num corpo social cuja articulação não é mais posta em questão” (p.16, tradução nossa)¹¹.

O autor chama atenção para o que seria o inverso de “uma forma de fazer” (*façon de faire*): “uma forma de silenciar” (*façon de taire*). Faz, ainda, um trocadilho entre *façons de faire* (formas de fazer) e *façons de fer* (formas de ferro), convocando ao não cessar de empunhar suas armas, de estar na extremidade inusitada da clínica, de modo a permitir emergir o fato clínico e “outras formas de fazer da transferência”. Naquilo que escapa e naquilo que se renova na clínica, sugere que, por vezes, frente ao embaraço, há algo que resiste à transferência e não na transferência.

Partindo da formulação de Lacan de que todas as psicoses conduzem a uma causa *Una* – a forclusão do nome-do-pai –, Melman (2008) questiona se haveria, nesses quadros, o *Um* que pudesse servir a uma ação original, considerando que a proposição do “traço do caso” permite vislumbrar o que faria *Um*, o próprio traço do caso, a ser isolado como específico de determinado caso. Referindo-se às categorias lacanianas do Real, do Simbólico e do Imaginário, sugere que o *Um* na psicose consistiria na forma como se dá o desenodamento dos três registros. O traço do caso, portanto, implicaria a tentativa de isolar, em cada caso de psicose, o modo específico de desenodamento, por meio do qual o paciente encontraria, ele mesmo, uma forma de fazer. “[...] dizer que há um traço é formidável! Não é qualquer coisa que compete a nossa conceitualização, é algo que é interno à própria psicose” (Melman, 2008, p.296, tradução nossa)¹².

A escolha pelo Traço do Caso enquanto dispositivo teórico-clínico metodológico deu-se a partir do que constituiu um embaraço na intervenção, a “surpresa de um efeito de sujeito”, no intuito de apreender um fato clínico, o *Um* que demarca a história de Vitor e de Marcos. Ao fazer emergir, na escuta aos adolescentes, uma passagem do ato à palavra, que culminou na escrita do caso, abriu-se um espaço, na intervenção e na escrita, para que eles nos interrogassem, apontando novas formas de pensar e de fazer a clínica com esse público.

Conforme propôs Tyszler, evidenciamos, a partir da transferência e do destacamento de um traço, o aspecto mais singular desses adolescentes com relação aos universais. Partindo, portanto, de uma clínica mais geral, do que poderia constituir uma categoria clínica – que a situaria apenas numa constatação nosográfica –, buscamos distinguir, em meio à

¹¹ Mettre en exergue le fait clinique, c’est réfuter ce vœu de commisération sociale qui vise à la réadaptation dans un corps social dont l’articulation n’est même plus mise en question.

¹² [...] dire qu’il y a un trait, c’est formidable ! Ce n’est pas quelque chose qui relève de notre conceptualisation, c’est quelque chose qui est interne à la psychose elle-même !

errância generalizada dos “meninos de rua”, a história singular do adolescente. Ressaltamos, nesse sentido, naquilo que opera na clínica e na pesquisa psicanalítica, a relevância de se encontrar um traço estrutural que identifique o caso nele mesmo; um traço singular que faça a assinatura do caso. Destacamos que não se trata de situar o traço do caso no sujeito, mas no efeito que o caso produz naquele que escuta, naquilo que afeta o clínico, que o constrange – a partir do tropeço em fragmentos do Real – que o coloca a trabalhar, na escrita e na construção fictícia do que para ele, do caso, faz traço, delineando uma hipótese de trabalho.

2.6. O inusitado na pesquisa psicanalítica

Conforme destacamos no início deste capítulo, a pesquisa não é guiada por um saber previamente estabelecido, a ser verificado ou refutado, sobretudo, quando o que está em causa é o saber do inconsciente. Assim entendemos que o método norteia a pesquisa, seu objeto e seu objetivo, mas não constitui, como destacam Rosa e Domingues (2010), um *a priori* da pesquisa, sendo produzido na e pela investigação. Enfatizamos, portanto, a submissão do pesquisador ao que emerge de sua prática e ao longo da pesquisa, devendo ele consentir o inusitado que impõe seu acolhimento e reformulações no caminho previamente traçado.

Posto isso, esta pesquisa foi inicialmente pensada no sentido de, a partir da “construção do caso clínico” e da proposição do Traço do Caso, revisitar a história de Vitor, aquilo que dela emergia como “embarços a desatar”. Com essa construção, destacamos o interesse de escutar outros adolescentes e algumas mães, a fim de, com a proposta da História de Vida, traçar um possível diálogo entre essas histórias, de modo a apreender a errância do adolescente em situação de rua.

Com a trajetória metodológica a seguir, contatamos duas instituições de acolhimento – uma da gestão pública, outra não governamental; a primeira, com o perfil de moradia para os adolescentes; a outra, com a proposta de atendimento diurno – que autorizaram a realização da pesquisa e, num período de cinco meses, foram por nós frequentadas¹³. Nesses momentos, ora realizamos entrevistas com adolescentes e com profissionais da instituição, ora acompanhamos a equipe em visitas domiciliares, ora observamos as atividades desenvolvidas com os adolescentes.

¹³ Salientamos que, antes de iniciarmos a pesquisa, de posse das Cartas de Aceite e dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, submetemos o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Católica de Pernambuco, que aprovou a sua execução, através do Parecer nº 226.798, assinado em 22 de março de 2013.

Ambas as instituições destacaram a dificuldade que enfrentavam naquele período, quanto a assegurar um atendimento sistemático aos adolescentes, tendo em vista a baixa assiduidade aos serviços, atribuída, em geral, ao envolvimento cada vez mais preocupante com o *crack*, aos problemas estruturais do espaço institucional, ao próprio perfil do adolescente em situação de rua, que vagueia por vários espaços.

No período de realização da pesquisa, entrevistamos sete adolescentes e uma mãe. Dos adolescentes, na faixa etária de 14 a 18 anos, cinco foram entrevistados uma única vez, dadas as dificuldades acima destacadas; outro, duas vezes; e o último adolescente, Marcos, apresentou um interesse significativo pela pesquisa, que logo se traduziu por uma necessidade de fala e de construção, resultando em doze encontros, não previamente delimitados. Os encontros transcorreram na medida do engajamento do adolescente, assim como do retorno dado pelos profissionais da instituição a respeito da relevância desse espaço, que se fez de intervenção, no momento de vida do adolescente. Ao longo desse processo, o objetivo dos encontros era sempre retomado com o adolescente, a fim de situá-lo face aos limites e ao enquadramento da pesquisa, apontando possíveis encaminhamentos ao seu término.

Deparamo-nos com um inusitado na pesquisa, no que concerne: a seu formato inicial; à disparidade no modo como transcorreram as entrevistas em relação a Marcos e aos outros adolescentes; às questões importantes de análise que a escuta a Marcos evocou; à inviabilidade, constatada num estudo mais aprofundado sobre o Traço do Caso, de se fazer, diante dos limites da pesquisa, uma análise pormenorizada da história de todos os adolescentes entrevistados. Ajustes na proposta inicial foram, assim, necessários, de modo que optamos por tomar a história de Vitor e de Marcos como material clínico a ser analisado, recorrendo, nas questões suscitadas pela apreensão dessas histórias, a fragmentos clínicos da experiência institucional com o público.

Retomamos o questionamento feito por Tyszler quando me indagou sobre a escolha pela história de Vitor; questionamento que estendemos à escolha pela construção do caso Marcos. Aquilo que constituiu um tropeço – na intervenção, na pesquisa –, bem como os endereçamentos que me foram feitos na transferência, na escuta ao singular que os destacou da categoria “menino de rua”, circunscreveu o desejo da clínica-pesquisadora, impondo a construção de formas de fazer a clínica com o adolescente em situação de rua. Foi, portanto, na escuta e no consentimento ao que, na clínica e na pesquisa, constituiu um inusitado e um “embaraço” a desatar que se esboçou o caminho teórico e metodológico a ser percorrido nesta tese, com vistas, sobretudo, a deixar-se questionar pelo que, no discurso de Vitor e Marcos, constituiu um destaque importante: a errância do adolescente em situação de rua.

CAPÍTULO 3

Na escrita do caso, a inscrição do sujeito

Engajado a viajar com aqueles que a ele se endereçam, de ilusão em semblante, de semblante em ficção, ele [o psicanalista] faz o percurso até o final, mas ele não sabe, de início – não mais do que o outro viajante – se a chegada é à Cracóvia ou à Lemberg” (Brémond, 2010c, p.171, tradução nossa)¹⁴.

No capítulo anterior, discutimos a pesquisa psicanalítica e apresentamos a trajetória metodológica desta tese. Enfatizamos, na escrita do ato enunciativo, a pesquisa por um traço que remonta à origem do sujeito naquilo que concerne ao ato analítico, ou seja, a palavra e o seu endereço. Em se tratando do endereçamento que opera na clínica e na pesquisa com o adolescente em situação de rua, “fazer o caso falar” (Czermak, 2008) remete, de acordo com Rosa (2004b), ao “jogo imaginário e simbólico” que se institui na escuta, a qual decorre, conforme sugere a autora, de uma relação entre sujeitos que ocupam “lugares opostos na estrutura social: a inclusão e a exclusão”.

A escuta do discurso desses sujeitos fica insuportável, não só pela situação em si ou pelos atos que cometeram, mas porque tomar esse outro como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, dor e humilhação, situações geradas pela ordem social da qual o psicanalista usufrui – é levantar o recalque que promove a distância social e permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranoicos, com o outro miserável. (Rosa, 2004b, p.154)

Escutá-los, convocá-los à fala, implica, portanto, romper com o “pacto de silêncio do grupo social a que pertencemos e do qual usufruímos” (p.155); implica considerar o sujeito desejante, pinçá-lo em sua experiência singular. Ou seja, naquilo que está para todos – como a mensagem universal “bate-se numa criança” –, trata-se de apreender o sujeito em seu modo singular de “fazer com”.

A narração de uma história implica a construção de uma ficção na qual se encontram atrelados elementos da realidade psíquica, que entra em cena como “critério de verdade do discurso produzido em transferência” (Poli, 2005, p.165). Não se trata, no entanto, de desconhecer as condições que delimitam a produção de uma ficção como versão possível de um saber sobre o Real, de modo que a forma como “um sujeito ‘recheia’ sua narrativa para que a ficção construída possa ter ‘valor’ de verdade, é uma questão que interessa ao psicanalista” (p.167).

¹⁴ Engagé à voyager avec ceux qui s’adressent à lui, d’illusion en semblant, de semblant en fiction, il fait le parcours, jusqu’à la fin; mais il ne sait pas au départ – pas plus que l’autre voyageur – si l’arrivée est à Cracovie ou à Lemberg.

Diante das “fantasias de origem”, que compõem o terreno sobre o qual se constrói a ficção, cabe interrogar o que impõe limite de veracidade às narrativas ficcionais, bem como as precondições do Outro no estabelecimento do lugar do sujeito na narrativa (Poli, 2005). É fundamental, portanto, a partir do lugar do qual se constrói uma ficção, indagar o modo como a palavra chegou até o sujeito, viabilizando, ou não, um deslizamento significativo em seu discurso. “Ao contar-se, o paciente põe-se a produzir (e reproduzir) uma história que, ao ser narrada [...], revela as articulações significantes inconscientes que marcam o lugar do sujeito no discurso” (p.168).

O discurso do adolescente em situação de rua mostra-se, muitas vezes, empobrecido, desarticulado, sem um encadeamento lógico entre as ideias, o que indica defasagens na aquisição da língua, desorientação no tempo e no espaço, confusão das ideias decorrente dos efeitos das drogas. Ressaltamos, sobretudo, do lugar de exclusão a partir do qual eles falam, um comprometimento na instância simbólica, na circulação da palavra, uma carência dos suportes identificatórios, o que implica “uma particular dificuldade de simbolização do real, de inclusão do sujeito na sua experiência, isto é, uma dificuldade na constituição da ‘realidade psíquica’” (Poli, 2005, p.170).

“Fazer” o sujeito falar possibilita, no “reencontro com os significantes que lhe haviam sido, indevidamente, usurpados” (Poli, 2005, p.234), uma construção por meio da qual o sujeito narrador – que narra a dor – conta sua história e é por ela contado. Na escuta à ficção do sujeito, situamos a passagem para a escrita de outra ficção, a partir dos efeitos que a construção do sujeito provocou em nós. Uma escuta “despretensiosa”, que acompanha o caminho pelo qual a fala e o desejo do sujeito nos conduzem.

Foi nessa direção que a escuta a Vitor e a Marcos se deu, seguindo o trajeto percorrido na fala, num processo que se fez de escrita, inscrição, autoria. Apesar de atravessados por alguns dos impasses acima destacados, ressaltamos o modo diferenciado como articulam suas ideias, sustentam alguns argumentos, resgatam lembranças infantis, constroem a sua ficção. Situamos, assim, nos efeitos dessa ficção em nossa escuta, bem como naquilo que se fez peculiar em relação aos “meninos de rua”, a razão pela qual, no encontro com o inusitado, deu-se a escolha do caso.

3.1. Vitor: “de geração pra geração, de pai para filho”

Retomar a escrita do caso Vitor, nesse momento, à luz do dispositivo teórico-clínico metodológico do Traço do Caso, indica o que, nos embaraços da relação transferencial, nos

tropeços produzidos pelo caso na escrita, conduziu a uma construção que, ancorada nesse fazer clínico, desenhou a trajetória a ser percorrida nesta tese.

Vitor chega à instituição, onde foi acompanhado por três anos, aos 15 anos de idade. No primeiro contato, de forma escorregadia, dá seu nome completo – Pedro José Martins –, seus apelidos – Pablo e Vitor –, bem como o nome de seu pai e de sua mãe, a “mãe de verdade”. Diz que fugiu de casa há três anos, porque era agredido por sua mãe. Recusa-se a informar o endereço de sua família, para que não seja feita visita domiciliar e sua mãe não venha buscá-lo. Fala da passagem em várias instituições, das quais saiu por transgredir as normas.

Chama-nos a atenção o fato de chupar dedo e de carregar em seu polegar um paninho que acaricia. Diz ter esse “costume” desde os cinco anos de idade e que, desde criança, roubava objetos de colegas na escola: “Claro que eu me lembro dessa época! Mas tá bom, pode mudar de assunto. Já tô deslizando de novo!”. Ao mesmo tempo em que se diverte ao dizer que mentiu sobre seus dados, parece interessado em contar sua história, algo que lhe soa extremamente ameaçador.

Gradativamente, passa a não mais sair abruptamente da sala, como costumava fazer. Pede para ir embora – “Deixa eu sair!” – parece “preso” à cadeira, segurando-a com força e se balançando, como se quisesse dela desprender-se. Embora lhe seja dito que pode levantar-se e ir embora, ele diz que somente sairá quando lhe for aberta a porta, o que se contrapõe ao modo como saiu de casa, fugindo.

Regozija-se ao falar dos delitos, do uso de substâncias psicoativas, da violência da rua, esquivando-se sempre que outros adolescentes falam de seu envolvimento com homens mais velhos em troca de dinheiro para comprar drogas. Diz sentir-se “grande”, “mais forte” com a cola, com a “lombra”, com a “viagem”. A esse comentário, digo que, certa vez, vi-o cheirando cola, fragilizado, quase caindo ao chão – uma cena difícil de ver, reveladora de um adolescente extremamente vulnerável. Vitor parece surpreso, irrita-se, mas logo passa a falar da coragem que precisa ter para roubar, do apaziguamento da fome, das queimaduras que tem na boca quando a cola a atinge.

Envolve-se constantemente em conflitos, mostra-se arredio, agressivo e intolerante a qualquer frustração. Cobra com vigor o cumprimento das normas da instituição, embora as transgrida frequentemente. Responsabiliza sempre o outro por tudo que lhe acontece, que faz, não se implicando em seus atos, os quais, a seu ver, são sempre muito bem justificados. Seu tempo parece limitar-se ao presente e, com esse tempo, joga para impor a urgência de seus pedidos: “Minha senhora, eu não sei nem se amanhã eu vou estar vivo, quanto mais daqui a

três dias!”. Quando não obtém o que quer ou se sente desafiado, recorre à força física. A necessidade de contê-lo fisicamente, em momentos em que a fala parece não alcançá-lo, deixa-o transtornado, dizendo, muitas vezes, que aquele que o contém o machuca.

Observa-se uma aversão ao contato físico, sobretudo, quando alguém o aborda pelas costas. Certa vez, em resposta a um toque no ombro, revida com agressividade, o que parece constituir, para além de um ato violento, um reflexo a uma invasão num corpo despedaçado, destituído de um continente que lhe sirva de barreira protetora.

Apesar de não ter informado o endereço de sua família, irrita-se quando outros adolescentes recebem convites para o encontro com os pais, chegando a tomá-los à força e rasgá-los. Em alguns momentos, recebe um convite em seu nome, ao que se irrita, dizendo: “Você sabe que pra casa eu não vou!”. Vitor aponta essa possibilidade quando, após seis meses de acompanhamento, chama-me à rua e diz, pela primeira vez, seu nome completo e a unidade do Conselho Tutelar que o acompanha. Relata não estar interessado em ter qualquer retorno, porém, mais uma vez, “preso à cadeira”, apesar de irritado, escuta as informações obtidas. Ele só não havia distorcido o nome completo de sua mãe. Seus pais residem num pequeno município do Estado, a mãe é doméstica, o pai, relojoeiro e Vitor saiu de casa devido às agressões que sofria por parte dos pais.

3.1.1. *Um confronto na construção de sua história*

Após um tempo sem aparecer, Vitor chega à instituição, em boas condições de higiene, com aspecto saudável, com seu nome tatuado no braço. Diz não estar mais na rua e afirma ter ido visitar seus pais, que lhe pediram para ficar – uma visita que não aconteceu. Está morando numa casa de acolhimento da Funase¹⁵ por ter roubado e agredido um adolescente. Após acordo com a instituição de acolhimento, os atendimentos semanais são retomados.

Aos poucos, Vitor passa a falar de sua história, o que nos permite compreender sua errância pelas ruas nos últimos quatro anos. Afirma não estar mais cheirando cola e diz sentir falta do artame e do diazepam, que tomava na Funase para conseguir dormir. Descreve as alucinações, referindo-se aos bichos e aos vultos que via, assim como às vozes das “crianças que sofreram e morreram lá dentro”. Relata uma briga em que se envolveu por terem xingado

¹⁵ Fundação de Atendimento Socioeducativo.

sua mãe: “Você sabia que lá dentro a mãe é mais idolatrada do que aqui fora? Se chamassem a sua mãe de puta, a senhora ia fazer o quê?”

Apesar de divertir-se falando de suas brigas e transgressões, distingue seu momento atual do período em que, “menino de rua”, frequentava a instituição diariamente e questiona se pode voltar a ser como antes. Aos poucos, consente no deslizamento de sua fala, destacando a raiva e a falta de controle quando o perturbam. Indagado se a agressão é a única resposta possível, comenta: “Agora, sim. Vai dizer que a senhora se controla? Se, quando eu crescer, do tamanho da senhora, e ficar da forma como a senhora tá, pode ser que eu fique diferente”. Chama-me a atenção o fato de, no atendimento posterior, ele perguntar se posso ensiná-lo o jogo de damas e, nesse mesmo dia, ao sair da sala de atendimento, pedir que os atendimentos não sejam “cortados”.

Apesar de persistirem o incômodo e a aversão ao contato físico, Vitor passa a “tolerar” outras formas de contato, como num momento em que, antes do atendimento, vem chamar-me na sala, estende sua mão em direção à minha e começa a alisá-la de um modo cuidadoso, distinto do murro do qual me esquivei em seu revide ao toque no ombro.

O “abrigo” adquire uma conotação familiar para Vitor. Reclama das regras, das atribuições a serem cumpridas; diz que se sente preso como se sentia em casa; queixa-se de uma funcionária: “Ainda por cima, tem o nome de minha mãe!”. Define o “abrigo” como um lugar “para quem não tem casa e pra quem a mãe não quer de volta”.

Afirma não querer que seja feita visita a seu pai porque sabe que ele irá buscá-lo – um desejo de volta que se contrapõe ao medo de que seu pai não venha: “Se ele vim, eu sei que eu vou pra casa, mas vou querer voltar pra rua de novo”. Assim, lembra a vez em que, ainda criança numa instituição, sua mãe foi buscá-lo e ele voltou para casa.

É comum a fala “você sabe que pra casa eu não vou”, diante da qual comento que ele deve ter motivos para ter saído de casa, ao que Vitor se inquieta, balançando a cabeça afirmativamente e diz: “Já passamos do tempo!”. De fato, o tempo da sessão havia encerrado há um minuto – tempo que ele controla com muita precisão, o que me faz pensar sobre a profissão de seu pai, que é relojoeiro. Mas a que tempo ele se referia, quando falávamos exatamente do período em que havia saído de casa?

Sob a exigência da juíza, Vitor informa seu endereço e chega à instituição, agressivo, no dia em que o “abrigo” foi visitar sua família, tendo se recusado a ir. Diz que vai passar o tempo todo jogando damas, mas guarda as peças e fica em silêncio. Após dizer-lhe que entendendo sua inquietação, ele pede que lhe dê o meu brinco e comenta: “Vai, me dá, passa de geração pra geração, de pai para filho”.

Vitor é confrontado – e permite confrontar-se – com a sua certidão de nascimento. Volta a insistir no pedido pelo brinco: “A senhora podia me dar, de geração pra geração, de pai para filho”. Questionado sobre o que lhe foi transmitido “de geração pra geração”, fala, pela primeira vez, o nome verdadeiro de seu pai. Relembra um objeto de seu avô paterno, que seu pai lhe dera: “Eu botei num badoque e tentei matar um passarinho. Caiu na lama e eu perdi”. E acrescenta: “Se a senhora me der seu brinco, eu não jogo fora não”. Comenta, ainda: “Eu ganhei, porque minha avó teve minha mãe e minha mãe me teve”.

Destaco que o nome de sua família também passou de “geração pra geração” e leio o nome completo de seus pais e de seus avós. Atento, Vitor escuta e fala o nome de seus irmãos, dizendo que todos têm o sobrenome da mãe e do pai. Diz ser o mais velho e que sua mãe não gosta de falar dos dois primeiros que morreram antes dele. Comento que deve ser difícil para ela falar e ele reage: “É. Mas ela perdeu eu e meu outro irmão também” – aquele com quem fugiu de casa. Diz que são muitos nomes evangélicos, mas nenhum ficou com o José de seu pai: “Era pra ter alguém com o nome José” – nome que ele utilizou naquele informado à instituição – Pedro José Martins.

A possibilidade de um reencontro com sua família deixa-o apreensivo, endereçando muito ódio à instituição. Furioso, questiona: “Por que vocês se preocupam tanto comigo?”. E indaga de que teria adiantado parar de cheirar cola. Ameaça chegar à instituição como antes e volta a requerer um lugar – por ser um dos mais antigos na instituição, assim como é o filho mais velho. Diz sentir raiva de mim por ter caído do ônibus a caminho do atendimento. Pergunto por que sou culpada e ele diz: “Não. É bem minha mãe que é culpada por tudo!?” Após um tempo em silêncio: “É por isso que eu prefiro ficar jogando damas, que nem criança”. Fala da vontade de me xingar, mas revela que prefere não fazê-lo e vai embora dizendo: “Eu não quero vim mais para cá”.

3.1.2. No reencontro com a família, uma tentativa de filiação

No retorno de Vitor para casa, que se deu por determinação judicial, sentimentos ambivalentes perpassam a reinserção familiar, segundo sua mãe, quatro anos após sua saída. “Quatro anos não! quatro anos, oito meses e quinze dias!”, retifica Vitor.

Em sua volta para a família, o encontro com quatro novos irmãos, o confronto com uma dinâmica familiar que revela o lugar de Vitor, as marcas não elaboradas de uma infância sofrida, a tentativa de ficar em casa e a inviabilidade disso, a “escolha forçada” (Ferreira,

2001) de fugir de casa e ser “menino de rua”, no anonimato e na destituição que essa marca acarreta.

Oscilando entre o desejo de ficar em casa e voltar para rua, fala da vontade de trabalhar, embora afirme que o melhor vai ser voltar a roubar. Na fala da mãe, a satisfação por ter o filho de volta, paralelamente ao desejo de que ele vá embora, pois diz não saber mais quem é Vitor – que saiu de casa uma criança e voltou um “homem” – nem o que ele fez na rua e o que seria capaz de fazer com “seus” filhos. Na fala do pai, a suposta satisfação pelo retorno, num contraponto ao medo que tem do que ele pode fazer com “seus” filhos.

Vitor provoca na mãe essa apreensão ao relatar episódios da rua, pedindo sempre minha confirmação: “Ela sabe, pode perguntar”. De fato, a instituição possui um saber a seu respeito que ameaça sua mãe. Ao mesmo tempo, faz-se necessário legitimar o saber que ela tem de seu filho, convocando-a a situá-lo na história da família.

Vitor passa a se relacionar melhor com seus irmãos e explica: “Eu não fiz nada. Foram eles que perderam o medo de mim”. Frequenta a escola, ajuda seu pai, faz pequenos serviços para vizinhos. Esses investimentos, porém, não se sustentam, cedendo espaço a conflitos e agressões. Envolve-se com roubos e drogas, passa noites fora de casa, quebra objetos da família, agride seus irmãos, ameaça seu pai com uma faca no pescoço. Em vista disso, sua mãe revela o desejo de vê-lo longe da família: “Ele é muito ruim, tira sangue dos meninos, grita comigo, manda eu ir praquele canto. A gente não quer ele mais aqui não”. Por sua vez, o pai endossa esse desejo: “O que ele faz não é de gente não. Ele é desumano. Já é caso de polícia. Eu quero que ele vá preso pra trabalhar e pagar pelo lugar onde dorme. Vejo a hora de alguém vim cobrar dele e ter uma chacina lá em casa, com meus filhos”.

Vitor “intima” sua mãe a cuidar dele, ao dizer, entusiasmado, que ela terá que acompanhá-lo ao Conselho Tutelar, assim como comemorar seu aniversário. Sua mãe, porém, diz não poder ir por ter que cuidar de “seus” filhos: “Eu tenho meus filhos pra cuidar, não posso ir”. Diz não entender por que Vitor, às vezes, aos 17 anos, insiste em dizer “mas eu ainda sou uma criança”. Ao completar 17 anos, seu pai afirma não ter mais nenhuma responsabilidade sobre ele, alegando: “17 anos com mais nove meses que ele passou na barriga da mãe, ele já é de maior! Agora, ele fica falando de coisas que aconteceram lá trás e que não fazem mais sentido”.

Convocada a falar da história de seus filhos, Joana diz que teve 12 filhos e que “Vitor está no lugar do morto”, pois ele nasceu quatro anos após a morte de seu filho. Quase sem pausa no seu discurso, relata que foi a filha que mais apanhou; era a filha mais velha – assim como Vitor –, responsável pelos irmãos menores e afazeres domésticos: “Eu tenho muita

cicatriz na cabeça de pisa com cipó de goiaba”. E Vitor a interrompe: “Eu faço questão de raspar minha cabeça pra senhora ver quantas marcas eu também tenho na cabeça das surras que eu levei”.

Sobre o nascimento de Vitor, Joana afirma que foi tranquilo e que moravam em outra casa. Vitor a interrompe: “A senhora pensa que eu esqueci quando meu pai foi embora e deixou a gente aqui, sozinho? Eu me lembro de muita coisa!”. Joana diz que o pai dele o procurava muito quando ele fugia.

Apesar de Vitor escutar tudo com atenção, dizendo nunca ter sabido dessas histórias, observamos que mãe e filho não se dirigem um ao outro, mas sim à escuta da instituição, um elemento terceiro que tenta situar a história da família entre os dois.

Vitor descarrega sua vivência de rua como uma dívida de seus pais para com ele, exigindo uma “prestação de contas”, apelando por um lugar outro que lhe é recusado. Sua mãe queixa-se de seus maus tratos em relação aos irmãos e ele diz que é muito ruim ouvir seus pais falando pelas costas, chamando-o de “desgraçado”, de “amaldiçoado”, dizendo que ele não devia ter voltado. Afirma que seus pais batiam nele e que, hoje, não mais o fazem com seus irmãos, razão pela qual diz bater neles para descontar. Diante disso, a mãe questiona: “Ele diz que tá descontando o tempo que passou na rua. O que isso tem a ver?”.

Nesse mesmo dia, Vitor comenta que gostaria de passar o final de ano em Olinda. Sobre isso, sua mãe comenta: “Ele nem sabe que a festa aqui a gente amanhece o dia!”. Vitor se queixa: “Só um milagre pra fazer ela me dar um beijo e fazer carinho”. Ao sairmos de sua casa, sua mãe chora e ele comenta que sempre demoramos muito a voltar, sugerindo que conversemos mais com seu pai.

Se Vitor tenta fazer um apelo a seus pais, ele o faz sob uma forma de difícil leitura, pautada na violência que dirige a seus irmãos e a seus pais. Um movimento semelhante ao que ocorrera na instituição, dela demandando uma contenção para sua destrutividade. Seus pais, no entanto, encontram-se num confronto direto com o Real que insiste em retornar na fala e nas atuações de Vitor. Do “lugar do morto”, ele evoca na mãe situações dolorosas que a expõem, no papel de filha, na posição de mãe que não consegue ocupar.

Algo por ele cruamente reproduzido ao expulsarmo-nos de sua casa numa visita: “Não preciso mais de vocês. Se eu precisar, sei muito bem onde ir”. Diz conseguir tudo do seu jeito, ameaça roubar, agredir e jogar água em nossa direção. Empurra-nos para fora e, na porta, na fronteira entre a casa e a rua, diverte-se ao dizer fazer conosco o que fazíamos com ele na instituição. Como não cedemos à sua “ordem” de irmos embora, na tentativa de sustentar uma

intervenção, Vitor, furioso, estoura o balde com água no chão, mas não o faz em nossa direção, como, certamente, faria anteriormente.

Após oito meses em casa, Vitor volta a morar na rua. Procura a instituição, pergunta se fiquei com raiva dele na última visita e pede o brinco mais uma vez. Diz que saiu de casa porque estava sendo ameaçado de morte e pede que avise a seu pai que já chegou. Já nesse dia, envolve-se em conflitos, sendo impedido de entrar no dia seguinte. Reivindica, então: “Vocês querem me tirar como otário! Eu sou daqui! Agora o cara chega aqui, é das antigas e é barrado”. Assim, reproduz, a nosso ver, o que acabara de viver em casa.

Na visita a sua família – à qual Vitor não foi –, seu pai o chama de “mau elemento”: “Tem gente que diz que é falta de educação, mas não é, porque ele não foi criado o tempo todo aqui, saiu de casa com onze anos. Então, não é meu filho não”. Pai e mãe dizem estar aliviados por ele ter ido embora e comentam que só aguardam a notícia de que ele morreu: “Ele vai morrer. Aprontando como ele apronta, ele vai morrer ou ser preso”. Seu pai mobiliza-se quando comunicamos que Vitor pediu que ligássemos para ele; preocupa-se em saber se ele está dormindo na rua e telefona no fim de semana para saber notícias do filho.

Na instituição, a destrutividade, as ameaças e os conflitos são retomados. Responsabiliza as pessoas por estar na rua, por ter perdido suas roupas e estar “preso” nessa situação. Após uma semana, é espancado e “expulso” pelos adolescentes do lugar onde estava dormindo, devido a seus “vacilos”. Após um ano, Vitor, que não tinha mais idade para frequentar a instituição, reaparece e pede para ser abrigado na instituição em que ficou quando criança, pois em sua casa “não tem lugar nem para colocar as roupas”. Meses depois, é visto trabalhando num restaurante, como segurança, na porta, a fazer fronteira entre o dentro e o fora. Mais um espaço, no entanto, no qual ele não se sustentou, que não o sustentou.

3.2. Marcos: “se a senhora souber da minha história direito...”

Marcos, 15 anos, chega à instituição por meio do Conselho Tutelar, após uma trajetória marcada por fugas de casa, vivência de rua, tráfico de drogas, cumprimento de medida socioeducativa, passagem em várias instituições, o que reflete a indefinição de lugar e a incerteza quanto a sua origem: “Disseram que minha mãe é de Olinda, aí botaram eu pra cá. Depois, o Conselho daqui disse que minha mãe era de Recife. Ficaram jogando eu pra lá e pra cá. Aí depois terminaram de parar aqui”.

Ressalto a variedade de formas de tratamento com que se refere a mim – “véio”, “véi”, “tia”, “senhora” – e, ainda, um vocativo masculino, ao final da fala – “menino” –, empregado

125 vezes ao longo das entrevistas. Marcos diz ser difícil falar, sobretudo, a uma mulher: “Toda vez eu tento falar, mas não consigo não!... gosto de falar não. Até falar eu falo, né, mas não consigo falar”. Dificuldade, dentre outras questões, associada ao resgate da sua história, o que percebemos nas seguintes falas: “É tudo coisa do meu passado, menino! O cara fica lembrando”; “eu quero mudar, porque... desde pequeno, tia, se a senhora souber da minha história direito, a senhora vê que desde pequeno que eu venho me fodendo e venho botando pra foder também!”.

São comuns, em seu discurso, respostas imediatas e imprecisas, como: “Foi bom... foi bom, não né!... Foi ruim”; “um bocado de coisa”, “um mói de coisa”. Também é recorrente a indiferença para se posicionar em expressões como: “tanto faz!”, “sei lá”. Ou, em declarações como a feita em certo dia: “Por mim tanto faz. Eu não tô ligando pra nada mais! [...] pra mim, meu sonho foi simhora!”. Vemos ainda o uso recorrente do “não”, duplicado, antecedendo ou sucedendo uma afirmação, como em: “eu não tenho mãe não”; “gosto de falar não”; “a única coisa que eu tinha, não era medo de seu ninguém!”.

Marcos coloca-se sempre na fronteira, expressa na posição de seus pés, na parte “certa” ou “errada”, “fácil” ou “difícil” de sua vida. Fala de um “pé dentro” e um “pé fora”: “um pé tá na linha reta... andando no caminho certo... e o outro, quando me estressa, meu véio, eu já vou pro outro pé, que é da parte errada...”; “sempre tem que ter alguma coisa pra atrapalhar o cara! Aí já quer o outro estilo, eu vou já pro outro estilo”.

3.2.1. “Tenho família não!”

A fala “Tenho família não” é, em geral, seguida de “eu não tenho mãe não. Pra mim, minha mãe morreu!”. Nesses momentos, irritado, bate com objetos na mesa, risca com agressividade, silencia. Terceiro filho de uma prole de cinco, Marcos diz ser o único com quem sua mãe não ficou: “Quando minha mãe não quis mais criar eu... me jogou, deu pra outra pessoa”; “só eu que fui doado”. Ele foi entregue a sua tia materna, que o entregou a sua patroa, a qual o ofereceu a sua irmã, mãe de quatro filhos mais velhos.

Aos sete anos, soube de sua origem, deparando-se com os irmãos que não conhecia – dois mais velhos, filhos de um mesmo pai; dois mais novos, de um outro pai; sendo ele filho de um homem do qual sabia apenas o apelido, “Pipiu”. Seu irmão mais velho levava-o para tomar banho no açude de onde seu pai tirava água para fazer cimento e “construir um bocado de coisa”.

Ao referir-se à primeira visita a seu pai, relata: “Quando chegou lá, minha madrasta

jogou água quente em nós... Aí ela dizia ‘ele tem outro filho’... aí jogava água quente em nós...”. Quanto a seu pai, comenta: “Ele não me recebeu, ele me dava tudo, me dava caderno, me dava coisa, quando era negócio de colégio”. Um silêncio prolongado e a batida de um objeto contra a mesa seguem-se à pergunta sobre o que rompeu essa convivência: “Meu pai não quer nem me ver mais... Minha família não quer me ver mais... eu aprontei lá, menino”.

Da “família de criação”, fala das recordações sobre sua mãe, irmãs, banhos de açude: “Se a senhora for lá, a senhora não vai querer sair mais nunca de lá!”. No retorno à família de origem – segundo ele, porque sua mãe biológica pegou-o de volta e, segundo a instituição, porque a “mãe de criação” o devolveu –, passa a não mais ser chamado de João, mas de Marcos, conforme consta em sua certidão de nascimento. Diz ter perdido o contato com sua família de criação e, nesse momento, fala da “morte” de sua mãe biológica, demarcando a origem de sua vivência de rua: “Aí foi daí que tudo começou... essa minha vida”.

Sobre as mudanças de uma família a outra, diz que se sentia uma “roda”: “Minha mãe daqui me deu pra cá de novo, não, ela foi pegar eu aqui de novo e trouxe eu pra cá. Eu fugia daqui e ia pra cá”.

Eu fiquei fugindo pra tentar voltar pra casa de minha mãe. E não conseguia, aí conhecia gente que não presta. Tinha uns que cheirava cola, fumava maconha, aí eu comecei a cheirar, pegar primeiro amizade com os cheira-cola, depois fui pegando amizade com os cara, mas aí eu fui crescendo, aí depois ia pro abrigo, depois fugia do abrigo pra rua, depois ia pro abrigo de novo.

Iniciava-se um ciclo de idas e vindas, entre casa, rua e instituições. Associa a ida para a rua também às vezes em que ia procurar um tio cego, que se perdia na rua e às agressões por parte de sua mãe: “Minha mãe batia na gente demais. Era só porque nós não queria ler. Ela fazia nós comer papel”.

Por causa de besteira, menino. Nós, teve uma vez, que nós amontou numa porca buxuda, nós apanhou... ela queimou nós com a colher quente. A gente apanhou por causa disso. Quando nós ia mexer no galetto... ela pegava a faca, a faca, botava no fogo e queimava a mão da gente, era assim... Oxe, fazia um bocado de coisa ela. Aí nós pegava e ficava fugindo.

Sua mãe colocava cartazes na rua, à sua procura, mas, sempre que voltava, as agressões eram retomadas e ele voltava a fugir, até que sua mãe desistiu de procurá-lo. Ele conta: “Eu fugi de novo, fui pro Conselho, fiquei na rua, o Conselho me pegou, aí ela não quis saber de mim mais não, desde aquele dia... desde o dia que eu vinha rodando pela rua...”. Ao mesmo tempo em que afirma que fugia de todos os “abrigos”, diz que chegou a ficar numa casa de acolhimento feminina “porque ninguém queria eu mais não”.

Marcos passou 6 meses e 45 dias na Funase, quando sua mãe o denunciou por ele ter ameaçado matar seu padrasto. Ele explica: “Só porque meu padrasto dava em mim, aí quando o cara dizia à minha mãe, ela não escutava. Eu fui, disse que ia matar ele, ela foi denunciar à polícia, dizer que eu ia matar ela, aí eu desci”.

Foi bom, né? Muita gente e o cara refletindo lá dentro. O cara entrou pior e saiu mais pior ainda... por isso eu tô quieto assim... Na coisa, eu criei mais revolta dos outros... o cara pensa de quando se soltar matar tudinho também meu véio... meter na mão de tudinho... Oxe, se a senhora souber da minha vida, eu ainda sinto raiva...

Diz não entender por que sua mãe afasta-o de seus irmãos: “Sei não por que ela não quer que eu conviva com meus irmãos não. Ela diz que eu não tenho irmão não”. Fala do desejo de rever seu irmão mais velho, que há muito não vê: “Ele é gente boa... O que me ajudava era ele...”. Questionado sobre o que gostaria de dizer a seu irmão, responde e, em seguida, desliga o gravador:

Nada, eu não conto não! Ele sabe já!... o que eu aprontei com meu pai. Ele ia pagar! Porque meu pai não quis pagar... Ia pagar o que eu fiz, mas meu pai não quis nem saber de mim, na hora que eu precisei dele... nem minha mãe, ela queria que eu fosse preso mesmo. Aí meu irmão foi e me ajudou!... só ele.

3.2.2. “*Nós fica tudo no meio da rua*”

Embora diga não se lembrar da primeira vez em que foi para a rua, fala da estranheza quando de sua chegada: “Foi meio estranho... um bocado de gente que eu não conhecia”. Diz nunca ter entendido o que o levou para a rua e, nesse momento da entrevista, começa a escrever seu nome com um tipo de letra que aprendeu com “pichadores” na rua. Desenha um policial fumando maconha e escreve “lombra”, “vida louca”. E acrescenta: “Tudo que aconteceu comigo... fumar maconha, matar, roubar, vida louca”.

Para ele, a rua é um lugar em que “tudo acontece”, onde “tem um bocado de menino”, “tudo cheira-cola”, onde ele encontrou “um monte de coisa”. E diz ainda: “é o bicho, na rua a pessoa aprende a viver... tudo que não presta”; “eu já aprontei tanto, tanto”; “tudo que a senhora imaginar eu já fiz” (roubar, cheirar cola), “pior, faz pior, fuma maconha, dá tiro, dá tudo”. E acrescenta: “Apanhava dos outros... no meio da rua, quando eu era pequeno... dos outros, da polícia, de tudinho... Agora não apanho mais não”.

Ao falar da rua, é mais taxativo com “eu não tenho família não!”, ao mesmo tempo em que a “mãe” e o “pai” são evocados em situações de perigo, quando “tá imbaçado”: “Quando a pessoa tá distraída, tem que ter um ‘lá vem teu pai, lá vem tua mãe!’... corre!”. Refere-se

também a dois irmãos que moravam na rua após terem perdido a mãe: “Mainha” e “Painho” eram mais velhos que os demais, “era uma menina cheira-cola... Ela era do nosso jeito assim... Ela tinha 17 anos, mas o jeito era feito véia, caída de tanto cheirar cola... Painho era véio também... caído também”.

Marcos começou a cheirar cola muito cedo. Fala da “lombra”, da agressividade, do consumo ininterrupto, do desconforto da abstinência e da suplência ao estado de fome: “Quem comia? Ninguém comia não, minha senhora! Tendo cola direto, quem vai comer? A cola não bota fome não, só tira fome... era cola direto”. Faz referência às alucinações: “O cara fica vendo bichinho, vulto, fica vendo um bocado de coisa!”. E diz sobre o sonho em que estava no inferno e Deus estava arrastando todo mundo paro céu:

Eu vi Deus indo simhora. Deus tava vindo... Ele tava assim na nuvem, tava indo pra lá, o povo tava tudo seguindo ele, aí nós tava no colchão, eu e um bocado de gente, que tava querendo subir. Aí tinha um que dizia ‘eu vi o Satanás’... O cara lombrado, o cara pensa que tá tudo esquentando! [...] Tinha um homem gritando no meu colchão ‘Deus vem, vai... Ele tá voltando’. E aí eu só via ele subindo, e eu lá ó! Parecia que eu tava no inferno! [...] Quando foi no outro dia [...] ‘isso foi só um sonho!’ E nem sonho foi, foi uma lombra mesmo!

Descreve, também, a “lombra” quando viu um caminhão correndo atrás dele: “O caminhão ligava sozinho, lá vinha o caminhão atrás do cara! Aí eu começava a correr!”. Refiro-me ao medo que ele deve ter sentido e, apesar da resposta imediata – “Não, medo o quê? Não dá pra ter medo não, minha senhora!... a cola é assim mesmo!” –, complementa: “Muito não! Eu não tenho medo não, o cara vai perdendo, tá anestesiado, pode vim o que for... Mas depois, quando passa, meu véi, o coração do cara... fica tudo doendo”.

O medo reaparece em seu discurso ao falar sobre uma cicatriz que tem no abdômen, decorrente de uma facada que levou de um adolescente em outra instituição.

Continuei lá de novo! A única coisa que eu tinha, não era medo de seu ninguém!... nunca tive e nunca tenho... porque a posição, se o cara tiver medo, vai amontar nas costas do cara... a mesma posição que ele tem eu também tenho. Ele não consegue matar? Eu também consigo! Ele não consegue roubar? Eu consigo!... Eu tenho medo de nada não! É ruim de eu ter medo! Medo que eu tenho só é de perder uma, uma, uma mulher, né véi!¹⁶

Considera que a cola “derruba o cara”. E explica: “o cara morre porque cola muito o pulmão, o cara fica morrendo aqui dentro”, “a cola come o juízo do cara, o cara fica sem saber de nada!”. A cola predomina ao falar de sua vivência na rua – do lugar de “cheira-cola” –,

¹⁶ Marcos se refere a uma adolescente, sua namorada, que conheceu numa outra instituição em que morou, e diz achar estranho o que sente por ela.

enquanto que o *crack*, a maconha, o “imprensado”¹⁷ são mais referidos no contexto das “favelas”, do tráfico de drogas.

Interessante a distinção que Marcos faz do efeito da droga quando está chateado com a instituição – “parece que eu volto meio lelé da cabeça... fico mais calmo” – e quando, na “parte difícil”, algum adolescente desafia-o – “é hora do pau, eu dou a bola, já venho na intenção dele... eu passo naquela grade, parece que é alguma coisa que entra dentro de mim... eu arreio minha lombra nele, debaixo de porrada”. Essa “coisa” aparece em outra narrativa: “Eu cheirando, ficando muito doidão! Por dentro de mim tinha um urso, que eu vejo um urso, querendo se soltar da jaula. Aí quando esse urso se solta, eu já fico meio baratinado...”.

Sobre o convívio na rua, demarca que, para o “cheira-cola”, para o “menino de rua”, não se trata de grupo: “Grupo? Não faz grupo não, menino! Oxe! Só chega na rua... nós fica tudo no meio da rua... é só gente que eu conheço assim! Mas não é grupo não”. Questiono se se trata da “pá de gente”, como eles nomeiam: “Fooorma, mas só que não é patota não! A gente fica numa pá de gente! O pau, a pá, é um bocado de pessoa, tudo cheirando cola... ninguém fica fazendo patota lá não... Aí é cada um por si!”.

Não é nada. Parece um monte de urubu! Porque é tudo com fome, tudo ruim... quando é hora de brigar por causa de uma cola, briga. Quando é dinheiro, por causa de outras coisas, briga... quando alguém roubava os outros... ia tudinho pra cima de um só... sempre foi assim e era assim.

Diz que nunca confiou em ninguém na rua e narra com indiferença episódios de acidente e violência. Cita um adolescente que morreu “surfando” em cima de um ônibus: “Ele não viu o fio... só vi o tombo e o carro por cima. Eu ‘oxe, se fodeu’, eu deixei ele lá, pensa que eu voltei, foi? Fui mimbora!!!”. Fala de um tiro de raspão que levou de um policial: “O cara pensa que vai morrer! Se eu tivesse baleado ali, eu não ia ter ajuda de ninguém. Mas tem uns que ajuda, levanta e sai correndo com o cara pendurado... Mas tem um que ‘te fode!’... Quero nem ideia, saio correndo mesmo!”.

“Morrer” ou “ser preso” aparecem como um desfecho para sua vida: “Quando eu sentir, que eu levar um tiro, tombar e sair me fodendo, eu paro de correr. Mas, se eu viver, eu vou pra cadeia e depois volto de novo... Se um dia pegar... morreu! Caixão! Mas se ficar vivo, cadeia!”.

A violência também aparece em resposta aos insultos que escutava: “É porque não tinha mais jeito mais não, pra mim mais não, eu era ruim... Se eu, e a senhora tá assim, eu chegava lá, matava mesmo a senhora”; “era tirar a vida dela, por causa de que os outros dizia

¹⁷ O impressado é preparado com vodka e maconha num papel alumínio, exposto ao sol.

‘olha o cheira-cola’, ficava tirando o maior brabo¹⁸. Só porque estudava, tinha coisa assim, nós botava pra foder também”. E, ainda, no confronto entre os pares: “Pode vim quem for, tô aqui pra receber e levar, dar também! Receber o que vim, se vier algum menino brabo, vim dá-lhe em mim, eu não vou receber? Eu não vou apanhar? Eu também tenho que dá-lhe”; “a vida é assim, minha senhora!”.

Atuando, cada vez mais, na “parte difícil”, Marcos foi se inserindo em algumas “favelas”, “virando vida louca”: “Foi ficando mais fácil... eu disse ‘é nessa vida, já que eu tô, é melhor piorar a situação. Fui pras favela, fui entrando... já fui crescendo já com mágoa. Aí boto pra foder também”. Marcos diferencia o morar na rua da vida no tráfico, onde tinha “casa, roupa de marca, mulher, tudo!”.

Quando eu tava fora, eu era cheira-cola, era tudo cheira-cola, eu pedia esmola pra comprar cola. Hoje eu nem peço. Chegar na favela, tem! E eu apanhava que só o caralho dos outros, menino. ‘Saí daqui, cheira-cola!’, e dava um cascudo! ‘É, seu miserável!’ Jogava pedra, eu era um cheira-cola afoito!

3.2.3. “Vida louca”: a “favela” e o tráfico de drogas

As “favelas” e o tráfico de drogas aparecem como garantia de pertencimento a um lugar, imbuído de poder e prestígio. Os conteúdos abordados ora denunciam uma violência crua, uma lei tirânica, ora misturam-se com a fantasia e o desejo de estar acima da Lei, da polícia, dos traficantes, do desnudamento da rua, escancarando uma fragilidade que precisa sustentar-se no ideal de uma vida criminosa que o protege¹⁹.

Quando eu não conhecia ninguém, os caras tava tudo ali fumando maconha. Eu ia lá, fumava maconha com eles. Aí depois começava a vender, fui subindo... fui ser o braço direito do chefe... ainda sou. Porque, se eu chegar lá, eu tenho de tudo lá! Mas eu não quero isso pra mim... Tinha de tudo lá...

Sempre que o chefe do tráfico era preso, migrava para outra “favela” até tornar-se “braço direito” do novo chefe. Ser “vida louca” é uma garantia de proteção e reconhecimento; implica ter provado a coragem de matar, o destemor, a lealdade ao chefe, sob a pena de ser tratado como “comédia”, “só tem pala na língua”, “penando, apanhando de um, de outro”. Em seu caso, diz ter virado “vida louca” ao matar um policial, conquistando a confiança dos traficantes. Remete a expressão também a seu passado, a um “bocado de coisa” que “aprontou”, que o afastou de sua família.

Mesma coisa que eu disse agora foi lá no meu pai, meu pai ia levar a culpa... foi uma coisa que

¹⁸ “Tirar brabo é tirar a pessoa como otário”.

¹⁹ A instituição desconhece qualquer envolvimento de Marcos com o tráfico de drogas.

aconteceu com meu irmão, eu fui tomar as dores dele... porque meu irmão era quieto. O perturbado sempre foi eu, menino!

Diz que não gostaria de ter saído da “favela”, que todos “rodaram”, sendo o único que não foi pego por ser o mais “esperto”, além de ter ouvido “conselhos”: “‘Meu filho, saia dessa vida, que um dia você vai acabar morrendo’. Eu digo ‘oxe, é melhor assim, porque, se eu morrer um dia, ninguém vai sentir falta, eu morro indigente, ninguém vem me ver’”; “Eu quero o bem pra mim, véi, não quero criar o mal não! Corri de tanta gente que gosta de mim, perdi tanta gente!”; “mas agora que eu tô conseguindo tudo de novo... ter amizade de educador... da equipe... tem pessoa pra me ajudar”.

3.2.4. *Instituição: “um pé dentro”, “um pé fora”*

Marcos morou na instituição em que a pesquisa foi realizada por dois anos. Ao falar de seu vínculo com a instituição, ele demarca fronteiras entre a rua e a instituição, quanto às leis, às dinâmicas, à violência. Considera que a instituição serve “pra guardar menino de rua... botar aqui dentro... cuidar dos meninos...”. Ressalta que ninguém aguenta ficar na instituição, somente ele, que está no espaço há mais tempo. Resiste à chegada de outros adolescentes, enfatizando: “É ruim pra mim, porque era pra eu estar sozinho aqui”. Queixa-se de uma falta de intervenção da instituição, quando é convocado ao confronto físico com outros adolescentes: “Ninguém faz nada, vem aqui, tira o maior brabo. Eu disse ‘olhe, se ele vim, eu não vou escutar ninguém mais não... eu vou matar ele... aí já é certo, tem nem como eu mudar minha cabeça mais não’”; “[...] se eu for pra parte difícil... eu boto pra foder nele, meu véio!... É a parte difícil, porque eu tô nos dois lados, tô com um pé dentro na parte boa e na parte difícil tô com o outro pé”.

Marcos queixa-se, principalmente, do coordenador: “Quando o cara vai conversar com ele, ele faz ‘vai, vai, vai, sai, sai, sai, pega o beco e cispa!’”; “ainda faz mesmo assim ‘se alterar, manda chamar a polícia! Que eles não quer ser cuidado!’”.

Nem se a pessoa tiver errado... se eu tiver errado e a pessoa tiver certa, que eu aprontei, né, a senhora vai querer saber das duas conversas, né? Ele não quer saber não... ele quer alterar pra cima de mim... ele quer que eu abaixe a cabeça pra ele. Eu vou abaixar?... não abaixo nem pra minha mãe, que eu não tenho, vou abaixar pra ele?!

Mais uma vez, a distinção entre o dentro e o fora aparece como algo que tem uma função importante na contenção, no impedimento do ato na instituição: “Oxe, se for na rua, vai ter que apanhar... na rua, ele vai ter que apanhar... eu penso de matar ele, meu véio! Na rua

isso já é certo!”. Instado a falar como seria resolvido na rua, comenta: “Briga, um matando o outro, num instante se resolve... porco no lixo aprende...”. Destaca uma situação vivida com a assistente social, após ele ter fugido da casa da tia; e outra com a psicóloga, que o confronta com o seu desejo de estar no espaço institucional:

Ela fica jogando na cara ‘por que tu saísse da casa de tua tia?’, mas ninguém sabe de nada o que aconteceu. Ninguém quer entrar, se tivesse no meu lugar... aqui dentro mesmo, se alguém tivesse no meu lugar e passar o que eu passei, eu queria ver, mas só quer julgar o cara, é assim aqui.

Se o cara quer mudar de vida... aí ela: ‘por que tu vem pro A?’, toda vez ela fica botando o cara pra trás... porque a vida que eu tava, se eu for pra vida que eu tava, minha vida era a rua, que era fazer o quê?... tinha de tudo lá, tia, tinha pedra, tinha maconha, nós fumava... eu já fui crescendo assim. Aí o cara quer parar de... quase todo dia eu apanhava, todo dia eu apanhava, tia.

Apesar das queixas, do “ódio” e dos conflitos, algo sustenta Marcos na instituição, o que o faz, apesar do “tudo” e de “um bocado de coisa” que encontra lá fora, optar pela “falta” de tanta coisa no espaço institucional. Ele destaca o vínculo construído com um educador que o apelidou de “Marquinhos da Net”. Diz que as pessoas os acham parecidos como irmãos, imita-o na forma de dançar e cantar, comenta que gostaria de ser um MC, como o educador.

Sobre as idas e vindas para a instituição, comenta: “Tem hora de correr e hora de ficar, sei explicar não. Eu saio do canto porque eu quero, mas eu não quero ficar na rua direto não, que o destino não é bom não, menino! E tem vez que eu quero tá aqui”.

Além do educador, destaca o vínculo com a pedagoga da instituição e narra sua presença na escola, no dia em que ia jogar um paralelepípedo contra a diretora.

Mesmo na hora chega ela; “para, Marcos!”, aí eu fiquei quieto. Ela conversou comigo, aí, é uma coisa que eu não gosto é de pedir desculpa... oxe, pedir desculpa, é? É ruim viu! Aí eu ‘como é que eu vou pedir que eu nunca pedi desculpa? Pedir desculpa, aí, tá imbaçado’ Aí depois lá vai eu pedir desculpa... Desculpar, é? Vê só! Pedir desculpa, o cara aceita e é uma coisa que eu não gosto... eu olhei assim e lá vai eu pedir desculpa!... mas é difícil viu!

Sobre as desculpas que a psicóloga lhe pediu, comenta: “Desculpo não! Aí eu vou ter que dizer ‘tá desculpado’, né não é? Mas eu não digo isso não, menino! Não cai bem não! Não cai bem pedir desculpa aos outros! Combina não, menino!”.

No próximo encontro, pede que o ajude num jogo de sete erros e que leia o horóscopo do dia: “Se concentrar naquilo que você quer e ter confiança nos objetivos”. Marcos diz querer ser “policia da GATI, porque dá bem muito e faz operação nas favelas... prender traficante, um bocado de coisa”. Enfatiza o desejo de ser policial para mostrar à família que mudou: “Porque os outros dizia que eu não ia dar pra nada que presta... a minha família disse que eu ia dar pra marginal...”; “Eu ia amostrar que eu não dei pra marginal, como eles

pensaram... foi a família do meu pai... e da minha mãe... não, que eu não tenho mãe não, ela morreu!”.

Pontuo que, apesar de dizer que não tem mãe – ao que ele reage batendo com uma garrafa na mesa –, há uma mulher que está viva e que o gerou. Ele para de bater com a garrafa e, tranquilo, comenta: “Mas ela não tá morando mais aqui não. Ela tá morando com meu irmão, mas ela já tá vindo”.

O projeto da instituição de visitar sua família deixa-o “confuso”, por não saber se quer fugir da instituição ou voltar para casa. “A maior confusão” remete ao que ele abordou no encontro anterior sobre a história de seu nome: “Meu nome era João, menino! Era esse! Quando eu tava morando com minha mãe de criação... quando eu era pequeno. Quando eu fiquei grande, que eu fui pra minha mãe verdadeira, aí descobri que meu nome é Marcos... Foi estranho, deixa pra lá!”. Após um tempo em silêncio, volta a dizer que não tem mãe, começa a rabiscar seu nome, diz que foi “chato” tê-lo mudado e começa a brincar com nomes que propõe para si mesmo: Marcos, João, Marcos João, João Sousa Almeida da Net, Marcos João Sousa Almeida (sobrenomes de seu pai de criação), Marcos Lopes – “igual o nome do meu irmão!”, referindo-se ao educador.

Diante do anúncio da equipe técnica sobre a visita, a ser realizada em alguns dias, Marcos reage tenso, com lágrimas nos olhos, altera a voz. Silencia por um tempo, entra e sai da sala algumas vezes, pede que seja remarcada a entrevista por não querer falar nesse dia. No próximo encontro, diz não ter achado “nada bom” a ideia da visita, que pensa em fugir. Nesse momento, o telefone toca e ele, ansioso, diz “é pra mim!”. Começa a rabiscar a letra M, chama a atenção para o tipo de grafia que inventou, pergunta onde fica o cartão de memória do gravador e tenta encaixar o seu cartão no aparelho.

Após visita a seu irmão e seus sobrinhos, embora resistente para falar a respeito, mostra com entusiasmo fotos do encontro, diz que se acha parecido com seu irmão, que disse que ele parece com um de seus sobrinhos. Destaco o carinho expresso nas fotos entre ele, seu irmão e seus sobrinhos, e Marcos comenta que seu sobrinho chorou quando a visita foi encerrada: “Eu não queria nem ficar aqui, eu queria ficar lá... eu ia fugir pra ficar lá... queria ficar com meu irmão...”. Diz ainda que, ao se mudar, irá tatuar seu nome, “Marcos João”, em seu braço, assim como seu irmão, que tatuou o nome dele, as iniciais dos gêmeos, o nome da mãe e os dos irmãos, incluindo o seu. Sua mãe sabia da visita, mas não estava em casa.

Após um tempo de trabalho de intervenção com a família, Marcos foi morar com a tia e, atualmente, mora com seu pai, próximo a seu irmão. Mantém contato com a equipe e fala sempre do desejo de retorno à instituição; algo que nos parece soar mais como uma saudade

do espaço do que como necessidade de retorno, que o acompanhou durante boa parte de sua vida, ao que constituiu sua trajetória nas ruas e nas instituições.

3.2.5. Pedidos inusitados de um sujeito

Destacamos três pedidos feitos por Marcos ao longo da pesquisa.

No quinto encontro, ao falar do apelido “Marquinhos da Net”, dos adolescentes que eram chamados de “painho” e “mainha”, das pessoas que perdeu e do que “aprontou” com seu pai, questiona: “Por que a senhora acha que dá pra senhora mostrar pra sua professora, não é? O que a senhora faz com isso aqui?”. Após ser-lhe explicado o processo de transcrição das entrevistas, discussão com a orientadora, escrita do trabalho, cuidado com o anonimato e proteção de sua identidade, comenta, inquieto: “E como é que vão saber que foi eu que disse?... Mas sua professora sabe, né? Que a senhora entrevistou, ela sabe não?... E pra ela vim visitar, ela vem não?”; “pra ela conhecer o ambiente. Era pra ela ver, né, um bocado de coisa que acontece aqui dentro”. Sobre o nome dela, Nanette, questiona: “É Não, né? Não-Net?”... nome estranho, quase Marquinhos da Net!”.

No encontro com Nanette, Marcos se apresenta bem vestido, ansioso e recebe-a muito bem. Apesar de intimidado no início, começou a situar o que foi o processo das entrevistas e ele vai recontando comigo sua história. Ao final, outro pedido: “Agora só falta um abraço de Nanette”. E produz-se ali uma cena de um acolhimento, de afeto, em que Marcos se mostra surpreso ao receber de Nanette, como resposta a seu “obrigado”: “Sou eu quem agradeço”.

No oitavo encontro, no momento em que falávamos da proximidade do término da pesquisa e da possibilidade de encaminhá-lo para um acompanhamento psicológico, ele questiona: “O que é que você vai fazer quando acabar aqui?”. Falo da continuidade da pesquisa e ele pergunta se eu poderia trabalhar na instituição, como educadora, coordenadora ou psicóloga. “Ia ser bom porque a senhora ia entender a gente”.

Na última entrevista, um último pedido. Marcos olha o gravador e as pilhas de reserva e, depois, pergunta: “Essas pilhas é pra quê, tia?”. Após explicar a possível necessidade de trocar as pilhas e de dizer que, durante os encontros, utilizamos as mesmas pilhas, ele demanda: “Quer dizer que tá perto, é? A senhora me dá essa pra mim? A senhora me dá essa e fica com essa cheia, né não?”. Apesar de Marcos justificar precisar das pilhas para o controle da televisão, intrigante e fascinante o seu pedido, o de ficar com as pilhas usadas, as pilhas, na verdade, que tinham possibilitado, ao longo dos encontros, o registro, a autoria e a assinatura de sua história.

CAPÍTULO 4

“Aqui você não pode”: um corte que delimita fronteiras

Naquele dia, os adolescentes entraram agitados na instituição. Alguns se referiam a uma “batida policial” da noite anterior; outros falavam, indignados, de um jovem que “vacilou” com o grupo. “Vamo cobrar vacilo!”, instiga um adolescente, que se levanta e vai ao encontro dele com o intuito de agredi-lo. Nesse momento, contenho seu braço e enuncio: “Aqui, você não pode. Cobrar vacilo é uma regra de vocês na rua. Aqui, a Lei é outra”.

Iniciamos o capítulo com esta intervenção por ela evocar um aspecto fundamental na clínica institucional com adolescentes em situação de rua: a necessária construção e delimitação de espaços, bordas e fronteiras – entre o eu e o outro; a rua, a casa e a instituição; o dentro e o fora. Destacamos, na errância de alguns adolescentes por espaços cujos limites parecem inconsistentes, uma espécie de *continuum*, que nos faz indagar se se trata de espaços instituídos ou a construir.

Referimos, por exemplo, a relação que estabelecem com o próprio corpo e com o do outro, ao se agruparem para dormir, compondo uma “massa indiferenciada” de corpos que parecem se confundir. Em função da necessidade de se protegerem do frio e da iminência de possíveis agressões (estupros, ateamento de fogo, espancamento por parte de transeuntes, policiais e outros moradores de rua), estabelece-se uma coesão entre corpos que se interpenetram, dificultando, por vezes, distinguir os limites entre um adolescente e outro, conforme podemos observar na figura a seguir.



Fonte: Revista Carta Capital (08/2012)

Apesar de, em muitas passagens, o discurso de Marcos também nos remeter à questão da delimitação de fronteiras, parece haver, para ele, um maior delineamento entre os espaços, na referência, por exemplo, ao “pé de dentro” e ao “pé de fora”, bem como na clareza do que é permitido ser feito em cada espaço, ressaltando que, caso estivesse na rua com o

coordenador da instituição, matá-lo-ia, o que, entretanto, é por ele apontado como impossível no espaço institucional.

Na história de Vitor, o limite ganha relevo em situações diversas, revelando, por vezes, a necessidade de precisar os espaços, a demarcação de limiares, o apelo por uma continência corporal que lhe sirva de barreira protetora. Destacamos, por exemplo, a ocasião em que resolve dizer seu nome verdadeiro, mas somente o faz na rua, pedindo que eu saia da instituição, para que ele possa me dizer sem que os outros escutem; o revide a um simples toque em seu ombro, em resposta ao que parecia, ali, sentido como uma intrusão em seu corpo, num contraponto com o dia em que estende sua mão em direção à minha, acariciando-a. É intrigante a presença de uma porta – objeto que faz fronteira –, a qual Vitor insere em determinadas cenas, a ela recorrendo e se posicionando de lugares distintos. Ressaltamos, nesse sentido, as seguintes atitudes: sua insistência, ao se colocar “preso” à cadeira, de que somente sairá da sala quando a porta for aberta; a ameaça de invadir a instituição quando, impedido de entrar, arromba a porta; o dia em que, numa visita domiciliar, situa-se à porta e expulsa a equipe de sua casa; o trabalho como segurança de um restaurante, com o objetivo de, da porta, proteger o local.

“É sempre o real da clínica que vai ditar”; “nós partimos sempre dos impasses, e é isso que faz a clínica”, pontua Tyszler (2011, p.49, p.72). Esses “impasses” faziam-nos indagar, por exemplo: o que permite delimitar, em meio à errância, o corpo, o tempo e o espaço para esses adolescentes? Foi buscando um respaldo teórico para esse “real da clínica” que nos deparamos com a tese de doutorado de Nanette Zmeri Frej (2003) sobre a “*Aufhebung* freudiana”, a qual nos deu um suporte para pensarmos sobre a intervenção com os adolescentes em situação de rua em termos da instituição de fronteiras constitutivas para o sujeito. A partir desse estudo, foi possível sustentar a posição de um desnudamento e de uma crueza – aos quais o “organismo” responde pelo movimento do ato reflexo – sem, no entanto, destituir o sujeito de sua imersão no campo da palavra.

Outra referência teórica importante, que ancorou esses “impasses”, foi a proposição lacaniana do nó borromeu, o que impôs uma reconstrução de nossas primeiras formulações acerca da errância dos “meninos de rua”. Apontávamos a rua como lugar do “puro” Real, face à violência, ao inominável, à exclusão e destituição do sujeito; a casa como lugar do Imaginário, dada uma espécie de colagem imaginária, de indiferenciação e repetição literal das histórias, como as cicatrizes na cabeça de Vitor e de sua mãe; a instituição como lugar do Simbólico, por meio do qual a palavra acolhe, interdita e inscreve o sujeito em outro lugar. Passamos a sustentar a posição do predomínio de um dos registros em cada espaço sem, no

entanto, prescindir do necessário enodamento entre eles. Assim, a formulação anterior de que a errância constituía uma “tentativa de enodamento” cedeu espaço a um rearranjo do modo como os registros encontram-se enodados, diante das contingências da vida de cada um.

O estudo sobre o movimento da *Aufhebung* e sobre o nó borromeu constituíram, assim, “operadores teórico-clínicos” que nortearam nossa trajetória, razão pela qual situamos este capítulo na primeira parte desta tese. Não pretendemos uma discussão aprofundada sobre as duas temáticas, nem queremos estabelecer uma relação entre elas, mas destacar pontos que contribuem para o que propomos no sentido de fisgar, em meio à errância do adolescente em situação de rua, um ponto de ancoragem para o sujeito. Trata-se de duas temáticas que surgiram como resposta ao que, na clínica psicanalítica, constituía uma pedra de tropeço, corroborando a proposição do Traço do Caso, no sentido de despertar para novas formas de fazer a clínica.

Antes de discutirmos a “*Aufhebung* freudiana” e o nó borromeu, julgamos oportuno tecer breves considerações sobre a noção de tempo, à medida que abordaremos questões que perpassam a constituição psíquica num tempo lógico que ultrapassa a cronologia.

4.1. “... depois terminaram de parar aqui”: (des)continuidade do tempo

Discutir o tempo na vida do adolescente em situação de rua faz-nos indagar sobre o modo como ele, partindo de sua origem e de sua história, situa-se no tempo e no espaço, num percurso marcado pelo imperativo de sobrevivência, pelo imediatismo do organismo, pela urgência dos pedidos que endereça à instituição, numa intolerância extremada a qualquer menção que se faça à espera.

Remetemo-nos a uma situação vivenciada com Vitor, ao fazer um pedido à instituição, sendo-lhe dito que, somente após três dias, poderia ter um retorno. Assim ele se colocou: “Minha senhora, eu não sei nem se amanhã eu vou estar vivo, quanto mais daqui a três dias!”. Em sua trajetória, enfatizamos a referência a um tempo que parecia cravado em seu psiquismo, na contagem dos dias em que estava na rua. Destacamos, nesse sentido, a forma incisiva com que corrige sua mãe quando ela faz menção aos quatro anos que ele teria passado na rua: “Quatro anos não! Quatro anos, oito meses e quinze dias!”.

Em *Le temps est-il une dimension du sujet ?*, Vandermersch (2005) problematiza se poderíamos conceber o tempo – tal como os registros Real, Simbólico e Imaginário – como uma dimensão do sujeito. Dada a sua polissemia, o tempo é dividido entre instante, duração e escansão, noções utilizadas por Lacan (1998d) para formular o “tempo lógico”, compondo as

três dimensões da temporalidade: o instante de ver, o tempo para compreender, o momento de concluir. O termo “tempo” advém do latim *tempus*, que remete ao aspecto pontual ou rítmico, como também designa “têmpora” – aludindo à noção de batimento arterial –; temperamento, medida.

Referindo-se ao “indeterminismo” da física quântica, Vandermersch (2005) destaca a impossível predição de um resultado, bem como a separação dos valores de uma medida por intervalos, demarcando a descontinuidade do tempo. “Em pequenas escalas, haveria o descontínuo, marcado, por exemplo, pela ocorrência, na base do espaço-tempo, de modificações topológicas” (2005, p.194, tradução nossa)²⁰.

Para o autor, no processo de subjetivação, o encontro com o tempo é precedido de uma passagem por um *hors-temps*, “lugar” que remete à origem da causalidade psíquica, momento de construção do fantasma – o espaço-tempo em que se inscreve o sujeito. Didier-Weill (1988) propõe um tempo pré-histórico, momento originário que situa o sujeito como resultado de um “pacto” produzido entre Real e Simbólico.

Neste pacto, que precede o recalamento originário, no qual o imaginário ainda não intervém, o que se produz é um encontro entre este real humano totalmente enigmático, ou seja, esse corpo que chega ao mundo numa materialidade que pesa [...] e aquilo que sobre ela vem inscrever-se, a ordem do significante. (Didier-Weill, 1988, p.11)

Do *hors-temps* ao tempo enquanto dimensão, produz-se um corte originário que faz borda, separa o sujeito de seu objeto, introduz uma perda e orienta seu percurso. Para Tyszler (2011), esse tempo de construção do fantasma fixará para sempre a marca, produzida por letras que vêm no lugar das palavras, visto que a criança ainda não dispõe delas nesse momento. “A letra esquecida, desnaturada, terá seu trajeto próprio” (p.115).

Situada no começo, no furo do recalque originário, a letra perde sua ligação primeira com o significante, mas revela-se indestrutível, esboçando o futuro; ela fica atrás e adiante, no infinito, o que a define como o “tempo circular do sujeito”, sugere Tyszler (2011). “Cada letra porta a memória dos momentos primeiros e é por isso que ela se verá solicitada ao longo de toda a vida em arranjos surpreendentes” (p.11).

O “corte fundador do sujeito” implica, portanto, uma dupla natureza, a do significante e a da letra, de modo que o ato de nascimento do sujeito não se reduz a uma substituição significante, mas deixa um rastro que demarca o início da contagem, por meio da qual o sujeito conta e se conta. Esse corte fundador remete à inscrição do traço unário, visto que, de

²⁰ Aux petites échelles il y aurait du discontinu, marqué par exemple par la survenue, sur le fond de l'espace-temps, de modifications topologiques.

acordo com Porge (2012), o real do corte permite distinguir o traço unário como significante, não idêntico a si mesmo, do traço unário como letra, borda do Real. Tyszler (2011) sugere, dessa forma, que, em certos significantes que pesam na vida do sujeito, situa-se o indestrutível das letras que comandam, designam e giram em torno do furo que sustenta o seu enodamento entre Real, Simbólico e Imaginário.

A dimensão do tempo, portanto, parte desse *hors-temps* e delinea o “tempo circular do sujeito”, para além de uma linearidade, numa cadência que define seu ritmo nas batidas, paradas, interrupções provocadas, como veremos, pelos cortes na livre circulação de energia, pelos acontecimentos psíquicos e contingências da vida.

Considerando a retroversão que o processo da psicanálise opera sobre o tempo, Frej (2003) discute sua não linearidade e plasticidade – nos casos Emma, Pequeno Hans e Homem dos Lobos –, destacando a inscrição no *après-coup* de situações vivenciadas em tempos remotos da infância, além dos possíveis efeitos de uma intervenção que reporta o sujeito a uma anterioridade, situando-o em seu desejo.

No caso Emma, Frej (2003) situa uma “suspensão do tempo” concernente ao intervalo decorrido entre a cena, seu esquecimento, a constituição do sintoma e o vínculo associativo que une o momento atual às cenas memorizadas. Do Homem dos Lobos, destaca a inscrição no *après-coup* da cena primária por meio de sua reativação e revivescência através do sonho, com o mesmo efeito e intensidade de um acontecimento recente. “Seria a cena primária a cena em cujo tempo a imagem ficou congelada?” – indaga Frej (2007b, p.24). Do Pequeno Hans, evoca a intervenção em que, reportando-se a uma anterioridade, Freud (1909/1996) anuncia um saber sobre a criança que permite situá-la na linha de seu desejo. “Continuei, dizendo que bem antes de ele nascer eu já sabia que ia chegar um pequeno Hans que iria gostar tanto de sua mãe que, por causa disso, não deixaria de sentir medo de seu pai; e também contei isso ao seu pai” (p.45)

Referimos outra proposição freudiana que vislumbra a posição do sujeito no tempo, na conferência XVIII – *Fixação em traumas*, na qual Freud (1917a/1996) aponta o sintoma como o resultado de uma interrupção no processo de desenvolvimento, provocada por uma causa, em geral, atribuída a uma fase precoce da vida. Fixado ao ponto de interrupção, o sujeito vive uma alienação do presente e do futuro. Em relação às neuroses traumáticas, o autor considera que “é como se esses pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda tivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada” (p.282).

Na clínica da melancolia, Tyszler (2011) destaca, igualmente, um “congelamento do tempo”. No entanto, diferentemente da fixação do sintoma neurótico num tempo passado, é o

presente que se coloca em questão na melancolia. Presentificando a posição de um sujeito que se torna, enquanto objeto, verdadeiramente dejetivo de sua operação subjetiva, “o império dos significantes se tornou totalmente estéril. A anterioridade morreu, o futuro está morto” (p.73).

O congelamento no tempo presente e a posição de dejetivo, apontados por Tyszler, remetem-nos à clínica do adolescente em situação de rua. Não se trata de identificá-la àquela da melancolia, mas de fazer uso daquilo que traz ressonância na realidade dos “meninos de rua”, aos quais, na posição de dejetivo social, impõem-se o imediatismo, o imperativo de sobrevivência e toda sorte de contingências que os encerram no tempo presente. Tratar-se-ia mesmo de um tempo presente – posto que situar o momento presente implica um corte com o passado – ou de uma fluidez no tempo, de uma cadência sem interrupção, de uma errância mesmo do tempo, numa continuidade do ritmo e das batidas sem um ponto de báscula que permitiria ao sujeito situar-se no tempo e no espaço? “Exilados do íntimo”, conforme discutiremos com Segers (2009), o autor sugere um exílio do lugar, de um espaço psíquico, um “exílio do tempo”, cuja duração não se define pela sucessão de momentos significativos. “Não há, nesse caso, nem aqui nem ali, apenas um movimento de deslocamento” (p.91, tradução nossa)²¹.

Recorremos à construção feita por Frej (2007b), ao destacar a atualidade do texto sobre o Homem dos Lobos, o qual permite uma articulação do “estilhaçamento da libido” e da reativação das cenas com o esgarçamento do cotidiano em que vivemos atualmente, dilacerado pela primariedade de estímulos que não fazem cena.

[...] menos ainda, primária por não produzir um *Outro tempo*, nem um *Outro espaço* que não aqueles imediatos e sem mediação. Isso que congela a memória. É isso que prevalece nos dias de hoje. É isso que faz com que cena de hoje, por não suportar *Outra cena*, não seja clara... *NON LIQUET!* (p.24)²².

Estaríamos diante de uma “continuidade do descontínuo”, ou de uma “continuidade do contínuo” – no sentido de uma fluidez sem interrupção? Nesses termos, seria um dos propósitos da intervenção institucional introduzir um corte, de modo a instituir uma “descontinuidade do contínuo”?

Finalizamos essa discussão sobre o tempo com dois fragmentos do discurso de Marcos, que delineiam o singular de sua dimensão tempo-espaço: “desde o dia que eu vinha rodando pela rua”; “Ficaram jogando eu pra lá e pra cá. Aí depois terminaram de parar aqui”. O primeiro fragmento circunscreve sua errância como um movimento contínuo, sem parada e

²¹ Il n’y a, dans ce cas, ni ici ni là-bas, seulement un mouvement de déplacement.

²² “Non liquet” (“não está claro”) é a expressão utilizada por Freud, no caso *O Homem dos Lobos*, no que concerne à realidade da cena primária (Frej, 2007b).

interrupção, já que a roda somente para de rodar ao perder sua força ou topar com um obstáculo no meio do caminho. Já a segunda referência, embora reveladora do descaso e da posição de um objeto “jogado” de uma instituição à outra, parece indicar um ponto de basta que Marcos situa na instituição – “depois terminaram de parar aqui” –, um ponto de ancoragem e de freio para quem vinha “rodando pela rua”.

4.2. *Aufhebung*: um “movimento que metamorfoseia os espaços...”

Quando o tempo em seu abraço
quebra meu corpo, e tem pena,
quanto mais me despedaço,
mais fico inteira e serena.
Por meu dom divino, faço
tudo a que Deus me condena.

Da virtude de estar quieta
componho o meu movimento.
Por indireta e direta
perturbo estrelas e vento.
Sou a passagem da seta
e a seta, – em cada momento.
(Cecília Meireles)

Em sua tese de doutorado, Frej (2003) depara-se, em momentos precisos da obra freudiana, com o termo alemão *Aufhebung* e o verbo *Aufheben*, que remetem ao originário e indicam a criação de espaços e a delimitação de fronteiras.

4.2.1. “*Cascavilhando*” e “*debulhando*” um conceito

De acordo com a análise feita por Rocha (citado por Frej, 2005), o termo *Aufhebung* é um substantivo alemão composto pela preposição *Auf*, cuja conotação é a de movimento para o alto, e pelos verbos *heben* – levantar, anular, revogar, abolir, suspender, apagar – e *Aufheben* – guardar e conservar. Na leitura da obra hegeliana, considerando que o verbo *Aufhebung* implica um movimento que conserva o que suprime, Meneses (citado por Frej, 2005) adota a tradução suprasumir, suprassunção.

A autora aponta, assim, a *Aufhebung* como uma suprassunção, enquanto negação, conservação e transformação, definindo um movimento de circulação de energia que inscreve, cria espaços e estabelece fronteiras no funcionamento psíquico.

Trata-se de um movimento em espiral, que delineia um fio condutor ao longo da história de humanização do sujeito e do desejo, situando e distinguindo entre si o organismo, o corpo e o indivíduo, na sociedade e na cultura. Tudo se passa num tempo, como vimos, não linear, que ultrapassa a cronologia, visto que a negação, ao mesmo tempo em que nega o estado anterior, conserva-o na transformação que opera. A autora propõe um “tempo topológico”, uma vez que a ação do psíquico, no amálgama que faz coexistir passado, presente e futuro, implica o tempo de um lugar, o do inconsciente.

A fim de tornar acessível ao aluno a complexidade e a relevância desse movimento, Nanette Frej recorria à poesia e à vida prática de modo a “debulhar” e a “cascavilhar” aquilo que considerava o “caroço”, o ponto nodal da teoria psicanalítica.

Do poema de Cecília Meireles, realçava o que se quebra, se despedaça e permanece inteiro; a posição do sujeito na passagem da seta e na própria seta, em cada momento; remetendo ao que, na *Aufhebung*, é produzido pelo corte, na negação, na conservação e na ultrapassagem. Fazia alusão, nesse sentido, ao processo de evolução de uma fruta, que mantém e preserva em si a semente, a folha, a árvore, o caroço, num movimento que implica a negação do estado anterior, mas, igualmente, sua manutenção e sua ultrapassagem, sem as quais a fruta não existiria. “O que na *Aufhebung freudiana* impulsiona o movimento é a ultrapassagem daquilo que continuou o mesmo depois de a negação ter operado. É tornar-se o mesmo quando já se é outro” (Frej, 2007c, p.155).

Frej referia também o funcionamento das barragens e usinas hidrelétricas, permitindo-nos situar a importância, na intervenção clínico-institucional, do corte, da contenção de energia que, por vezes, circula livremente, sem quase nenhuma delimitação. As barragens e usinas hidrelétricas visam à retenção do livre escoamento da água, que, uma vez acumulada, é uma energia em potencial, podendo transformar-se em outras energias. Esse movimento, de contenção e transformação da água, é sustentado por aquilo que é negado (seu livre escoamento), barrado e conservado. Em *A relação de objeto*, Lacan (1956-57/1995) alude à usina hidrelétrica, situando, no momento anterior à construção da usina, as águas que fluem em abundância:

[...] é a máquina que está no princípio da acumulação de uma energia qualquer, no caso essa força elétrica, que pode ser depois distribuída e posta à disposição dos consumidores. O que se acumula na máquina tem, antes de tudo, a mais íntima relação com a máquina (p.32).

Embora a máquina seja animada por uma propulsão proveniente da corrente do rio, o autor destaca que a energia somente começa a interessar ao ser acumulada pela máquina. Se o

acúmulo de água se torna excessivo, ultrapassando a capacidade de conservação da barragem, como em períodos de chuva intensa, não sendo o “sangrador”²³ devidamente aberto, a barragem pode vir a estourar e a água escoar numa potência que se torna catastrófica. Assim, não havendo o “aproveitamento” potencial da energia psíquica, quando da impossibilidade de contê-la, atesta-se um livre escoamento da vazão pulsional, numa continuidade do fluxo que não faz operar o corte necessário para a humanização do sujeito, configurando, para Freij, uma “*Aufhebung* não realizada”.

Percorreremos, a seguir, alguns pontos do fio condutor traçado pela autora, de modo a situar a inscrição do organismo na condição de ser humano, no laço social.

4.2.2. A palavra que inscreve o organismo na condição de sujeito humano

No *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1996), Freud discorre sobre a circulação de energia no organismo, adotando a inércia como o princípio básico da atividade neuronal e do funcionamento do organismo, a partir do qual o sistema nervoso primário responde à quantidade de energia que o atinge, tendendo a se manter livre dos estímulos, por meio do “movimento reflexo”. Embora associado ao funcionamento do modelo neuronal, Freij (2003) propõe que o arco reflexo toca também o indivíduo humano, a cultura e a sociedade, com repercussões importantes na vida psíquica. Do trecho de *A Interpretação dos Sonhos*, “o reflexo permanece o modelo de toda a produção psíquica”, a autora destaca que o “permanece” situa-nos no tempo do que se conserva, consistindo no momento inaugural do movimento da *Aufhebung*.

O dispositivo do arco reflexo – primeira possibilidade de resposta à quantidade de estímulos – pode fracassar se o organismo não encontra meios de descarga para o estado de tensão, ocasionando o “fenômeno da dor” (Freud, 1895/1996), ao qual, por meio da ação muscular, ele tem a mais decisiva propensão a fugir. A fuga constitui a segunda forma de resposta do organismo. O terceiro movimento decorre de uma maior complexidade, visto que, além dos estímulos externos, o organismo recebe estímulos do próprio elemento somático – estímulos endógenos que se originam nas células do corpo e criam as grandes necessidades (fome, respiração, sexualidade) –, dos quais ele não pode se esquivar como faz com os estímulos externos, de modo que o recurso à evitação, à descarga e à fuga não se faz mais suficiente para o apaziguamento da tensão. Esses estímulos endógenos remetem às pulsões,

²³ De acordo com Paulo Barros, o sangrador, na linguagem da população rural, designa o local de passagem e liberação da água.

que surgem de dentro do organismo, atuando como uma força constante, obrigando “[...] o sistema nervoso a renunciar à sua intenção ideal de afastar os estímulos, pois mantêm um fluxo incessante e inevitável de estimulação” (Freud, 1915/1996, p.126).

Em *O Mal-estar na Civilização*, Freud (1930/1996) destaca que a criança recém-nascida não distingue o seu ego do mundo externo como fonte das sensações que fluem sobre ela. Isso ocorre gradativamente, quando ela percebe que há fontes de excitação de seu corpo que podem satisfazê-la em algumas ocasiões, bem como outras fontes – como o seio da mãe – que desaparecem, somente reaparecendo em decorrência dos “gritos de socorro”. Faz-se, pois, necessária uma intervenção do mundo externo, que visa à suspensão provisória da descarga no interior do corpo. “A submissão à *urgência da vida* faz com que o organismo aprenda a renunciar a sua tendência à inércia e a suportar uma quantidade armazenada de energia com a qual possa fazer face às *necessidades vitais*” (Frej, 2007c, p.153). Esse momento – *Primeira Aufhebung* – decorre de um corte, de uma negação, de uma descontinuidade no livre fluxo de energia, em decorrência da ação específica, da experiência de satisfação.

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia [ajuda estrangeira]*²⁴, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os *motivos morais* (Freud, 1895/1996, p.370).

Quando a pessoa que ajuda executa o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este último fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover [*suprimir*] o estímulo endógeno. A totalidade do evento constitui então a *experiência de satisfação* (Freud, 1895/1996, p.370).

Do primeiro trecho acima registrado, destacamos a passagem da *necessidade fisiológica* para o *desejo* instaurado na falta; do *grito* de insatisfação do organismo para a *comunicação*, para a *demanda*, em que se percebe a relação com o que vai constituir o sujeito. Do segundo, Frej (2003) ressalta que o ato reflexo, além de uma resposta do organismo aos estímulos, é também uma resposta do sujeito humano, o qual, servindo-se da referência a outro humano, realiza em seu corpo a “supressão dos estímulos endógenos”.²⁵ A negação acima referida concerne a esse momento lógico em que “o organismo é metamorfoseado em ser humano” (Frej, 2007c, p.153), à origem da submissão do humano aos valores que o ultrapassam.

²⁴ Na versão da obra utilizada, *fremde Hilfe* foi traduzido por “ajuda alheia”; porém, preferimos a tradução adotada por Frej (2003) – “ajuda estrangeira” – por aproximar-se mais do original.

²⁵ Frej (2003) destaca que a expressão utilizada na obra alemã é *endogenen Reizaufhebung*.

A “ajuda estrangeira” (*fremde Hilfe*) implica, assim, a presença do Outro que, no cuidado dispensado à criança, nomeia e atribui a significação de um apelo para o seu estado de necessidade e tensão. Estabelece-se uma dissimetria entre o grito da criança e a resposta que lhe é dada, abrindo o campo da reciprocidade na compreensão e a possibilidade de endereçamento entre o sujeito e o Outro.

A imagem do objeto que propiciou a experiência de satisfação inscreve-se como traço mnésico no aparelho psíquico, sendo evocado quando do reaparecimento da excitação pulsional, a fim de restabelecer a primeira experiência. Inicialmente, a realização do desejo dá-se sob a forma de uma satisfação alucinatória. Gradativamente, a imagem mnésica da satisfação é distinguida da satisfação real, o que, de acordo com Lacan (1957-58/1999), permitirá à criança um primeiro reconhecimento do objeto. Frej (2003) destaca que a evocação de um traço inscrito no psiquismo demanda um nível mais desenvolvido do aparelho psíquico, que não tem mais por objetivo uma descarga, mas a repetição da primeira experiência de satisfação.

Tendo em vista que é por meio da “ajuda estrangeira” que se dá a experiência de satisfação, inscrevendo no sujeito o desejo, “a presença do outro é, então, condição *sine qua non* para que um objeto e um espaço possam ser criados” (Frej, 2003, p.52, tradução nossa)²⁶; para que se delineiem as fronteiras do primitivo ego com o objeto que lhe é ofertado de fora, o mundo exterior.

No que concerne à fronteira entre o sujeito e o mundo externo, Freud (1930/1996) destaca, como um “[...] incentivo para o desengajamento do ego com relação à massa geral de sensações” (p.76), as contínuas sensações de sofrimento e desprazer, em relação às quais o princípio de prazer ordenará sua supressão e seu afastamento. Busca-se, pelo “irrestrito domínio do princípio de prazer”, isolar do ego tudo que pode acarretar desprazer, lançando-o para fora do organismo, o que nos remete ao texto *A Negativa* (Freud, 1925/1996, p.267): “[...] o ego-prazer original deseja introjetar para dentro de si tudo quanto é bom, e ejetar de si tudo quanto é mau. Aquilo que é mau, que é estranho ao ego, e aquilo que é externo são, para começar, idênticos”.

Para Freud (1930/1996), na relação com o mundo exterior, o ego parece manter uma demarcação clara e nítida, embora, em algumas circunstâncias, como no enamoramento, as linhas fronteiriças entre o ego e o mundo externo ameaçam se apagar; não são, portanto, permanentes, mas passíveis de perturbações. Refere-se, assim, a situações mórbidas em que as

²⁶ La présence de l'autre est donc condition *sine qua non* pour qu'un objet et un espace puissent être créés.

fronteiras do eu tornam-se incertas, inexatas, incorretamente traçadas, ou, ainda, em momentos nos quais os conteúdos do eu parecem não lhe pertencer, como se fossem atribuídos ao mundo exterior.

Aproximamo-nos de outro tipo de fronteira, referido em *Dissolução do Complexo de Édipo* (Freud, 1924/1996), a partir do qual Frej (2003) formula a *Segunda Aufhebung*, momento “gerador de espaços”, que situa a criança na sociedade e na cultura. Trata-se de um momento que, “articulado à questão edípica, já terá agido sobre a criança a partir do aporte das palavras, pela pessoa que dela cuida” (Frej, 2007c, p.154). Neste texto, a *Aufhebung*, enquanto corte que interdita, não se confunde com a operação do recalque, mas ultrapassa-o, contendo-o e criando mais uma fronteira.

Não vejo razão para negar o nome de ‘repressão’ [*recalque*]²⁷ ao afastamento do ego diante do complexo de Édipo, embora repressões [*recalques*] posteriores ocorram pela maior parte com a participação do superego que, nesse caso, está apenas sendo formado. O processo que descrevemos é, porém, mais que uma repressão [*um recalque*]. Equivale, se for idealmente levado a cabo, a uma destruição e abolição do complexo. Plausivelmente podemos supor que chegamos aqui à linha fronteira – nunca bem nitidamente traçada – entre o normal e o patológico (Freud, 1924/1996, p.196, grifo nosso).

Freud destaca, nesta passagem, em decorrência da destruição e supressão (*Aufhebung*) do complexo, a instituição de outro nível de fronteira, “nunca bem nitidamente traçada – entre o normal e o patológico”. Outro aspecto importante a ser ressaltado nessa formulação é a relação entre recalque originário, superego e recalques posteriores, o que nos remete ao movimento em espiral, anteriormente citado, que atribui ao superego uma anterioridade em sua formação. O que por ora se concretiza enquanto dissolução do complexo de Édipo, enquanto intervenção paterna, já teria, por assim dizer, ocorrido na relação entre mãe e filho, momento em que já operava o interdito na fala da mãe, em que o trabalho psíquico do recalque já havia começado.

Diante dessa constatação, Frej (2003) destaca o movimento dialético da *Aufhebung*, dado que o processo equivalente à “supressão do complexo” coincide, no tempo lógico, com o registro psíquico da *Primeira Aufhebung*, a qual “antecede” e “decorre” da *Segunda Aufhebung*. A autora conclui tratar-se de um movimento único, constituído num percurso que, ao delimitar fronteiras, cria um espaço e um tempo para o psiquismo. Um *continuum* que faz avançar e retroagir no tempo, delineando um movimento que remonta ao originário e perpassa pelos registros do organismo, do corpo, do indivíduo, na sociedade e na cultura, a partir da

²⁷ Embora na versão da obra utilizada, o termo tenha sido traduzido por repressão, na referência à obra alemã, é do recalque que se trata.

intervenção do *fremde Hilfe*. “É essa intervenção que permitirá que a via de descarga do ser impotente adquira a função de compreensão mútua” (Frej, 2003, p.209), constituindo o sujeito a partir da circulação de energia, da inscrição da palavra, dos endereçamentos daí decorrentes.

4.3. A constituição psíquica no enodamento R.S.I.

É de uma escrita que se trata e da questão que ela coloca [*a topologia do nó borromeu*], que é a de saber como isso se enoda, se desenoda e se reenoda, numa psicanálise – e numa vida (Bousseyroux (2014, p.9, tradução nossa, grifo nosso)²⁸.

Conforme vimos no movimento da *Aufhebung*, o organismo humano é “alçado” à condição de sujeito humano por meio da operação de um corte, da intervenção de uma ajuda estrangeira que insere o sujeito no campo do desejo, no campo simbólico da linguagem. Retomamos a noção de corte, nesse momento, na referência ao nó borromeu, constituído a partir de cortes na experiência psíquica, que produzem bordas e demarcam cada uma das três dimensões – Real, Simbólico, Imaginário.

O primeiro corte na história do sujeito dá-se no ato do nascimento, do qual ele carrega na barriga a marca de um nó corpóreo, o umbigo, cicatriz estigma do corte que assinou o parto (Bousseyroux, 2014); marca no real do corpo, que demarca o início da vida no mundo da realidade. Todavia, esse início é precedido por uma inserção do *infans* no mundo simbólico, antes mesmo de seu nascimento, através do discurso e do desejo parental, que delineiam um lugar psíquico na trama familiar, no laço social.

O lugar prévio do sujeito surge, portanto, a partir do enxame significativo produzido no campo do Outro, cujos efeitos serão sentidos no confronto entre os traços impressos em seu psiquismo e as contingências da vida. Localizar os acidentes e rompimentos na trajetória do sujeito implica situar a incidência do traço em sua diferença absoluta que, junto às continuidades e descontinuidades, delineiam o enodamento, singular e enigmático, que constitui o sujeito, a sua *forma de fazer*, como vimos com o Traço do Caso. “Cada um tece seu nó”, afirma Lacan (1973-74/2010a, p.75), ao considerar que “a criança é feita para aprender alguma coisa [...], ou seja, para que o nó se faça bem” (p.54, tradução nossa)²⁹.

Em que consiste o nó borromeu? O enodamento entre três rodela vazadas, inseparáveis, que coincidem no mesmo ponto de interseção – o objeto *a*, causa de desejo –, numa relação de determinação recíproca que as sustenta. A amarração entre as rodela preside

²⁸ [...] c’est d’une écriture qu’il s’agit et de la question qu’elle pose, qui est de savoir comment ça se noue, se dénoue et se renoue, dans une psychanalyse – et dans une vie.

²⁹ L’enfant est fait pour apprendre quelque chose [...] c’est-à-dire pour que le nœud se fasse bien.

a realidade psíquica e constitui a condição de existência do nó, de modo que, se desprendida qualquer uma das três, as outras duas igualmente se soltam e o nó é desfeito. De acordo com Didier-Weill (1988, p.13), é como resultante desta operação de nodulação que emergirá o sujeito, “um sujeito que receberá imagem, palavra e corpo”.

É a função comum de manter os círculos enlaçados o que os homogeneiza e dá consistência ao nó, ao mesmo tempo em que se distinguem, tendo em vista o que os especifica e impede a substituição de um por outro, ou seja, a heterogeneidade que constitui a consistência de cada um deles, sem hierarquizá-los, mas demonstrando que eles só têm vigência se enlaçados. “É essa dialética de uma consistência comum em uma heterogeneidade entretanto radical que constitui a fecundidade do uso, em psicanálise, do nó borromeu” (Frignet, 2007, p.267).

Na heterogeneidade que os articula, o que especifica cada um dos três registros?

O Real é definido, em *La Troisième* (Lacan, 1973-74/2010b), como o impossível, o que retorna sempre ao mesmo lugar, “o que não vai bem, [...] que não cessa de se repetir para entrar essa marcha” (p.263, tradução nossa)³⁰; o irrepresentável, indizível, inapreensível. Impossível de ser simbolizado na fala e na escrita, o Real é o que não cessa de não se escrever, podendo ser abordado apenas pelas letras. Para Lacan (1974-75/2002), o Inconsciente é o Real, furado pelo Simbólico que o bordeja, demarcando uma substituição do que, diante do primeiro corte real, consistiu num “furo real no simbólico” para um “furo simbólico no real” (Didier-Weill, 1988).

O Simbólico aponta para a rede de significantes que antecede o sujeito, atribuindo-lhe um lugar no campo do desejo do Outro e inscrevendo-o no mundo da palavra; é o que especifica o homem como “falasser” (*parlêtre*), sujeito faltoso que consente na perda que a fala implica. O Simbólico é “aquilo que falta em seu lugar”, falta que recebe uma significação propriamente humana, “para lhe deixar sua marca indelével na palavra e eternizar o desejo, em sua dimensão de irredutibilidade” (Hilttenbrand, 2007, p.349).

O Imaginário – cujo ponto de partida é a referência ao corpo (Lacan, 1974-75/2002) – é o sentido, a condição de representação da realidade, o que faz a consistência do sujeito na captura pela imagem do seu corpo. Didier-Weill (1988) concebe o Imaginário, na interseção com o Real, como um limite, um freio ao “apetite de ilimitado e de proliferação” do Real. “É o registro do engodo, da identificação. É o registro do eu, com o que comporta de

³⁰ C’est ce qui ne va pas [...] ce qui ne cesse pas de se répéter pour entraver cette marche.

desconhecimento, de alienação, de amor e de agressividade, na relação dual” (Salducci, 2007, p.196).

Radicalmente heterogêneos, os três registros fazem *Um*, o nó borromeu. “O Simbólico, o Imaginário e o Real, isso é o número um” (Lacan, 1973-74/2010b, p.260, tradução nossa)³¹, o que implica o enlaçamento a partir do traçado que delimita um interior vazado e do furo que cada dimensão faz nas outras duas, impedindo que cada registro encerre em si um conteúdo fechado e que haja um funcionamento deslizante de um a outro registro. “O real do nó é esta ex-sistência definível enquanto relação de exterioridade inclusa de cada dimensão, em que o fora não é um não dentro” (Vorcaro & Capanema, 2010, p.498).

Em sua tese de doutorado, Vorcaro (1997) evidencia o elemento temporal da constituição psíquica – marcada, em diferentes momentos, por uma prevalência de uma das três dimensões – e propõe uma construção do nó borromeu a partir do trançamento entre os registros, tomando como referência a seguinte proposição de Lacan: “Para fazer um nó borromeano é preciso fazer seis gestos [...] esgotar a ordem de permutações duas a duas [...]” (citado por Vorcaro & Capanema, 2010, p.498).

Seguiremos o trajeto feito pela autora na composição da trança, situando o sujeito como um determinado particular, no encontro entre o que se faz necessário para a constituição psíquica, o que se faz contingência numa “temporalidade real” e o que, diante deles, opera enquanto suplência.

4.3.1. O percurso do sujeito: “acontecimentos” e “desastres” psíquicos

Os cruzamentos entre os três registros são precedidos por uma posição zero, condição de possibilidade para o início do trançamento, em que as cordas são dispostas em paralelo, enquanto linhas homogêneas. Trata-se da inserção do organismo do *infans* na realidade psíquica do agente materno – num “confronto” entre o real do corpo do bebê, o mundo simbólico do desejo materno e os sentidos que são atribuídos à imagem e às manifestações corporais. “Essa superposição *real* do organismo à posição *simbólica* investida *imaginariamente* pela alteridade de um agente, produz uma espécie de regularidade automática de alternância” (Vorcaro & Capanema, 2010, p.498).

Há um movimento contínuo entre o “grito de socorro” do bebê e a presença do Outro materno, opondo tensão e apaziguamento, prazer e desprazer. É o ritmo da batida, da presença

³¹ Le Symbolique, l’Imaginaire et le Réel, ça c’est le numéro un.

e da ausência do Outro o que inscreverá uma matriz simbólica, num momento mítico que inaugura a constituição subjetiva. Conforme vimos no primeiro capítulo, à medida que, no grito de necessidade do organismo é suposto um apelo, a mãe antecipa em seu filho um sujeito de demanda, produzindo uma descontinuidade, um corte real na cadência tensão-apaziguamento. Dá-se o primeiro movimento da trança, na hiância que implica a incidência do Real na matriz simbólica.

O segundo movimento ocorre na tentativa frustrada de superação dessa descontinuidade, dada a impossibilidade de reencontro do gozo pleno supostamente havido antes. A falta real no Simbólico é recoberta com a “imaginarização” do agente materno como único detentor do dom e do saber sobre seu gozo. Constrói-se o fantasma da onipotência do Outro, uma construção imaginária que parte do Simbólico para lidar com uma falta no Real, donde o segundo cruzamento da trança, a incidência do Imaginário no Real, constituindo o terceiro círculo que enoda os dois primeiros.

No terceiro movimento, põe-se em questão o fantasma da onipotência materna, visto que a mãe demanda à criança o que a esta é também inapreensível. Na busca de atender o desejo materno, a criança oferece-se a ocupar o lugar fálico, operando simbolicamente para lidar com a falta. “A insuficiência do imaginário é efeito da incisão simbólica que sustenta o desejo por meio dos deslizamentos na busca do que falta à mãe, e da falta no que é dado pela mãe”. (Vorcaro, 2009, p.11). Traça-se o perfil da estrutura simbólica, num terceiro cruzamento em que o Simbólico recobre o Imaginário.

Ao mesmo tempo em que ocupar o lugar fálico não assegura a satisfação do gozo pleno, esse lugar acarreta o risco de aniquilamento do sujeito, enclausurado na posição de objeto de complemento do Outro. Impõe-se a necessária intervenção de outro agente, personificado na figura do pai, que, além de proteger a criança do desejo materno, opere como a impossibilidade do pretendido gozo pleno. Ao privar e interditar a mãe e a criança, esse agente real delineia o quarto movimento da trança, a incidência do Real no Simbólico, que repete o primeiro cruzamento e integra todos os outros.

Esse obstáculo que se coloca, ao demarcar a impossibilidade real de a criança ser objeto do gozo materno, será transformado no mito da onipotência paterna. Nessa nova construção imaginária, “toda a transição mítica que articula a idealização, o temor e a agressividade são aí produzidos” (Vorcaro & Capanema, 2010, p.500), delineando o quinto cruzamento, como no segundo, o recobrimento imaginário do Real.

Por fim, no sexto movimento, produz-se a metáfora paterna, que inscreve o desejo no registro da dívida simbólica. Na interdição operada pelo Nome-do-Pai, que barra a posição de

equivalência fálica da criança, o falo imaginário é substituído pelo falo simbólico, instância simbólica que regula as relações entre desejo e lei, operando enquanto falta, referência e limite ao gozo sexual – “um limite simbólico que denominamos castração. A castração tem um valor estruturante para o sujeito, pois o interdito do incesto permite, através mesmo do interdito, que se enodem o Simbólico e o Real [...]” (Cacciali, 2010, p.48, tradução nossa)³². Ao pai, único capaz de dar à mãe o que ela deseja, é atribuído um saber que o situa, em sua função de exceção, na posição de que ao menos um sabe o que ela quer. Finaliza-se, assim, a trança, na repetição de seu terceiro cruzamento, na reincidência do Simbólico no Imaginário.

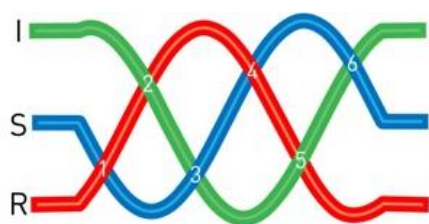


FIGURA 1: Os seis cruzamentos da trança
(Fonte: Capanema, 2015, p.50).

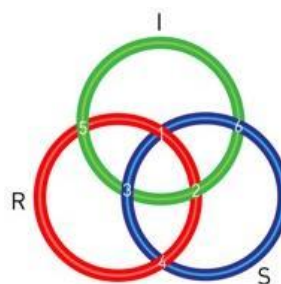


FIGURA 2: Cruzamentos do nó borromeu
(Fonte: Capanema, 2015, p.53).

Observamos, nas figuras, que as linhas R, S e I, maleáveis e tendendo ao infinito, após os cruzamentos, voltam à posição inicial, permitindo, na união das extremidades de cada linha, a estruturação do nó borromeu. Delineia-se, assim, o percurso em que o sujeito, a partir do investimento fálico e da incidência da ordem significativa, é inscrito no Simbólico que o antecede, podendo constituir, a nosso ver, um ponto de encontro com o movimento da *Aufhebung* – o que não implica propor uma equivalência entre os dois operadores –, no que concerne ao que é mantido de um momento “anterior” naquele que o ultrapassa.

Dessa forma, o sujeito carrega a causa que o fende: o significante, que lhe permite inscrição pela perda que só existe depois que essa simbolização lhe indica o lugar. Entre a experiência em que a criança recebe atribuição fálica e a constituição de sua significação, temos o lapso que a trança percorre, na estrutura temporal reversiva em que a castração retroage ao recalçamento originário para lhe conferir significância, nesse *après-coup* que promove a articulação circular que não é recíproca. Portanto, se essa trança ordena a estruturalidade de um sujeito constrangido pelas dimensões real, simbólico e imaginário, seus movimentos não se superam, eles se mantêm na constrição que os enlaça (Vorcara & Capanema, 2010, p.501).

As autoras fazem uma distinção importante entre os acidentes implicados nas permutações entre os registros – acontecimentos constitutivos da realidade psíquica – e os

³² une limite symbolique que nous appelons la castration. La castration a une valeur structurante pour le sujet car l'interdit de l'inceste permet, à travers l'interdit même, que se nouent le Symbolique et le Réel.

desastres psíquicos, ocasionados quando da ocorrência de impossibilidades nesses cruzamentos, permitindo situar os quadros clínicos no momento do trançamento em que o cruzamento não operou. A presença de um quarto elo, enquanto condição de possibilidade para a construção de novas modalizações na estrutura, faz face às impossibilidades do trançamento, permitindo uma aposta no tratamento.

Ao se deparar com alguns limites impostos pela clínica, bem como com a história de James Joyce – cujo sintoma atrelava-se a um pai radicalmente carente (Bousseyroux, 2014) –, Lacan pôs em questão a proposição inicial do nó borromeu, uma vez que o enlaçamento das três rodela mostrava-se inconsistente. Assim, em *O sinthoma*, ele destaca que “na medida em que um sujeito enoda a três o imaginário, o simbólico e o real, ele é suportado apenas pela continuidade deles” (Lacan, 1975-76/2007, p.52), ou seja, na presença de um quarto elo – o *sinthoma* –, que estabelece uma suplência para os lapsos encontrados, viabilizando novas possibilidades de fazer laço social.

Conforme veremos a seguir, ainda no *R.S.I.*, Lacan identifica variantes na função do quarto elo, dependendo de seu entrelaçamento dar-se com o Real, o Simbólico ou o Imaginário. É ao pôr em questão a supremacia do Simbólico que a função de nomeação ganha relevo na teoria lacaniana. Nesse sentido, a suplência pelo *sinthoma* constitui uma das possibilidades de atamento da quarta rodela, encarregando-se de corrigir falhas concernentes ao Simbólico, de fazer “ajustes” no percurso do sujeito, numa construção singular por ele inventada, como a saída encontrada por Joyce no recurso à escrita.

Diante do destaque que a nomeação tem na história de Vitor e na de Marcos, faz-se relevante, nesse momento da escrita em que nos deparamos com essa questão, trazer elementos que possam subsidiar o que, na construção dos casos clínicos, consideramos delinear um apelo pela atribuição, apropriação e inscrição de um nome.

4.3.2. Nomeação: uma suplência aos lapsos do nó

Na função de suplência, o quarto elo parte de uma disjunção originária e possibilita um reordenamento, na estrutura psíquica, do que se apresenta como um afrouxamento do nó, uma amarração mais rígida, uma impossibilidade de atamento, ou, ainda, uma predominância de um registro em detrimento dos outros dois. A fim de reparar falhas de escrita do nó, Lacan (1974-75/2002) propõe uma função suplementar, um toro a mais, cuja consistência ele refere à função do Pai.

Nosso Imaginário, nosso Simbólico e nosso Real, encontram-se, ainda, talvez, para cada um de nós, num estado de dissociação suficiente para que somente o Nome-do-Pai faça nó borromeu e sustente tudo isso junto, faça nó do Simbólico, do Imaginário e do Real (p.85, tradução nossa)³³.

O Nome-do-Pai inscreve-se na teoria lacaniana num período marcado pela soberania do Simbólico. No seminário *Nomes-do-Pai*, ele é interrogado ao tocar questões importantes em torno do nome próprio e do nome de Deus, passando, no seminário *R.S.I.*, a ser destacado em sua função nomeante – função à qual Lacan chega após abordá-la em *Les non-dupes errent*, opondo-a a um *nomear para*.

Lebrun (2010) traz uma valiosa contribuição ao ressaltar que a nominação pode ser tanto transitiva, metafórica – o nome dado faz desaparecer um conjunto de outros nomes –, como intransitiva, metonímica – ao nomear para alguma coisa, uma denominação é acrescentada sem exigir o desaparecimento do nome anterior, do primeiro significante. Há uma diferença, portanto, entre “nomear essa criança Jacques” e “nomear Jacques para tal e tal cargo”, o que Lebrun contrapõe com a formulação “nomear essa criança para tal cargo”, considerando-a mais justa para o que emerge como “novidade na história”, como tendência no laço social, por meio do *nomear para*, de se prescindir do Nome-do-Pai, ou, ainda, de precedê-lo.

[...] é que esse “nomear” pode não apenas acrescentar, e até mesmo suprir o Nome-do-Pai, mas, em contrapartida, substituí-lo. Em outras palavras, não é certo que a nominação dessa criança para tal cargo seja articulada com o fato de que essa criança tenha sido nomeada Jacques. Ainda em outras palavras, essas duas nominações podem andar completamente sós, cada uma segundo suas próprias modalidades, sem que o “nomear para” não esteja de forma alguma amarrado à operação do Nome-do-Pai (Lebrun, 2010, p.78).

O autor enfatiza que se, inicialmente, Lacan refere uma “substituição” do Nome-do-Pai pelo *nomear para*, em seguida, ele destaca que o *ser nomeado para alguma coisa* encontra-se “preferido” ao Nome-do-Pai. Assim, apesar de a substituição do Nome-do-Pai decorrer de mudanças introduzidas no social, entra em cena a responsabilidade do sujeito, sua “escolha” na adesão, ou na não adesão a essa substituição.

Para Lebrun (2010), “tudo se passa como se a oferta do sistema social de hoje incitasse o sujeito a tomar a via mais fácil, aquela que lhe permitiria fazer a economia da castração e da confrontação com a alteridade, aquela que o autorizaria a pôr em risco a subjetivação” (p.80). O autor destaca, entretanto, que, para alguns, “adotar o não-encontro com o processo de subjetivação” não se trata mais de uma escolha – mas, a nosso ver, de um imperativo –, pois é

³³ Notre Imaginaire, notre Symbolique et notre Réel sont peut-être pour chacun de nous encore dans un état de suffisante dissociation pour que seul le Nom-du-Père fasse nœud borroméen et tenir tout ça ensemble, fasse nœud du Symbolique, de l’Imaginaire et du Réel.

como se o sujeito vivesse “órfão do Simbólico”, como se ignorasse como funcionar senão a partir deste lugar para o qual é nomeado.³⁴

[...] não há mais possibilidade identificatória que se mantenha, nenhuma ancoragem significativa que seja mesmo capaz de sustentar o trajeto do sujeito. A ordem de ferro também se torna, em razão disso, ordem de “fazer”, de substituir a falta a ser e o desejar pelo fazer e agir. (p.82)

Assim, embora o Nome-do-Pai tenha sido inscrito – dado não se tratar da psicose –, ele encontra-se destituído, recusado, foracluído no social, o que faz Lacan (1973-74/2010a) indagar se o *nomear para* não seria o signo de uma degenerescência catastrófica, designando o retorno do Nome-do-Pai no Real (Porge, 1998).

De acordo com Porge (1998), ao opor o *nomear para* ao Nome-do-Pai, Lacan antecipa o que abordará em *R.S.I.*, como um novo sentido para este último, reduzindo-o, com o nó borromeu, a sua função radical de dar nome às coisas; não apenas o pai como nome, mas o pai como nomeante, “doador de nome” (Lebrun, 2010, p.77). A função nomeante é suportada pelo furo do nó borromeu, ou seja, a nominação, apontada por Lacan (1974-75/2002) como a única coisa de que estamos seguros de que faça um furo.

Para fazer existir o furo na enunciação do Nome-do-Pai, Lacan o pluralizou para nomes-do-pai, o que não implica, por ele não mais se fazer indispensável ou suficiente, anular sua função e seu lugar na vida psíquica, pois, como propõe Lacan (1975-76/2007), só é possível prescindir do pai servindo-se dele. Com os nomes-do-pai, não mais se impõe um único significante, o Nome-do-Pai, que seja referencial idêntico para todos, mas o que constitui ponto de limite para cada um em particular – “não mais o mesmo Pai para todos, mas a cada um o seu” (Lebrun, 2010, p.87).

Ao pôr em questão a supremacia, tanto do Nome-do-Pai como do Simbólico – tendo em vista a homogeneidade e a não hierarquização entre os registros –, apesar de ser ao furo do Simbólico atribuída a nominação, ela não mais se encontra limitada a esse registro. Conforme ressalta Capanema (2015, p.107), “[...] a função de nominação não é mais privilégio do Nome-do-Pai nomeado, ela se pluraliza em Nomes-do-Pai nomeantes”. Assim, dependendo de como se dá a amarração da quarta corda a um dos registros, como forma de suplência à falha da instância duplicada, ter-se-á uma nominação simbólica, imaginária ou real, que poderá operar como uma das possibilidades dos nomes do pai. É, portanto, ao quarto elo que se atribui o suporte de uma função de nominação, visto que, somente a partir dele, os registros Real, Simbólico e Imaginário recebem esses nomes, distinguindo-se uns dos outros. “Pois

³⁴ Conforme discutiremos no capítulo sobre errância, Lebrun (2010) propõe conjugá-la à parcialização do Nome-do-Pai com a prevalência do *nomear para*.

bem, os nomes do pai é isso: o simbólico, o imaginário e o real [...] os nomes primeiros enquanto nomeiam algo”, nos dirá Porge (1998, p.158).

Porge (1998) destaca ser o quarto anel que Lacan passa a identificar como o Nome-do-Pai, não enquanto consistência de uma única rodela, mas da unidade do nó, da amarração que este quarto elo possibilita, ou seja, da nominação da relação de duas dimensões pela sua articulação com a terceira dimensão, dado, por exemplo, que uma falha no Simbólico implica a suplência da quarta rodela a este registro a ele, amarrando-se e mantendo vinculados, a partir dessa nominação simbólica, o Real e o Imaginário.

Trata-se, pois, da “radical ex-sistência do Nome-do-Pai que o nó borromeano suporta” (Porge, 1998, p.170), do acontecimento de nominação pela intricação e solidariedade dos três registros, sugerindo uma “estrutura tríplice do nome no singular de Nome-do-Pai” (p.182). Para o autor, essa triplicidade oferece uma pista para a interpretação da expressão “Nome de Nome de Nome”, a qual acentua a função de nominação do Nome-do-Pai. “É o nome ao qual responde, sem se identificar, aquele que, nomeado pela mãe, nomeia” (p.183). Conforme ressalta Hoffmann (2007), a nominação constitui um ato de enunciação; “tornar-se pai implica vários atos de enunciação: *ser nomeado, nomear e responder em seu nome*” (p.114, tradução nossa)³⁵.

“Singular” porque a articulação entre os registros somente incide a partir da construção, pelo sujeito, de uma versão por meio da qual ele se inventa, situando-se em relação à função paterna, donde a proposição de que o nó borromeu é uma versão do pai, pai-versão, na analogia à perversão (no francês, *père-version* e *perversion*). “Singular de Nome-do-Pai” porque, enquanto uma das possibilidades de nomes do pai, a formulação Nome de Nome de Nome encontrar-se-á, para cada sujeito, enodada entre nome próprio, nome sintomático que tece a constelação de significantes – à qual se liga o desejo do sujeito – e nome de pai, pelo qual ele conecta os dois primeiros nomes. Nesse sentido, Porge (1998) destaca que o Nome-do-Pai constitui este laço de Nome de Nome de Nome, que “existe ao mesmo tempo na relação do sujeito tomado na transmissão do nome sobre três gerações e na maneira pela qual seu desejo e seu sintoma se articulam a seu nome próprio” (p.185).

O nome próprio adquire, a nosso ver, uma função importante na história de Vitor e na de Marcos, evidenciando, no deslocamento por eles empreendido, uma busca, por meio do nome, por uma filiação, por uma nominação simbólica que os singularize, razão pela qual teceremos breves comentários acerca do nome próprio.

³⁵ [...] devenir père implique plusieurs actes d'énonciation : *être nommé, nommer et répondre à son nom*

4.3.2.1. O nome próprio

Pouco sabemos dos nomes destes jovens que insistem em limpar os vidros de nossos carros. A dificuldade em nomeá-los talvez revele a resistência em conferir-lhes um lugar que nos leva a questionar a manutenção de um sistema que não pode prescindir dos excluídos; se tiverem nome, eles terão, ao menos, um mínimo de história, e isso os enlaça ao fluxo coletivo da cidade e os engendra nos nós que o constituem. (Sousa & Goldmeier, 2008, p.999)

“Se tiverem nome, eles terão, ao menos, um mínimo de história”. A busca por um nome – tão insistentemente negado e ocultado por uns, intensamente demarcado e imposto por outros – constitui, a nosso ver, a busca pelo *Um* que singulariza o sujeito, que permite contá-lo e situá-lo em sua história.

No seminário *A Identificação*, Lacan (1961-62/2011) articula a função do nome à função do traço unário enquanto ponto de partida da identificação, “ponto de amarração de alguma coisa de onde o sujeito continua” (p.80); “primeiro núcleo, como significante, do que em seguida vai se organizar como cadeia giratória” (p.99). O nome próprio, portanto, é uma marca distintiva que especifica o enraizamento, o nascimento do sujeito, na origem da nominação, enquanto insígnia advinda do Outro.

Pommier (2013) ressalta o nome próprio como um dom absoluto, visto que o ato de nomear o sujeito localiza uma entidade antes não localizada. Assim, o nome, como uma forma de âncora, situa o sujeito num ponto determinado do espaço. Ato de palavra, através do qual um pai localiza seu filho na ordem simbólica, inscrevendo o dom do amor no reconhecimento da filiação; nome, portanto, que, emergindo do Simbólico, inscreve o sujeito, fazendo furo no Real (Siqueira, 2013).

Enquanto dom, o nome constitui um apaziguador importante, quando, diante dos gritos de desamparo do bebê, o Outro tanto nomeia o que supõe que a criança está sentindo como a chama pelo nome. Chamar a criança pelo nome distingue-a do Outro, privando-o de seu gozo. Desse modo, ao ofertar o dom do nome, o Outro oferece à criança recursos para a ele se opor. Pommier (2013) destaca que, quando não se recorre ao nome próprio, quando, por exemplo, a criança é chamada por meio de insultos, ela é lançada à despersonalização do gozo autoerótico, afundando a subjetividade.

Diante da transmissão do nome próprio – o prenome e o patronímico –, é preciso, para que ele seja próprio ao sujeito, que ele seja tomado para si, numa apropriação contínua do nome dado e do nome recebido. “Primeira instância simbólica da subjetivação” (Pommier, 2013, p.167), o prenome – o nome dado – invoca um reconhecimento mútuo ao ser

pronunciado, subjetivando o gozo; assegura uma distinção na cadeia das gerações. O patronímico – nome transmitido – designa, singulariza, marca e sustenta o sujeito numa filiação, numa linhagem, numa história, permitindo-lhe ser contado entre os de sua geração; ao ser tomado como nome, interdita o gozo e simboliza a dívida devida ao ancestral. A apropriação do nome implica, desse modo, uma tomada de posição subjetiva, à medida que, ao nome que lhe foi atribuído, o sujeito irá responder, dele apropriando-se ou recusando-o.

A tomada do nome significa que o sujeito reconhece que essas qualidades lhe foram dadas, o que não quer dizer que ele as faça suas: “Ok! Eu tomo esse nome... mas eu farei dele aquilo que eu quiser”. Esta tomada significa o absoluto de sua singularidade. Mesmo se ele aceita o lugar que lhe foi atribuído, é preciso, primeiro, rejeitá-lo, antes de retomá-lo [...] É preciso roubar sua vida, mesmo que ela lhe tenha sido dada. Para existir, um sujeito rejeita as determinações que o objetivam: ele se divide, assim, entre ele mesmo e esta parte dele desejada pelo Outro [...]. (Pommier, 2013, p.126, tradução nossa)³⁶.

Quando não há essa divisão que interdita o gozo do Outro pelo nome próprio, quando não é a função nomeante do Nome-do-Pai que entra em cena, não sendo dada ao sujeito a possibilidade – pela apropriação ou pela recusa do nome que lhe foi atribuído – de destacar-se da posição de objeto, deparamo-nos com um nome que não cessa de não se escrever, com uma nominação real, um nome que remete ao gozo do Outro. Trata-se, de acordo com Siqueira (2013), de “uma nomeação objetivante que reduz o sujeito ao seu enunciado e o marca em seu corpo” (p.58); “um nome produto de uma invasão real no imaginário que não se simboliza” (p.59), subsumindo o sujeito numa experiência mortífera, visto tratar-se de “um nome que predestina, que define um caminho e é autofundado, embora originário do campo do Outro” (p.64).

Como se coloca o nome próprio para o adolescente em situação de rua, quanto à atribuição, à apropriação, à distinção do sujeito e a sua sustentação em uma linhagem? De que nominação se trata quando nos referimos ao “menino de rua”? Como intervém o Nome-do-Pai de modo a assegurar a enunciação e o furo no Real pelo Simbólico? Tratar-se-ia de uma destituição ou substituição da função nomeante do Nome-do-Pai pelo *nomear para*, que determina um lugar para o “menino de rua”, prescindindo do Nome-do-Pai, no entanto, sem se servir dele?

Embora possuam um nome que foi dado – que consta na certidão de nascimento, mesmo que ainda nos deparemos com adolescentes que não foram, sequer, registrados –, é de

³⁶ La prise du nom signifie que le sujet reconnaît que ces qualités lui ont été données, ce qui ne veut pas dire qu’il les fait siennes : ‘D’accord ! Je prends ce nom... mais j’en ferai ce que je voudrai’ . Cette prise signifie l’absolu de sa singularité. Même s’il accepte la place qui lui a été impartie, il faut d’abord la rejeter, avant de la reprendre [...] Il faut voler sa vie, bien qu’elle ait été donnée. Pour exister, un sujet rejette les déterminations qui l’objectivent : il se divise ainsi entre lui-même et cette part de lui désirée par l’Autre [...].

um nome “vazio” de que, muitas vezes, se trata; um nome que não filia, não singulariza. Ao invés de assegurar a distinção do sujeito e de situá-lo numa filiação, um nome que o expulsa; ao invés de operar como substantivo, um nome que carrega a qualificação negativa de um atributo; ao invés da possibilidade de o sujeito aceitar ou recusar o nome, uma determinação que o “nomeia para”, o que nos remete a Marcos diante da “palavra de ordem” recebida – “a minha família disse que eu ia dar pra marginal”.

Na falta de um dom que veicule a transmissão do nome próprio, parece faltar ao sujeito a apropriação de um nome que opere como marca distintiva. O nome, desse modo, não opera como âncora, impedindo situar o sujeito num ponto determinado do espaço, donde a possível leitura do vagar sem pouso que constitui a errância.

Na falta de uma nomeação simbólica, é de uma nomeação real que se trata; uma marca cravada no real do corpo desses adolescentes que os homogeneíza, que homogeneíza os lugares por eles ocupados no tecido social. Cathelineau (2010) considera que na nomeação real, S_1 , S_2 , sujeito e objeto tornam-se equivalentes, de modo que, da posição de objeto, o sujeito torna-se passível de ser eliminado como dejetto. “Menino de rua” não permite um deslizamento, mas uma colagem de um termo a outro, de modo que “trombadinha”, “cheira-cola”, “delinquente”, aquele que é “ruim desde que se entende de gente”, “filho do demônio” constituem uma equivalência que enclausura, no lugar de dejetto social, o sujeito o qual, portando essa marca, erra pelas ruas.

Ao mesmo tempo, não se trata, necessariamente, de uma deriva a mais radical – como a errância do psicótico –, mas de uma errância que pode, na falta de uma nomeação simbólica, operar como uma resposta, uma tentativa de reordenamento e de reparo aos lapsos do enodamento entre Real, Simbólico e Imaginário. Em meio a tanta aridez, há algo, pois, que pode consistir numa invenção, mesmo que precária, do sujeito. Assim, embora os adolescentes em situação de rua não apresentem, em geral, amarrações tão formidáveis, como o *sinthome* de Joyce, em meio à sua genialidade inventiva, concordamos com Capanema (2015), ao destacar que, ainda assim, há algo que opera em termos de reparações dos nós, de nomeações, as quais, dependendo de como se dão e do que veiculam, podem amarrar e sustentar o sujeito na vida.

Conforme destacamos no início deste capítulo, ao recorrermos ao movimento da *Aufhebung* freudiana e ao nó borromeu, não tencionamos estabelecer uma relação entre eles, nem contrapor um ao outro. Do mesmo modo, não pretendemos abrir duas frentes de análise,

mas tomá-los como operadores possibilitadores da clínica – campos férteis, com contribuições particulares, não excludentes –, que interrogam o fazer clínico.

Tomá-los como “operadores teórico-clínicos” justifica a valiosa contribuição para a clínica psicanalítica e para o sujeito de nossa pesquisa, mas também, conforme ressalta Elia (1999), implica a transferência – condição estrutural da pesquisa psicanalítica –, não apenas entre o sujeito e o clínico-pesquisador, mas também deste último com o referencial teórico que norteia e ancora sua clínica. Não se trata de repetir os ditos ou o saber já instituído, mas de retomar um lugar de dizer, “abrir a possibilidade de que ditos sempre novos possam se produzir”; “dizer de novo (do mesmo lugar, uma vez mais) permite dizer do novo, dizer ditos novos” (s/p), demarcando uma abertura ao ainda não sabido e à reinvenção no caso a caso, que constitui, desafia e alimenta a clínica.

PARTE II

“UM DIA ALGUÉM NÃO VAI JOGAR FORA”

CAPÍTULO 5

A resistência do sujeito na exclusão social

Aqueles que não puderam nascer, não podem carregar a morte que sustenta a vida. Eles não contraíram a dívida imposta pela nomeação... Seu pecado é de terem sido impedidos de ter deveres..., de terem sido impedidos de ter direitos..., de terem sido impedidos de se submeter ao interdito imposto pelo Nome... No entanto eles tentam ser inscritos. Talvez a morte o permitirá. Não essa morte que chamamos de morte simbólica, mas a morte que reduz o sujeito a um corpo do qual será feita a inscrição. O batismo não será feito com água benta. O batismo será feito com a terra da qual eles jamais saíram e à qual, por consequência, eles nunca retornarão porque nela eles já estão. (Frej, 2003, p.257, tradução da autora).

Renata, 13 anos, vagueava por vários espaços – ruas, casas de parentes e amigos, escolas, instituições –, em busca, a nosso ver, de uma inscrição, do impedimento para sua destrutividade, de um acolhimento que legitimasse o seu sofrimento diante do que a acompanhou durante toda sua vida: a morte. Carregava o peso da culpa pela morte de seu pai – por ter, ainda bebê, chorado no berço quando traficantes vieram matá-lo –, pela morte de sua mãe – que teve comprometimentos na perna devido às vezes em que ia procurá-la na rua. Assassinada por três homens de forma brutal – como costuma ser a morte dos “meninos de rua” –, Renata, devido à demora do reconhecimento de seu corpo, tamanho o estado desfigurado dele, foi enterrada como indigente, sem identidade e sem filiação. “O batismo será feito com a terra da qual eles jamais saíram e à qual, por consequência, eles nunca retornarão porque nela eles já estão” (Frej, 2003, p.257).

Na destrutividade de Vitor, há o esforço para cavar um lugar que não o de “filho morto” – “você quer me tirar como otário! Eu sou daqui! Agora o cara chega aqui, é das antigas e é barrado”. Na persistência de Rodrigo, vemos o desejo de, ao ter seu desenho guardado, não mais ser jogado na lata de lixo: “Mas eu vou continuar fazendo porque, um dia, alguém não vai jogar fora”. Mortos, no lixo, não têm batismo, “No entanto eles tentam ser inscritos” (Frej, 2003, p.257).

Jogados no lixo, enquanto “dejeito social”, os adolescentes em situação de rua erram pelos espaços públicos numa trajetória que denuncia a mutilação social e a degradação subjetiva, expostos que estão a um lugar de “assujeito”, o lugar de uma morte simbólica – muitas vezes, tornada real. “Eles deviam ser mortos antes de nascerem”, sugere um personagem do filme “*Los Olvidados*”, de Luis Buñuel, o que nos remete a um adolescente, que dizia ser “O matador”, mas que, em alguns momentos, ao fazer desenhos que retratavam a violência e o abandono, assinava “O matado”.

Parece-nos ser desse lugar, o de “matado”, o “do morto”, que o “menino de rua”, ao lançar-se na rua, denuncia os “furos por onde extravasam as contradições sociais”, a “faceta cruel da sociedade”, “algo mais profundo da estrutura social” (Takeuti, 2002).

Pretendemos, neste capítulo, pôr em questão o lugar de abjeto do “menino de rua”, revelador não só de uma exclusão social como também, conforme veremos, de uma exclusão do sujeito a ela atrelada. Trata-se de um lugar “produzido” e “determinado” pela violência de uma sociedade excludente e segregadora, marcada pelos efeitos do neoliberalismo e pelos ditames de um discurso capitalista, que escancara no “menino de rua” a violação de toda sorte de direitos humanos. Uma sociedade, assim, regida pela lógica de uma engrenagem social que, ao excluí-lo e destituí-lo da posição de sujeito, inclui-o na margem do que assegura o seu bom funcionamento.

Num breve percurso por formulações freudianas e lacanianas acerca da instituição do social e da cultura, e do que nela se estrutura em termos de um laço social sustentado pelo estabelecimento de “pactos sociais”, discutiremos algumas repercussões do discurso capitalista na exclusão social. Apontaremos, em face dessa realidade, o que, a nosso ver, pode constituir uma tomada de posição do sujeito, uma resistência do sujeito, como podemos observar no movimento de Vitor e Marcos.

5.1. Exclusão social na cultura e no laço social

Freud situa a cultura e o laço social como desdobramento do que constitui, no assassinato do pai na horda primitiva, o ato fundador que institui a justiça e o sentimento de culpa, reguladores das relações sociais, da vida em sociedade. Em Lacan, o laço social encontra-se pautado na alienação do sujeito à linguagem e ao discurso, situando-o nas posições que pode ocupar na relação aos outros, ao Outro, ao gozo.

5.1.1. *Freud: do ato fundador da cultura ao laço social*

A Cultura é definida por Freud (1930/1996) como o somatório das realizações e regulamentos que distinguem a vida humana de seus antepassados animais, a fim de proteger os homens contra a natureza e ajustar seus relacionamentos mútuos, impondo, em favor do coletivo, restrições à liberdade do indivíduo.

A imposição de uma renúncia pulsional é referida também em *Totem e tabu* (Freud, 1913/1996), como fundamento do social e da cultura. Além da renúncia pulsional quanto à

satisfação sexual, o totemismo e a cultura exigem outros sacrifícios ao homem – como o controle dos impulsos agressivos, “o maior impedimento à cultura”, principal representante da pulsão de morte (Freud, 1930/1996, p.126).

Poli (2005) destaca no texto freudiano o conceito de “elemento cultural”, que se inscreve em “dois tempos”: o da “instituição da justiça” – que restringe a liberdade individual no estabelecimento de um princípio de equidade entre os homens, impedindo sua violação em favor de um indivíduo –; e o tempo de seu efeito de coerção. Na ficção da horda primitiva, trata-se do tempo do acontecimento – o assassinato do pai – e do tempo em que a organização fraterna padece dos retornos do primitivo – a prescrição de um ideal a ser seguido (o Totem), a restrição da satisfação (o tabu). Nesses dois tempos, a autora faz uma distinção entre cultura – que, decorrente do ato assassínio, inscreve a justiça, fundando a humanidade – e laço social – o estabelecimento, a partir da reunião dos irmãos em torno do pai morto, da história e suas atualizações.

O laço social escreve, assim, a história dos homens a partir de uma “frustração cultural”, que domina o campo dos relacionamentos sociais, face ao imperativo da renúncia pulsional, diante do qual o homem teria trocado uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança; uma troca que, conforme propõe Pellegrino (1987), deve ser assegurada pelo estabelecimento de pactos – pacto edípico, pacto social. “Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto [*pulsão*]³⁷. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso” (Freud, 1930/1996, p.104, grifo nosso).

Para que o pacto edípico seja mantido, faz-se necessário que, diante do consentimento da criança na renúncia ao gozo, seja-lhe atribuída uma filiação, um nome, a identificação com os ideais e valores da cultura, o atendimento às necessidades de afeto, sustento, educação. Nesse sentido, “a proibição do incesto não é apenas um elemento indispensável ao funcionamento da família, à aceitação da aliança e da filiação (e logo, à estruturação do indivíduo); ela se torna o elemento central em torno do qual se organiza o *socius*” (Enriquez, 1999, p.35).

Recorremos à proposição de Aulagnier (1979), acerca do “contrato narcisista”, condição essencial para o funcionamento social que norteia a relação entre o psíquico e o social, o familiar e o extrafamiliar. O “contrato narcisista” implica o pré-investimento do *infans* pelo meio, “como voz futura que ocupará o lugar que lhe será designado, dotando-o

³⁷ Embora, na versão da obra consultada, utilize-se “instinto”, na referência à obra alemã, é da “pulsão” que se trata.

antecipadamente e por projeção do papel de sujeito do grupo” (p.150). A autora destaca uma possível ruptura do contrato, com consequências diretas sobre o psiquismo, quando o meio social, por exemplo, atribui ao casal parental ou à criança a posição de excluído, de explorado, de vítima.

[...] no momento em que o Eu descobre o extra-familiar, no momento que seu olhar procura um sinal dele que lhe confira direito de cidadania entre seus semelhantes, ele só pode encontrar um veredicto que lhe nega este direito, propondo-lhe um contrato inaceitável, pois respeitá-lo implicaria a renúncia, na realidade de seu tornar-se, a ser qualquer outra coisa que não uma mera engrenagem sem valor, a serviço de uma máquina, a qual não esconde sua decisão de explorá-lo ou excluí-lo (Aulagnier, 1979, p.153).

A ruptura do pacto acarreta, assim, um “desastre psíquico” no rompimento da barreira que impedia, em nome da Lei, a emergência e a vazão dos “impulsos delinquenciais pré-edípicos, predatórios, parricidas, homicidas e incestuosos” (Pellegrino, 1987, p.203). O autor situa, nessa ruptura, “a chave psicanalítica para compreensão do surto crescente de violência e delinquência que dilacera o tecido social brasileiro nas grandes cidades”, numa “guerra civil crônica”, mantida pelo “capitalismo selvagem”, que lança o “pobre absoluto” à posição de “detrito”, não lhe sendo assegurada a “parcela de segurança” como contrapartida para a renúncia pulsional.

Rosa (2004b) faz referência a uma quebra dos fundamentos do contrato social, com consequente desamparo e desproteção de uma parcela da população, à qual é impedido o acesso efetivo aos recursos institucionais organizadores da vida social – saúde, educação, moradia, trabalho, segurança. Na realidade dos “meninos de rua” e suas famílias, destacamos a ausência de possibilidade de reconhecimento social, um comprometimento na inscrição simbólica frente à desordem e ao caos pulsional. Conforme propõe Frej (2003), sujeitos que, impedidos de ter deveres e direitos, não devem nada.

5.1.2. *Lacan: a exclusão social no discurso capitalista*

Na discussão que fizemos acerca do Estádio do Espelho (Lacan, 1998b), no primeiro capítulo, ressaltamos o processo de socialização por meio da identificação, na passagem do eu especular para o eu social, que liga o sujeito a situações socialmente elaboradas. A apreensão da imagem como unidade narcísica dá-se na dependência do olhar do Outro, numa relação imaginária atrelada a uma instância simbólica, o ideal do eu, que designa as representações culturais, sociais e os imperativos éticos.

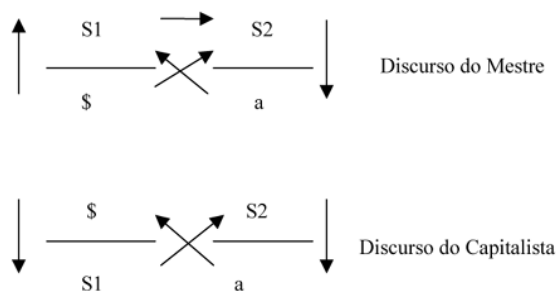
Com a teoria dos discursos, em *O avesso da psicanálise*, Lacan (1969-70/1992) considera que o laço social é instituído na alienação do sujeito à linguagem, por meio da qual ele é legitimado enquanto “ser-da-civilização”.

Retomamos o conceito de “elemento cultural” e destacamos em Poli (2005) o que considera uma possível aproximação com o conceito lacaniano de “traço unário”, destacando-o como referente identificatório de uma coletividade, cujos termos implicados não são dois indivíduos, mas o sujeito e a rede de significantes. A autora refere-se tanto ao assassinato do pai primevo como ao animal abatido na caça, como ato primeiro – “tempo de fundação da cultura” –, que inscreve um traço unário, a partir do qual outros atos se inscrevem em série. “É essa condição de estabelecimento de uma série significativa, na qual um sujeito se representa entre outros, que torna possível a constituição de um laço social dado” (p.28). Delineia-se, assim, uma alienação do sujeito ao significante, por meio do aparelhamento do gozo, via discurso, que, de acordo com Chemama (2007, p.103), regula as relações do sujeito com os significantes e com o objeto, determinando as formas do laço social.

Da relação primordial entre um significante e outro, da representação de um significante S_1 junto à bateria de significantes S_2 , emerge o sujeito $\$$, barrado e dividido, indicando não haver sujeito autônomo, mas determinado pelo significante. Nesse trajeto, algo se perde, há um resto, o objeto a , objeto radicalmente perdido – “o que, dos efeitos do discurso, se apresenta como o mais opaco [...] efeito de rechaço” (Lacan, 1969-70/1992, p.40) –, visto que, em se tratando de uma inscrição na linguagem, ao sujeito não é dado um acesso direto ao objeto, de modo que o desejo entra na dependência da demanda, somente podendo ser dito entre as linhas (Chemama, 2007).

Na articulação entre os quatro elementos – S_1 , S_2 , $\$$, a –, tem-se o que Lacan propõe como um “aparelho de quatro patas”, o qual constitui, dependendo dos lugares por eles ocupados, o laço social a partir dos quatro possíveis discursos – do mestre, da histérica, do universitário, do analista –, que determinam o lugar do sujeito no enlaçamento com o Outro social.

Para efeitos do que pretendemos aqui pôr em discussão, priorizaremos o discurso do mestre e, a partir dele, a proposição lacaniana de um +1, um quinto discurso, o discurso do capitalista, em que a lógica do capital e do lucro impõe-se como a única possível. Rosa e Poli (2009) consideram-no “uma modalidade degradada do Discurso do Mestre que desestabiliza o laço social dominante na sociedade contemporânea” (p.7); “um quinto discurso que não faz laço social” (Alberti, 2000, p.4).



O discurso do mestre faz alusão à dialética hegeliana do senhor e do escravo, por meio da qual, no dilema entre a liberdade e a vida, ao escolher a vida – posto que a escolha pela liberdade acarretaria a perda das duas –, o homem entra na via da escravidão e da obediência. Assim, o trabalho ao qual o escravo se submete, renunciando ao gozo por medo da morte, constituirá a via pela qual ele realizará a sua liberdade (Lacan 1998e, p.825). No esquema, S_1 constitui a função de significante sobre a qual se apoia a essência do senhor, no lugar do poder, ao passo que o campo próprio do escravo é o saber, S_2 , um saber-fazer a ser transmitido para o senhor, ao qual é fornecida a sua verdade (Lacan, 1969-70/1992); uma verdade, no entanto, que somente “pode ser concebida se enunciada em um semi-dizer” (p.97).

O discurso do capitalista, por sua vez, opera uma inversão no matema do discurso do mestre, abolindo a barra que separa o sujeito de seu gozo, o que acarreta o fechamento no discurso e a equivalência de posições. Se, no discurso do mestre, S_2 responde com seu saber ao comando claro e preciso de S_1 – fazendo emergir \$ no lugar da verdade, a partir da queda do objeto –, no discurso do capitalista, “não se pode mais saber quem comanda o quê ou quem!” (Carmo, 2011, p.175). Trata-se da primazia do objeto, da lógica do +1, impulsionando, como a mais-valia de Marx, o acúmulo do capital, a economia capitalista. Conforme descreve Chemama (2007), o discurso do capitalista consiste em:

[...] um discurso no qual o sujeito se acha, ao *mesmo tempo*, fixado ao seu objeto e em posição de semblante, isto é, em posição de acreditar-se assujeitado a nada, mestre das palavras e das coisas. Aqui, a alienação se duplica, com um desconhecimento radical (p.105).

Nessa torção, Lacan (1969-70/1992) destaca uma modificação no lugar do saber, que, agora, como “tudo-saber”, no lugar do senhor, torna mais opaca a verdade, cujo sinal passa a se situar em outro lugar. “Ele deve ser produzido pelos que substituem o antigo escravo, isto é, pelos que são eles próprios produtos, como se diz, consumíveis tanto quanto os outros” (p.30). O proletário, situado no lugar antes ocupado pelo escravo, não é apenas um explorado, mas “aquele que foi despojado de sua função de saber” (Lacan, 1969-70/1992, p.140). O

sujeito, \$, retirado de sua posição de verdade no discurso do mestre, assume a posição de agente consumidor. Tomar a demanda pelo desejo constitui a aposta do capitalista para fazer do sujeito um usuário de seu produto; o outro não é mais o que tem um saber, mas reduzido e fixado num lugar de gozo.

É como se pudéssemos dizer: o discurso do capitalista não exige a renúncia pulsional, ao contrário, ele instiga a pulsão, impondo ao sujeito determinadas relações com a demanda, sem se dar conta de que, ao fazê-lo, sustenta sobretudo e em primeira mão, a pulsão de morte. (Alberti, 2000, p.8)

Poderíamos dizer que, numa lógica de mercado que, em nome da completude, suplanta o hiato necessário entre o sujeito e o objeto, quem cai é o sujeito, principalmente, o sujeito excluído das possibilidades de consumo. O Outro, ao qual, no discurso do mestre, caberia responder com o enigma que implica a existência do sujeito num laço que o antecede – lugar em que o discurso do sujeito ganharia consistência –, mostra-se inconsistente, não se constituindo como endereço para o sujeito. Deparamo-nos, conforme sugere Lebrun (2008a), com uma violência que, ao não encontrar um interlocutor, dirige-se para todo mundo e para o próprio sujeito; uma violência contra a ausência de lugar onde inscrever sua singularidade.

Trata-se, portanto, de uma sociedade marcada por uma “perversão comum”. Assim, o sujeito capturado num “entodamento”, ao recusar o lugar de exceção, delinea o modo como a exclusão se organiza no social (Lebrun, 2010). Dessa forma, engendra-se uma exclusão portadora do real da morte, no sentido de uma desfiliação destruidora da metáfora subjetiva, que lança o sujeito excluído à margem do simbólico social. Privado da proteção das leis da cidade, o sujeito excluído torna-se estrangeiro ao campo da sociedade humana, não encontrando o suporte para assumir as “renúncias necessárias para se humanizar” (p.61). Perde-se, assim, o apoio sobre o paradoxo da exclusão-inclusão, o qual, conforme veremos, assegura a legitimação do lugar lógico da exceção e conduz a uma exclusão mortífera, visto que

[...] ela rompe, de fato, o laço social para não mais deixar que uma *massa*, na qual aqueles que não podem seguir a cadência devem simplesmente desaparecer, sem mesmo poder dizer qualquer coisa sobre isso, se é que ainda restariam alguns para ouvi-los (Lebrun, 2009, p.161).

Tendo isso em vista, Douville (2012a) considera a exclusão social uma “desumanização da vida cotidiana”, um rebaixamento da condição pulsional do sujeito humano, num tempo privado de alteridade, em que o excluído atravessa um limiar, ausentando-se do laço social e da fraternidade do discurso.

O sujeito excluído carrega em si uma diferença em relação aos ideais da cultura que impede seu acesso ao que é reconhecido como norma social, delineando a “condição subjetiva de algumas pessoas, ou grupos de pessoas, no que diz respeito às leis de circulação social” (Poli, 2005, p.37), ou seja, “todos aqueles que ficam à margem do espelho proposto pelo laço social [...] são a exceção” (p.12). Conforme propõe Rassial (1997), “eles são os efeitos sobre o que um sistema cultural se constrói, em primeiro lugar, como rejeição do que é expulso para fora” (p.34).

Privados da proteção das leis da cidade, os sujeitos excluídos constituem um resto social a ser silenciado, aniquilado, posto que ameaçam deflagrar os furos do capitalismo de consumo. Douville (2012c) destaca, assim, que o excluído será sentido não como uma vítima, como é tomado pelos serviços de caridade, mas como “o lembrete de tal ameaça. Todo excluído é portador e testemunha da destruição interna (real às vezes, muitas vezes mesmo) da *polis*” (p.167, tradução nossa)³⁸, o que remete à fragilidade e artificialidade que enoda cada inserido a seus próprios espaços urbanos.

Constitui-se um impasse: se, enquanto exceção, os sujeitos excluídos tendem a ser eliminados pela exclusão, são, ao mesmo tempo, incluídos como dejetos na engrenagem capitalista, condição de manutenção do sistema. São sujeitos que causam um estranhamento ameaçador, posto que, “incluídos” no laço social, carregam, na mutilação social, o que há de mais vulnerável no humano.

Nas formulações sobre o conceito de *unheimlich*, Freud (1919b/1996) destaca que “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar.” (p.238). Questionando de que modo e em quais circunstâncias o familiar pode tornar-se estranho e assustador, o autor discorre sobre o que definiria o seu oposto, o *heimlich*. Por um lado, o termo remete ao familiar, ao agradável – “pertencente à casa, não estranho, familiar, doméstico, íntimo, amistoso” (p.240) –; por outro lado, sinaliza o que está oculto, mantendo-se fora da vista. Freud conclui que, embora o conceito de *unheimlich* seja normalmente usado em oposição ao primeiro significado, o *heimlich* desenvolve-se na direção da ambivalência, até coincidir com seu oposto, *unheimlich*, que é proposto, nesse sentido, como uma subespécie do *heimlich*.

Marin (2002) situa o estranho na violência, algo da ordem do recalcado, do ameaçador, destacando um esforço, por parte da sociedade, para assegurar a exclusão daqueles que representam um incômodo, uma ameaça – “o pobre, o menino abandonado, o

³⁸ [...] le rappel d’une telle menace. Tout exclu est porteur et témoin de la destruction interne (mais réelle parfois, souvent même) de la *polis*.

infrator, os ‘outros’. Parece que se quer garantir que a violência fique em outro lugar, em outra classe, menos dentro de cada um” (p.29).

Remetemo-nos ao estranhamento e à ameaça que Vitor representava para sua família, quando de seu retorno para casa. No discurso de sua mãe, o temor diante daquele que saiu de casa uma criança e voltou um homem, de quem não sabia o que havia feito na rua e o que poderia fazer com seus filhos. Vitor era um estranho que voltava para o seio familiar, evocando, naquilo que o *unheimlich* implica, a oposição ao duplo significado do *heimlich*, à medida que, dessa posição, de quem por muito esteve afastado, fez-se (ou foi feito) um estranho, em nada familiar, em nada a manter-se oculto, dada a forma como escancarava a sua existência.

Tendo em vista que o discurso do capitalista implica, numa leitura sociológica, a exclusão de uma classe social, consideramos pertinente o destaque dado por Poli (2005) ao modo como cada um, no caso a caso, é fisgado nesse lugar, assumindo, a partir dele, uma posição subjetiva que em muito revelará de sua posição fantasmática. Não se trata, pois, de psicologizar a exclusão social, nem de, naquilo que se constitui em termos de um “fenômeno” social, apagar a manifestação singular do sujeito. Nesse sentido, Douville (2012a, p.8) considera uma “ficção” a afirmação de uma “categoria suposta homogênea de excluídos”, que consiste numa hipótese descritiva equivocada sobre a estrutura do social.

5.2. Exclusão social, exclusão do sujeito

Numa vertente possível de leitura, Giorgio Agamben (1997), em sua obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua*, discutida a seguir, dá um suporte interessante para a apreensão do que se produz em termos de exclusão, na estrutura da exceção e dos fundamentos da lei e da justiça. Ao mesmo tempo, seguindo o rastro de Poli (2005) e Douville, situaremos, na exclusão social, uma exclusão que concerne também ao sujeito. Partimos, então, do que configura a exclusão massiva dos “meninos de rua” para, nesse “universal”, destacar o sujeito excluído naquilo que lhe é singular.

5.2.1. “Meninos de rua”: “vida nua” e desnudamento?

Quanto aos horrores cometidos nos campos, a boa questão não consiste em se demandar hipocritamente como crimes tão atrozmente puderam ser cometidos contra seres humanos: seria muito mais honesto, mas, sobretudo mais útil, procurar por quais procedimentos jurídicos e por quais dispositivos políticos seres humanos puderam ser totalmente privados de seus direitos e de suas prerrogativas, ao ponto de todo ato

cometido em sua direção ter cessado de parecer delituoso – então, de fato, tudo tornou-se possível. (Agamben, 1997, p.184, tradução nossa)³⁹

Em *Homo Sacer*, Agamben (1997) discorre sobre a organização social a partir de um Estado de exceção, na relação constitutiva entre vida nua e existência política, exclusão e inclusão. O autor situa como protagonista de seu texto a “vida nua” – “figura obscura do direito romano arcaico” (p.16), “elemento político originário” (p.100) – que, ao habitar o não-lugar entre a casa e a cidade, permanece, na forma de exceção, como algo que é incluído apenas por meio de uma exclusão.

O autor considera que a Política situa o lugar próprio da *polis* na passagem da voz à linguagem, de modo que “a política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe sua própria vida nua e, ao mesmo tempo, mantém-se em relação com ela numa exclusão inclusiva” (Agamben, 1997, p.16, tradução nossa)⁴⁰.

A exceção é apontada como a essência da autoridade do Estado; assim, tendo em vista que a norma somente se constitui pela exceção, esta última não implica “o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta de sua suspensão [*da ordem*]” (p.25, tradução nossa)⁴¹. Essa lógica do Estado de exceção, instituída na complexidade da relação entre o dentro e o fora de todo sistema social, constitui, para Carmo (2011), um *modus operandi* de um sistema excludente, excessivo e segregador.

“A relação de exceção é uma relação de banimento” (Agamben, 1997, p.36), construção que o autor faz a partir do termo *ban*, antigo termo germânico que designa tanto a exclusão da comunidade quanto a ordem e a insígnia do soberano. Do termo *ban*, tem-se o deslizamento para *mettre à bandon*, *à ban donner* – que, em sua origem, nas línguas romanas, significam “estar sob o poder de”, “ser submetido”, bem como “deixar em liberdade” –, *abandonné*, *abandonner*. Aquele que é banido não é, pois, simplesmente situado fora da lei nem indiferente a ela; “ele é *abandonado* por ela, exposto e em risco nesse limiar em que a vida e o direito, o exterior e o interior se confundem” (p.36, tradução nossa)⁴². Abandonar, nesses termos, indica, para Poli (2005), um tipo de relação que se situa na fronteira da lei, no

³⁹ Sur les horreurs commises dans les camps, la bonne question ne consiste donc pas à se demander hypocritement comment des crimes si atroces ont pu être commis contre des êtres humains : il serait beaucoup plus honnête, mais surtout plus utile, de chercher par quelles procédures juridiques et par quels dispositifs politiques des êtres humains ont pu être si totalement privés de leurs droits et de leurs prérogatives, au point que tout acte commis à leur encontre a cessé d’apparaître délictueux – alors, en effet, tout était vraiment devenu possible.

⁴⁰ La politique existe parce que l’homme est le vivant qui, dans le langage, sépare et oppose sa propre vie nue et, dans le même temps, se maintient en rapport avec elle dans une exclusion inclusive.

⁴¹ [...] le chaos qui précède l’ordre, mais la situation qui résulte de sa suspension.

⁴² [...] il est *abandonné* par elle, exposé et risqué en ce seuil où la vie et le droit, l’extérieur et l’intérieure se confondent.

limite do que, desde a sua origem, pode ser situado como incluído ou excluído ao campo que ela recorta.

O “ser abandonado” remete à figura do *homo sacer*; uma vida humana – insacrificável, mas absolutamente exposta ao assassinato – cujo corpo torna-se o testemunho vivo de seu assujeitamento a um poder de morte, remetendo a “uma vida nua residual e irreduzível que deve ser excluída e exposta à morte como tal, sem que nenhum rito ou sacrifício possam resgatá-la” (p.111, tradução nossa)⁴³.

Referindo-se aos campos de concentração, o autor destaca que seus habitantes, desprovidos de qualquer estatuto político, foram reduzidos à vida nua, sem nenhuma mediação. Para Rosa e Poli (2009, p.8), o campo constitui uma “[...] modalidade de organização positivada a partir da supressão do ordenamento jurídico, que produz, a partir da lógica de exceção, sujeitos legalmente inomináveis”, um “povo” a ser banido.

Diferentemente do “Povo”, enquanto “corpo político integral”, o “povo” representa a “multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos” (Agamben, 1997, p.190); implica os mais desfavorecidos – no campo, o denominado “povo muçulmano” que, no limite entre a vida e a morte, o humano e o desumano, havia “perdido” a esperança e estava demasiadamente “vazio” para sofrer verdadeiramente (Rosa & Poli, 2009). A figura do muçulmano constitui, para as autoras, “uma alegoria da condição de exclusão”, resíduo social que, apesar de ser impossível de olhar, não se pode não ver, o que nos remete à tão referida “invisibilidade” dos “meninos de rua”. Apesar de excessivamente vistos, num escancaramento que se impõe aos olhos de todos, eles são, no entanto, violados, “invisíveis” na condição de sujeitos, ocultados atrás do que se mostra, “meninos de rua”, uma “alegoria” do desnudamento do sujeito.

Um ser em que a humilhação, o horror e o medo terminaram por destruir toda consciência e toda personalidade, até a apatia (donde sua denominação irônica) mais absoluta. Não apenas, tal como seus companheiros, ele foi excluído do contexto político e social ao qual, no passado, ele pertenceu; não apenas, enquanto vida judia que não merece viver, ele era mais ou menos, brevemente condenado à morte; mas ele não fazia mais, de modo algum, parte do mundo dos homens, nem mesmo do mundo ameaçado e precário dos habitantes do campo, que, desde o início, tinham-no esquecido. Mudo e absolutamente sozinho, ele entrou num outro mundo, sem memória e sem compaixão (Agamben, 1997, p.199, tradução nossa)⁴⁴.

⁴³ [...] une vie nue résiduelle et irréductible, qui doit être exclue et exposée à la mort comme telle, sans qu’aucun rite ni sacrifice ne puisse la racheter.

⁴⁴ Un être chez qui l’humiliation, l’horreur et la peur avaient fini par anéantir toute conscience et toute personnalité, jusqu’à l’apathie (d’où sa dénomination ironique) la plus absolue. Non seulement, à l’instar de ses compagnons, il était exclu du contexte politique et social auquel il avait autrefois appartenu ; non seulement, en tant que vie juive qui ne mérite pas de vivre, il était à plus ou moins brève échéance voué à la mort ; mais il ne faisait plus en aucune façon partie du monde des hommes, pas même du monde menacé et précaire des habitants du camp qui, dès le début, l’avaient oublié. Muet et absolument seul, il est passé dans un autre monde, sans mémoire et sans compassion.

Primo Levi (citado por Agamben, 1997, p.199) destaca, na descrição de sua experiência num campo de concentração, a perda gradativa dos referenciais identificatórios, das insígnias humanas, da dignidade da vida. “Os muçulmanos, nos diz ele, são homens em vias de desintegração, que estão ali apenas de passagem, pois sua morte é certa” (Carmo, 2011, p.192), o que nos faz pensar na morte “certa” à qual Renata foi durante toda a sua vida conduzida, assim como ao lugar que aprisionava Vitor, desde o seu nascimento, no “lugar do morto”, contra o qual, contrariamente à apatia do muçulmano, ele parecia lutar.

Em relação à identificação, Rosa e Poli (2009) consideram que, ao mesmo tempo em que traça o limite da pertença a grupos distintos, nos campos e nas “favelas” – nas ruas, acrescentamos –, suas insígnias constituem uma “não-insígnia”, visto que é pelo negativo, pelo que toca o “não-humano”, ou um “humano não-qualificado”, que a identificação, muitas vezes, opera nesses “grupos”, atribuindo a seus membros uma condição igualmente negativa. “Ou seja, há um traço que demarca um território. Porém, é antes um ‘não traço’, uma anulação do traço” (p.9).

Remetemo-nos, nesse sentido, à forma depreciativa como Marcos se refere aos “meninos de rua” e ao modo como se organizam na rua: “Parece um monte de urubu!”; “Grupo? Não faz grupo não, só chega na rua”; “briga, um matando o outro, num instante se resolve... porco no lixo aprende... bom que já aprende”.

Para Rosa e Poli (2009), o sujeito encontra-se num contexto em que o índice de diferença é recusado, na lógica do “sentimento oceânico”, de algo ilimitado, sem fronteira. Um “sentimento de um vínculo indissolúvel, de ser uno com o mundo externo como um todo” (Freud, 1930/1996, p.74), donde a proposição, conforme vimos no quarto capítulo, de um “grande número de estados em que as linhas fronteiriças entre o ego e o mundo externo se tornam incertas [...] incorretamente traçadas” (p.75).

Consideramos que a expressão “tá imbaçado” atesta, nesse sentido, uma falta de nitidez entre as fronteiras, um “embaçamento” no delineamento dos lugares entre o sujeito e o Outro/outro, como podemos observar na resposta que Vitor dá ao testemunho de sua mãe sobre as marcas que carrega na cabeça: “Eu faço questão de raspar minha cabeça pra senhora ver quantas marcas eu também tenho das surras que eu levei”.

Os muçulmanos eram figuras que não despertavam solidariedade, “zumbis” ou “mortos-vivos”, “rechaçados inclusive pelos outros prisioneiros. Havia em sua condição algo de repugnante para os demais, percebido como uma posição de entrega e renúncia” (Rosa & Poli, 2009, p.8). Quanto à exclusão entre os pares, naquilo que a figura do outro revela de

ameaçador, remetemo-nos a *Totem e tabu*, em que Freud (1913/1996) discorre acerca do tabu em relação aos mortos.

Aquele que toca um chefe morto, bem como aqueles que estiveram em contato com os mortos – parentes enlutados da pessoa morta, viúvos e viúvas –, ficam impuros, estando fadados a caírem doentes e morrerem, atestando a “virulência do tabu e seu poder de contágio” (p.67). Assim, entre os shuswap da Colúmbia Britânica, viúvas e viúvos enlutados são isolados e proibidos de tocar na própria cabeça e no próprio corpo. “Nenhum caçador chega perto dessas pessoas enlutadas, porque a presença delas dá azar. Se sua sombra caísse sobre alguém, este ficaria doente em seguida” (p.67). No distrito mekeo da Nova Guiné Britânica, “o viúvo perde todos os direitos civis e se torna um pária social, um objeto de medo e horror, evitado por todos” (p.68).

No mito da horda primitiva, Freud destaca que o sacrifício é justificado à medida que, apenas desta forma, obtém-se o vínculo sagrado que cria e mantém ativo um elo vivo de união. O assassinato do pai, a “comemoração desse ato memorável e criminoso”, constitui, como vimos, o ato fundador da organização social, das restrições morais e da religião (Freud, 1913/1996).

Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente [...] Selvagens canibais como eram, não é preciso dizer que não apenas matavam, mas também devoravam a vítima (p.145).

Certo dia, os adolescentes chegam à instituição relatando que um jovem adulto do grupo, esfaqueou outro jovem, também do grupo, até sua morte. O que morreu, segundo os adolescentes, vinha “vacilando” muito no grupo e teria, diante do roubo de seu sapato, ameaçado matar aquele que veio a esfaqueá-lo enquanto dormia. A tragédia é narrada com muita frieza e minúcias. Após esfaqueá-lo várias vezes, o assassino, diante do outro, agonizando, lambe seu sangue na faca e estabelece um ritual, em que a faca é obrigatoriamente lambida por todos aqueles que presenciaram a cena.

A uma primeira vista, poderíamos destacar pontos de encontro entre as cenas evocadas – a do mito da horda primitiva, a de um drástico episódio vivido por “meninos de rua”. No entanto, na primeira cena, a partir do assassinato do pai, em nome de uma vida em comum, a cultura é instituída e ancorada pela lei contra o incesto, pelo sentimento de culpa, pelos sentimentos fraternais sociais.

A sociedade estava agora baseada na cumplicidade do crime comum; a religião baseava-se no sentimento de culpa e no remorso a ele ligado; enquanto que a moralidade fundamentava-se parte nas exigências dessa sociedade e parte na penitência exigida pelo sentimento de culpa (Freud, 1913/1996, p.149).

Na segunda cena, por sua vez, destacamos a imposição de um pacto diante da morte de um dentre eles, um igual, a agonizar diante da “cumplicidade do crime comum”, que, todavia, não assegurou os laços fraternais sociais dos “meninos de rua”. Apesar de estarrecidos ao narrarem o fato, não pareciam tomados por um sentimento de culpa ou pelo remorso diante do ato. No desdobramento da cena, aquele “grupo” de adolescentes se dispersou. Um adolescente tentou o retorno para casa; outros migraram para outras localidades, retomando o contato aos poucos; outros, ainda, passaram a venerar o jovem assassino que, em programa televisivo, foi intitulado “o vampiro”. Uma cena de uma crueza e de um desnudamento que, a nosso ver, constitui, na partilha do sangue de um igual, não um laço fraterno, mas a participação numa morte que, de tão colada à vida dos “meninos de rua”, figurava, naquele ato, a iminente morte de cada um deles. Uma “vida nua”, nesse caso, no sentido radical do termo.

O *Homo Sacer* permite uma leitura em termos de um “banimento”, um “abandono”, uma destituição dos “meninos de rua”. Ao mesmo tempo, é pertinente a observação de Douville (2012b), ao considerar que o conceito de “vida nua” rebaixa a vida à pura lógica da necessidade. Desnuda, assim, o “vivente” de possíveis arranjos coletivos que enodam a existência com a casa, a referência, a filiação, a narrativa social da história e de sua memória, aspectos que, para a psicanálise, são intrínsecos ao sujeito, dada a imbricação do homem no corpo e na linguagem.

A massificação da exclusão toca nas condições nas quais um sujeito pôde entrar na palavra e compromete, para um número crescente de homens e mulheres, a maneira pela qual uma sociedade reconhece essa tomada de cada um na palavra como fundamento de um discurso. (Douville, 2012c, p.170, tradução nossa)⁴⁵.

Parece-nos ser nesse sentido que o autor considera os excluídos jogados ao risco do “fora-discurso”, ejetados às margens do laço, ao banimento, numa “fabricação massiva do sujeito ‘pronto para ser jogado’” (Douville, 2012a). Evocamos, aqui, os muitos desenhos de Rodrigo que, juntamente com ele, são jogados ao lixo, o que, se, por um lado, corrobora a posição do “pronto para ser jogado”, por outro lado, sua aposta de que “um dia alguém não vai jogar fora”, caminha no sentido contrário, numa tentativa de opor-se e de resistir ao emudecimento e à exclusão.

O autor destaca, assim, o que considera uma impossibilidade de se reduzir o humano ao puro registro da necessidade, apontando a possibilidade de uma resistência do sujeito. Num

⁴⁵ La massification de l'exclusion touche aux conditions dans lesquelles un sujet a pu entrer dans la parole, et compromet, pour un nombre croissant d'hommes et de femmes, la façon dont une société reconnaît cette prise de chacun dans la parole comme fondement d'un discours.

contraponto ao que a “vida nua” demarca como a condenação e resignação à morte, Douville (2008) ressalta que o modo como o sujeito excluído lida com o vazio, com a falta, com o sofrimento psíquico, pode, por vezes, constituir o único suporte da existência sobre o qual o sujeito se apoia. O uso do corpo na exclusão não se manifesta, portanto, unicamente como regressão no sentido da vida nua, mas como uma forma de resistência à morte do sujeito. Assim, apesar de um corpo maltratado, ejetado, feito excremento, dejetado, trata-se de um corpo ainda dotado de capacidades subjetivas, com o qual o clínico tem muito a fazer.

Destacamos a pertinência do contraponto apresentado pelo autor, assim como da ressalva e da crítica a determinadas tendências que universalizam muito rapidamente determinados pressupostos – como muito comumente se faz, ao aprisionar-se o adolescente à identidade “menino de rua”, inviabilizando-se qualquer possibilidade de intervenção. Por outro lado, consideramos que determinados casos e situações fazem-nos pensar, diante de uma radicalidade e destituição extrema, em termos de um desnudamento da vida subjetiva. Consideramos, ainda, que, dependendo do lugar a partir do qual se faz uma leitura do humano, de campos teóricos distintos – a psicanálise e a filosofia –, os autores pautam-se em um conceito de sujeito que lhes é próprio, trazendo, cada um a seu modo, contribuições valiosas para discutir a realidade do “menino de rua”.

O que poderia constituir um impasse traz-nos, portanto, uma discussão importante, pois, ao tomarmos a “vida nua” e a figura do “muçulmano” como possível “alegoria da condição de exclusão” (Rosa & Poli, 2009), podemos situar, na articulação com o esquema óptico, sujeitos que, face ao olhar de repugnância e desumanização a eles lançado, mostram-se como um “pobre vaso vazio”, vendo “as coisas no seu estado real, inteiramente nu” (Lacan, 1953-54/1981, p.97). O conceito de “vida nua”, nesse sentido, em toda a radicalidade do termo, aproxima-nos do desnudamento, da crueza, do esgarçamento de sujeitos excluídos de uma condição digna de vida humana.

Na construção desta tese, conforme discutimos anteriormente, propusemos um percurso na direção de, a partir do que universaliza o “menino de rua” face à exclusão social, fazer um afunilamento para destacar o sujeito, o *Um* do caso a caso, pondo em evidência, por exemplo, o modo como Vitor e Marcos respondem à exclusão.

Apesar da importância de situar o sujeito face aos efeitos do discurso e da exclusão social, interessa-nos situar, nessa exclusão, uma exclusão própria ao sujeito. Há, portanto, algo na história desses adolescentes que, embora inscrita num contexto social, fala, igualmente, de uma expulsão intrínseca ao sujeito, uma exclusão na família, revelando o que apontaremos como “marca da exclusão” no sujeito.

5.2.2. “Vitor está no lugar do morto”: um sujeito excluído

Enfatizamos, neste momento, sem prescindir da exclusão social, o que, na ida de crianças e adolescentes para a rua, é revelador de uma exclusão do sujeito da trama familiar, tanto em termos do que, na própria constituição, demarca uma exclusão, como do que figura a expulsão e o apagamento do sujeito em face do lugar que lhe é atribuído.

De acordo com Douville (2012a, p.5), há, na exclusão social, uma exclusão que a antecede, a do sujeito de sua história, de modo que a exclusão social encontra-se atrelada também à exclusão de um corpo de significantes e de elementos das cenas originárias. O autor propõe distinguir a exclusão interna – dos elementos necessários à neurotização da vida psíquica – da situação de precariedade – na qual alguns sujeitos encontram-se confinados. No que constitui, conforme destacamos acima, uma “desumanização da vida cotidiana”, um rebaixamento da condição pulsional do sujeito humano, “a subjetividade privada e a doença do laço social podem encontrar-se, uma pela outra, sobredeterminadas em alguns casos de exclusão” (p.6, tradução nossa)⁴⁶.

Parece-nos ser de uma posição semelhante que Poli (2005) articula a alienação do sujeito à exclusão social, propondo pensar o lugar dos “excluídos” numa leitura que considere o “sujeito do inconsciente”. A autora demarca a importância de se interrogar acerca da função do “fantasma de exclusão” na constituição subjetiva dos adolescentes, no sentido de uma particular composição fantasmática que perpassa os impasses do sujeito na relação ao Outro.

Na teoria freudiana, Poli (2005) sublinha uma exclusão fundamental que define a condição original do sujeito de terceiro excluído, dada a posição de exterioridade na cena primária, que delineia uma representação fantasmática da exclusão do sujeito da vida sexual de seus pais. Para a autora, “não apenas ‘a criança’, mas o sujeito do inconsciente – como portador do desejo infantil – é excluído da cena fantasmática, na medida em que não há como se representar *todo* na cópula sexual” (p.49).

Trata-se de uma “posição de exclusão”, visto que quem goza aí é o Outro, posição que resulta em três possíveis destinos: o sujeito faz-se portador do traço do representante fálico e propõe-se como substituto paterno ou, num outro possível destino, fica do lado do objeto, daquilo que, supostamente, o pai goza; numa terceira possibilidade, o sujeito faz sintoma, numa suplência ao gozo perdido, que implica sua inclusão no circuito de trocas, no laço social (Poli, 2005, p.50). Nesse último caso, o sujeito, em resposta à exclusão, é incluído na cena de

⁴⁶ la subjectivité privée et la maladie du lien social peuvent se retrouver l’un par l’autre surdéterminés dans certains cas d’exclusion.

satisfação por meio do recalque que, ao transformar o impossível em proibido, inclui o sujeito; “o sintoma é a inclusão do sujeito na cena do fantasma” (p.49).

A exclusão é também abordada na obra freudiana, no que concerne à subversão das fronteiras do eu, apontada por Poli (2005) como elemento que situa a psicanálise na cultura. Como vimos no capítulo anterior, na referência a *O Mal estar na cultura* (Freud, 1930/1996), dada a indistinção, na criança recém-nascida, das fronteiras entre o eu e o mundo exterior, originalmente, o eu inclui tudo, para, somente depois, desprender de si o mundo exterior. Em *A Negativa*, destacamos que “[...] o ego-prazer original deseja introjetar para dentro de si tudo quanto é bom, e ejetar de si tudo quanto é mau” (Freud, 1925/1996, p.267).

Isso nos faz lembrar uma situação vivenciada com um adolescente, num estado de extremo dilaceramento do sujeito. João, 14 anos, carregava uma história de vida de uma radical exclusão. Aos dois anos de idade, por ser uma “criança agitada”, foi colocado numa roda de fogo para “expulsar” o demônio que julgavam haver dentro dele. “Imagina, tua mãe te chamar de diabo e mandar tu ir embora de casa. Não quero saber dela não”. Sobre o pai, faz o seguinte comentário: “Eu já disse a ele. Quando ele morrer, eu viro a cabeça de vez. Vou matar, matar, matar, até morrer, porque é isso o que eu quero. Vou até mudar de nome, porque aí não vão saber que fui eu que morri”.

Expulso de casa algumas vezes, João parecia provocar, do lugar de “filho do demônio”, a mesma expulsão na instituição, por meio de ameaças, delitos, agressões e confronto físico com adolescentes e profissionais da instituição. Constituiu um divisor no acompanhamento a João, uma fronteira entre o “menino de rua”/“filho do demônio” e o sujeito, o dia em que ele descobriu, no terreno vizinho, um depósito de garrafas de vidro. Em cima do muro, literalmente, na fronteira entre o dentro e o fora, a rua e a instituição, João se pôs a lançar várias garrafas contra a instituição. Um detalhe, na cena, revelou um sujeito em intenso sofrimento: a cada garrafa, João tremia e chorava bastante, pisava em cacos de vidro e somente então a arremessava. Assim como o eu que morre naquele que mata, João parecia confundir-se com as garrafas, de modo que a cada garrafa quebrada, era a si mesmo que ele parecia quebrar. Tratar-se-ia, a nosso ver, do “estilhaçamento da libido” destacado por Frej (2007b, p.24) – testemunhada na cena e em nossa escrita intrigante: “ao lançar garrafas de vidro, pisa em seus cacos – cacos das garrafas ou cacos de João?” (Barros, 2009, p.80).

“O objeto ejetado da unidade narcísica originária como ‘não-eu’ é, pois, uma manifestação da pulsão de destruição amalgamado à pulsão de vida. Trata-se de um ato que visa à proteção do ‘eu’ contra a sua própria tendência autodestrutiva” (Poli, 2005, p.82). Na tentativa de o eu proteger-se daquilo que o ameaça, expulsando-o de si, convém questionar, na

cena das garrafas, como também no movimento de lançar-se para fora de casa, o que se passa quando o que é ejetado, excluído, é o próprio sujeito.

No “ejetar-se” para fora, de sair da cena, ou dela ser expulso, remetemo-nos ao jogo do *fort-da*, descrito por Freud (1920/1996). De uma situação passiva, dominada pela experiência dolorosa de ver sua mãe partir, a um papel ativo na brincadeira, a criança lança para longe de si um carretel, fazendo-o desaparecer e reaparecer em seguida, trazendo-o novamente para junto de si. Chama-nos a atenção a referência ao uso que o menino fazia de seus brinquedos – o de “brincar de ‘ir embora’ com eles” –, como também ao método encontrado pela criança que, diante do espelho, fazia desaparecer a si própria.

Em muitos casos, deparamo-nos com um rompimento drástico com a família, numa cisão em que a possibilidade de retorno é muito remota, numa “desafiliação” e “dessocialização” (Douville, 2012a) que excluem radicalmente o sujeito da cena familiar. Referimo-nos a um adolescente que, aos 14 anos de idade, já havia evadido 128 vezes de várias instituições de acolhimento. Não esboçava qualquer possibilidade de estabelecer laço, de vincular-se às pessoas, apresentando uma degradação extrema, nas muitas drogas que usava, nas brigas em que se envolvia, na exploração sexual à qual se submetia e era submetido, na violação de crianças mais novas, no uso dilacerado que fazia de seu corpo, por exemplo, ao guardar moedas no seu ânus.

Fazemos alusão, igualmente, a outro adolescente, 13 anos de idade, que respondia quase todas as perguntas que lhe eram endereçadas com a insistente expressão “Não importa!”. Uma resposta que provocava na equipe certa irritação – o que constituiu um limite na apreensão do sujeito –, diante de uma expressão que nos confrontava com o caos em que ele se encontrava e com a constatação de que, para ele, nada mais importava.

Em outros casos, em contrapartida, identificamos esse movimento de “ir embora”, de fazer-se desaparecer da cena familiar, deixando, no entanto, um fio à mostra que pode conduzir a seu reaparecimento. Num misto de medo e desejo, por exemplo, Vitor recusava-se a informar seus dados por ter a certeza de que seus pais iriam buscá-lo. No discurso de uma mãe, a referência ao filho que, após dormir por semanas na rua, voltava para casa sem resistências sempre que ela ia buscá-lo. Nesse sentido, se, em alguns casos, o rechaço a qualquer possibilidade de retorno é evidente, em outros, o adolescente parece invocar, tanto a família como a instituição, a, num papel ativo, fazê-lo reaparecer, reinserindo-o na cena.

Destacamos, assim, naquilo que nesse capítulo apontamos como uma exclusão mortífera, uma dessubjetivação, um desnudamento em que a morte os circunda, alguns casos marcados por certa desistência, num “abandono” radical. Outros, em contrapartida, revelam

uma força de vida que resiste à exclusão. Assim, no “eu sou daqui!” na fala de Vitor, bem como no dilaceramento que João mostrava a cada garrafa lançada, algo se impunha como manifestação de sofrimento do sujeito, ao colocar-se, em cima do muro ou à porta da instituição, na fronteira, em vias de tomar uma posição.

“Nessas condições, como resistir?”, questionam Rosa e Poli (2009), demarcando, na aparente falência do sujeito, o que Agamben aponta como “uma forma de se subjetivar em absoluta dessubjetivação”. As autoras constroem, assim, a hipótese de que “[...] a figura do muçulmano pode compor uma cena fantasmática que não diz da morte do sujeito, mas de um modo de resistência até poder recuperar um lugar de enunciação” (Rosa & Poli, 2009, p.9).

Entre a desistência e a resistência, uma resposta à exclusão social, à expulsão do sujeito da cena familiar. No desnudamento, na degradação subjetiva e na destituição simbólica da errância, uma possível tomada de posição do sujeito, para o qual a errância pode tornar-se “um modo de sobrevivência”. Nesses casos, como supomos na errância de Vitor, “nós descobrimos que os modos de habitar o corpo, o espaço e as palavras ainda estão em construção” (Douville, 2012a, p.10, tradução nossa)⁴⁷.

⁴⁷ nous découvrons que des modes d’habiter le corps, l’espace et les mots sont encore à l’œuvre.

CAPÍTULO 6

A errância do adolescente em situação de rua

Errante (Floribela Espanca)

Meu coração da cor dos rubros vinhos
Rasga a mortalha do meu peito brando
E vai fugindo, e tonto vai andando
A perder-se nas brumas dos caminhos.

Meu coração o místico profeta,
O paladino audaz da desventura,
Que sonha ser um santo e um poeta,
Vai procurar o Paço da Ventura...

Meu coração não chega lá decerto...
Não conhece o caminho nem o trilho,
Nem há memória desse sítio incerto...

Eu tecerei uns sonhos irreais...
Como essa mãe que viu partir o filho,
Como esse filho que não voltou mais!

Ma bohème (Arthur Rimbaud)

Je m'en allais, les poings dans mes poches crevées ;
Mon paletot aussi devenait idéal ;
J'allais sous le ciel, Muse ! et j'étais ton féal ;
Oh ! là ! là ! que d'amours splendides j'ai rêvées !

Mon unique culotte avait un large trou.
- Petit-Poucet rêveur, j'égrenais dans ma course
Des rimes. Mon auberge était à la Grande-Ourse.
- Mes étoiles au ciel avaient un doux frou-frou

Et je les écoutais, assis au bord des routes,
Ces bons soirs de septembre où je sentais des gouttes
De rosée à mon front, comme un vin de vigueur ;

Où, rimant au milieu des ombres fantastiques,
Comme des lyres, je tirais les élastiques
De mes souliers blessés, un pied près de mon cœur !

Errar mundo afora, sem rumo certo; vaguear pelas ruas, sem se saber muito por que, para que, para onde; perambular à procura não se sabe bem de quê, não se sabe sequer se se procura algo; errância de um sujeito “perdido”, que denuncia um erro – daquele que erra ou daquele que o fez errar? –, que define o movimento impreciso, desarticulado e “espalhado” do “menino de rua”.

Neste capítulo, pretendemos discutir a errância como um elemento central na vida do

adolescente em situação de rua, que permite uma costura entre os demais aspectos que desenham sua trajetória. Tomaremos como referência, sobretudo, algumas proposições de Douville, que situa na errância uma falta de inscrição no que concerne ao ser e à filiação.

A “errância” é um termo plurívoco, com algumas possibilidades de leitura: do verbo “errar”, remete a “ir ao acaso”, “perder-se”, “vagabundar”; na articulação com o termo “erro”, significa enganar-se, perambular, “ação de errar, aqui e acolá”. De acordo com o dicionário *Le Robert* (1998), o “errante” é aquele que “erra”, “que vai de um lado pro outro, que não é fixado, vagabundo, perdido”; “flutuante, incerto” (p.490).

Antes de abordarmos especificamente a errância do “menino de rua”, consideramos pertinente servirmo-nos de algumas referências que, na psicanálise, situam-na como um movimento inerente ao humano. Abordaremos, do texto freudiano *Moisés e o Monoteísmo* (1939/1996), alguns aspectos do exílio do povo judeu; assim como algumas proposições lacanianas referentes à condição errante do desejo e à posterior formulação *les non-dupes errent*. Essa discussão nos servirá de alicerce para, a partir do que Douville propõe como uma “errância estruturante” do adolescente, situarmos o que se faz peculiar no movimento do adolescente em situação de rua.

6.1. A condição errante do desejo

Ao discorrer sobre a problemática do desejo, Lacan (1957-58/1999) sublinha a “errância do desejo” no que concerne à sua excentricidade em relação a qualquer satisfação, ressaltando que “[...] aquilo com que o desejo confina, não mais em suas formas desenvolvidas, mascaradas, porém em sua forma pura e simples, é a dor de existir” (p.350). Articulado no campo da linguagem a uma de suas leis – a metonímia, constitutiva da fala do sujeito –, o desejo desliza de palavra em palavra, compondo uma “errância da dor da falta”, destaca Quinet (2013).

A “condição itinerante do desejo” – à qual se encontram atreladas as dimensões diacrônicas e sincrônicas do discurso –, é também discutida por Rosa et al. (2009), em trabalho sobre deslocamentos migratórios forçados, no qual consideram que “a dimensão trágica do migrante encena algo comum a todos, pois todos somos sujeitos exilados, desenraizados de nós mesmos, constituídos pelo desconhecimento enigmático da dimensão inconsciente” (p.498).

Podemos depreender as vicissitudes da errância e do nomadismo do desejo em *Moisés*

e o *monoteísmo* (Freud, 1939/1996)⁴⁸, ao discorrer sobre o movimento do povo judeu, cuja marca consiste na precedência da errância sobre a sedentarização. Na leitura dessa obra, Fuks (2000) considera que Freud fornece elementos importantes para a sustentação, no processo analítico, de um exílio necessário do sujeito como condição do advento da palavra, no encontro com o que lhe há de mais estranho e desconhecido – “o encontro com o impessoal da força pulsional sempre errante, força de todos os tempos e de todos os homens” (p.76).

Consideramos relevante a distinção ressaltada por Fuks (2000) entre, por um lado, o exílio de Abraão e, por outro lado, a expulsão de Adão e Eva do paraíso, a maldição exílica de Caim, a partida de Édipo da cidade de Tebas, dado que o exílio desses últimos decorre de infrações a interditos. O exílio de Abraão implica um projeto de devir, uma busca em face de si mesmo, uma experiência de liberdade, rumo à Terra Prometida; um “exílio dirigido ao Outro”. “‘E o Eterno disse a Abraão: Sai de teu país e de teu lugar de nascimento e da casa de teu pai, para o país que te mostrarei’ (Gênesis, 12:1)”, ressalta Fuks (2000, p.78), considerando que o hebreu é um ser de passagem, aquele que migra e que transgride – no sentido do ato de ir além.

Não seria descabido dizer que a experiência analítica oferece um espaço aberto ao sujeito para que ele viva a aventura de exilar-se de si, de inventar-se outro, de voltar-se ao não idêntico. Aventura que se passa no estranho “país do Outro”, ou seja, alhures além do semelhante, do idêntico e do espelho e que faz com que o analisando experimente desterritorializações sucessivas de uma posição subjetiva a outra (p.85).

Apesar de o exílio judeu configurar um movimento de busca de si mesmo, Fuks (2000, p.84) destaca a alusão feita por Freud à figura de Ahashverus – lenda do Judeu Errante –, “metáfora do excluído que, por imposição do outro, está destinado a vagar sem pouso” (Fuks, 2000, p.159), remetendo a uma exclusão imposta pelo Outro, a uma errância sem ponto de balança, que sobrepõe e subjuga aquela do desejo, aproximando-nos do movimento errante do adolescente em situação de rua.

Remetemo-nos à proposição e distinção feita por Segers (2009), entre “exílio íntimo” e “exilado do íntimo”. O exílio íntimo concerne à linguagem que nos torna estrangeiros a nós mesmos e nos especifica como seres falantes. “Na origem da vida e da constituição do inconsciente, é-nos imposto falar a um outro para desenvolver nossa própria humanidade. Faz-se necessário ‘ter sido falado’ por um outro, simplesmente para ser humano, ser sujeito

⁴⁸ É interessante destacar que a escrita de *Moisés e o monoteísmo* acompanhou, conforme destaca Fuks (2000), o êxodo de seu escritor, em tempos sombrios e dolorosos, de Viena a Londres, numa relação estreita entre a história de seu autor e a história da psicanálise. “Freud, impelido por mais uma errância, por um novo exílio, em sua ‘Londres-Egito’ faz da escrita de *Moisés e o monoteísmo* o saldo final de uma vida dedicada a defender as vicissitudes da errância e do nomadismo do desejo” (p.85).

como efeito de linguagem” (p.82, tradução nossa)⁴⁹. O exílio íntimo nos funda, assim, no hiato entre o Outro materno e o lugar do objeto, representando um corte singular, uma interrupção da língua, que marca o sujeito.

O sujeito exilado do íntimo, por sua vez, exposto a rupturas com sua cultura de origem, encontra-se sem o Outro que possa compreender os significantes fundamentais de sua origem. Há uma perda não simbolizada da palavra que faz dos exilados “viajantes sem viagem”, migrantes num “vazio de referências comuns” (Segers, 2008, p.91), delineando a errância como um exílio mais radical, a destruição do exílio íntimo.

O deslocamento do sujeito remete, portanto, por um lado, à errância do desejo humano, por meio de substituições metonímicas que contornam o desejo do Outro, permitindo ao sujeito experimentar novas dimensões da vida. Por outro lado, exposto a processos de exclusão social, o sujeito erra sem destino, num risco de dissociação dos processos metafóricos e metonímicos e de confrontação com o traumático, que acarreta efeitos de desenraizamento e dessubjetivação. (Rosa et al., 2009).

6.2. “*Les non-dupes errent*”

“Será que sou *dupe* o suficiente para não errar?” (Lacan, 2010, p.23).

O seminário *Les non-dupes errent*⁵⁰ introduz elementos que subsidiam, no que implica o assujeitamento à linguagem, a discussão acerca da errância. Lacan (1973-74/2010a) destaca a riqueza e o equívoco que a língua francesa permite, possibilitando o deslizamento entre dois termos homofônicos, *les noms du père* (os nomes-do-pai) e *les non-dupes errent*, os quais implicam o mesmo saber, no sentido de que “o inconsciente é um saber pelo qual o sujeito pode se decifrar” (p.10).

Da expressão *les non-dupes errent*, Lacan recorre à etimologia para situar alguns termos que remetem ao sentido de sua construção, tais como: *errer* (“ir aqui e ali; partir em aventura, sem direção precisa; perambular; deslocar-se de maneira fugidia; cair no erro,

⁴⁹ À l’origine de la vie et de la constitution de l’inconscient, il nous impose de parler à un autre pour développer notre humanité même. Il faut avoir ‘été parlé’ par un autre, simplement pour être humain, *être* sujet comme effet de langage.

⁵⁰ Optamos por manter, neste texto, *les non-dupes errent* em sua língua original, por dificuldades impostas pela tradução. Destacamos, no entanto, a tradução proposta por Mario Fleig na versão portuguesa do livro *O mal estar na subjetivação* (Lebrun, 2010). *Dupe* pode significar “ingênuo”, “pateta”, “bobo”, “incauto”; denota aquele que é enganado sem ter a menor suspeita. *Être la dupe de quelqu’un* aproxima-se, de acordo com o tradutor, de “se deixar levar por alguém ou por alguma coisa”, “cair na lábia de alguém”, de modo que o autor traduz *les non dupes errent* por “os-que-não-se-deixam-levar erram”.

enganar-se); *errance* (ação de errar, caminhar sem objetivo preciso); *erreur* (“ato de enganar-se, de adotar ou expor uma opinião em desacordo com a verdade, de tomar por verdade o que é falso; ato, comportamento imprudente, inapropriado, lamentável; erro”); *erre* (“velocidade residual de um navio sobre o qual não incide mais o motor”)⁵¹.

Errar resulta da convergência de *error*, “erro”, com o verbo *iterare* – derivado de *iter*, que significa “viagem” (Lacan, 1973-74/2010a). *Iterare*, demarca Lacan, nada tem a ver com viagem, pois quer dizer “repetir”, iteração. Entretanto, o autor destaca que não nos servimos desse *iterare*, senão daquilo que ele não quer dizer, ou seja, *itinerário*, como desdobramento do verbo *errar* no sentido de errância, o que faz do cavaleiro *errante* um cavaleiro *itinerante*. Trata-se, portanto, de uma convergência a partir da qual Lacan opõe a estrutura à vida concebida como viagem – o erro daqueles que se pretendem *non-dupes* do inconsciente, que não se esforçam para colar nele, para os quais a vida não é senão uma viagem, “a vida é aquela do *viator*” (p.19).

A partir do seminário *R.S.I.*, Porge (2008) destaca a seguinte indagação de Lacan (1974-74/2002, p.31): “qual é o *erre* da metáfora?”⁵². Lacan (1973-74/2010a) precisa que o termo *erre* faz parte do vocabulário náutico e denota a continuidade do trajeto de um navio, quando o motor é desligado, graças a sua força residual e ao rastro deixado no mar pela sua passagem, apontando o caminho no sentido do qual o navio se deslocava. O *erre* do navio delinea, nesses termos, a direção do trajeto, da viagem.

Para Porge (2008), pode-se supor que o *erre* da metáfora tem a ver com aquele dos *non-dupes* que erram, ambos referentes ao pai, mas não da mesma maneira. O autor destaca um *erre* da viagem e um *erre* da repetição, da estrutura, de modo que o primeiro constitui o destino daquele que não quer ser *dupe de l’erre* da estrutura da metáfora – a dos nomes do pai. “Ser *dupe* da metáfora é ser *dupe* de seu *erre*. O sujeito é tomado no equívoco de dois *erres*, aquele do *iterare*, da estrutura, e aquele do *itinerário*, a viagem” (Porge, 2008, p.23, tradução nossa)⁵³.

Baseando-nos na alusão ao movimento do navio, poderíamos dizer que ser *dupe de l’erre* da metáfora implica um consentimento, um direcionamento no trajeto impulsionado pela operação do Nome-do-Pai; *être dans l’erre* remete a *iterare*. Por outro lado, ser *non-dupe* implica um desvio no *erre* da metáfora, remetendo a *itinerare*, no sentido da errância.

⁵¹ Essas definições foram extraídas do dicionário *Larousse* – <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais>.

⁵² Assim como a expressão *les non-dupes errent*, optamos por manter o termo *erre* em francês por não termos encontrado uma tradução para o português que permitisse apreender o sentido da palavra.

⁵³ Être dupe de la métaphore c’est être dupe de son erre. Le sujet est pris dans l’équivoque de deux erres, celle de l’iterare, la structure, et celle de l’itinerare, le voyage.

Situando essa proposição lacaniana na clínica, Porge (2008) considera, por exemplo, que no caso do autista, há um maior conflito – em relação à neurose – entre os dois tipos de *erre*; *non-dupes* da metáfora, eles erram não importa como, num trajeto cujas linhas d'*erre* *revelam* um nó borromeano desfeito; Simbólico e Imaginário tornam-se reais, impossíveis de articular, reduzidos ao “simbolicamente real” e ao “imaginariamente real”. Apesar de não se deslocarem no *erre* da metáfora, seus trajetos repetitivos não são sem consistência, de modo que seu comportamento e gestos delineiam, mesmo nas “férias da linguagem”, “um esboço de escrita” (p.23).

Visto que o sujeito é determinado na dependência de seu desejo e do saber inconsciente, Lacan (1973-74/2010a) sublinha, como vimos, que “cada um tece seu nó” (p.75), indagando em que se faz necessário ser *dupe* para que isso se sustente numa consistência, a do ternário (Simbólico, Imaginário e Real); trata-se de ceder à *duperie* de uma escrita, a do inconsciente. Se os *non-dupes* são aqueles que se recusam à captura do espaço do ser falante, há algo que convém considerar: “a absoluta necessidade que daí resulta de uma, não *errância*, mas de um *erro*” (p.19, tradução nossa)⁵⁴.

Não se faz necessário saber-se advertido do inconsciente para não errar; basta deixar-se fazer, ser *dupe*, colar na estrutura. Lacan propõe, assim, naquilo que implica ser *dupe* da estrutura, outra ética que se fundaria sobre a recusa de ser *non-dupe*, sobre o trabalho de tornar-se cada vez mais fortemente *dupe* desse saber, do inconsciente que, afinal de contas, é nossa única fração de saber.

Em *O mal-estar na subjetivação*, Lebrun (2010) discorre sobre as repercussões da passagem do Nome-do-Pai para os nomes-do-pai na constituição subjetiva e na construção de laços sociais, ratificando que os *non-dupes*, os que não são *dupes de l'erre* da metáfora, erram. Sugere que “a errância – mas também o erro – tem, então, diretamente a ver com esta parcialização do Nome-do-Pai” (p.90), o qual, apesar de permanecer inscrito para o sujeito, mantém-se inoperante. O autor ressalta que, quando a nomeação metonímica do “nomear para” dispensa a nomeação metafórica do Nome-do-Pai, porém, sem servir-se dela, o sujeito é tramado não a partir da fala enigmática do Outro, mas a partir do que constitui um *prêt-à-porter* das funções sociais.

Por meio da errância, o sujeito “sem-recurso” quanto à possibilidade de apelar às palavras do Outro, defende-se do declínio de sua consistência e, por não poder se apoiar na figura do Pai, crê-se abandonado, somente podendo encontrar nele mesmo os recursos que lhe

⁵⁴ l'absolue nécessité qui en résulte d'une, non pas *errance*, mais *erreur*.

permitirão “prosseguir em sua estrada” (p.100). Apesar do abandono e da exclusão, a errância poderá, de acordo com Lebrun (2010), surgir como uma defesa, uma invenção, como tentativa de escapar do esmagamento do desejo, do anonimato e marcação vazia de uma falsa nomeação.

A passagem do Nome-do-Pai para os Nomes-do-Pai é abordada por Rassial (1999), na “passagem adolescente” da família ao laço social, um momento fecundo de uma operação inventiva, em que “o adolescente irá testar a eficácia do Nome-do-Pai, além da metáfora paterna, para colocar ordem na língua que habita e que está habitado” (p.40). A “passagem adolescente” remete-nos à proposição de Douville (2008) acerca de uma “errância estruturante” do adolescente, a qual, uma vez fracassada, pode desembocar na errância do adolescente em situação de rua.

Desse modo, antes de abordarmos, especificamente, o adolescente em situação de rua, consideramos relevante dialogarmos com alguns autores que discorrem acerca das operações subjetivas da adolescência em termos de um trabalho psíquico a ser realizado pelo sujeito, para além de uma fase cronológica do desenvolvimento.

Diante da gama de possibilidades de leitura sobre a adolescência, a escolha por abordar a operação adolescente baseando-nos, sobretudo, na “passagem adolescente”, proposta por Rassial (1997), deve-se ao fato de encontrar-se inserida na lógica da topologia borromeana, do tempo lógico, da constituição de espaços, permitindo-nos uma continuidade na leitura e na construção à qual nos propomos nesta tese.

6.3. A errância estruturante do adolescente

– Abaixo a crista! – Heron gritou, e deu com a bengala na perna de Stephen. Era o sinal para o ataque. Nash prendeu seus braços atrás das costas enquanto Boland pegava um grande toco de repolho de uma sarjeta próxima. Forcejando e chutando, levando vergastadas da bengala e pancadas com o toco nodoso, Stephen foi empurrado contra uma cerca de arame farpado. [...] Finalmente, após uma série de investidas frenéticas ele conseguiu se libertar. Seus algozes correram em direção a Jone’s Road, rindo e escarnecendo, e Stephen, rasgado e vermelho e ofegante do esforço saiu cambaleando atrás, quase cego pelas lágrimas, com os punhos cerrados de fúria e soluçando. Enquanto ele repetia o *Confiteor* ao som das risadas complacentes dos seus interlocutores e as cenas do episódio maligno ainda passavam nítidas e rápidas por sua mente ele se perguntou por que não guardava rancor dos que o atormentavam. Ele não esquecera nada da covardia e crueldade deles, mas a memória já não lhe causava raiva. E era assim que todas as descrições de amor e ódio fulminantes que ele encontrara em livros lhe pareciam irrealis. Naquela mesma noite, ao cambalear no caminho de casa seguindo por Jone’s Road ele sentira que algum poder o livrava daquela raiva súbita tão facilmente quanto uma fruta se livra da casca madura e macia (Joyce, 2013, p.86-87).

Na leitura de *Um retrato do artista quando jovem*, de James Joyce, Lacan (1975-76/2007) considera que o jovem Stephen, ao ser agredido de tal forma, não é afetado pela

violência física sofrida, a ela parecendo indiferente. Indo além de uma posição masoquista, a cena revela um afeto de desgosto e repugnância que concerne a seu próprio corpo (Bousseyroux, 2014) – até que algo irrompe, demandando dele uma nova posição subjetiva.

No caso Joyce, Lacan situa uma falta do real paterno, uma demissão do pai, produzida por uma “forclusão de fato”, que constitui um lapso no enodamento, no sentido de uma não ultrapassagem do Simbólico pelo Real em um de seus cruzamentos – aquele em que opera o real do pai sobre o enodamento –, provocando uma soltura do Imaginário, uma ruptura do corpo. O singular de seu sintoma reside no fato de que ele teria encontrado, por meio da escrita, um meio de limitar essa soltura, um meio de “recuperar o controle de seu corpo, de reatá-lo ao real e ao simbólico” (Bousseyroux, 2014, p.290). É, portanto, a partir da arte da escrita que Joyce irá responder a esse lapso do nó, revelando, por meio da suplência operada pelo *sinthoma*, “um modo de suprir um desenodamento do nó” (Lacan, 1975-1976/2007).

A operação realizada por Joyce pode ser apontada como uma operação adolescente, dado o trabalho psíquico ao qual o sujeito é convocado diante do confronto com os “cortes reais estruturantes da complexidade psíquica” (Capanema, 2015, p.44), com o Real da falha constitutiva do ser humano, que desarranja as amarrações da infância, impondo ao adolescente uma reparação própria de seu nó borromeu.

Rassial (1997) discute a “passagem adolescente” a partir da construção de Montaigne “eu não pinto o ser, eu pinto a passagem”, propondo a adolescência, enquanto momento lógico, como uma passagem que implica a entrada na vida, não no sentido de uma finalização ou realização, mas de uma “operação necessária, complexa e decisiva” (p.10). Segundo Poli (2005), trata-se de um “tempo de *passagem* da família ao laço social”, de modo que o lugar do Outro apresenta-se inscrito na dupla dimensão do Outro familiar e do Outro social, numa transposição por meio da qual se realiza “[...] a reinscrição do sujeito em um lugar Outro que aquele de sua origem [...] uma nova inscrição do Nome-do-pai – a base do *sinthoma*” (p.10).

Douville (2004a) considera que é preciso partir do que inaugura a temporalidade lógica da subjetividade na adolescência, o real do encontro com o gozo sexual, que confronta o adolescente ao arrebatamento e ao mistério do sexual e do desejo. Nesse encontro com o real do sexo, o sujeito constata que ninguém é o depositário do falo, que a castração não designa um estado dos mais novos em relação aos mais velhos; ela é o nome da incompletude, daquilo que viabiliza a fala e que concerne a cada um.

Se, durante a infância, assegurava-se uma consistência imaginária do Outro, para o adolescente, impõe-se uma destituição dessa consistência, que “[...] arruína a sustentação da autoridade dos pais, de sua qualidade de garantes, de referentes do grande Outro” (Rassial,

1997, p.123). Constatando não mais ocupar o lugar que lhe fora atribuído por aqueles, os quais, igualmente, não correspondem ao lugar idealizado que a criança os supunha ocupar, o adolescente é instado a uma necessária busca pela reconstrução de sua história e inserção em uma linhagem, pela construção de laços sociais e garantia de um endereçamento possível ao Outro.

Situamos, nessa busca, a proposição de Douville e Degorge (2012), no que concerne à errância como tempo da adolescência, movimento necessário entre a família, o clã, a cidade. Trata-se de uma “errância estruturante”, relacionada a uma plasticidade de exploração, de passagem de um lugar a outro, constituindo uma operação de inscrição nos territórios urbanos. Douville (2008) sublinha a importância, para o adolescente, de ter um domicílio, um lugar do qual ele possa “fugir” e voltar como um filho pródigo. A fuga adolescente se organiza em torno de uma exasperação, numa tentativa de, ao desabonar-se do superego e identificações familiares, encontrar novas figuras de alteridade, retornando para a família como um estrangeiro.

Na passagem do familiar ao social – diante da perda de referências, da ineficácia do Nome-do-Pai, do confronto com a “desqualificação do pai e da família em encarnar imaginariamente o Outro” (Rassial, 1997, p.41) –, o adolescente encontra-se, muitas vezes, em pane, como que parado na beira da estrada, “[...] errando no acostamento, deixando seu veículo imobilizado no lugar em que ficou. Tão bem que somos levados a procurar o acidente ou o traumatismo que, frequentemente, aliás, nos faz perder o rumo, e que seria a causa da pane” (Rassial, 1997, p.39).

“Pane do fantasma” nesse tempo lógico de construção psíquica do sujeito, sugerem Haie e Douville (2007). Trata-se de um “momento adolescente do fantasma”, no sentido de uma provação da estrutura primeira do fantasma, face à constatação de vacuidade do lugar do Outro. Na passagem da neurose infantil ao tempo adolescente, há um descolamento do sujeito de sua posição de objeto do fantasma do Outro, com vistas à construção de seu próprio fantasma.

Confrontado com o enigma do desejo, “o sujeito deve decidir sobre sua origem de outro modo que não pelas teorias sexuais infantis e pelo romance familiar” (Douville, 2002, p.129)⁵⁵, haja vista que esse Imaginário da infância não recobre esse Real que faz barulho, surge, se manifesta, se mostra. Não se trata nem da teoria do primado do Imaginário, nem da

⁵⁵ Trata-se de uma entrevista concedida à APPOA, que consta nas referências da seguinte forma: Bidaud, E., Rassial, J.J. & Douville, O. (2002). Entrevista. Os nós adolescentes. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Clínica da Adolescência, 23, 127-137.

teoria do primado do Simbólico, mas da “teoria que tenta dar conta de como se fabrica o simbólico com pedaços de real”, implicando “uma abordagem tributária da topologia”, com ênfase à transposição dos limiares, à inscrição dos limites e à possibilidade de fazer-se ouvir como sujeito da fala.

Desse modo, apesar da prevalência do Real frente ao “desfalecimento do Simbólico e do Imaginário”, “o que aparece não é simplesmente essa rodela do Real, é a estrutura mesma, na qual cada rodela não é nada sem as outras” (Rassial, 1997, p.138). É da incidência dos três registros – no confronto com a impotência imaginária, a interdição simbólica, o impossível real – que se trata.

Para Rassial (1997), o resultado da operação adolescente, desse momento lógico de construção do *sinthoma*, não se reduz nem ao efeito simbólico de refundar o nome-do-pai, nem ao efeito imaginário de reconstruir a imagem do corpo sexuado, nem aos efeitos reais de rearticular realidade e real, tendo em vista que a operação contém os três e ultrapassa-os. Haie e Rassial (2008) enfatizam, assim, o aspecto dinâmico de construção do *sinthoma*, que ressalta mais um estado da estrutura – a quarta rodela do nó em permanente construção – do que a estrutura propriamente dita, delineando o modo de elaboração, regulação e ajuste do conflito com o Outro – materno, paterno ou social.

A “errância estruturante da adolescência” consiste, nesses termos, na procura por um referente simbólico, por uma nova versão do pai; um trabalho psíquico de apropriação de uma nominação, que faz suplência e enoda diferentemente os registros.

Diante do que acabamos de discutir acerca do sujeito adolescente, um esclarecimento se impõe, em relação a nosso objeto de estudo, a fim de que não se faça uma associação entre a ida para a rua e o movimento de passagem da cena familiar para a cena social, concernente à “operação adolescente”. Embora, a uma primeira vista, haja uma proximidade entre a “errância adolescente” e a errância do “menino de rua”, que será discutida a seguir, tratar e especificar esses termos implica uma cautela que pode ter repercussões na intervenção clínica.

Ressaltamos que, embora falemos do “adolescente” em situação de rua, os “meninos de rua” que se encontram na faixa etária da adolescência, como Vitor e Marcos, foram para a rua, em geral, ainda na infância. Assim, questionamos: de quais recursos psíquicos esses adolescentes dispõem para a realização de uma operação adolescente? ou estariam eles, num tempo lógico, ainda tomados por questões infantis?

Indagamos o que se coloca em questão para o “adolescente” em situação de rua, cujo rompimento com a família dá-se, em geral, no momento correspondente à latência, um período, de acordo com Vorcaro (2008), também passível de rearranjos nas articulações entre

Real, Simbólico e Imaginário. Trata-se de um momento em que, por meio da busca de construção de um saber – dadas as primeiras constatações de uma falta de saber no Outro –, a criança é convocada a uma posição de implicação subjetiva, esboçando o que virá a constituir seu próprio mito. A autora considera que a situação dos “meninos de rua” remete à incidência direta de uma condição social na estruturação do sujeito: violação e supressão da latência, antecipação da adolescência.

Antes que a exigência pulsional da puberdade os confronte com o real do sexo, essas crianças são confrontadas com “desastres” na estruturação psíquica que as jogam à deriva pulsional. Invadidas no real do corpo, expostas a toda sorte de violação e de privação, ejetadas da cena familiar, a elas se coloca, muito precocemente, uma passagem à cena social, que não nos parece compor, nesse momento de ruptura, a “operação adolescente”, posto que da ordem da expulsão do sujeito, da prevalência do real do corpo – a ser desdobrado no que constituirá o real da rua –, dos escassos recursos psíquicos que impedem, a nosso ver, a realização de tal operação.

Instados a uma maturidade precoce que os arranca da posição infantil, a eles não parece ser dada a oportunidade de reorganizar a construção fantasmática. O contato direto com a realidade, com questões relativas à sobrevivência, à castração, à vida, à morte – as quais não concernem à criança, a ela chegando pelo intermédio das instituições socializadoras –, é escancarado para o “menino de rua”, indo além do que se faz possível apreender e elaborar, num excesso que invade e convoca ao agir.

Antes que possa reorganizar sua construção fantasmática ele faz. Em vez de fantasiar faz o ato. Ao dizer *“é um assalto, me dá o dinheiro senão eu te corto a cara”* especularizam o assalto temporal sofrido e recebem como resposta o mesmo medo, o horror e a submissão já vivido por elas *[as crianças]* [...] A violação da latência que o convoca a responder antes que detenha um saber, o institui num lugar de poder que lhe é conferido, onde, a despeito do real de sua constrição orgânica, seu corpo pode realizar qualquer ato: ele vai responder não com a palavra, mas com seu corpo (Vorcaro, 2008, p.22).

A operação adolescente implica, como vimos, a constatação da destituição de uma consistência imaginária do Outro que até então ancorava o sujeito, impondo-lhe a reconstrução de sua história, a construção de seu próprio fantasma. Ao pensarmos a realidade do “menino de rua”, definimos um público para o qual a “consistência imaginária do Outro” parece nunca ter-lhe sido assegurada – referimo-nos tanto ao Outro familiar como ao Outro social. Um sujeito ao qual não parece ter sido dado o tempo e o espaço para a construção de sua história, devido ao escancaramento, desde sempre, de uma realidade crua, de uma expulsão em seu estado mais bruto. Questionamos, desse modo, se se trata, para esse adolescente, de uma reconstrução ou, ainda, de uma construção, com os elementos simbólicos

precários dos quais dispõe, sendo-lhe, em alguns momentos, ainda necessário, recorrer a um tempo primeiro de elaboração da cena familiar e de sua exclusão dessa cena.

Apesar de também originar-se de uma fuga, consideramos que a fuga que inicia a vivência de rua não se confunde com aquela da “errância estruturante do adolescente”. Mesmo que haja tentativas de retorno após a fuga do então “menino de rua”, podemos dizer que é uma fuga que fracassa, posto que ela não antecipa o seu retorno, como também, muitas vezes, não lhe é assegurado um lugar ao qual ele possa voltar, visto que esse lugar, desde a sua partida, expulsa-o ou mostra-se inexistente.

Na referência à “errância estruturante da adolescência”, a errância enfatizada neste trabalho seria, então, um fracasso da primeira, uma possível resposta ao impedimento e às catástrofes da errância estruturante, um encalhamento, uma “esterilização da errância?”, indaga Douville (2008).

6.4. “Quanto mais você anda, mais nunca tem fim!”

A errância do adolescente em situação de rua, apesar de muitas vezes associada a um movimento universal do “menino de rua”, inerente à sobrevida nas ruas, carrega em si os traços peculiares a cada história e a cada contexto em particular, em meio às aproximações e distanciamentos que compõem o deslocamento desses adolescentes.

Consideramos ser de lugares distintos que se dá a errância de Rodrigo – que distribui desenhos na esperança de que um dia alguém não os jogue na lata de lixo –; a de Hugo, para quem nada “importa”; a de Marcos, que “vinha rodando pela rua”...

A errância constitui, então, por um lado, um movimento que destitui o sujeito, fadado a “vagar sem pouso”, sem nenhuma referência que lhe dê sustentação e continência; uma espécie de “exílio sem metamorfose subjetiva, de viagem sem rumo”, numa deriva pulsional, que demarca o deslocamento de um ponto fixo a um mundo disperso, sem fronteiras (Douville, 2008).

Por outro lado, uma vez atrelada ao desejo, a errância pode consistir numa tomada de posição do sujeito, que parece confrontar a destituição subjetiva que lhe foi imposta, como observamos na circulação de Vitor pelas ruas, assim como em sua insistência endereçada à instituição – “eu sou daqui!”. Nesse caso, o “rodar pela rua”, o “não importa”, tão reveladores do desenraizamento, podem ser interrompidos por algo que fisga o sujeito e o enlaça num lugar subjetivo.

A fim de melhor pensar sobre uma política de escuta, cuidado e acolhimento, Douville

(2008) propõe tomar a errância não como um simples fracasso do laço, embora ela também o seja, mas problematizá-la, a partir dos sofrimentos psíquicos aos quais ela responde, acerca de suas funções psíquicas. Para isso, sustenta dois pressupostos, apontados como “apostas” fundadoras de um laço possível: no primeiro, bastante hipotético, os adolescentes experimentam a capacidade de eleger como domicílio o lugar em que eles se encontram; o segundo consiste em considerar uma abordagem não deficitária do sujeito e da errância, de modo que não se trata de considerá-lo apenas como aquele que não conseguiu fixar e se inserir num itinerário, mas como aquele que, em sua errância, responde a alguma coisa.

Desse modo, vimos, com Vitor, o quão sua fuga de casa parecia resistir ao lugar de morto que lhe fora atribuído; com Marcos, sua partida como uma tentativa de retorno para a família que o havia criado; com Renata, uma resposta, talvez, ao peso dilacerante da culpa a ela atribuída pela morte de seus pais; com João, uma atualização, em todos os espaços, do lugar de “filho do demônio”. Acrescentamos as muitas crianças e adolescentes que partem de casa fugindo da situação de miséria vivenciada pela família, de alguma dívida com traficantes nas comunidades, da violência – como o adolescente que saiu de casa após ver sua tia decapitada por traficantes; a adolescente que foi para a rua depois de ter visto sua mãe tentar matar sua irmã com golpes de machado; o adolescente que presenciou a morte de seu pai pelo atual padrasto.

Consideramos, então, que é em resposta à mutilação social, à destituição de um lugar simbólico na família e na cena social, que esses adolescentes erram, a partir de diferentes espaços, em busca, a nosso ver, de um lugar possível de endereçamento, pertencimento, continência para o despedaçamento, para a violência.

Longe de constituir um sintoma a decifrar, a errância deve, antes, ser situada como uma falta de inscrição e, mais especificamente ainda, como a impossibilidade do sujeito para superar uma falta de inscrição que concerne a seu ser e também à sua filiação (Douville, 2002, p.77, tradução nossa)⁵⁶.

Trata-se, em casos mais extremos, como observamos no movimento de alguns “meninos de rua”, de um aprisionamento a um não-lugar, no sentido de uma impossibilidade de estabelecer um lugar psíquico, de fixar-se, de inscrever a verticalidade de seu corpo, de sua presença (Douville, 2010).

Para Douville e Degorge (2012), a errância mais problemática é aquela que, silenciosa, define o sujeito apenas pelo uso em demasia estereotipado de seu corpo, o que permite uma

⁵⁶ loin de constituer un symptôme à déchiffrer, l’errance est plutôt à situer comme un défaut d’inscription, plus justement encore comme l’impossibilité pour le sujet à surmonter ce défaut d’inscription, aussi bien dans son être que dans sa filiation.

articulação – naquilo que discutimos no primeiro capítulo acerca da demanda e do apelo – com a ausência de resposta do Outro diante dos sinais de desamparo, dos “gritos de socorro” do bebê. Os autores sublinham que, se o grito do bebê não é entendido como apelo, se não é suposto como uma possível demanda, ele não continua a gritar indefinidamente, e um silenciamento se segue ao esgotamento. Nesse caso, destituída do estatuto de sujeito de demanda, a criança, assim como o errante, enviará sinais de alarme com o corpo, travando um confronto consigo mesmo e com o outro, por meio da violência, da invasão, do dilaceramento.

A errância não é, contrariamente ao que um idealismo romântico gostaria de fazer, um trajeto de liberdade, uma extensão do espaço adquirido pelo sujeito em sua perambulação ao acaso. Não, não falamos de errância que não pelo fato de que nenhuma curvatura ou derivação significativa lastra o caminho do errante no sentido de uma direção esperada (Douville, 2008, p.41, tradução nossa)⁵⁷.

Expostos à ruptura do laço social, submissos a uma espécie de imperativo, de voz interior que os ordena a partir, os adolescentes em situação de rua erram, num movimento tortuoso, distinto daquele pelo qual o sujeito do desejo é tomado, numa injunção significativa que o impulsiona. Douville (2010) destaca, assim, uma relevante diferença entre o imperativo “fora daqui”, “desapareça” (*vas-t'en*) e a ordem “vá pra lá” (*tu iras là*). O “là” permite uma justaposição entre alguma coisa que demanda um deslocamento e algo que assegura um mínimo acolhimento; indica um destino, uma promessa, mesmo que vaga e incerta, não necessariamente explícita, deixando uma lacuna fecunda que o sujeito preenche por meio de seus fantasmas. Por outro lado, sob o controle da injunção “vas”, da determinação de expulsão, os adolescentes tentam exauri-la, partindo em errância para o mais longe possível, em linha reta, para além do que a própria injunção os ordena. “[...] pareceria que este acoplamento entre o apelo à grande partida e a promessa está atrofiada, mutilada, clivada. Eles não situam mais sua existência senão pela injunção ‘parta, vá embora!’[...]” (Douville & Degorge, 2012, p.124, tradução nossa)⁵⁸.

De acordo com um adolescente, “a rua é uma coisa bem grande, sem fim. Quanto mais você anda, mais nunca tem fim!”; um “vazio sem borda”, propõe Ferreira (2001). Entre uma esquina e outra do espaço, duas ruas a atravessar, evocando muito mais o abismo, o vazio, a vertigem, do que propriamente a passagem; um lugar sem começo, sem origem, um “lugar sem lugar” (Douville, 2008). Um lugar sem história, sem destino, que, ratificado pela

⁵⁷ L'errance n'est pas, contrairement à ce qu'une idéalité romantique voudrait en faire, un cheminement de liberté, une extension de l'espace acquis par le sujet dans sa déambulation hasardeuse. Non, nous ne parlons d'errance que lors qu'aucune incurvation ou dérivation signifiante ne leste le cheminement de l'errant dans le sens d'une direction espérée.

⁵⁸ [...] il semblerait bien que ce couplage entre l'appel au grand départ et la promesse est atrophié, mutilé, voire clivé. Ils ne rangent plus leur existence que sous l'injonction ‘pars, va-t'en !’[...].

expressão “meninos de rua”, sinaliza a ausência de uma função continente que delimite as fronteiras entre o dentro e o fora, entre o espaço público e o sujeito, conforme sugere o termo “espalhado”, com o qual uma educadora definiu a destrutividade de um adolescente.

Sujeitos “espalhados”, lançados para fora deles mesmos, os adolescentes em errância atestam uma desordem da orientação do corpo nos espaços públicos, que em nada parecem estabilizados pelo sentimento que identifica e vincula o dentro e o fora (Douville, 2008). Para Charreton et al. (2012), ao contrário do que uma cultura pode oferecer em termos de um “envelope”, há, na errância, uma espécie de anomia do sentimento de pertencimento, de modo que, em alguns casos, assumir a identidade “menino de rua” pode operar como uma suplência para essa falha de pertencimento.

“O errante erra por não atravessar um limiar”, sugere Douville (2008, p.34), destacando um aspecto fundamental – o limiar – na clínica com o adolescente em situação de rua. Como vimos no quarto capítulo, tanto na história de Vitor como na de Marcos, a questão do limiar é bastante recorrente, o que poderíamos considerar um apelo insistente pela delimitação de fronteiras. Um apelo, a nosso ver, ainda mais escancarado, na cena que evocamos no capítulo anterior, em que João lançou garrafas contra a instituição, recorrendo, ao se situar em cima do muro, a uma fronteira no sentido literal do termo, uma barreira que, no real, delimita a rua e a instituição.

A problemática do *limiar* é essencial à questão do lugar, pois, para se situar no espaço, é preciso apoiar-se sobre as linhas e os cruzamentos das linhas. O limiar evoca o arcaico do atravessamento entre aquilo que está fora e dentro, aquilo que é suscetível de ser escamoteado. É uma espécie de perímetro de segurança precária e flutuante. Alguns cruzamentos de linhas dão a perspectiva de ângulo e abrem a possibilidade de um *território* (Segers, 2009, p.226, tradução nossa)⁵⁹.

Dada a relevância do limiar na definição dos lugares, o autor destaca, na instabilidade dos espaços de trocas e na inexistência de um lugar que possa acolher o adolescente errante, uma clivagem entre o imaginário do corpo e o espaço, delineando uma topologia mínima do limiar não simbolizado, que não constitui um obstáculo à diluição do sujeito.

Para Douville (2008), um dos efeitos da errância e da dessocialização desses adolescentes é a intensidade do encontro com o que é da ordem do impossível a traduzir e a simbolizar. Impedidos de um ordenamento do Imaginário, de uma simbolização da experiência vivida, a partir de uma tradução do Real por um tecido de palavras e de

⁵⁹ La problématique du *seuil* est essentielle à la question du lieu, car pour se repérer dans l'espace, il faut prendre appui sur des lignes et des croisements de lignes. Le seuil évoque l'archaïque du franchissement entre ce qui est dehors et dedans, ce qui est susceptible d'être dérobé. Il constitue une sorte de périmètre de sécurité précaire et flottant. Certains croisements de lignes donnent une perspective d'angle et ouvrent la possibilité d'un *territoire*.

representações (Douville & Degorge, 2012), os adolescentes são conduzidos, por meio dos atos, a compensar as falhas imaginárias para que possam se sentir real, numa trajetória que se faz acompanhada pelo irresoluto dilema “estou morto ou vivo?”.

Apesar de um “vagar sem pouso”, “sem rumo certo”, que, normalmente, configura a errância do adolescente em situação de rua, consideramos pertinente a proposição de Douville e Degord (2012) quanto ao “espaço sob o risco da palavra”. Se, em alguns casos, a rua – “uma coisa bem grande, sem fim” – parece constituir uma grande passagem, sem pontos fixos que ancorem o sujeito, por outro lado, é possível uma articulação entre o lugar escolhido pelo sujeito e o tipo de errância, em função da existência e do exercício, ou não, da palavra humana, assim como da possibilidade, ou não, da reversibilidade dos trajetos.

Não se trata da mesma situação, então, se falamos de um adolescente que escolhe um terreno baldio, um estacionamento, uma rodoviária e/ou uma instituição de acolhimento, tendo em vista que o que se coloca em questão são lugares nos quais a palavra circula de formas distintas. Douville (2010) distingue, assim: os lugares notáveis da palavra humana (como os mercados); os intermediários, em que o humano se caracteriza menos pelo fato de falar do que pelo fato de que ele parte e volta, a exemplo das estações de metrô, dos aeroportos; os lugares em que a presença humana é apenas sinalizada por indícios, como os estacionamentos; aqueles em que a palavra se faz inexistente, como os terrenos baldios; ou, ainda, os aparentemente desertados de práticas sociais, mas não completamente destituídos pela memória da história.

Destacamos, nesse sentido, três situações que, a nosso ver, corroboram o contraponto com o “vagar sem pouso” de Marcos, por exemplo, que “vinha rodando pelas ruas”. Referimo-nos à curiosa tentativa de João de assaltar um cartório, justamente aquele em que ele havia sido registrado quando de seu nascimento. Como exemplo de uma escolha por um lugar que, apesar de abandonado, carrega em si parte da história de uma cidade, fazemos alusão à resistência de um grupo de adolescentes de sair do lugar onde dormiam há algum tempo – um coreto histórico que, na iminência de ser restaurado pela prefeitura, precisava estar desocupado. Por fim, remetemo-nos ao movimento de um adolescente que, sem saber o motivo da morte de seu pai, costumava, para inquietação de sua mãe, ir cheirar cola na “Prainha”, no mesmo lugar em que seu pai, envolvido com o tráfico de drogas, fora assassinado.

No que diz respeito à viabilidade ou não da reversibilidade de um trajeto, Douville (2010) destaca que alguns lugares podem ser investidos e deixados, dada a certeza de reencontrá-los e de a eles poder retornar. Nesses casos, o errante, não mais aprisionado a um

não-lugar, vivencia uma “plasticidade” da errância. Não se trata, pois, de abandonar ou de ser abandonado por um lugar, mas de poder, em seu retorno, restaurar seu acampamento psíquico e social. “Quanto mais esses lugares são capazes de serem reencontrados, reelaborados de outra maneira, mais a errância evoca uma retirada psíquica, e não uma morte psíquica, uma abolição da vida psíquica” (Douville & Degorge, 2012, p.122, tradução nossa)⁶⁰.

Os autores associam esse tipo de errância à figura do nômade, destacada por Declerck (2001, citado por Douville & Degorge, 2012, p.122), num contraponto à figura do náufrago. O náufrago constitui uma “especificidade não plástica das errâncias graves” (p.123), mais catastróficas, em que o sujeito teme o outro (Douville, 2010), encontrando, muitas vezes, na revolta e no ódio, a única coisa que os situa do lado da vida (Segers, 2009). O nômade, por sua vez, ao estabelecer um acampamento que demarca pontos de referência, transforma uma superfície de areia, de rochas, num lugar com suas verticalidades e delimitações, imbuído, minimamente, de certa dignidade simbólica do humano.

Conforme vimos, a errância tanto pode revelar a radicalidade de um não-lugar, como pode, dependendo do modo como a palavra humana circula nos espaços que delineiam o movimento do sujeito humano, indicar uma resposta ao anonimato e à destituição simbólica. Nesses termos, Douville e Degorge (2012) sublinham que, apesar de “desprovidos de uma ancoragem”, fígados, muitas vezes, nas mais desérticas das solidões, esses sujeitos podem sustentar um laço, mesmo que rudimentar, com algo que insiste enquanto fonte de vida.

Consideramos, nesse sentido, que, entre o “rodar pela rua” e o desenho entregue na esperança de que alguém não jogue fora, há um limiar, uma fronteira entre a destituição simbólica e a diluição dos lugares, por um lado, e a circulação da palavra, numa busca pelo reconhecimento e pela dignidade humana, por outro.

É desse ponto que partimos, é essa aposta que sustentamos, para pensarmos sobre a errância do adolescente em situação de rua. Um movimento que, face à ausência de uma palavra que dê sustentação à inscrição de um corpo simbólico, delineia uma trajetória, conforme discutiremos no capítulo seguinte, em que prevalece o agir violento e destrutivo; uma trajetória, no entanto, que, a despeito disso, ou por meio disso, em alguns casos, implica uma resposta e uma busca ativa do sujeito.

⁶⁰ Plus ces lieux sont capables d’être retrouvés, réélaborés autrement, plus l’errance évoque un retrait psychique et non une mort psychique, une abolition de la vie psychique.

CAPÍTULO 7

“Menino de rua”: uma “pá de gente”

Viabei por mais terras do que aquelas em que toquei...
Vi mais paisagens do que aquelas em que pus os olhos...
Experimentei mais sensações do que todas as sensações que senti,
Porque, por mais que sentisse, sempre me faltou que sentir
E a vida sempre me doeu, sempre foi pouco, e eu infeliz. [...]

Seja o que for, era melhor não ter nascido,
Porque, de tão interessante que é a todos os momentos,
A vida chega a doer, a enjoar, a cortar, a roçar, a ranger,
A dar vontade de dar gritos, de dar pulos, de ficar no chão, de sair
Para fora de todas as casas, de todas as lógicas e de todas as sacadas,
E ir ser selvagem para a morte entre árvores e esquecimentos,
Entre tombos, e perigos e ausência de amanhã,
E tudo isto devia ser qualquer outra coisa mais parecida com o que eu penso,
Com o que eu penso ou sinto, que eu nem sei qual é, ó vida.
(Fernando Pessoa)

No capítulo anterior, situamos a errância do adolescente em situação de rua como um movimento que denuncia a destituição simbólica e a exclusão, ora aproximando-se de uma deriva do sujeito, de um movimento fluido, sem interrupção, ora revelando uma tentativa de construção do sujeito.

Neste capítulo, discutiremos alguns aspectos que, nessa errância, compõem a realidade do “menino de rua”, seja provocando-a – como o que, na família, provoca a ida para a rua – seja o que nela é produzido – como o peso atroz da marca “menino de rua”; o recurso ao ato delinquente, à violência, às drogas e às marcas corporais.

7.1. Do estranho familiar ao anonimato da rua

A passagem da casa à rua decorre de uma confluência de fatores e, apesar de resultar de uma fuga, constitui uma expulsão radical do sujeito, a “melhor alternativa” para fugir aos maus-tratos e violências sofridas em casa (Bernichi, 2013).

Em nossa pesquisa de mestrado (Barros, 2009), certas construções – como “na rua, eu me sinto mais protegido, mais aliviado”; “Você pensa que eu gosto de ficar na rua? Eu não tenho pra onde ir”; “Minha casa é a rua” – fizeram-nos interrogar os significantes “casa” e “rua”. Recorremos ao antropólogo Roberto DaMatta (1991), que os destaca como categorias sociológicas fundamentais interdependentes, esferas de significação social, definidas por

éticas particulares, delineando a realidade por meio de perspectivas próprias. A inversão dos dois termos – adotar a rua como casa, por exemplo – não se faz impunemente, sugere o autor, deixando marcas na constituição subjetiva.

A casa implica um ambiente privado, íntimo, familiar, que assegura (ou deveria assegurar) o sentimento de constância, acolhimento, pertencimento, constituindo uma referência espacial, um continente que delimita as fronteiras entre o interno e o externo, o privado e o público, o eu e o “não-eu”. Por sua vez, a rua remete ao público, ao estranho, ao impessoal – “[...] aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas ‘autoridades’ e não temos nem paz, nem voz” (DaMatta, 1991, p.22).

Para o autor, na rua, o indivíduo é obrigado a situar-se diante do mundo “do olho da rua”, o que implica um ponto de vista impessoalizado e “desumano”. “Estar no olho da rua denuncia a expulsão em seu estado mais bruto. Na rua, tudo se transforma e tudo se perde. A identidade... o nome, o rosto, a voz, o desejo” (Ferreira, 2001, p.23). Ao invés do familiar, trata-se do desconhecido, do não território, onde se vive numa ausência total de segurança e de amor, ressalta Douville (2008). “A rua torna-se então não um entre dois lugares, mas um puro ‘entre’ que não liga nada, o ponto mais radical do lugar em si mesmo [...]” (p.46, tradução nossa)⁶¹.

Apesar de constituírem lógicas particulares dificilmente conciliáveis, a ida para a rua implica uma busca, no “fora”, da segurança e da continência não asseguradas pelo “dentro”, configurando uma trajetória de ruptura, que demanda reajustes e remanejamentos de si mesmo, num encontro – ou numa tentativa de encontro – com outros objetos de identificação, outras referências e afiliações, que impõem um trabalho de luto em relação às referências constituídas no ambiente familiar (Bernichi, 2013). Questionamos, no entanto, que condições são dadas ao adolescente que se encontra nesse ambiente em demasiado impessoal, para a realização do referido trabalho de luto.

De acordo com Rosa (1999), o que imprime força ao discurso sobre a criança é aquele que enuncia. No caso de crianças e adolescentes em situação de rua, há uma prevalência do discurso social sobre o familiar, visto que a ruptura com a família faz surgir, com peso de real, um discurso específico, diluído entre vários atores – policiais, transeuntes, motoristas de táxi, instituições –, em detrimento do discurso dos pais. Trata-se de um enunciado sem sujeito engajado, que não estabelece laço com sua condição desejante; “são ‘meninos de rua’ porque

⁶¹ La rue devient alors non un entre-deux lieux mais un pur ‘entre’ qui ne rejoint rien, le point le plus radical du lieu lui-même.

não possuem a proteção do discurso familiar” e, portanto, têm que contar com o próprio discurso para sobreviverem no espaço da rua.

Diante da notória incompatibilidade entre os significantes “casa” e “rua”, problematizamos algumas intervenções que, diante de uma família julgada “incapaz”, caminham no sentido de legitimar a rua como espaço possível de moradia. É certo que, em alguns casos, a saída de casa constitui a “melhor alternativa” e que, na rua, é possível, por vezes, a construção de referências. No entanto, mesmo nos casos em que o retorno para casa não seja viável, quando o adolescente afirma possuir uma família na rua, isso não implica tomar como natural a construção “minha casa é a rua”, dadas as repercussões subjetivas que esse deslocamento traz para o sujeito.

7.1.1. *A parte “maldita” da herança*

É do rompimento com a família que se trata, da saída de cena de uma realidade que confronta a criança ou o adolescente com o inominável, o Real escancarado em situações de violência, privação e exclusão. A família do “menino de rua” é comumente numerosa, marcada, em muitos casos, por situação financeira precária, carência afetiva, envolvimento com o tráfico de drogas, crime e prática de delitos, trabalho infantil, exploração sexual, ameaças na comunidade, perdas e rupturas importantes.

Referimo-nos à família como unidade primeira de identificação e organização social, constituída a partir de laços libidinais (Freud, 1921/1996), desejos, ambivalências, construções imaginárias, mitos, historicidade, lugares psíquicos. Em *Nota sobre a criança*, Lacan (1969/2003) destaca como função irreduzível da família a transmissão, “[...] que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (p.369). Nessa transmissão, situam-se as funções da mãe – cujos cuidados trazem, por intermédio de suas faltas, a marca de um interesse particularizado – e do pai – visto que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo. Para Lacan, o sintoma apresentado pela criança responde ao que existe de sintomático na estrutura familiar, bem como pode ser revelador da verdade do casal parental.

A mãe do “menino de rua”, em geral, é apontada como única referência de afeto, única possibilidade de manutenção do laço com a família, último recurso, muitas vezes, no que diz respeito à família, que permite, apesar do rompimento, manter algo para que o sujeito não desmorone e sucumba no real da rua, em meio à radical exclusão e anonimato. Assim, a

despeito de a mãe ter ou não rejeitado, violentado ou abandonado seus filhos, eles se esforçam para manter sua imagem, minimamente, preservada. É o que vemos, por exemplo, quando, ao relatar a agressão a um adolescente que xingara sua mãe, Vitor destacou, referindo-se ao período em que esteve recluso: “Você sabia que lá dentro a mãe é mais idolatrada do que aqui fora? Se chamassem a sua mãe de puta, a senhora ia fazer o quê?”.

O pai, geralmente ausente, é desconhecido, foi assassinado, faleceu por complicações pelo uso abusivo de álcool, está desempregado ou preso, constituiu outra família. “Um pai desacreditado e desqualificado”, aparecendo no discurso do adolescente como demitido e excluído da família, ou ainda, quando presente, como uma figura perigosa e violenta (Bernichi, 2013, p.533).

Para Lacan (1957-58/1999), “o pai acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei” (p.202). É a fala materna que legitima o pai enquanto responsável pela procriação e o reconhece como pai simbólico; é preciso “[...] que haja ‘pai na mãe’, que haja função paterna assumida pela mãe” (Lebrun, 2004a, p.37). Hoffmann (2001) destaca que a inscrição do pai depende de que a mãe faça da palavra dele, da autoridade que ela confere a essa palavra, aquela que ela reserva ao nome-do-pai como nome da lei. O que presenciamos, comumente, no discurso das mães, são queixas, ressentimentos, ódio e revolta, transmitidos para seus filhos sem nenhum filtro – posto que é assim que as palavras chegam, igualmente, para elas –, expondo-os à crueza da rejeição, do abandono, da depreciação.

Em algumas casas, é comum a presença de um padrasto, cuja imagem é associada a episódios de agressão contra a mãe ou contra seus filhos. Foi, por exemplo, a violência do padrasto de Marcos que, segundo ele, provocou sua reclusão em unidade de medida socioeducativa – “Só porque meu padrasto dava em mim, aí quando o cara dizia a minha mãe ela não escutava. Eu fui, disse que ia matar ele, ela foi denunciar à polícia dizer que eu ia matar ela, aí eu descí”⁶². Destacamos, ainda, o comentário atroz do padrasto de uma criança de 11 anos de idade, ao criticar o investimento do Governo no cuidado com “meninos de rua” – “O Governo agora deu pra querer fazer de bicho gente”.

No que se refere à fratria, Bernichi (2013) destaca que, geralmente, ela é evocada apenas para efeitos de contagem do número de irmãos, cujos nomes nem sempre são

⁶² Consideramos interessante o verbo utilizado pelos adolescentes ao serem reclusos para cumprimento de medida socioeducativa. “Eu descí” faz-nos pensar no que, no senso comum, é referido como descer ao inferno, como na associação que Marcos faz entre o inferno e a rua. A situação narrada permite-nos uma articulação com a proposição de Bergès & Balbo (2004) acerca da queda do sujeito, quando da ausência da hipótese materna. Na denúncia que faz à polícia, a mãe de Marcos, além de não legitimar o apelo que ele faz ao denunciar as agressões sofridas, não dá espaço a construção de hipóteses, mas enclausura seu filho num enunciado que o marginaliza.

lembrados e cuja presença nem sempre constitui uma referência de afeto. Em alguns casos, no entanto, há uma vinculação entre os irmãos e a tão comum violência fraterna pode aparecer como defesa contra a perda de sua função de sustentação, uma tentativa de salvaguardar o lugar dos pais, a filiação e os laços fraternos.

Entretanto, apesar da tragicidade, da violência e exclusão social que atingem essas famílias, convém destacar que nem todas as crianças e adolescentes, expostos às “mesmas” condições e contingências da vida, vão para a rua. De acordo com Lucchini (2003, p.45), “[...] existe uma ‘seleção’ entre as crianças que partem e as que ficam”. Assim, remetemo-nos a Winnicott (1999), ao considerar que, “para as cinco crianças de uma família, há cinco famílias. [...] essas cinco famílias não são necessariamente semelhantes, e sem dúvida não são iguais” (p.128).

Se, por um lado, atribui-se àqueles que ficam uma capacidade de resistência às adversidades da vida, por outro lado, a nosso ver, essa capacidade coloca-se igualmente para aqueles que partem, conclusão a que chegamos ao nos depararmos com um adolescente que decidiu partir após presenciar seu padrasto assassinar seu pai, além das contínuas agressões que ele fazia a sua mãe e irmãos. Parece-nos ser também esse o motivo que levou Vitor a fugir de casa e ao lugar do “filho morto”. Indagar a partida de uns em detrimento da permanência de outros – além de todo o “determinismo” da miséria e da violência que acomete a todos numa família – corrobora a importância do traço do sujeito, do lugar psíquico que lhe é atribuído na/pela família.

A busca pela rua dá-se, nesse sentido, como decorrência da falta de atribuição, pelo social e pela família, de um lugar simbólico que confira reconhecimento ao ser. “Uma escassez da oferta de significantes que permita pensar no lugar que o sujeito ocupa na estrutura familiar” (Ferreira, 2001).

Conforme vimos, o sujeito nasce imerso numa cadeia de significantes que o antecede, sendo-lhe, desde já, atribuído um lugar no desejo parental, o que remete à historicidade do desejo e do lugar outrora atribuído aos pais, enquanto filhos, em suas famílias de origem. Em seu estudo sobre o narcisismo, Freud (1914b/1996) afirma que a atitude de pais afetuosos para com os filhos implica uma “revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram [...] eles se acham sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho [...] e de ocultar e esquecer todas as deficiências dele” (p.97). Na posição de centro e âmago da criação, “Sua Majestade o Bebê”, a criança “[...] não ficará sujeita às necessidades que eles [os pais] reconheceram como supremas na vida. A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão [...]” (p.98).

Convém questionar o que o nascimento desse bebê, cuja trajetória desembocará na ida para rua, convoca nos pais, confrontados que são, muitas vezes, pelas feridas narcísicas de sua própria filiação, atualizadas na relação com seu filho. Indagamos o que se coloca em termos de desejo parental, à medida que esses adolescentes são, muitas vezes, frutos de uma “aventura”, da exploração sexual, de um estupro, como também, nos casos em que há uma família constituída, de uma chegada não planejada, ou que vem ou para confrontar os pais com seus próprios fantasmas de exclusão, ou para tamponar uma ferida não cicatrizada.

Ao discorrer acerca da parentalidade, Darchis (2000) considera que, quando o passado é marcado por traumatismos e situações não elaboradas, os encontros com a infância se mostram difíceis. Nesses casos, a reorganização psíquica para o acolhimento de um novo membro se instala de modo defensivo, e o bebê – ou mesmo Vitor, aos 17 anos de idade – não pode ser escutado em suas necessidades próprias, face à indiferenciação entre as gerações. “Quando o laço pais/bebê se instala na confusão das histórias passadas, ele se estrutura de modo patológico com repetições transgeracionais [...]. O bebê está trancado ou se torna prisioneiro dos fantasmas dos pais”.

Na conferência sobre o sintoma, Lacan (1975) destaca a importância para o sujeito do modo como foi desejado. Aqueles que vivem sob o efeito do fato de que um dos pais não o desejou, independentemente do desdobramento que isso pode vir a ter na vida do sujeito – no sentido de uma ultrapassagem e elaboração, ou mesmo de um acolhimento mais tarde –, carregarão a marca do modo como foi aceito por seus pais, a marca de que o desejo não existia antes de certa data.

No caso dos adolescentes em situação de rua, é de uma rejeição e de uma exclusão que, muitas vezes, se trata, o que é bastante evidenciado na história de Vitor e Marcos. “A eles foi dito que eles são acidentes, erros, de modo que os abandonos, os lugares atribuídos, as múltiplas rejeições, a precariedade e a errância inscrevem-se no prolongamento de um desinvestimento primeiro em que o direito à vida parece recusado (Lussier, 2007, p.133, tradução nossa)⁶³. A autora destaca que, comumente, os adolescentes errantes foram crianças não desejadas, maltratadas, negligenciadas, não investidas. A errância toca, assim, a questão da origem, a rejeição quando do nascimento ou da concepção, comprometendo, ao não situar a criança numa linhagem, a constituição da filiação e a transmissão geracional.

⁶³ Ils se sont fait dire qu'ils sont des accidents, des erreurs, et les abandons, les placements, les rejets multiples, la précarité et l'errance s'inscrivent dans le prolongement d'un désinvestissement premier où le droit à la vie semble refusé.

De acordo com Eiguer (1998), a transmissão da vida psíquica entre gerações veicula o modelo do parentesco, que ordena atrações e rejeições, prescrições e proscricções, distribuindo o lugar de cada um dos membros da família.

Para a família, o vínculo da transmissão psíquica entre gerações veicula um legado organizador, uma herança benévola, reparadora, ao lado da qual mora uma parte maldita com a qual o indivíduo tentará coexistir ou lutar. Parte maldita nos diferentes sentidos do termo: portadora de maldição e de fatalidade, parte vergonhosa, fardo pesado e de obstrução. ‘Mal-dita’ parece-me mais pertinente que ‘não-dita’. Palavra mal enunciada, desgarrada, ruidosa. (p.40)

Conforme destacaremos no próximo capítulo, é com essa parte “maldita” que Vitor e Marcos têm que lidar, com as marcas de uma maldição e de uma fatalidade antecipadas que lhes apontam o caminho com o fardo pesado de uma exclusão, a eles sendo negada uma transmissão simbólica.

Nesse sentido, Bernichi (2013) considera que a partida para a rua denuncia rupturas anteriores, de forma que a errância não teria tido início quando da chegada à rua, mas num momento anterior, em que situações traumáticas expuseram a criança ao risco de vir a ser uma “criança de rua”. Trata-se de um momento em que a exclusão do sujeito da cena familiar imprime uma marca violenta no psiquismo, posto não serem ainda disponíveis para a criança palavras com as quais possa nomear aquilo que a invade. Para Lussier (2007), a criança é, então, precipitada no agir, tomada pelo indizível, por um mutismo sobre as condições do nascimento, os motivos do lugar que lhe foi imposto em idade precoce, os pilares de sua filiação, as situações traumáticas.

Confinados, de fato, num espaço fraternal arcaico, num grupo familiar indiferenciado, essas crianças na adolescência têm maior risco do que os outros de serem conduzidos a uma violência do auto-engendramento negativo, a violência contra si e contra os pares. Não podendo se apropriar de uma herança, de um passado, eles serão tentados em seus grupos de pertencimento a aplicar a política da terra queimada⁶⁴, arriscando sua existência em figuras de risco, dando a impressão que eles recusam todo laço com o passado, sabotando tudo que poderia fazer figura de transmissão (Drieu Didier et al., 2010, p.52, tradução nossa)⁶⁵.

⁶⁴ De acordo com o Wikipedia, “La politique de la terre brûlée” é uma tática militar de combate, que consiste em destruir ou provocar danos importantes aos recursos, meios de proteção, infraestruturas, construções, ambientes naturais, de maneira a torná-los inutilizáveis pelo adversário. Dito de outro modo, trata-se de destruir tudo o que pode ser produtivo.

⁶⁵ Confinés en effet dans un espace fraternel archaïque, dans un groupe familial indifférencié, ces enfants à l’adolescence risquent plus que d’autres d’être aspirés dans la violence de l’auto-engendrement négatif, des violences contre soi et contre les pairs. Ne pouvant s’approprier un héritage, un passé, ils seront tentés dans leur groupe d’appartenance d’appliquer la politique de la terre brûlée, en risquant leur existence dans des figures ordaliques, en donnant l’impression qu’ils récusent tout lien avec le passé, en sabotant tout ce qui pourrait faire figure de transmission.

Chamamos a atenção para a sutileza no “dando a impressão”, pois tomá-la como verdade ratifica a marca “menino de rua”, além da cômoda e desimplicada leitura de que eles estão na rua porque querem, por serem “vagabundos”, não quererem nada com a vida, por serem sujeitos destituídos de uma linhagem e de uma herança, que nasceram da rua. Todavia, não é desse lugar que Vitor reage com brutalidade ao não receber o convite para o encontro com as famílias; que ele consente em confrontar-se com sua história, fazendo uma tentativa de reparo e de filiação quando, ao pedir que eu lhe dê meus brincos, assegura que não os vai jogar fora, assim como fez com o objeto que ganhou de seu avô paterno. Não é do lugar de quem “nasceu” na rua que muitos adolescentes mostram-se interessados em saber das visitas realizadas às famílias e do que foi dito a seu respeito.

7.1.2. Rua: um “puro entre”

Antes do rompimento definitivo com sua família, Vitor fugiu de casa algumas vezes, retornando sempre que seus pais iam buscá-lo na rua e nas instituições. Quando acompanhado pela instituição, a deturpação de seus dados inviabilizava qualquer possibilidade de retorno, ao mesmo tempo em que o protegia de uma possível frustração, caso seus pais, ao saberem onde ele estava, não confirmassem sua certeza de que viriam buscá-lo. Aquilo que em seu discurso aparecia como recusa a voltar para casa era muito revelador do medo e do desejo em relação a esse retorno.

A ida de Marcos para a rua também aconteceu aos poucos, nas várias tentativas “frustradas” de fazer o caminho de volta para sua família de criação. “Frustradas” entre aspas porque consideramos que era em cada fuga que Marcos fazia-se existir, tanto para sua mãe biológica, que se mobilizava para espalhar cartazes com sua foto à sua procura, como para sua família de criação, que se mostrava preocupada com seu paradeiro. Embora Marcos associe sua vivência de rua e sua passagem pelas instituições como um movimento seu, a referência ao fato de que sua mãe teria, após várias fugas, “desistido” dele indica o momento em que ele também teria desistido de voltar.

É de forma gradativa que a ida para a rua, em geral, se dá, num movimento concreto de afastamento do domicílio familiar, que “[...] comporta também uma atividade simbólica de apropriação da rua e de distanciamento com relação ao lugar de origem” (Lucchini, 2003, p.50). Além de uma apropriação da rua, consideramos que a ida gradativa pode constituir uma tentativa do sujeito, antes que o rompimento se dê, de ser sustentado em casa. A criança e o adolescente parecem sinalizar a partida na expectativa de serem impedidos de partir.

Concordamos com Rizzini et al. (1999), ao insistirem na necessária ampliação do escopo de ação, assegurando que a intervenção se dê também de maneira preventiva, junto às famílias em situação de vulnerabilidade social, de modo a oferecer uma sustentação que impeça as crianças e adolescentes de fazerem a “escolha forçada” de ir morar na rua.

Dentre os aspectos que contribuem para a vivência de rua, convém considerar o fascínio, a ilusão de liberdade, o poder atrativo da rua. Há algo que seduz nesse lugar desregrado, marcado pelo excesso de estímulos, sem limites, em que “tudo” é possível – transgressões, vandalismos, precocidade sexual, uso desmedido de drogas. Para Marcos, a rua é um lugar em que “tudo acontece”, “tem um bocado de menino”, “tudo cheira-cola”; “é o bicho, na rua a pessoa aprende a viver... tudo que não presta”.

Ilusão, no entanto, logo desfeita, à medida que, passadas as primeiras sensações de onipotência e liberdade, a errância reduz-se a uma vida estéril e angustiante, sendo a rua apontada como lugar de dor, sofrimento, desprezo social, violência. Assim, é também Marcos, para quem a rua “é o bicho”, lugar do “inferno” – “parecia que eu tava no cão, no inferno” –, um lugar que o expunha às agressões e violência – “Apanhava dos outros... no meio da rua, quando eu era pequeno... dos outros, da polícia, de tudinho... Agora não apanho mais não”.

A rua, para Douville (2008), pode ser vivida como um abismo catastrófico, um espaço topológico confuso, sem limite, um infinito sem negação. Muito aquém de uma construção psíquica e social, sustentada pelos atos de linguagem e designações simbólicas que demarcam o íntimo, os espaços urbanos são marcados por uma precariedade, que não constrói delimitações. Os errantes são reduzidos à indiferença, “eles ocupam, com seu corpo, o lugar de um real” (p.49), repercutindo na sua relação com o corpo, com o espaço, com o outro.

O lugar “sem começo, sem origem” define não apenas a rua, mas também aquele que nela se encontra, o “menino de rua”, a quem, muitas vezes, foi recusada a inserção numa linhagem. Exposto à violência e à humilhação, assujeitado a uma degradação psíquica, a ele são negados os direitos fundamentais do homem. Marcos demonstra uma apreensão fina dessa degradação ao referir-se ao “menino de rua”, ao “cheira-cola” da seguinte forma: “Não é nada. Parece um monte de urubu! Porque é tudo com fome, tudo ruim”; “um matando o outro, num instante se resolve... porco no lixo aprende...”; “era tudo cheira-cola... e eu apanhava que só o caralho dos outros!”.

É preciso resistir às palavras, propõe Tyszler (2011); aquelas que colam no sujeito como signo – “menino de rua”, “trombadinha”, “cheira-cola”, “delinquente” –, passando de uma a outra sem nenhuma diferenciação. “Fazer signo de algo não é elevar alguma coisa ao nível de um significante” (p.71). O autor faz referência à criança que cola num diagnóstico, de

modo que o que primeiro aparece são palavras que caracterizam a doença em detrimento dos significantes que acompanham a história do sujeito. Distingue, assim, “o imaginário que cola” e “o imaginário que é o solo sobre o qual podemos trabalhar, que é o imaginário que enoda, que faz laço” (p.33).

Reportamo-nos a duas situações vivenciadas com dois outros adolescentes, as quais nos permitem apreender o peso e o dilaceramento da marca “menino de rua”. A primeira dá-se em decorrência da intervenção da psicóloga diante de uma briga entre dois adolescentes na frente da instituição. Ao constatar sua presença na cena, um deles comenta: “Seu marido sabe que você está na rua, se metendo em briga de cheira-cola?”, ao que ela responde: “Eu não estou me metendo em briga de cheira-cola, mas na briga de Carlos e André”. A inusitada reação de Carlos, que se lança ao chão, chorando como “menino pequeno”, como descreveu a assistente social, surpreende a equipe, que presencia, naquele momento, um “menino de rua” que cai, um adolescente a quem é legitimado seu nome próprio. A segunda situação ocorre num dia em que Tereu chega à instituição e, diante de toda a equipe, grita do portão, mostrando a carteira de estudante que acabara de receber: “Agora, quando um policial vier bater em mim, vou mostrar minha carteira e dizer ‘eu não sou mais menino de rua! Agora eu sou estudante!’”.

Essas referências endossam a pertinente escolha pela expressão “adolescente em situação de rua”, em detrimento de “menino de rua”, posto que a primeira permite pensar em termos de um estado, de uma situação que se quer momentânea, com vistas a, no deslocamento do sujeito, inscrevê-lo em outro lugar. “Menino de rua”, por sua vez, limita-se à identidade, não abre para uma inscrição, não inscreve o sujeito numa linhagem, numa ancestralidade, não lhe impondo o trabalho de ter que se haver com o dom do nome, com o que ele aporta em termos de identificação. Em sendo da rua, esses “meninos” não são de mais ninguém. Independentemente de nome, idade, sexo, da dinâmica familiar, das contingências que os ejetaram às ruas, são apenas “meninos de rua”, seres destituídos de história e de referência, lançados ao mais puro anonimato e indiferença.

Não nos parece sem razão que, enquanto alguns adolescentes, como Marcos, reagem ferozmente ao serem chamados “menino de rua”, “cheira-cola”, outros “insistem” em ocupar e confirmar esse lugar. Assim, se, por um lado, “menino de rua” e “cheira-cola” são expressões que remetem a uma nominação real a qual deprecia o sujeito, por outro lado, ao assumir esse lugar – “eu sou menino de rua” –, ele se autoriza a toda sorte de desvarios, como também se protege do confronto com uma história, a de sua origem, portadora de marcas traumáticas, do insuportável e inapreensível na expulsão do sujeito. Para Charreton *et al.*

(2012), certas denominações, como SDF (na França, os “sem domicílio fixo”), têm a função de uma apropriação e de uma autodesignação, por meio das quais se figura uma identidade social que “protege” o sujeito do desaparecimento subjetivo.

Pensar a forma como os laços são construídos na rua entre os pares leva-nos a um impasse que impede uma leitura generalizada sobre a natureza dos vínculos e da construção de referências no ambiente da rua. É certo que é possível encontrar relações de afeto, de proteção, de acolhimento entre alguns adolescentes, constituindo laços que, em certa medida, podem fazer suplência à exclusão do sujeito. Bernichi (2013) discorre a esse respeito, destacando que o lugar do outro, o semelhante, o “camarada”, faz-se importante na rua. Trata-se de uma relação baseada na solidariedade, na ajuda e proteção mútuas, constituindo “laços privilegiados”.

“Estar juntos” lhes permite igualmente suportar a rua, compartilhar experiências e traumas, além de um reconhecimento pelo outro, semelhante e diferente, a fim de criar novas afiliações. Eles terão acesso, assim, a possibilidades de um encontro com o outro e poderão reinvestir o “Eu” do qual eles estão desalojados pelas representações e discursos redutores, institucionais, políticos, midiáticos e populares (Bernichi, 2013, p.537, tradução nossa)⁶⁶.

Esses laços têm também uma função ritual, que insere o adolescente entre os pares. Os mais antigos iniciam os mais novos nas regras da rua, ensinam estratégias de sobrevivência, adverte-os das ameaças. Trata-se de uma iniciação e inserção que nem sempre se dão pelo recurso à palavra, mas pelo real do corpo, nas vivências e rituais de violência.

Consideramos que, apesar de, em alguns casos, a identidade “menino de rua” assegurar o pertencimento a um “grupo”, de os laços constituídos virem a ter a função de solidariedade, proteção e afiliação, a inserção no “bando”, em geral, dá-se mais em função da sobrevivência do que em prol do investimento de afeto na relação com o outro. Para Douville (2003), trata-se de bandos instáveis, mantidos pela criação de um código próprio que atesta a deriva da linguagem, bem como pelas experiências traumáticas comuns – as que resultaram na errância e as que são compartilhadas na rua.

Marcos é preciso no que diz respeito ao estar junto na rua, o que ratifica nossa resistência a considerar grupo o que é aí constituído. Para endossar a nossa assertiva, retomemos a fala dele: “Grupo? Não faz grupo não, menino! Oxe! Só chega na rua. Grupo é?

⁶⁶ « Être ensemble » leur permet également de supporter la rue, de mettre en commun les expériences et les traumas, et une reconnaissance par l’autre, semblable et différent, afin de créer de nouvelles affiliations. Ils accéderont ainsi à des possibilités d’une rencontre avec l’autre et pourront réinvestir ce « Je » dont ils sont délogés par les représentations et les discours réducteurs, institutionnels, politiques, médiatiques et populaires.

Nãaaao, nós fica, mas não faz grupo não! ... nós fica tudo no meio da rua! ... é só gente que eu conheço assim! Mas não é grupo não ...”.

Enfatizamos, nesse sentido, uma relação entre os “meninos de rua” – amparada, a nosso ver, na comum solidão desmesurada de cada um deles –, constituída por laços que visam a assegurar proteção contra as vulnerabilidades e riscos da rua. Laços facilmente rompidos, sustentados por leis rígidas e tirânicas, marcados pela desconfiança e pela indiferença, identificada na inconsistência da relação de Vitor com os pares, assim como na referência de Marcos à morte de um adolescente com quem estava “surfando” em cima do ônibus: “ele não viu o fio... só vi o tombo e o carro por cima. Eu ‘oxe, se fodeu’, eu deixei ele lá, pensa que eu voltei foi? Fui mimbora!!!”.

Concordamos com Sobral (2008), ao destacar um desconhecimento da história individual de cada adolescente, o que reforça tanto a identidade do “menino de rua”, numa homogeneização das atitudes e comportamentos, como a agressividade entre eles, visto que o não saber e o não compartilhamento das histórias regem as relações pelo que se presentifica na rua. Ao referir-se à convivência com outros adolescentes na rua, Marcos destaca: “Pode vim quem for, tô aqui pra receber e levar, dar também! [...] se vier algum menino brabo, vim dá-lhe em mim, eu não vou receber? Eu não vou apanhar? Eu também tenho que dá-lhe [...] a vida é assim, minha senhora!”.

Nesse contexto, não nos parece sem repercussão subjetiva a utilização da expressão “pá de gente” para se referirem à forma como se organizam nos bandos. A noção de “pá” permite-nos pensar num objeto que recolhe lixo, que reúne pedaços, fragmentos que sujam o ambiente, para jogá-los fora, descartá-los, mas parece também dar certa unidade a corpos despedaçados, dilacerados, reunindo-os. “Pá de gente” sinaliza o lugar de dejetos, em termos de lixos amontoados que sujam as ruas da cidade, imagem da qual pode ter surgido, de forma equívoca, as propostas de intervenção, nada propositivas, que se limitam a recolher e “varrer” os meninos da rua.

Mais uma vez, surpreende-nos a apropriação de Marcos em relação ao que implica a vida na rua, ao explicar em que consiste a “pá de gente”: “Fooorma, mas só que não é patota não! A gente fica numa pá de gente! O pau, a pá, é um bocado de pessoa, tudo cheirando cola... ninguém fica fazendo patota lá não... Aí é cada um por si!”. Indagado sobre o que ocorre na “pá de gente”, responde: “Conversar o quê? Só tudo noiado, de cola!... Só briga!... Era pau, meu véi! Era tudo lombrado”.

Reportamo-nos à dificuldade por ele referida, comum entre os “meninos de rua”, em relação ao falar: “Toda vez eu tento falar, mas não consigo não!” – uma dificuldade legítima

diante do aniquilamento da palavra, tão estanque entre eles. Não se trata de sujeitos destituídos da palavra, mas de sujeitos para os quais a carência de uma ajuda estrangeira inviabiliza o endereçamento e, portanto, um espaço entre o sujeito e o Outro no qual a palavra possa circular. Diante da brutalidade da rua, o não ter conversa porque está tudo “noiado” corrobora a exclusão da palavra – ou potencializa a palavra que vem do Real –, destituído que está o “menino de rua” de um lugar simbólico.

O sujeito não tem mais, portanto, o sentimento de participar de uma narratividade comum, fazendo-se e se tecendo a mais de uma voz. Ele encontra-se numa posição de infratestemunho para a qual dizer o insuportável é assustador, pois ainda não se constituiu uma língua para traduzi-lo e ainda não se cavou um lugar de acolhimento de tais palavras no Outro. Na mais viva solidão de suas enunciações, esses jovens vivem como sujeitos radicalmente excluídos da comunidade dos vivos e dos falantes (Douville, 2013, p.65, tradução nossa)⁶⁷.

“Tudo cheirando cola”, como descreve Marcos, reporta-nos à “banal” cena, posto que tornada “natural”, do adolescente a vagar pelas ruas com um tubo de cola, o qual, “colado” à boca, cala o sujeito, inviabilizando qualquer possibilidade de fala. No lugar da palavra, diante de uma invasão atroz das bordas do Simbólico pelo Real, é o agir o que toma relevo, apresentando-se como único recurso possível para o sujeito, seja para assegurar sua sobrevivência na rua, seja como tentativa de endereçar-se ao Outro.

É na referência ao que constitui um apelo nesse endereçamento que situaremos o agir, a violência, a destrutividade, na possível leitura de uma invocação do Outro. Demarcamos, no entanto, que sustentar essa perspectiva não implica desconsiderar que o agir, muitas vezes, aproxima-se do que Frej (2003) pôs em evidência com o movimento reflexo, como também do que, na discussão sobre o nó borromeu, apontamos como uma soberania do Real em detrimento dos outros registros.

Discutiremos, a seguir, o lugar das drogas, das evasões e invasões do corpo e do espaço, da passagem ao ato, no intuito de apreender a função do agir na vida psíquica do adolescente em situação de rua, na busca pela inscrição de traços, por uma continência e ancoragem para o sujeito.

⁶⁷ Le sujet n’a plus alors le sentiment de participer à une narrativité commune se faisant et se tissant à plus d’une voix. Il est dans une position d’infra-témoignage pour laquelle dire l’insupportable est effrayant car il ne s’est pas encore constitué de langue pour le traduire et il ne s’est pas encore creusé chez l’Autre un lieu d’accueil de telles paroles. Dans la plus vive solitude de leurs énonciations, ces jeunes se vivent comme des sujets radicalement exclus de la communauté des vivants et des parlants.

7.2. “Porque a cola cola o osso da gente”

Breno, doze anos de idade, chega à instituição, na maioria das vezes, sob o forte efeito de cola. Dificilmente se engaja nas atividades, irrita-se com facilidade, apresenta-se confuso e debilitado fisicamente. Certa vez, num momento em que os adolescentes falavam sobre brigas, faz o seguinte comentário: “Mas a gente que cheira cola nunca quebra os ossos não. Porque a cola cola o osso da gente!”.

Iniciamos e intitulamos este tópico com a construção intrigante deste adolescente, por ela nos apontar o lugar e o efeito das drogas na trajetória de vida do adolescente em situação de rua.

Numa relação bastante imbricada entre a vivência de rua e as drogas, destacamos: a fragilização e o rompimento dos vínculos familiares, acentuados pelo consumo de drogas e/ou pelo envolvimento com o tráfico na comunidade; a busca por uma identificação com o pai morto no movimento de Hugo que, de acordo com sua mãe, “sempre vai cheirar cola na Prainha, no mesmo lugar que o pai dele foi morto”; a relação entre a rua e a exploração sexual, que custou a vida de Ana, a qual tinha várias relações sexuais numa só noite, às vezes, por R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para assegurar a compra da droga. Referimos, ainda, o efeito mortífero da droga para Renata, que, ao discorrer sobre a “lombra”, diz que gostaria de ficar dormindo até morrer.

É destemor e empoderamento que percebemos no discurso de Vitor, ao dizer que se sente “grande”, “mais forte” com a cola; onipotência, na alusão de Marcos ao urso dentro dele que se solta quando ele cheira cola – “Por dentro de mim tinha um urso... querendo se soltar da jaula...!”. É um gozo que observamos quando Vitor se refere à “lombra” e à “viagem” que a cola lhe proporciona; uma esquiva, quando os adolescentes falam de seu envolvimento com homens mais velhos em troca de dinheiro para comprar drogas. E, ainda, é a fragilidade que se mostra quando, confrontado em sua onipotência com a cena em que foi visto cheirando cola, quase caindo ao chão, Vitor reage irritado, passando a falar da coragem que precisa ter para roubar, das queimaduras da cola em sua boca, do alívio da fome.

Marcos distingue o lugar das drogas na rua – para o “cheira-cola” – e no tráfico – para o “vida louca”. Se, na rua, a cola permite a inserção na “pá de gente”, como condição de sobrevivência, na “favela”, as demais drogas asseguram, além da inclusão no grupo, poder e proteção, quando do envolvimento com o tráfico. A própria obtenção da droga fala da posição daquele que a ela recorre – a cola sendo, em geral, obtida com o dinheiro da mendicância, da exploração sexual, dos roubos e furtos; ao passo que, no tráfico, o acesso à droga, em geral,

decorre do funcionamento de uma organização criminosa.

Quanto à vida de “cheira-cola”, Marcos destaca o consumo ininterrupto da cola: “Acaba uma e usa outra, acaba uma e usa outra... Não tinha nem dinheiro pra comer direito, minha senhora! Era cola direto!”; “Ninguém comia não [...] A cola não bota fome não, só tira fome... era cola direto”. Assim como Vitor, diverte-se ao falar da “lombra”, a ela referindo-se como uma experiência prazerosa, destacando as sensações corpóreas, as alucinações, as transgressões, as brigas na rua.

Num contraponto à cola que cola o osso, Marcos destaca seus efeitos destrutivos, considerando que ela “derruba o cara... com a cola, o cara morre porque cola muito o pulmão, o cara fica morrendo aqui dentro”, “a cola come o juízo do cara, o cara fica sem saber de nada!”. Inferimos, assim, que, apesar da onipotência, do prazer e suplência que a cola propicia, ela parece também confrontar o adolescente, mesmo que por meio das alucinações, com o sofrimento, com o medo, com as marcas de experiências traumáticas.

Referimo-nos, nesse sentido, ao “sonho” em que Marcos via Deus “arrastando todo mundo pro céu”, exceto os “meninos de rua”: “Eu vi Deus indo simhora... Ele tava assim na nuvem, tava indo pra lá, o povo tava tudo seguindo ele, aí nós tava no colchão, eu e um bocado de gente, que tava querendo subir [...] Parecia que eu tava no inferno!”. A referência de Vitor às alucinações, decorrentes da ingestão de medicamentos na Funase, atesta, igualmente, o confronto com a vulnerabilidade e o sofrimento, ao referir-se aos bichos e aos vultos que via, assim como às vozes das “crianças que sofreram e morreram lá dentro”.

O que, para Lebrun (2004), o produto autoriza, é um “alívio” para a dor de existir,

[...] essa dor da disparidade, do encontro da dissimetria e, portanto, do impossível e da decepção incluída nas coisas humanas. Essa dor é, nele, agravada, sem dúvida, por sua história singular de sujeito, mas esta é construída nas malhas de um social que torna pensável suspender a hipoteca desse ponto de impossível, ao promover a crença em um “tudo possível” (p.139).

Um alívio para a dor de existir que parece encontrar, na “crença em um tudo possível”, uma saída para suportar esse Real indizível que se impõe à vida psíquica, mesmo que sob a forma de uma “garantia imaginária” de sobrevivência na rua. Assim, a ilusão de que a “cola cola o osso” imbui o sujeito de um poder destemido de lançar-se aos perigos da vida na rua, em que a necessidade opera como primazia. Consideramos que a relação com o objeto droga na rua e a construção “porque a cola cola o osso da gente”, além da toxicomania, impõem pensar em termos mais primitivos e arcaicos do sujeito, dado o imediatismo de um corpo que necessita de uma forma de manutenção da vida.

Apesar de toda a destrutividade das drogas, destacamos o que nelas parece fazer suplência à palavra que falta a esses adolescentes. Recorremos a Mouras (2012), ao propor que, numa população em grande precariedade, o uso de drogas indica, em alguns casos, não só uma demanda concreta de reinserção econômica e social como também de cuidado, um desejo do sujeito de significação de sua própria história.

Desse modo, se, por um lado, o uso de drogas é normalmente concebido como uma conduta autodestrutiva, que pode induzir à morte, num estado de indiferença física e psíquica absoluta, o autor indaga em que medida esse uso pode, paradoxalmente, colocar-se a serviço da manutenção da vida psíquica, como uma proteção às ameaças intoleráveis do mundo exterior. Trata-se de uma “escolha obrigatória”, em nome da sobrevivência psíquica do sujeito, por um objeto insubstituível que não pode faltar sem submeter o sujeito a um risco de morte psíquica (Mouras, 2012).

Embora a relação com a droga revele uma impossibilidade de investir na realidade exterior, liberando o sujeito de todo trabalho psíquico de representação, de consentimento ao vazio e à espera que a palavra implica, Mouras (2012) considera que é o produto tóxico o que, muitas vezes, cria laço entre os membros de determinados grupos. A droga aparece como único ponto em comum que os mantém ligados, visto que a relação não se inscreve, nesses casos, a partir da circulação de uma palavra partilhada, como atestou Marcos ao negar qualquer possibilidade de conversa num meio em que “é tudo cheira-cola”.

O que a cola cola afinal? Na função atribuída a ela, apesar de seu efeito avassalador, enfatizamos uma suplência à palavra que falta; um apelo a algo – ou a alguém – que possa “colá-los”, diante do que, na rua, apresenta-se em termos do dilaceramento, do abandono e da ameaça iminente da morte.

[...] para fazer insurgir a vida (que lhes é sempre fugidia), os jovens que *atuam* na versão do *gozo mortífero*, terminam “caindo” no lugar da própria morte – a droga e a violência física. Ou seja, de ‘vítimas’ da *violência originária* (feridas narcísicas originárias) e da violência social, eles convertem-se em “atores” da violência, justamente para não sucumbirem (Takeuti, 2002, p.315).

7.3. “Por que eu invado tanto?”: a escrita que faz borda no corpo

Renata⁶⁸, 13 anos, na rua há quatro anos, apresentava uma incrível tolerância à dor física, por exemplo, ao fazer “tatuagens” com a seiva da castanha de caju, que queimava sua pele, bem como escarificações que a rasgavam com caneta. Passava por várias instituições das

⁶⁸ Fizemos referência a Renata no capítulo sobre exclusão social.

quais evadia com facilidade, o que, certa vez, fê-la questionar: “Por que eu invado tanto?” (ao invés de “por que eu evado tanto?”). Renata, que tinha por apelido “Esperança”, foi morta e, em decorrência da violência sofrida, que desfigurou o seu rosto, somente foi reconhecida pela irmã graças às “tatuagens” que fazia com castanha de caju. Inferimos, assim, que “... eles tentam ser inscritos. Talvez a morte o permitirá” (Frej, 2003, p.257).

Intitulamos este tópico – que colocará em questão as marcas e manifestações corporais – “por que eu invado tanto?”, por considerarmos que essa construção desvela uma realidade marcada pela violência, pelo movimento (auto)destrutivo, pelo dilaceramento de corpos que invadem, evadem e são continuamente invadidos. Sugerimos que as marcas corporais operam como uma borda corpórea, sinalizando uma tentativa de inscrição e continência, de escrever no real do corpo um traço que, na ausência do Outro que o legitime, possa o sujeito mesmo inscrevê-lo.

Além das frequentes manchas das queimaduras na pele, destacamos a escrita dos nomes “mãe”, “Jesus”; a tatuagem de uma caveira no braço, impondo respeito e temor, visto que indica o envolvimento em algum assassinato. Enfatizamos, na história de Vitor, a tatuagem de seu nome em seu braço, como um traço, o do nome próprio, que o inscreve num lugar outro que não o de “menino de rua”. É igualmente nesse sentido que Marcos fala do desejo de tatuar o nome por ele escolhido, Marcos João, preservando, assim, o nome que lhe fora atribuído pela família de criação.

É também enquanto marcas corporais, porém de outro lugar, que situamos as tão comuns cicatrizes da violência sofrida, reveladoras do que não é dado a simbolizar, do que, na crueza do corpo, invade o sujeito. Reportamo-nos, assim, às cicatrizes que Marcos nos dá a ver, como a facada a ele infligida numa instituição de acolhimento, bem como a marca do tiro que levou de um policial.

Ressaltamos, ainda, a referência da mãe de Vitor às cicatrizes em sua cabeça – “Eu tenho muita cicatriz na cabeça de pisa com cipó de goiaba” –, seguida da resposta de Vitor – “Eu faço questão de raspar minha cabeça pra senhora ver quantas marcas eu também tenho na cabeça das surras que eu levei”.

No primeiro capítulo, vimos que a apropriação de um corpo simbólico dá-se a partir das hipóteses que a mãe formula em relação a seu filho, demandando que ele a elas se identifique. Um “golpe de força” que somente opera se houver a possibilidade de a criança recusar a hipótese materna, de dizer “não, esta não é minha demanda” (Bergès & Balbo, 2010, p.59). Trata-se de uma competência simbólica, testemunha de um discurso atravessado pelo Nome-do-Pai, que obstaculiza o excesso de sofrimento e gozo do corpo. Se a mãe não

formula hipóteses ou não consente em sua refutação, a criança cai do corpo e do discurso da mãe, determinando uma repetição daquilo que se faz real para ela, o traumático inominável (Bergès & Balbo, 2004).

Para Bergès (2011), a palavra da mãe é tributária da operação do espelho realizada pela criança.

Ela faz a hipótese de que a criança não necessita mais dela para ser vista, ela [*a criança*] acessa a subjetividade graças ao fato de que ela se vê a si mesma: quando ela retorna para tomar sua mãe como testemunha do que ela acabou de descobrir, ela indica que não tem mais necessidade do olhar de sua mãe para ser vista, ela se destaca daquilo que ela olhava com os olhos da mãe. E a mãe poderia, então, diante desse reconhecimento, dizer a si mesma e a ela: “Você não precisa mais de mim para ver” (p.29, tradução nossa)⁶⁹.

Forget (2011) destaca que é a lacuna entre os transbordamentos da criança e a trama simbólica que a supõe como sujeito o que delinea, progressivamente, os limites e a geografia do corpo. A sucessão de significantes engajados na relação com o Outro conduz à exclusão de elementos do Simbólico, os quais vão se inscrever nos diferentes orifícios do corpo como marcas, letras, estabelecendo litoral que baliza seu território.

Ao discorrer sobre o corpo do autista, Froissart (2011) ressalta que essas crianças revelam um corpo fragmentado, agitado, com movimentos bruscos e descoordenados, denunciando a marcha incerta de um corpo caótico, do qual somente as partes parecem existir por conta própria, visto que a ausência de significantes maternos não lhes permitiu a constituição de uma imagem unificada que os sustente.

A passagem pelo estágio do espelho não aconteceu, a imagem no espelho não é simbólica. Ela não pôde ser nomeada pelo grande Outro, esta nomeação que teria feito corte e teria inscrito alguma coisa da ordem de uma escrita. Na falta dessa inscrição significativa, a criança não irá se constituir como *um*, não tomará seu corpo por ele mesmo, separado do Outro materno. (Froissart, 2011, p.222, tradução nossa)⁷⁰.

Não propomos uma associação entre o corpo do autista e o corpo do adolescente em situação de rua. No entanto, diante de uma nomeação real que compromete uma inscrição significativa, é com um corpo mutilado, que cai do discurso e do corpo da mãe, do discurso e do corpo social, que o “menino de rua” terá que lidar.

⁶⁹ Elle fait l'hypothèse que l'enfant n'a plus besoin d'elle pour être vu, il accède à la subjectivité grâce au fait qu'il se voit lui-même : quand il se retourne pour prendre sa mère à témoin de ce qu'il vient de découvrir, il indique qu'il n'a plus besoin du regard de sa mère pour être vu, il se détache de ce qu'il se regardait avec les yeux de la mère. Et la mère pourrait alors, devant cette reconnaissance, se dire et lui dire : ‘Tu n’as plus besoin de moi pour te voir’.

⁷⁰ Le passage par le stade du miroir n’a pas eu lieu, l’image dans le miroir n’est pas symbolique. Elle n’a pas pu être nommée par le grand Autre, cette nomination aurait alors fait coupure, et serait venue inscrire quelque chose de l’ordre d’une écriture. Faute de cette inscription signifiante, l’enfant ne va pas se constituer comme *un*, ne va pas prendre corps pour lui-même séparé de l’Autre maternel.

Em oposição ao que apontamos como uma anestesia do corpo – como bem demarca Marcos –, situamos, na cena em que Vitor reage com violência a um simples toque em seu ombro, a expressão de dor de um corpo invadido, sem uma continência corporal que o delimite, o que nos aproxima do traumatismo de que falam Bergès e Balbo (2002) – força que opera de forma disruptiva, num puro real, ultrapassando os limites suportáveis da dor e deixando o sujeito sob o efeito de uma descarga.

Face à abolição do registro da demanda, tão presente nas políticas de assistência, cria-se, de acordo com Douville (2008), uma relação errática e real com o corpo, o qual, na ausência de um outro próximo e linguageiro, se fragiliza e se fragmenta. Trata-se de uma dessubjetivação do investimento libidinal do corpo, marcado pela insensibilidade de certas zonas erógenas, por uma degradação progressiva da relação do sujeito com o espaço, o corpo e a linguagem. Identifica-se, assim, uma retirada psíquica do espaço corporal, uma indiferença do sujeito em relação aos fragmentos do corpo, como o que se passa com a obstrução dos orifícios e automutilações.

Charreton et al. (2012, p.129) destacam um “desinvestimento radical do corpo”, de modo que, apesar das doenças, vulnerabilidades, fraturas, confrontos físicos, o sujeito parece não viver esse sofrimento, como se seu corpo não lhe pertencesse. Chama-nos a atenção o modo como Vitor e Marcos se oferecem ao confronto com o outro, numa entrega inconsequente do corpo que parece destinado a agredir e a ser agredido, a invadir e a ser invadido. Por outro lado, destacamos que, em algumas situações, o recurso à dor parece operar como garantia de existência do sujeito, prova de que está vivo. É interessante observar como reagem quando, diante de um ferimento, é-lhes feita a hipótese de um corpo que dói, suscitando expressões de dor, aparentemente, “desproporcionais”, no entanto, reveladoras da dor de uma vida inteira.

O corpo oferece-se, assim, como território em que os adolescentes buscam, no Real, na materialidade mesmo da carne, imprimir suas marcas, numa tentativa de demarcação entre o disforme e a escritura do corpo. Para Costa (2003), as marcas corporais ocupam um lugar importante enquanto suporte corporal e estão ligadas à necessidade de produção de traços no Real – seja em referência ao traço unário seja para marcar uma pertença ao próprio corpo –, bem como à delimitação de bordas corporais, que dão corpo a algo inapreensível. Em algumas culturas africanas, “[...] o corpo nu precisa ser marcado para *existir*. Os anéis, pinturas, escarificações ou mutilações, *cobrem* o corpo do indivíduo, dando-lhe uma identidade de pertença. Sem esses elementos, a nudez o deixaria vulnerável” (p.11).

Ao produzir marcas no corpo – marcas, muitas vezes, definitivas –, o sujeito traça o Real e institui esse traço em relação a outros, visto que o traço, em muitos casos, captura o olhar do outro e busca o endereço de uma leitura, de uma decifração, determinando um destino.

Costa (2003) destaca a importância da anterioridade na produção de um traço, ou seja, que o sujeito que o produz possa ter sido ele mesmo produzido como traço. Para que a criança possa apropriar-se de sua imagem corporal, é preciso que entre em jogo o traço unário, que ela seja, antes, apreendida no campo do Outro. O traço unário, como vimos, é o suporte da identificação do sujeito, “marca primeira do surgimento do sujeito a partir do significante [...] como um *nome*, marca um a um, na sua singularidade” (Rinaldi, 2009, p.236). Costa (2003) ressalta a necessária repetição do traço unário, numa espécie de reinscrição, à medida que esse “um” não implica estar traçado para sempre. “Este parece ser um dos fundamentos da necessidade tão generalizada do artifício das marcas corporais. A marca põe em ato a inscrição do traço unário” (p.54).

Nesse sentido, Douville (2008) chama a atenção para o fato de que alguns adolescentes produzem o traço não apenas pela vontade de marcar um território, mas para dar consistência a um traço que sirva de ponto de apoio para o psiquismo, assim como para constituir bordas que contenham a excitação do corpo.

Interessante observar que as marcas corporais são, em geral, construídas, conforme destaca Costa (2003), a partir da entrega, por parte do sujeito, de seu corpo ao Outro, num movimento de fazer-se tatuar pelo Outro. No caso dos adolescentes em situação de rua, eles mesmos assumem a posição ativa diante do ato. Parece-nos que, na ausência de uma inscrição simbólica, do Outro que possa neles produzir uma marca, eles tentam fazê-lo, e o fazem, mesmo que sob a forma de manchas pouco delimitadas, decorrentes, por exemplo, de queimaduras e feridas que cicatrizam e marcam.

Por um lado, consideramos a hipótese de que a marca produzida por Renata não constitui um traço, mas uma espécie de “borrão” não cifrado, que visa, talvez, a operar do lugar de uma letra suscetível de produzir uma inscrição, mas uma letra por enquanto não escrita, conforme propõe Hiltenbrand (2004). Por outro lado, o nome que Vitor tatua em seu braço, apesar de igualmente cravado no real do corpo, remete ao traço unário, na busca por uma nominação simbólica que o enlace em sua história.

Douville (2004b) enfatiza que, além de uma regressão do corpo, no sentido da “vida nua” (Agamben, 1997), a excitação do corpo na exclusão pode sugerir, no singular de um corpo ainda dotado de capacidades subjetivas, um dispositivo poderoso, uma forma de

resistência à morte do sujeito, como Vitor nos mostra. A transgressão corporal, portanto, pode sinalizar uma tentativa de demarcação entre o informe e a escrita do corpo, uma busca de, ao fazer emergir o informe, “[...] contê-lo, revertê-lo, depois – por que não – ‘assiná-lo’. Mas apenas num tempo segundo. Não se trata de se mutilar, de atacar, mas de encontrar uma linha divisória entre o poder do informe e a promessa de uma forma do corpo a advir (Douville, 2008, p.31, tradução nossa)⁷¹.

7.4. “Vou pintar o terror!”: “pois bem, veja então isso!”

Diante do que discutimos no capítulo sobre errância, no sentido de um movimento de resistência do sujeito, como atestam a errância de Vitor e de Marcos, concordamos com Lussier (2007), ao ressaltar que, em alguns casos, não se trata de uma demissão do sujeito, mas de uma trajetória perpassada por uma espera que sustenta a vida. Destacamos, assim, nesse movimento – em que prevalecem a transgressão, a destruição de si e do outro, a crueza e a radicalidade da violência –, a possível leitura de um endereçamento, de uma tentativa de enodamento, entre o ato e o apelo ao Outro, questão que nos propomos a discutir neste momento.

Situamos o ato violento – ou o agir violento, conforme discutiremos adiante – como uma possível resposta à mutilação social, à inconsistência do Outro, que acarreta, para Rosa (2004b), o emudecimento do sujeito e/ou o recurso à violência, permitindo-nos problematizar o lugar da palavra e do agir. “Onde a palavra se desfaz, começa a violência”, diz-nos Lacan (citado por Lebrun, 2008a, p. 137).

[...] quando um pedido não encontra uma palavra que no mínimo reconheça sua relevância, normalmente seu autor levanta a voz. Numa progressão linear, grita, quebra vidros e pratos, coloca fogo na casa e pode até se matar para ser levado a sério. Ou seja, ele tenta impor pela força, ou mesmo pela violência, o que aparentemente não é ouvido (Calligaris, 2000, p. 39).

É nesse sentido que escutamos relatos e presenciamos o que é dado a ver pelos adolescentes, constituindo, por vezes, um apelo de contenção e de uma leitura que permita pôr em palavras o ato. Retomamos, na referência à família, os comentários de João, conforme mencionamos no quinto capítulo, sobre a revolta diante da expulsão provocada por sua mãe – “Imagina, tua mãe te chamar de filho do diabo e mandar tu ir embora” –, assim como sobre o

⁷¹ La transgression corporelle ne serait-elle pas une façon virulente et polémique qu’aurait le sujet adolescent de tenter une démarcation entre informe du corporel et écriture du corps ; faire sourdre l’informe, le contenir, l’inverser, puis – pourquoi pas – le ‘signer’. Mais dans un temps second, seulement. Il s’agit non de se mutiler, non d’attaquer mais de trouver une ligne de partage entre la puissance de l’informe et la promesse d’une forme du corps à venir.

temor diante da iminente morte de seu pai – “Quando ele morrer, eu viro a cabeça de vez. Vou matar, matar, matar, até morrer, porque é isso o que eu quero” –, por meio do qual é o sentido da vida que se coloca em questão.

Na rua, ressaltamos os delitos, as cicatrizes de um corpo marcado pelos espancamentos e pela indiferença, o imperativo de sobrevivência, em que o outro, numa relação imaginária com os pares, pode representar, em algumas situações, uma ameaça de aniquilamento, precisando ser eliminado – “Se me ameaçam, eu tenho que matar, porque um vai ter que morrer”.

Na instituição, a tentativa de reproduzir as leis da rua, a destrutividade e transgressões constantes compõem um movimento que, por um lado, apresenta uma violência lançada ao inominável, uma espécie de descarga do organismo, em que o sujeito parece desaparecer. “O aspecto econômico, a sobrecarga, o transbordamento, a descarga motora são óbvias em tudo o que concerne à impossibilidade de conter, de manter-se no lugar” (Lussier, 2007, p.134, tradução nossa)⁷².

Por outro lado, fazemos a leitura e a aposta de que o ato, muitas vezes, constitui um esboço de discurso do sujeito que pede passagem. Trata-se, nesse caso, de uma violência endereçada ao Outro, de uma tentativa de inscrição por meio da qual o ato violento emerge como uma maneira desenfreada em que o sujeito impõe sua existência.

Como vimos no sexto capítulo, para Douville e Degorge (2012), um dos efeitos da errância desses adolescentes é a intensidade do encontro com o que é da ordem do impossível a traduzir e a simbolizar, o que os conduz, por meio dos atos, a compensar as falhas imaginárias para que possa se sentir real. A cada vez que o Simbólico falha, ele deixa o campo livre para a expressão da violência sem contenção, de modo que todo trabalho de reparação e de restauração consiste em restabelecer a ordem simbólica, conforme propõe Houbballah (2001).

Em seu estudo sobre a delinquência⁷³, Melman (2000) destaca que as estruturas sociais são simbólicas e nos permitem condutas reais; no entanto, quando essas estruturas tornam-se reais, ou seja, quando o poder vale somente por sua presença real, são as condutas que se tornam simbólicas. Assim, na conduta delinquente, cujo acesso ao objeto se dá pela apreensão, pelo rapto, pela violação, há algo que ultrapassa o caráter puramente material do

⁷² L’aspect économique, la surcharge, le débordement, la décharge motrice sont frappants dans tout ce qui relève de l’impossibilité à contenir et à tenir en place.

⁷³ Embora não estejamos “categorizando” o adolescente em situação de rua como “delinquente”, a leitura de Melman (2000) permite-nos uma apreensão importante do que se constitui em termos de prática de delitos, fator intensamente presente nas ruas.

delito, revelando uma falta essencial, uma falta de tomada pela ordem simbólica que põe em questão a função do Nome-do-Pai, ou seja,

[...] a relação deste sujeito com o Nome-do-Pai, sem que este esteja negado ou forcluído, mas em relação ao qual o sujeito se encontra forcluído, quer dizer, encontra-se em uma posição onde não pode ser reconhecido por ele, portanto não pode valer-se de sua filiação, de sua autoridade (Melman, 2000, p.45).

Problematiza-se, assim, a figura do pai – enquanto função e presença –, cuja falta pode decorrer da realidade social e familiar desses adolescentes, em que o pai real, conforme vimos no início deste capítulo – ausente ou “presente” na família – “[...] é demasiadamente desprovido, desmuniado, em falta com relação à referência fálica para poder funcionar como aquele que seria capaz de introduzir seu produto na cadeia simbólica” (Melman, 2000, p.45). Um pai, muitas vezes, desprovido; um pai, igualmente, como o de Vitor, que despe o sujeito de qualquer amarração simbólica de uma filiação, ao insistir, por exemplo, que “ele é desumano”; “ele não foi criado o tempo todo aqui, saiu de casa com onze anos. Então, não é meu filho não”.

Essa situação nos leva a supor ser da ordem de uma convocação a seu pai, no real do ato, que Vitor ameaça-o com uma faca no pescoço, do mesmo modo que, ao se envolver novamente com o tráfico, ele desperta em seu pai o receio de que possam vir a cobrar alguma dívida sua e ter uma “chacina” com seus filhos. Incapacitado de reivindicar um pai simbólico e de se atribuir as insígnias deste pai, o adolescente não terá outra saída senão a de buscá-las ele mesmo, por meio do ato violento. Concordamos, nesse sentido, com Marin (2002, p.151), ao afirmar que a violência “não deixa de ser um grito que convoca o outro que falhou, o objeto amado/odiado que não pôde suportá-lo e interpretá-lo”; “[...] o ato violento, paradoxalmente, convoca o outro. Uma forma de manter o objeto vivo seria atacá-lo” (Marin, 2003, p.100).

Trata-se, para Lesourd (2001), de um apelo ao bastão da ordem social, ao interdito; uma convocação a uma intervenção terceira, que se dá a partir do real, do que se mostra literalmente – “[...] na posição em que são agarrados pelo Outro, nesta apreensão deles mesmos, não mais simbólica, mas real” (Melman, 2000, p.49).

Chama-nos a atenção falas como “eu preciso de lei!”, “é bom comer do Estado!”, construção bastante recorrente na referência ao cumprimento de medida socioeducativa, a qual, decorrente de uma violência ou delito, convoca o Estado, diante de sua omissão e de seus fracassos, a alimentá-los literalmente.

Para muitos jovens de rua, que se encontram absolutamente na *vida delinquencial*, a *Autoridade* – esta entendida em termos de *limites* ao indivíduo social – é quase sempre ausente. Nada os impede, senão a própria morte, de ir para além dos interditos sociais ou chegar ao *colapso psíquico*. [...] É como se eles estivessem ‘soltos’, ao ‘Deus dará’, face ao *caos*, ao *abismo*, ao *a-sentido*. Apenas a morte (real/física, visto que a *morte social* já se cumpriu!) seria vislumbrada (Takeuti, 2002, p.203).

“É o recurso ao interdito que eles procuram”, afirma-nos Forget (2009, p.183). O adolescente que foi privado do recurso à palavra solicita o Outro através de suas atuações. Trata-se de uma “espera dos adolescentes por um endereço simbólico confiável para aprender a se familiarizar com suas próprias marcas, e para estruturar sua palavra” (p.184), o que implica que aquele a quem o sujeito se endereça seja instituído enquanto Outro que é invocado, a legitimar no grito do organismo um apelo do sujeito. Do contrário, o ato violento toma relevo e persiste no entrelaçamento entre aquilo que o adolescente coloca em cena, por não poder dizer, e o fracasso ou recusa do interlocutor em se constituir endereço simbólico possível. Tratar-se-ia, para Lebrun (2008a, p.137), “[...] de uma violência que não nasceria de um enfrentamento, mas que resultaria da tentativa de evitar ou mesmo da impossibilidade de uma verdadeira confrontação”.

Nesse caso, o adolescente encontra-se sob um grande risco psíquico de bascular para uma passagem ao ato, ejetando-se de um lugar que para ele é tornado insuportável (Forget, 2008). Hoffmann (2007) esclarece a diferença entre o “ato”, o *acting-out* e a passagem ao ato. Para o autor, o ato, como o ato analítico, “quer dizer”. O *acting-out* diz ao Outro; é uma evitação da angústia, uma resposta à recusa da demanda, que deixa o sujeito diante do abismo; ele vem no lugar de um impossível a dizer; é um esboço de ato, uma encenação que se oferece ao olhar do Outro. Na passagem ao ato, o simbólico torna-se real; ela visa ao gozo, obtido sem nada se esperar do Outro, “é sem efeito de sujeito” (p.90). Na passagem ao ato, diz-nos Lacan (1962-63/2005, p.130), “o sujeito se encaminha para se evadir da cena”, precipitando-se numa fuga, numa partida errante para o mundo puro.

Em uma primeira leitura, atrelamos essa partida errante para o mundo puro ao movimento dos “meninos de rua”, o que decerto permeia a trajetória de muitos deles. Por outro lado, como temos discutido ao longo desta tese, há algo que ancora a vida, o que sinaliza uma busca pelo Outro, por exemplo, ao endereçarem-se à instituição, anunciando “vou pintar o terror”. “Vou pintar o terror” opera uma hiância entre o enunciado e o ato, por meio da qual o adolescente invoca o Outro, seja para que o impeça de fazê-lo, seja para convidá-lo a atestar aquilo – o terror – que é dado a ver; o terror que irá pintar, o terror no qual ele está igualmente pintado.

Nesses termos, Lussier (2007) destaca que o agir, em termos de rupturas, fugas, agressividade, ato delituoso, pode consistir num “ato-descarga”, mas também num “ato-signo”, no sentido de constituir uma forma de dizer e de significar, que visa ao Outro, num ato de espera por uma continência e sustentação. Dessa forma, o agir, o ato delinquente, bem como a própria errância, falam e significam, dando a ver aquilo que não se diz, agindo sobre o indizível, numa busca de sentido e de representação.

Trata-se de uma tentativa do sujeito para incluir-se e inscrever-se na cena que atua, naquilo que, em sendo mostrado ao Outro, pede para ser contido. Nesse sentido, Forget (2008) considera que a violência do adolescente oferece-se como uma mostração a um olhar que seja testemunha de uma falta de referência simbólica, de uma colocação em ato da palavra que, por intermédio do olhar, possa tornar possível o discurso.

Em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1985b) destaca a “preexistência, ao visto, de um dado-a-ver” (p.75); um “dar-a-ver” que marca a primitividade do olhar. Refere-se à pintura e questiona de que se trata “[...] quando um sujeito humano se engaja em fazer um quadro, em obrar essa coisa que tem por centro o olhar” (p.98). Na obra, o artista, enquanto sujeito, pretende a nós se impor.

O pintor, àquele que deverá estar diante do seu quadro, oferece algo que em toda uma parte, pelo menos, da pintura, poderia resumir-se assim – *Queres olhar? Pois bem, veja então isso!* Ele oferece algo como pastagem para o olho, mas convida aquele a quem o quadro é apresentado a depor ali seu olhar, como se depõem as armas (p.99).

Ao referir-se ao engajamento do sujeito em fazer um quadro, em “obrar essa coisa que tem por centro o olhar”, reportamo-nos a uma cena em que Vitor e Tereu, após transgredirem algumas regras na instituição – que resultou numa intervenção policial –, aguardam os policiais e, quando eles chegam, pulam o muro para um terreno baldio, onde, na frente de todos, tiram a roupa, defecam e saem correndo a desdenhar daqueles que testemunharam a cena. Destacamos que “obrar”, em português, de acordo com o Dicionário Michaelis, implica fazer, construir, fabricar, tramar, agir, mas também evacuar, defecar. *“Queres olhar? Pois bem, veja então isso!”*.

Rosa (1999) pontua a falta de implicação dos “meninos de rua” diante de seus atos, como se não houvesse um sujeito nesse ato, “[...] forjado para criar uma cena no real que encena o desejo e abre possibilidade de ser falado pelo Outro. Este parece ser o pedido dos meninos de rua” (s/p). Uma “falta de implicação” que, por vezes, visa a responsabilizar o outro, a implicar o Outro, no que concerne à responsabilidade pela sua exclusão. Não sem

razão Vitor insistia para que as leis da instituição fossem radicalmente cumpridas pelos outros adolescentes, cobradas pela instituição.

Retomamos, nesse sentido, a expressão bastante recorrente, “cobrar vacilo”, em geral, seguida por um ódio intenso que se torna hiperdimensionado quando de uma leitura que se restrinja ao ato em si, ao “vacilo” a ser cobrado numa situação pontual, em que algum adolescente transgredir uma regra na rua. “Cobrar vacilo”, no entanto, impõe pensar, diante do que temos discutido acerca da exclusão social, da omissão do Estado, da destituição familiar e simbólica, em termos de uma dívida que, nem sempre passível de ser cobrada do Outro, é dirigida ao outro semelhante.

Melman (2000) destaca que “delinquência” deriva de *delinquo* – faltar com seus deveres –, de *linquo* – deixar cair, abandonar. “O delinquente estima que se tenha faltado com o dever para com ele. Alguma coisa no dever com relação a ele não foi cumprida e sua ação não faz senão responder a esta falta, esta omissão do Outro” (p.53).

É desse modo que compreendemos a resistência de Marcos em pedir desculpas, algo para ele insuportável e inadmissível – “Pedir desculpa, o cara aceita e é uma coisa que eu não gosto”; “aí eu vou ter que dizer ‘tá desculpado’, né não é? Mas eu não digo isso não, menino! Não cai bem pedir desculpa aos outros!”. Parece-nos ser com essa lógica que o delito, muitas vezes, vai tomando corpo, ganhando espaço, sem uma implicação subjetiva, posto que é do Outro que eles cobram vacilo, é do Outro que eles “esperam”, senão um pedido de desculpas – posto que, para eles, sem sentido –, uma reparação, uma restituição simbólica, de modo que o ato, como destaca Hoffmann (2007), pode-se apresentar realmente sem um sujeito implicado.

Consideramos ser de outro lugar, de uma implicação subjetiva, que Vitor, ao prender meu dedo na porta, fica desorientado, vai a meu encontro algumas vezes, mas não consegue dirigir-me sua fala, que endereça à assistente social – “mas foi ela quem botou o dedo”. Um ato que parecia ali acompanhado por uma implicação subjetiva, num pedido de “desculpas” velado que ele, ao me atribuir a culpa pelo incidente, a mim endereçou. É de lugares diferentes que o agir de Vitor se coloca – quando, “espalhado”, de forma repentina, agride adolescentes e quebra objetos; nos momentos em que anuncia o ato, abrindo um espaço para que a instituição o impeça de fazê-lo; ou, ainda, a forma de conter-se a si mesmo, prendendo-se à cadeira, não evadindo da cena.

Trata-se, a nosso ver, de situações que ora coexistem ora se sucedem, demarcando uma construção do sujeito, um recurso ao agir que o singulariza. Assim, faz-se relevante a distinção ressaltada por Tyszler (2011), a partir da clínica do adolescente, entre o problema do

agir – predominante nesta clínica – e do ato. “Fazer um ato é fazer um ato de palavra, é uma decisão. [...] O agir é outra coisa, que precisamente é o produto de uma clínica pulsional, que não encontra realização em um desejo” (p.33). No agir, destaca o autor, “isso fala no lugar do sujeito, ou seja, a pulsionalidade fala” (p.35). Ao discorrer sobre o “delinquente”, Melman (2000) considera que ele, seguramente, “pretenderia que fosse um ato, isto é, o que lhe daria um estatuto subjetivo, o que enfim o fundaria, o legitimaria em sua subjetividade” (p.51).

Na forma encontrada pelo “menino de rua”, seja de desaparecer e evadir da cena, seja, sobretudo, de mostrar-se ao Outro, prevalecem, a nosso ver, apelos insistentemente lançados ao vazio, o que o reduz a um “ato-descarga”, em detrimento do que poderia constituir um ato do sujeito propriamente dito.

Conforme destacamos anteriormente, ao ameaçar “vou pintar o terror”, Vitor permite e, talvez, espere que uma intervenção impeça-o de fazê-lo. Do mesmo modo, à medida que Marcos diz “É a parte difícil, porque eu tô nos dois lados, tô com um pé dentro na parte boa e na parte difícil tô com o outro pé”, ou, ao relatar que, diante das provocações de adolescentes que o incitavam da rua, teria dito ao educador “olhe, se ele vim, eu não vou escutar ninguém mais não... eu vou matar ele... aí já é certo, tem nem como eu mudar minha cabeça mais não”, ele sinaliza um espaço possível de intervenção, abrindo um espaço para o que se pode produzir no espaço entre seus dois “pés”.

Diante do que discutimos acerca da mostração do sujeito por meio do ato violento, consideramos que tomá-lo por si só, como ato isolado e concernente ao “menino de rua”, implica uma recusa a descolar o sujeito dessa marca, limitando-o ao que dela se espera e sedimenta-o. Trata-se, a nosso ver, de uma potencialização de um “imaginário que cola” em detrimento do imaginário que enoda, que faz laço social (Tyszler, 2011), impedindo que, em meio ao dilaceramento, aos corpos fragmentados que compõem a “pá de gente”, dela destaquem-se, por exemplo, Vitor e Marcos.

Em meio a toda a destrutividade presente na trajetória de Vitor, é de um ato de fala que se trata quando ele questiona “por que vocês se preocupam tanto comigo?”. Consideramos uma fala que, carregada de estranhamento, ódio e desejo, parece indagar a instituição naquilo que ela subverte ao acolher e legitimar o apelo do “menino de rua”, por meio do qual, como vimos, ele insiste em existir para o Outro, incluindo-se na cena por meio do ato.

PARTE III

“VOCÊ É UMA CATA-LIXO”: POR UMA CLÍNICA BORROMEANA

CAPÍTULO 8

“Por que vocês se preocupam tanto comigo?”

Socorro! Não estou sentindo nada. Nem medo, nem calor, nem fogo, não vai dar mais pra chorar, nem pra rir. Socorro, alguma alma mesmo que penada, me empreste suas penas. Já não sinto amor, nem dor, já não sinto nada. Socorro, alguém me dê um coração, que esse já não bate nem apanha. Por favor! Uma emoção pequena, qualquer coisa! Qualquer coisa que se sinta. Tem tantos sentimentos, deve ter algum que sirva. Socorro! Alguma rua que me dê sentido. Em qualquer cruzamento, acostamento, encruzilhada. Socorro, eu já não sinto nada!... (Arnaldo Antunes)

Entre “Você é uma cata-lixo!”, “Por que vocês se preocupam tanto comigo?” “Socorro! Não estou sentindo nada”, há um aspecto em comum o qual anuncia o que, no último capítulo desta tese, será posto em questão: o sujeito adolescente em situação de rua, que busca, no endereçamento ao Outro, um ponto de ancoragem.

O trajeto percorrido nesta tese se deu no sentido de, a partir de questões que delineiam a realidade do “menino de rua”, destacar o sujeito que nela se encontra. Partimos, assim, da exclusão social, nela situando a errância; no movimento errante, ressaltamos o que consideramos uma particularidade do “menino de rua” em face dos aspectos que circunscrevem tanto a ida para a rua como o que dela decorre. Nesse momento, em que pretendemos discutir algumas especificidades do fazer clínico-institucional, propondo-o como uma clínica borromeana, indagaremos o que, na trajetória de Vitor e de Marcos, permite-nos apontar como traço que os singulariza.

Conforme precisamos no quarto capítulo, as questões desenvolvidas ao longo deste texto tiveram como ancoragem a *Aufhebung* freudiana e a topologia do nó borromeu. Consideramos oportuno, após termos discutido questões concernentes à realidade do “menino de rua”, fazer algumas articulações com vistas a tirar consequências do que apontamos como “operadores teórico-clínicos” desta pesquisa.

8.1. O “menino de rua”: um esgarçamento do corpo, do tempo e do espaço

No movimento da *Aufhebung*, destacamos a necessária intervenção, diante das urgências da vida, de uma ajuda estrangeira que opera um corte no *continuum* entre o bebê e o objeto materno, alçando o organismo à condição de ser humano. É esse corte enquanto negação da “massa geral de sensações” o que Frej (2003) considera não se ter operado na realidade dos “meninos de rua”, propondo uma “*Aufhebung* não-realizada”.

O que a autora observa, na situação em que mães ordenam seus filhos a lançarem-se às ruas à procura de sustento para suas famílias, é uma inversão de posições, pois é a eles, os filhos, que os adultos se endereçam, configurando, no lugar de desamparo que estes últimos também ocupam, a impotência para socorrer o desamparo dos primeiros. Ao invés da hipótese para os “gritos de socorro”, do aporte da palavra que abre o campo da reciprocidade, tem-se o “comando” que, colado ao corpo, determina o sujeito.

Frej (2003) propõe que, sem a barreira imposta pela ajuda estrangeira, o *continuum* da origem mantém-se, donde a proposição da unidade *mèrenfant* (“mãe-filho”). No lugar de uma “transmissão entre as gerações”, que seria assegurada pela dissimetria inscrita pela ajuda estrangeira, tem-se uma “continuidade entre as gerações”, uma estagnação no tempo e no espaço, uma indiferenciação das histórias.

Consideramos relevante a proposição da unidade *mèrenfant* assim como a “continuidade entre as gerações”, pois são elementos com os quais nos deparamos, por vezes, na clínica com o “menino de rua”. Indagamos, no entanto, se se trata de uma ausência da barreira imposta pela ajuda estrangeira ou de falhas na maneira como essa barreira é imposta, comprometendo a delimitação de fronteiras e a criação de espaços. Nesse sentido, apesar das falhas, há algo de uma inscrição que, de algum modo, interveio, permitindo – diferentemente da deriva do psicótico – que algo seja buscado na errância, que Vitor e Marcos errem, numa busca ativa por um endereço simbólico.

Reportamo-nos à expressão “tá imbaçado”, à qual nos referimos no primeiro capítulo, bem como ao que Frej (2007b) destacou, no *Homem dos Lobos*, acerca de um “estilhaçamento da libido” na primariedade dos estímulos. Diante das articulações feitas ao longo desta tese, enfatizamos, na realidade do “menino de rua” de um modo geral, uma continuidade sem interrupção, um esgarçamento no tempo e no espaço, um “embaçamento” no delineamento dos lugares e das fronteiras, que lança o sujeito numa errância sem ponto de ancoragem.

É de um Real demasiado exposto que se trata; exposição que, diante da ausência de um espaço para a elaboração psíquica, cala o sujeito, faz gritar o organismo. Um Real que invade os outros registros, tornando incertas as fronteiras. A esse respeito, ao questionar o que se passa quando as bordas entre o Real, o Simbólico e o Imaginário permitem a invasão de um registro sobre o outro, Didier-Weill (1988) sugere:

O real do corpo emancipa-se e começa a corromper o limite imaginário e a informação que este limite recebia do simbólico, de tal modo que começa a surgir algo de monstruoso: mostração da mixagem de todo monstro que mostra a indeterminação dos limites. A forma humana esfacela-se bruscamente e é invadida por esse real monstruoso que faz do homem um lobisomem; de um humano, um inumano (p.14).

Nesse caso, em que o Real não é encoberto pelo Imaginário nem limitado pelo Simbólico, não há distinções simbólicas, não há escansão. O contato imediato com o Real expõe o sujeito ao risco, à figura do “monstro”, à mortificação do sujeito humano, produzida quando o Real corrói, subverte, derruba os limites, acarretando a morte da palavra, propõe Didier-Weill (1988). Assim, remetemo-nos à referência de uma assistente social a João – ao qual fizemos alusão no quinto capítulo –, diante do medo nela provocado pela ameaça que ele insistia em representar – que a ele era dado representar: “Ele parecia que estava com o diabo no corpo”. É da crueza e do desnudamento que, nesses termos, se trata na realidade de alguns adolescentes em situação de rua.

Convém destacar, no entanto, que, apesar da prevalência do Real, por vezes, do movimento reflexo, do comprometimento no que diz respeito à palavra, aos limites, à Lei, uma aposta no sujeito se faz necessária, como condição de possibilidade para uma intervenção clínica com o adolescente em situação de rua. É somente desse lugar que, para além do que constituiria uma deriva radical do “menino de rua” – embora alguns casos nos permitam pensar nesses termos –, faz-se possível apreender a errância, a despeito da degradação subjetiva que ela implica, como uma tentativa de, no encontro com o Outro, fazer desse movimento uma trajetória singular. Foi nesse sentido que se fez possível, na intervenção e na pesquisa, atribuir uma posição subjetiva ao movimento destrutivo e à insistência de Vitor em pertencer a um lugar; à construção fictícia e ao esforço de Marcos de fazer parar a “roda”, ancorando-se à instituição. Ratificamos, assim, a escolha pela proposição do Traço do Caso, por nos permitir destacar o sujeito, para além das contingências da rua, tomada, muitas vezes, como único espaço de subjetivação do “menino de rua”.

8.2. Por uma clínica borromeana

Pensar em uma “clínica borromeana” para o adolescente em situação de rua implica uma intervenção que visa a reparos nos “lapsos do nó”, produzindo um furo no Real inominável da rua – um Real que desvela a radical expulsão do sujeito, a ameaça constante de aniquilamento, a continuidade ininterrupta no tempo e no espaço.

Jeanvoine (2010) considera que a utilização da topologia borromeana tem uma implicação clínica relevante, não se restringindo a um aporte teórico, mas consistindo no que podemos apontar como um dispositivo clínico de intervenção e de apreensão do sujeito. De acordo com Sciara (2006), independentemente da função que se ocupe numa instituição,

seremos sempre tocados pelo campo do Real; é com o Real que temos de trabalhar e somente a palavra permite apreendê-lo, mesmo que ele permaneça inapreensível.

É com o Real de um corpo esfacelado que temos de trabalhar quando uma adolescente em situação de rua sugere uma brincadeira em que ela, a jornalista, entrevista a psicóloga, para a qual propõe a seguinte profissão: “Você é uma cata-lixo!”. Num contraponto à “pá de gente” e à posição de objeto a ser eliminado, “cata-lixo” permite-nos pensar na função de recolher fragmentos, lixo, objetos que foram jogados fora, a fim de reaproveitá-los. É essa função que a adolescente atribui à psicóloga, a de “catá-los” na rua e, como em geral ocorre com o lixo recolhido, reciclá-los, transformá-los, permitir a “ultrapassagem” do lugar aprisionador de dejetos sociais.

Conforme vimos, são as palavras do Outro materno, as hipóteses que supõem um sujeito de demanda no *infans* que a elas responde aquilo que permite a inscrição e a apropriação de um corpo simbólico, inserindo-o e sustentando-o no enlaçamento dos registros Real, Simbólico e Imaginário. Falhas no corte operado pela intervenção da ajuda estrangeira confrontam o sujeito com o Real, com aquilo que não se pode nomear, com o que invade o corpo de forma disruptiva. É por meio de um corpo dilacerado que a criança irá buscar no Outro referências simbólicas que assegurem a palavra.

Recorremos a algumas proposições feitas por Harly (2010) relativas à clínica com crianças hiperativas, pois elas nos permitem uma associação com o “menino de rua”. Para o autor, o que se impõe, de início, é o corpo sem consistência – tomado pelo risco permanente de sua própria queda e aniquilamento –, cujos gestos não possibilitam discernir uma origem e um destino, um objetivo ou um desejo. Trata-se de um movimento marcado pela agitação do real do corpo, que se limita a uma gesticulação inconsistente, evanescente, não operando nenhum deslocamento subjetivo. O que se mostra, portanto, é um Real imponente, um corpo exposto, à beira do colapso; é da ordem do signo do sujeito, sobre o qual nada se tem a dizer, a não ser que ele se encontra fora dos efeitos da palavra, em suspenso.

Vê-se nisso uma consonância com a posição de Forget (2011), ao considerar que a criança, quando da falha de um referente simbólico, precipita seu corpo, como um corpo perdido, numa mostra ao Outro. Quando o impossível se impõe sob a forma de alguma situação traumática, tem-se como efeito um desenodamento das consistências do nó, a partir do qual o sujeito poderá responder, conforme vimos no capítulo anterior, por meio do agir, das manifestações do corpo que constituem, nesses casos, os únicos recursos para testemunhar a subjetividade. “A maneira pela qual a criança tenta dar conta do Real que insiste em seu

corpo encontra-se sem o suporte simbólico daquilo que articula o desejo dos pais, e se faz ao preço de uma bricolagem imaginária” (Forget, 2011, p.22, tradução nossa)⁷⁴.

Apesar de a consistência do Simbólico não ter sido assegurada, de a nomeação simbólica não ter podido se realizar, não é apenas do Real que se trata na realidade dos adolescentes em situação de rua – eles não se encontram fora do Simbólico –, mas de um enodamento inconsistente, de um esmagamento do Simbólico e do Imaginário pelo Real. Convém destacar que os possíveis reajustes nos “lapsos do nó” não implicam, como vimos, prescindir do Real, visto que sua consistência, o furo no Real pelo Simbólico, é condição de possibilidade para que o enodamento se sustente.

É preciso, ressalta Harly (2010), que o Real seja furado pela inscrição do traço unário, que essa inscrição seja retomada, num *a posteriori*, pela palavra, validada por um significante. Se essa validação falha, não sendo a “inscrição primordial” retomada simbolicamente pelo Outro, o enodamento encontra-se instável.

Que clínica é possível para esse sujeito? De que lugar se pode promover a intervenção junto a um sujeito que se apresenta por meio de um agir destrutivo, de um corpo dilacerado, de um comprometimento no recurso à palavra, pondo em questão a própria clínica, o sentido da escuta, o lugar do psicanalista, o aporte teórico que sustenta o seu fazer clínico?

De acordo com Tyszler (2011), é necessário tentar cernir significantes que possam fazer furo, ultrapassar o campo ubiquitário do signo, abrindo vias significantes para que o clínico possa operar. Trata-se de uma intervenção clínica que se passa num tempo precedente à transferência, à construção do sintoma, constituindo, inicialmente, um apelo à transferência (Forget, 2010). Lança-se, assim, para mais tarde, a possibilidade de interpretação, posto que, a princípio, sem efeito, não permite um deslocamento subjetivo, podendo atropelar o tempo de apreensão do sujeito e sua possibilidade de articulá-la com a palavra. A intervenção, nesse sentido, se propõe a:

[...] introduzir uma temporalidade para assegurar ao sujeito a fiabilidade de seu interlocutor e permitir a articulação das pulsões – escópica e de invocação – entre elas e à dimensão fálica da palavra, uma vez que se trata de “compreender aquilo que é mostrado”. São essas perspectivas, introduzidas pelo psicanalista, que permitem uma articulação possível da manifestação, que não é propriamente estruturada como sintoma, à incompletude do Outro, estruturada pela palavra. Elas permitem que o sintoma se estruture a partir das coordenadas simbólicas próprias ao sujeito, liberando-o da intrusão parasitária real ou imaginária do Outro (Forget, 2010, p.44, tradução nossa)⁷⁵.

⁷⁴ La manière dont l'enfant tente de rendre compte du réel qui insiste dans son corps se trouve sans l'appui symbolique de ce qui articule le désir des parents, et se fait au prix d'un bricolage imaginaire.

⁷⁵ [...] introduire de ce fait une temporalité pour assurer le sujet de la fiabilité de son interlocuteur, et pour permettre l'articulation des pulsions – scopique et d'invocation – entre elles et à la dimension phallique de la parole, puisqu'il s'agit 'd'entendre ce qui est montré'. Ce sont ces perspectives, introduites par le psychanalyste, qui permettent une articulation possible de la manifestation, qui n'est pas à proprement parler structuré en

O autor considera que a “consistência psíquica” da intervenção se formula em termos de um “saber-fazer”, que, enquanto quarta rodela possível do enodamento, introduz o tempo do estabelecimento da transferência, permitindo ao sujeito encontrar a marca de um impossível em sua relação com o Real. Douville (2013) propõe uma “clínica do Real”, que impulsiona à palavra, designando um momento que não encontra, na análise do fantasma, sua proposição, mas numa intervenção que permita ao sujeito, ao experimentar e conquistar a confiança no poder de evocação da palavra sobre o Real, combater a devastação do íntimo.

Trata-se de saber-fazer com o Real, de fazer furo no real da rua, de oferecer-se como referente simbólico, assegurando a apreensão imaginária do corpo, o recurso à palavra – aquela do Simbólico, posto que, no Real, ela paralisa o sujeito –, uma nomeação simbólica que viabilize a contagem do sujeito, por meio da qual ele mesmo pode contar-se como *Um*.

Para Jeanvoine (2010), servir-se do Nome-do-Pai enquanto quarta rodela, nomeação simbólica, implica servir-se, na clínica, da “função nó”, uma operação de enodamento que supõe, a cada vez, um ato que desloca e produz o sujeito. A autora prioriza o enodamento em detrimento da estrutura do nó e sugere a transferência como o lugar que coloca em jogo essa função, permitindo ao sujeito, ao situar o furo que o sustenta, tecer sua realidade. A formulação “o enodamento mais do que o nó” (Jeanvoine, 2010) aproxima-nos do que discutimos em termos de uma clínica borromeana para o adolescente em situação de rua, sobretudo por não nos propormos a evidenciar a estrutura em si, mas os possíveis remanejamentos no enodamento ao longo da trajetória errante, em busca do que apontamos como um ponto de ancoragem para o sujeito.

Em várias passagens de nossa escrita, temos apontado a relevância da palavra como possibilidade da constituição de um endereço simbólico. Na clínica com o adolescente em situação de rua, antes que a palavra possa operar como recurso simbólico, faz-se necessária, por vezes, uma intervenção no Real, no sentido da contenção de um corpo que apela por um corte, por uma delimitação de fronteiras.

Recorremos à distinção destacada por Frej (2003) quanto aos termos “interdição” e “impedimento”, referidos por Freud em *O Mal-Estar na Cultura*. Embora definidos, no vocabulário francês, como sinônimos, constatam-se, no texto alemão, diferenças entre a palavra *Verbot* (interdição) e o verbo *verhindern* (impedir), as quais incidem sobre diferentes ações e se realizam em diferentes lugares.

symptôme, à la décomplétude de l’Autre, structurée par la parole. Elles permettent que le symptôme se structure à partir des coordonnées symboliques propres du sujet, en le dégageant de l’intrusion parasitaire réelle ou imaginaire de l’Autre.

Ao discorrermos acerca da instituição da cultura, vimos que a interdição institui o social, constitui a lei fundamental de interdito do incesto, que visa a assegurar o controle e os laços sociais, tendo em vista a propensão humana à agressão e à destruição do outro, como expressão da pulsão de morte. Diante dessa propensão, o impedimento resulta da necessidade de inibir a ação em alguns indivíduos que excedem os limites impostos pela cultura. Isso porque, “Para que os seres sobrevivam, é preciso que a cultura coloque à disposição dos humanos as leis, os interditos, e outros mecanismos como o impedimento direto sem intermediação” (Frej, 2003, p.262, tradução nossa)⁷⁶.

Quando não há inscrição do interdito ou falhas nessa inscrição, ou quando ele é recusado pelo sujeito, de modo que a interdição não se faz suficiente para impedir a realização de uma ação – como a violência e os atos criminosos –, o impedimento pode resultar de uma força física que age sobre o sujeito. Impedir implica, portanto, uma intervenção proveniente daquilo que escapa ao campo da interdição.

Na clínica com o adolescente em situação de rua, o recurso ao impedimento faz-se necessário, sobretudo, em situações em que a palavra parece não alcançá-los. Retomamos a intervenção com a qual iniciamos o quarto capítulo, “Aqui você não pode”, a qual representa uma barra que freia a ação e cria um espaço possível para a circulação da palavra diante do caos pulsional em que o adolescente se encontra. Situamos o impedimento como um corte no Real que delimita fronteiras, impede o livre escoamento de energia pulsional, com vistas a assegurar, na passagem para o interdito, a palavra como um recurso possível e suficiente para conter o sujeito.

Ao impedir a destrutividade do adolescente – o que implica, num primeiro momento, fazer-se endereço para ela –, a instituição permite, de acordo com Drieu (2010), a experiência de um laço que a ela sobrevive, de uma relação que poderá mobilizar a questão do dom e da dívida. A instituição assegura, assim, “[...] dispositivos de continência suficientemente confiáveis e de pára-excitação ou de mediações que suscitem laços, transformações das excitações traumáticas em fatos psíquicos, em acontecimentos suscetíveis de se tornarem narrativas” (p.58, tradução nossa)⁷⁷.

Não é sem esforço que se dá a renúncia ao agir em prol da palavra, pois ela convoca o adolescente a uma posição de implicação subjetiva. Lebrun (2008b) situa o ódio como reação

⁷⁶ Pour que les êtres survivent il faut que la culture mette à la disposition des humains, les lois, les interdits et d’autres mécanismes comme l’empêchement direct sans intermédiation.

⁷⁷ [...] dispositifs de contenance suffisamment fiables et de pare-excitation ou de médiations suscitant des liaisons, des transformations des excitations traumatiques en faits psychiques, en événements susceptibles de devenir des récits.

ao consentimento no vazio que a fala implica, condição para a instituição de um espaço de endereçamento – no espaço em que a palavra circula entre aquele que fala e aquele que escuta. Endereçar uma demanda implica uma perda de gozo, uma renúncia ao imediato, um consentimento na espera. O ódio – situado na fronteira entre o agir e a palavra – ocupa, assim, um lugar importante na relação transferencial com a instituição. Ódio de uma vida inteira de rejeição familiar e social; ódio que impõe ao Outro uma retaliação pelo que lhe foi negado; ódio destrutivo, como que a testar até onde é possível ser suportado pelo Outro sem ser por ele, mais uma vez, expulso. Para Douville (2012c), o ódio constitui um trabalho psíquico que visa a encontrar no Outro um ponto fixo de endereço possível.

Os afetos são violentos quando a vida ainda exige, quando o sujeito sabe que a vida não basta à vida, que o corpo não basta ao corpo, que a morte não basta à morte. O ódio é expresso frequentemente. A cólera é uma certa maneira de salvar a face. De salvar sua face e sua pele e de continuar a se endereçar ao Outro (p.185, tradução nossa)⁷⁸.

Apesar de o agir ter permanecido de forma marcante na vida de Vitor e na relação com a instituição, é notório o seu consentimento e esforço para pôr em palavras, não sem ódio, o que sente, sua revolta, sua falta de controle, sua vontade de quebrar tudo e de me agredir. A palavra passa, em certa medida, a contê-lo. Destacamos o atendimento em que, ao relatar a agressão física a um adolescente que xingou sua mãe, questiono se a agressão é a única resposta possível e ele diz: “Agora, sim. Vai dizer que a senhora se controla? Se quando eu crescer, do tamanho da senhora e ficar da forma como a senhora tá, pode ser que eu fique diferente”. É ao jogo de damas que Vitor, no atendimento posterior, recorre, pedindo-me que o ensine a jogar – seria um pedido para aprender a jogar damas ou a aprender, com quem consegue se “controlar”, a fazer diferente? Após o jogo, o tímido pedido para que os atendimentos não sejam cortados.

Vimos, com Forget (2009), que “é o recurso ao interdito que eles procuram”, numa espera por um “endereço simbólico confiável para aprender a se familiarizar com suas próprias marcas e para estruturar sua palavra” (p.184). Instituir esse endereço simbólico consiste em convocar o sujeito, para além da crueza que delineaia seus atos, a implicar-se em sua história, apropriar-se de sua fala, imbuir-se de um saber sobre si, situando-o num lugar outro que não o da desordem e do caos pulsional. Trata-se, para Rosa (2012), de ofertar “uma escuta como testemunho e resgate da memória”, que visa a restituir um campo mínimo de

⁷⁸ Les affects sont violents lorsque la vie bat encore son exigence, lorsque le sujet sait que la vie ne suffit pas à la vie, que le corps ne suffit pas au corps, que la mort ne suffit pas à la mort. La haine est exprimée, souvent. La colère est une certaine façon de sauver la face. De sauver sa face et sa peau et de continuer à s’adresser à l’Autre.

significantes referidos ao campo do Outro, que possam circular, permitindo ao sujeito, por meio de alterações do campo Imaginário e Simbólico, uma reconstituição do campo ficcional.

De acordo com Aubry (2005), ao oferecer, por meio de sua permanência e de sua presença, uma consistência singular para a criança, a instituição lhe permite nela inscrever seu traço, o qual constituirá o objeto de um trabalho de construção, tradução e elaboração, abrindo espaço para um percurso a advir.

Em se tratando de uma clínica borromeana, consideramos relevante a contribuição de Darmon (2010), ao destacar que, com a topologia, apesar da importância das descobertas históricas realizadas numa análise, o essencial não é o fato em si mesmo ou a memória perdida e reencontrada, mas o deslocamento do sujeito em relação a esse saber, o fato de que ele não se lembrava daquilo que ele sabia. O autor ressalta que “o significante que produz um corte na transferência e no tempo da interpretação não estava já lá, disposto como um saber no inconsciente, esperando por aquele que deveria encontrá-lo. Aquilo que já estava lá era a superfície topológica ou o nó” (p.13, tradução nossa)⁷⁹.

Assim, consideramos que, ao questionar onde se situava o “cartão de memória” do gravador – num momento em que falava do reencontro com sua família e em que nossos encontros estavam por ser finalizados –, Marcos não se remete, necessariamente, ao que estava guardado à espera de uma leitura, mas, sobretudo, ao que, ao longo dos encontros, no resgate de sua história, foi-lhe possível construir. Em consonância com a proposição do Traço do Caso, na pesquisa por um traço do sujeito, o processo realizado com Marcos, além de uma rememoração, resultou, a nosso ver, numa construção singular e nos efeitos provocados por essa construção ao “fazer o caso falar” (Czermak, 2008).

8.3. O traçado singular de Vitor e Marcos

Enquanto as nações eram pequenas e fracas, não cuidavam de escrever a sua história. Os homens lavraram suas terras, lutavam com seus vizinhos defendendo sua sobrevivência e procuravam conquistar mais território e riquezas. Foi uma época de heróis e não de historiadores. Seguiu-se outra época – a da reflexão; os homens sentiram-se ricos e poderosos e agora sentiam uma necessidade de saber de onde tinham vindo e como haviam evoluído. Os relatos históricos, que começaram por anotar os sucessos do presente, voltam-se então para o passado recolhendo lendas e tradições, interpretando os vestígios da antiguidade que subsistiam ainda em costumes e usos, e dessa maneira criou-se uma história do passado. Era inevitável que a história primitiva fosse a expressão das crenças e desejos do presente, e não a imagem verdadeira do passado; muitas coisas já haviam sido esquecidas enquanto outras haviam sido distorcidas e alguns remanescentes do passado eram interpretados erradamente, de modo a corresponderem às ideias contemporâneas. [...] A memória consciente do homem com relação aos acontecimentos do seu período de maturidade pode bem ser comparada ao tipo primitivo de relatos da

⁷⁹ [...] le signifiant qui fait coupure dans le transfert et dans le temps de l'interprétation n'était pas 'déjà là', disposé comme un savoir dans l'inconscient, attendant celui qui devait l'y trouver. Ce qui était déjà là, c'était la surface topologique ou le nœud.

história [...], enquanto as lembranças que ele tem de sua infância correspondem, quanto às suas origens e credibilidade, à história das origens de uma nação compilada mais tarde e sob influências tendenciosas. (Freud, 1910/1996, p.91)

Neste trecho de *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*, em que Freud compara as lembranças infantis ao nascimento da história escrita nos povos antigos, fazemos uma analogia com o que constituiu, para Vitor e para Marcos, um processo de ultrapassagem do agir pela construção de uma história.

Segers (2009) propõe que, ao se confrontar com territórios marcados pela dissociação dos laços sociais, o errante corre o risco de perder traços e significantes de sua origem. Ao mesmo tempo, consideramos que os efeitos de determinadas marcas perdurarão e acompanharão o sujeito ao longo de toda sua trajetória, seja enquanto reprodução do mesmo seja enquanto repetição, possibilitadora de deslizamentos e da construção de novas posições subjetivas.

Retomamos a alusão feita, no quinto capítulo, ao jogo do *fort-da*, descrito por Freud (1920/1996), em que a criança passa de uma posição passiva – diante da partida de sua mãe – a um papel ativo, por meio do qual faz desaparecer e reaparecer o carretel. Na ocasião, discutíamos o movimento do “menino de rua” de fazer-se desaparecer, de “ir embora”, deixando, por vezes, um fio à mostra que pode conduzir a seu reaparecimento.

Por ora, evocamos o jogo, no sentido de que, em resposta à expulsão da família, Vitor e Marcos assumem um papel ativo na ficção por eles construída. Eles contam, à sua maneira, a sua origem, rememorando, distorcendo, criando, negando elementos de uma história da qual eles tentam se apropriar. Interessante destacar que, nessa construção, tanto Vitor como Marcos recorrem a elementos da infância num resgate, poderíamos dizer, do lugar de criança que lhes foi arrancado. Fazemos alusão ao desejo de voltarem à instituição em que estiveram quando crianças; à inquietação da mãe de Vitor diante da fala dele (“mas eu ainda sou uma criança”), como também de seu pai ao comentar que “ele fica falando de coisas que aconteceram lá trás e que não fazem mais sentido”.

Consideramos que a construção de Vitor e Marcos cria contornos, talvez, à própria errância, permitindo, na posição subjetiva que assumem para contar sua história, nela incluir-se, num traçado singular de autoria do sujeito. De sujeitos, portanto, que não podiam ainda escrever suas histórias, conforme destaca Frej (2003), testemunhou-se a implicação na realização de um trabalho, que possibilitou, na ficção por eles construída, o “recolhimento das incidências significantes” (Fernandes, 2007), resultando em outra ficção, a nossa, a da construção do caso clínico.

Remetemo-nos ao texto *Construções em análise*, no qual Freud (1937/1996) ressalta a construção do analista, diante das recordações do analisante, a fim de “[...] completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si [...]” (p.276). Na analogia entre o trabalho do arqueólogo – o da escavação de alguma morada que foi destruída e soterrada – e o do analista – que do primeiro se distingue, visto que sua construção dá-se não a partir do que está destruído, mas ainda vivo –, Freud destaca o direito, concernente a ambos, a reconstruir, por meio da suplementação e da combinação, os restos que sobreviveram. Nesses restos, o Real insiste e convoca a uma construção, propõem Vorcaro et al. (2015), conduzindo a um ponto de opacidade no Simbólico que cinge um buraco no saber.

Na “pesquisa de um traço”, respaldamo-nos em Melman (2008), ao propor situar o *Um* no modo singular com que se dá o enodamento ou desenodamento entre Real, Simbólico e Imaginário. Busca-se apreender, na experiência singular, aquilo que constitui exceção para o sujeito da enunciação – “singularidade do vivente, aquele que se insurge sempre, porque ele quer contar para algo” (Tyszler, 2011).

A partir do que delineia a realidade dos “meninos de rua” bem como das marcas que determinam sua trajetória, trata-se de destacar o traço do caso na saída encontrada por Vitor e Marcos para responder às marcas e ao lugar a eles atribuído. É essa resposta o que, a nosso ver, constitui o traço que os singulariza, emergindo, por meio da transferência, de um trabalho de construção e reconstrução.

8.3.1. Da marca da exclusão...

A construção da ficção sobre a origem implica, para o “menino de rua”, o retorno a uma infância marcada por situações traumáticas e pelo desamparo que a vivência de rua “encarrega-se” de ocultar. O confronto com a angústia, com o (não) lugar atribuído pelo Outro, permite-nos apreender a ameaça que o falar representava para Vitor – que, no início, recuava ao se aproximar de sua história – e para Marcos – que dizia ser difícil falar, mas que optava sempre por dar continuidade aos encontros, quando lhe era colocada a possibilidade de interromper a pesquisa se assim o desejasse.

Aulagnier (2011) questiona se a angústia não decorreria, no encontro com o Outro, da constatação da impossibilidade de mediação da palavra; impossibilidade de se nomear, diante da qual o Simbólico se esvai e o sujeito, assim como o Outro, se dissolve, é anulado numa situação em que o desejo se perde. A angústia responde a esse momento “[...] em que o que aparece é o que não tem nome, essa ‘figura misteriosa’, esse ‘lugar de onde surge um desejo

que não se pode mais apreender” (p.278). Trata-se de uma resposta ao desaparecimento, mesmo que momentâneo, de toda referência identificatória possível, em que o sujeito torna-se para o Outro “aquele cujas insígnias são absolutamente misteriosas, absolutamente inumanas” (p.289).

Reportamo-nos, então, ao modo como o pai de Vitor a ele se referia: “O que ele faz não é de gente não. Ele é desumano. Já é caso de polícia [...] Vejo a hora de alguém vim cobrar dele e ter uma chacina lá em casa, com meus filhos”. Além de uma insígnia “inumana”, essa fala vem acompanhada de uma antecipação e da não inclusão de Vitor entre “meus filhos”. Destituído de qualquer referência identificatória, era ao impossível de ser simbolizado, de se articular com significantes, que Vitor tinha que responder.

Uma resposta, poderíamos dizer, ao que se impõe como uma “marca da exclusão”, de ejeção, para o mundo exterior, daquilo que é tido como mau. Situamos essa marca como um elemento originário, determinando e ecoando na trajetória desses adolescentes, que carregam, cada um a seu modo, os efeitos de sua impressão.

Referindo-se ao conceito de cultura, Frej (2003) considera que os “meninos de rua” estão fora do que diz respeito à regulamentação das relações humanas. Lançados à deriva, jogados para fora, eles são tocados pela sociedade apenas pelo que, nela, permanece fora. Do texto *A Negativa*, destaca: “O que é irreal, meramente uma representação e subjetivo, é apenas interno; o que é real está também lá *fora*” (Freud, 1925/1996, p.267). E propõe, acerca da expulsão dos “meninos de rua”, que

Nossa população foi ejetada sem que o advérbio “também” seja colocado para permitir que ela esteja também dentro da sociedade. Ao inverso do modelo oral, através do qual aquilo que está *fora* está também *dentro*, essas crianças estão submetidas, sobretudo, ao modelo anal, como os excrementos que estão ou dentro ou fora. Não sendo beneficiários dos bens da cultura, eles são reduzidos à condição de seu excremento (Frej, 2003, p.61, tradução nossa)⁸⁰.

De uma nomeação real – “amaldiçoado”, “ruim”, “desumano”, “marginal” –, que os expulsa de casa, passa-se a outra nomeação real, por vezes, imaginarizada – “meninos de rua”, “delinquente”, “cheira-cola” –, que os aprisiona a essa marca primeira, insígnia que retorna incessantemente, conforme refere Siqueira (2010).

Em *O Estranho*, Freud (1919b/1996) discorre acerca do “retorno involuntário” do mesmo, fazendo alusão à situação em que alguém perde o caminho ao ser surpreendido por

⁸⁰ Notre population a été éjectée sans que l’adverbe *aussi* soit mis pour permettre qu’elle soit aussi dedans de la société. A l’envers du modèle oral, moyennant lequel ce qui est en *dehors* est aussi *dedans*, ces enfants sont soumis plutôt au modèle anal, comme des excréments qui sont ou dedans ou dehors. N’étant pas usufructiers des biens de la culture, ils sont réduits à la condition de son excrément.

um nevoeiro, de modo que “[...] cada tentativa para encontrar o caminho marcado ou familiar pode levar a pessoa de volta, muitas vezes, a um único ponto, que pode ser identificado por algum marco particular” (p.254). Ainda em Freud (1920/1996), em *Além do princípio de prazer*, o autor considera que a compulsão à repetição, em muitas situações, sugere a ação de um destino que persegue a pessoa, ou, ainda, cuja existência encontra-se determinada por uma orientação demoníaca.

A errância do adolescente em situação de rua dar-se-á seja no sentido de corroborar a marca da exclusão, tendo na rua sua mais radical expressão, seja no sentido de a ela opor-se, o que delineia a nossa leitura da ultrapassagem que Marcos e Vitor puderam fazer em seu movimento errante. Dito de outro modo, se, por um lado, a errância do “menino de rua” implica esse retorno sempre ao mesmo, uma ultrapassagem pode se dar na tentativa do encontro com um “endereço simbólico confiável”.

Trata-se de um encontro com um referente simbólico, que veicula, no acolhimento ao sujeito e na (re)construção da história, a apreensão do que resiste à marca da exclusão, do modo como ela foi cravada no corpo e no psiquismo, daquilo que permite sua ultrapassagem por um traço. Um traço que introduz marcadores e cadência no esgarçamento do tempo e do espaço; que introduz uma “descontinuidade no contínuo”, operando como suplência, ponto de ancoragem para o sujeito.

8.3.2. ... ao traço do nome

Diante da “marca da exclusão”, que determina a trajetória errante de Vitor e Marcos, um traço se impõe, o “traço do nome”, que, como vimos, assegura uma transmissão simbólica, a contagem e a inscrição do sujeito numa linhagem. O nome constitui uma marca distintiva, “a cicatriz da humanização do sujeito” (Lebrun, 2004b, p.185), que o protege em relação ao gozo do Outro, dele destacando-se.

Embora a errância do adolescente sugira uma tentativa de, no anonimato, liberar-se das amarras das insígnias do Outro, numa recusa ao nome e ao lugar que este lhe atribui, em alguns casos, como identificamos em Vitor e Marcos, há uma busca por uma nominação simbólica que se constitui em resistência à nominação real “menino de rua”. Na busca pela escrita de um nome – a tatuagem que Vitor faz no braço, a assinatura e os rabiscos de Marcos, durante as entrevistas, além da invenção de outros nomes –, situamos a importância da invenção de uma marca, “de uma marca que o singularize, como o fato de ter sua própria

assinatura” (Dal Pont, 2011, p.282). Para Douville (2004a), a assinatura do nome certifica a presença do sujeito, nem sempre presente em seus atos.

Destacamos, na construção de Vitor e Marcos, um apelo por um nome que lhe seja dado como dom absoluto, como propõe Pommier (2013). Um trabalho do sujeito que visa à apropriação ou à recusa do nome que lhe foi atribuído; à apropriação da rejeição que perpassa esse momento primeiro de atribuição do nome; a uma filiação simbólica no apelo à função nomeante do pai. Ressaltamos, ainda, uma tentativa, de, na relação transferencial com a instituição, construir para si outras possibilidades de filiação, de escolher outros nomes, como Marcos fez na identificação com o nome que o educador lhe deu.

Apropriar-se de um nome, nesse sentido, implica uma proteção, uma âncora, localiza e situa o sujeito num ponto determinado do espaço, como vimos com Pommier (2013). Para o autor, “uma criança não sobrevive sem a chamada de seu nome, símbolo de resistência à despersonalização pulsional” (p.126, tradução nossa)⁸¹.

Diante do que apreendemos do deslocamento de Vitor e Marcos, consideramos a hipótese de que o apelo por um nome constitui uma possível resposta à questão disparadora desta tese: “que ponto de ancoragem para a errância do adolescente em situação de rua?”. Encontramos um respaldo para essa hipótese na proposição de Pommier (2013), de acordo com a qual “Um sujeito viajante ubiqüitário, presente em toda parte, onde as sensações lhe retornavam, assujeita-se a um único lugar graças ao apelo do nome” (p.122, tradução nossa)⁸².

Na busca por uma nominação simbólica, Vitor e Marcos realizam algo que, embora não seja, necessariamente, um *sinthome* – dados os poucos recursos psíquicos de que dispõem –, implica um trabalho psíquico, na possível tentativa de reparo, ali onde a palavra falhou, onde o referente simbólico não compareceu, provocando lapsos importantes no enodamento, que se fez de forma inconsistente. Uma inconsistência que acarreta o “exílio do íntimo” (Segers, 2009), face à invasão do Real, à destituição do sujeito, ao qual parece não ter sido dada outra possibilidade que não a colagem – para sustentar-se em alguma coisa – aos signos que nele foram impressos.

Retomamos, nesse momento, o que discutimos acerca da proposição do Traço do Caso quanto à implicação e ao desejo daquele que escuta, desejo a partir do qual se dá a construção do caso clínico, diante da “surpresa de um efeito de sujeito”.

⁸¹ Un enfant ne survit pas sans l’appel de son nom, symbole de résistance à la dépersonnalisation pulsionnelle.

⁸² Un sujet voyageur ubiquitaire, présent partout où les sensations lui revenaient, s’assujettit en un seul lieu grâce à l’appel du nom.

Destaco, nesse sentido, algo que fez tropeço para mim: a reação de Marcos, quando lhe disse que sua identidade não seria revelada, a fim de preservá-lo e de respeitar os preceitos éticos da pesquisa – “E como é que vão saber que foi eu que disse?... Mas sua professora sabe, né? Que a senhora entrevistou, ela sabe não?... E pra ela vim visitar, ela vem não?... É bom, né! Conhecer sua professora”. Aqui enfatizamos o desejo, atrelado à curiosidade de conhecer a professora, de Marcos de apresentar-se como aquele que construiu e assinou sua história.

Ressalto, ainda, minha dificuldade na escolha de um nome para o caso clínico. Empreendi uma busca por meio da qual vários nomes foram considerados, até que Vitor e Marcos foram os nomes escolhidos, aparentemente, de forma “aleatória”. Uma escolha que, diante da construção do caso clínico, revelou que aquilo que parecia um simples nome fictício apontava o que, em nossa leitura, fez-se traço na trajetória singular de cada um.

O nome “Vitor” – que remete à “vida”, a “vitorioso” – parece constituir resistência ao lugar de “morto”, corroborando o movimento de vida que apontamos numa errância marcada por tanta destrutividade; um contraponto, ainda, a meu lapso na escrita quando, no lugar de “dormindo na rua”, escrevi que ele vinha “morrendo na rua”. No nome “Marcos”, situo o que se fez errância na escolha de seu nome, diante, certamente, do que, tendo despertado tanta inquietação, intitulou esta tese, a imagem de um adolescente que, expulso e jogado de lá para cá, vinha rodando pela rua. “Marcos” remete-nos à marca da exclusão, aos muitos “marcos” e “marcas” que compuseram sua vida, em resposta aos quais sua errância se deu até “terminar de parar aqui”, como ele se refere à sua chegada à instituição em que a pesquisa foi realizada.

Vitor e Marcos, a partir do que se fez traço em suas histórias, construíram, cada um a seu modo, uma maneira de “fazer com” as insígnias do Outro, de impor-se como *Um*, de apropriar-se de um lugar no mundo, de lançar-se na tentativa seja de se afastar do lugar que lhes foi atribuído, seja de, no confronto com esse lugar ou não-lugar, construir, na relação com o Outro, uma nova posição subjetiva.

8.3.3. Vitor: “4 anos não! 4 anos, 8 meses e 15 dias!”

Em meio às marcas que determinam sua trajetória, é na saída encontrada por Vitor para responder ao lugar que lhe foi atribuído, numa maneira singular de “fazer com” a errância, que consideramos emergir o traço que o singulariza. Ao propormos destacar aquilo que em Vitor se faz traço, implicamo-nos nesse destacamento, à medida que não se trata de

uma leitura do já dado a ser decifrado, mas de uma construção que resulta dos efeitos suscitados na escuta e no testemunho do percurso traçado por ele.

Um ponto central, a nosso ver, na história de Vitor, é a fragilidade das fronteiras e dos limites entre o interno e o externo, entre Vitor e o outro/Outro – seja esse outro um par, a mãe, o irmão morto, aquele que o escuta. Em resposta a essa fragilidade, é no Real que ele revida a um simples toque no ombro que parece invadi-lo; que ele faz apelo à contenção corporal; que ele recorre, em diferentes momentos, ao objeto porta, como um delimitador entre o dentro e o fora.

Na escuta a Vitor, o confronto inusitado com a “errância” da fala à qual ele resiste, interrompendo sempre o seu discurso ao se dar conta de que está “deslizando” – “Claro que eu me lembro dessa época! Mas tá bom, pode mudar de assunto. Já tô deslizando de novo!”. Aos poucos, à medida que passa a consentir na errância de seu discurso, permite uma aproximação ao que, na errância pela rua, constituía uma resposta à sua “expulsão” da cena familiar.

A “marca da exclusão” perpassa toda a trajetória de Vitor que, expulso, reproduzia e atualizava o lugar de sua própria exclusão, ao oferecer-se como objeto a ser ejetado. Um lugar, para ele, potencializado em sua definição para a instituição – um lugar “pra quem não tem casa e pra quem a mãe não quer de volta”.

Por meio de uma intensa destrutividade, ódio, desorganização psíquica e força com que se impunha, num embate permanente com a instituição, Vitor convocava-a a, mais uma vez, expulsá-lo, ao mesmo tempo em que parecia apelar por sua inscrição em outro lugar. Destacamos a ocasião em que, ao voltar a morar na rua, chega à instituição, provoca sua “expulsão” e, furioso, diz: “Vocês querem me tirar como otário! Eu sou daqui! Agora o cara chega aqui, é das antigas e é barrado”. É interessante a forma como Vitor, recorrendo ao tempo (“é das antigas”), demarca um pertencimento.

É num “deslize” de sua fala que ele deixa escapar o que viria a constituir um fio condutor na intervenção. Ao questioná-lo por que eu seria a culpada por ele ter caído do ônibus a caminho da instituição, ele responde: “Não. É bem minha mãe que é culpada por tudo!?”. Nesse mesmo dia, bastante incomodado, Vitor questiona: “por que vocês se preocupam tanto comigo?” – uma preocupação que parecia causar-lhe revolta, visto que não era da instituição que ele, provavelmente, esperava esse cuidado.

Essa construção encontrou respostas no discurso de sua mãe, que nos colocou diante de uma marca, talvez, anterior àquela da exclusão. “Vitor está no lugar do morto” parecia antecipar um destino, ainda no início de sua trajetória: o seu fim, o de uma morte certa. Isso

nos permite apreender a inquietação de Vitor quando, lembrando o período em que esteve recluso em cumprimento de medida socioeducativa, falou que ouvia as vozes das “crianças que sofreram e morreram lá dentro”.

O apelo de Vitor – “Só um milagre pra fazer ela me dar um beijo e fazer carinho” –, a recusa da mãe em acompanhá-lo – “Eu tenho meus filhos pra cuidar, não posso ir” –, fazem-nos considerar que, do “lugar do morto”, do lugar que confrontava sua mãe com a morte de seu irmão, Vitor não estava mesmo para ser cuidado.

Em *Luto e melancolia*, Freud (1917b/1996) destaca que a sombra do objeto perdido recai sobre o eu, até que, uma vez realizado o trabalho do luto, o eu se torna livre para voltar a investir em outros objetos, os quais substituem o objeto perdido. Na melancolia, por sua vez, “a ferida permanece aberta, sem que a marca umbilical venha representar o fechamento e a memória da dita ferida” (Frej, 2003, p.240). Apesar de não dispormos de elementos suficientes de análise para discorrermos acerca do que se produziu quando da perda do primeiro filho, indagamos se foi o “lugar” do irmão que Vitor veio a ocupar ou o lugar daquilo que o tirou de cena – ele seria o próprio objeto perdido, a presentificação do morto que confrontava sua mãe com o Real inominável da perda.

Vitor igualmente confrontava sua mãe, nas cicatrizes que ambos carregavam na cabeça, com a memória de uma ferida aberta, reveladora de contínuas invasões no corpo. Não simbolizadas, essas cicatrizes sinalizavam uma indiferenciação entre eles, o que nos remete ao que Frej (2003) propõe como uma unidade *mèrenfant*. Tratar-se-ia, como sugere a autora, de uma “continuidade entre gerações”, em detrimento de uma “transmissão entre gerações”, ou poderíamos considerar, mesmo não havendo uma transmissão simbólica, que algo, no real do corpo, teria sido transmitido e impresso? Essas marcas remetem-nos, também, à articulação lacaniana (Lacan, 1998e, p.818) entre a pulsão e o saber, representada na analogia com o escravo mensageiro, em cuja cabeça foi tatuada, enquanto dormia, uma mensagem, em uma língua por ele desconhecida, que o condena à morte. Assim, sem saber o sentido, carrega esse texto.

O lugar do “filho morto” era, pois, oferecido a Vitor como insígnia mortífera à qual ele era instado a responder. Na análise de um caso clínico, Poli (2005) destaca que “morrer” é, para a adolescente em questão, um significante “privilegiado”, que a reduz ao estatuto de objeto a ser oferecido ao Outro – “[...] ao dar um corpo a esse Outro, na referência à sua história familiar, ela não pode deixar de representar-se ali onde ‘a morte’ indica o lugar no qual a falta se inscreve” (p.65).

Vitor presentificava o signo da morte no seu agir; nas ameaças de morte à instituição, a seu pai; na certeza de uma morte, esperada e temida pelos seus pais – “Ele vai morrer. Aprontando como ele apronta, ele vai morrer ou ser preso”. Ele carregava, assim, a parte “maldita” da herança (Eiguer, 1998), a marca de uma fatalidade antecipada que lhe apontava o caminho, seja para confirmá-la seja para recusá-la.

Seria do “lugar do morto” ou de um “não-lugar” que Vitor errava? No discurso de sua mãe, é de um lugar que se trata ou essa “palavra de ordem” revelaria mais a ausência de um lugar psíquico? Se há um lugar, seria ele o lugar mesmo de Vitor, ou, sendo o de seu irmão morto, jamais desocupado, estaria Vitor lançado à deriva de um não-lugar? Seria do lugar do morto que Vitor se fazia existir para a família ou estaria sua errância ancorada numa recusa que o lançava na busca pela inscrição em outro lugar ou pela inscrição, enfim, de um lugar? “Vitor está no lugar do morto” constitui uma fala enigmática da mãe, que me permite apenas indagá-la e tentar situá-la na história de Vitor, a partir do efeito que teve em minha escuta.

Na construção feita a partir desse efeito, consideramos que Vitor carregava um corpo “espalhado”, expondo-se aos perigos do mundo, visto que nada tinha a perder, nem a própria vida, que nunca lhe foi devida. Vitor lançava-se às ruas, numa errância sem pouso certo que, ao mesmo tempo em que parecia ratificar a morte nele impressa, a ela ele resistia. Propomos, assim, a hipótese de que, para Vitor, era preciso mostrar-se ao Outro deste lugar para dele ser retirado, apelo que fazia por meio da destrutividade e da agitação, reveladoras de um movimento de vida.

Foi nesse movimento, de uma aparente continuidade ininterrupta, que Vitor introduziu um marcador no tempo, na contagem dos dias em que esteve na rua – “4 anos, 8 meses e 15 dias!”. A nosso ver, a contagem fez furo em sua errância; um traço que singulariza o caso. Tendo em vista que o traço do caso faz e se desfaz, a contagem surge como um inusitado na realidade do “menino de rua”; é desestruturante na própria construção do caso, à medida que põe em questão a direção que a escrita vinha tomando no sentido de demarcar a fragilidade e a destrutividade extrema de Vitor.

Surpreende sua precisão na contagem, sobretudo, ao constataremos que ela se encerra e o retorno a sua família se dá, exatamente, quatro anos após a sua saída, mesmo intervalo de tempo que separou a morte de seu irmão de seu nascimento. Após quatro anos, portanto, Vitor “renasce” para a família, nela encontrando quatro novos irmãos, aos quais endereça uma violência, de acordo com sua mãe, para “descontar o tempo que passou na rua”. Ao descontar, ao “desfazer” a contagem, Vitor parecia empreender uma tentativa de zerar o tempo,

de, junto a seus pais, fazer uma reconstrução; uma tentativa de, junto a eles, contar e ser contado entre seus irmãos.

Um tempo, no entanto, referido como ultrapassado – “já passamos do tempo” –; confirmado por sua mãe – que não entendia por que ele insistia em dizer “mas eu ainda sou uma criança” –; e pela construção intrigante de seu pai – “17 anos com mais nove meses que ele passou na barriga da mãe, ele já é de maior! Agora, ele fica falando de coisas que aconteceram lá trás e que não fazem mais sentido.”

O controle preciso do tempo – que consideramos contrapor-se ao lugar do morto, ao contínuo da morte – parece-nos constituir um apelo a um significante paterno que o sustente, visto que, ao tomar o tempo como balizador de sua errância, sua precisão faz referência à profissão de seu pai, relojoeiro, que viabiliza, no conserto de cada relógio, a marcação do tempo, assegurando o tempo exato dos acontecimentos.

O apelo ao pai bem como à sua inserção numa linhagem que lhe assegurasse uma filiação aparecem também na queixa de que ele ou algum de seus irmãos deveriam ter recebido o nome bíblico de seu pai. A “presença” física de seu pai em sua história é peculiar em relação a muitos adolescentes que nunca tiveram acesso a seus pais. Apesar de “presente”, de assegurar com seu trabalho o sustento da família, a relação entre Vitor e seu pai é marcada por lembranças traumáticas – “eu me lembro de muita coisa!” –, por uma hostilidade, pela violência – do pai quando Vitor era criança, deste último no seu retorno à família, chegando a ameaçá-lo com uma faca no pescoço.

Essa relação remete-nos à proposição de Lacan (1975-76/2007) que situa, em Joyce, uma falta do real paterno, uma demissão do pai, constituindo um lapso no enodamento que provoca uma ruptura do Imaginário e do corpo. Ao demitir-se de sua função, o pai de Vitor demite-o, igualmente, de sua filiação, o que acarreta uma ruptura não só do Imaginário e do corpo, mas uma ruptura radical com toda a família – “Tem gente que diz que é falta de educação, mas não é, porque ele não foi criado o tempo todo aqui, saiu de casa com onze anos. Então, não é meu filho não”.

Vitor recorre, ainda, ao significante “pai” quando, ao lermos os dados de sua certidão de nascimento, ele pede meus brincos – “Vai, me dá, passa de geração pra geração, de pai para filho”. Além da tentativa de, na relação transferencial, ter assegurada uma filiação, ressaltamos seu esforço de, por meio dos brincos – uma argola cheia de furos –, reparar a perda do objeto que recebeu de seu avô. “Eu botei num badoque e tentei matar um passarinho. Caiu na lama e eu perdi [...] Se a senhora me der seu brinco, eu não jogo fora não”.

Diante do que se impunha como imediatismo e intolerância à espera – “eu não sei nem se amanhã eu vou estar vivo, quanto mais daqui a três dias!” –, ressaltamos uma construção que subverte a lógica do tempo na rua, num consentimento de Vitor no recurso à palavra, mesmo que não tenha implicado o abandono do agir. Destacamos o que – na leitura de sua certidão de nascimento, no pedido recorrente do brinco, na intervenção, muitas vezes, de contenção, – foi construído, na e com a instituição, em termos da possibilidade de espera. Se, no período em que chegou à instituição, ele tenderia a impor a obtenção do brinco, consideramos que a conservação de seu desejo, minha recusa em atender esse pedido, seu acolhimento à frustração de não tê-lo, sustentou a intervenção, por meio da qual, ancorado num tempo – que demarcava um lugar, uma contenção, um corte no contínuo –, ele foi tecendo sua história.

8.3.4. Marcos: “A única coisa que eu tinha não era medo de seu ninguém!”

Foi no encontro com um adolescente, inicialmente, tímido e resistente; um adolescente arguto, às vezes, fugaz, paradoxal e impreciso; com uma história de extrema exclusão, mas, igualmente, de resistência; que se deu a escolha pela construção do caso clínico. Uma escolha realizada também por Marcos – o de fazer-se sujeito desta pesquisa –, dado o seu engajamento num espaço de fala, o que nos faz considerar que, nessa escolha, ele teria encontrado uma maneira de inscrever-se e ser nominado, de apropriar-se de seu nome.

No primeiro encontro, três elementos provocaram um impacto na escuta: “tenho família não”; a violência e o sofrimento – “se a senhora souber da minha história direito, a senhora vê que desde pequeno que eu venho me fodendo e venho botando pra foder também” –, a referência a um “pé dentro” e a um “pé fora” – enquanto “um pé tá na linha reta”, dizia sentir-se convocado para a “parte difícil” do outro pé. Embora suscite um desequilíbrio do corpo – não fixado nem dentro nem fora –, seus pés sugerem um espaço “entre” um pé e outro, que assegura, minimamente na distinção entre espaços, um ponto de sustentação.

Conforme vimos com Lussier (2007), foi-lhes dito que eles são um acidente, um erro, de modo que a errância inscreve-se no prolongamento de um desinvestimento primeiro em que o direito à vida parece recusado. É de uma rejeição que toca a origem de Marcos que se trata, determinando, antes de sua errância pelas ruas, uma errância entre casas e nomes, inviabilizando sua sustentação num ponto fixo e numa referência.

É recorrente a alusão ao fato de ter sido o único filho com quem sua mãe não ficou. “Quando minha mãe não quis mais criar eu [...] ela não quis eu não. Me jogou, deu pra outra

pessoa”. Em relação àquela que o acolheu, Marcos sustenta a imagem de uma mãe perfeita, que cuidava dele com afeto, embora a instituição informe que ela também o rejeitou, devolvendo-o para a mãe biológica. A esta endereça um ódio e ressentimento, responsabilizando-a pelo seu afastamento da família, pelas agressões, pelo rompimento com os irmãos, pela recusa de aproximá-lo de seu pai, pela ida para a rua. Em vez de uma possibilidade de manutenção dos laços familiares, ele culpa-a pela sua destruição.

Do pai diz saber apenas o apelido – “Pipiu”, nome utilizado pelas crianças para a genitália feminina. Apesar de um pai “desprovido e desmuniado” (Melman, 2000), é interessante a busca de Marcos ao frequentar o açude em que seu pai pegava água para fazer cimento e “construir um bocado de coisa” – a “construção” de seu pai que, nessa escrita, opõe-se à “destruição” da mãe. Na primeira visita a seu pai, mais uma exclusão, esta por parte da madrasta, que o enxota jogando água quente contra ele. A marca da exclusão, portanto, de três figuras maternas – a mãe biológica, a de criação, a madrasta.

Parece ser no apelo à presentificação paterna que Marcos recorre ao delito, mas o faz de uma forma que consolida sua expulsão, tendo minado qualquer possibilidade de laço com seu pai e com toda a família. – “meu pai não quer nem me ver mais... Minha família não quer me ver mais... eu aprontei lá, menino”. Talvez venha daí a certeza de que, se morto, “ninguém vai sentir falta... Eu morro indigente, ninguém vem me ver”. Marcos carrega consigo os significantes “pai” e “mãe”, evocados na figura de “Painho” e “Mainha”, dois “meninos de rua” mais velhos – “caído de tanto cheirar cola” –, bem como na forma de um código, que os adverte – quando a polícia chega à comunidade, o código de alerta é “lá vem teu pai, lá vem tua mãe. Corre!”.

A referência de Marcos ao fato de que se sentia uma “roda” – por ser jogado de um canto a outro – encontra um desdobramento na alusão à desistência de sua mãe – “ela não quis saber de mim mais não, desde aquele dia... desde o dia que eu vinha rodando pela rua” – e ambas permitem-nos entrever o lugar de sujeito ejetado, a carregar, provavelmente como única pista do desejo do Outro, a “marca da exclusão”. Uma marca por ele reproduzida ao provocar sua expulsão das instituições – “ninguém queria eu mais não”. A partir da mãe que o “jogou”, Marcos confronta-se com esse significante nas instituições – “Ficaram jogando eu pra lá e pra cá. Aí depois terminaram de parar aqui”.

Remetemo-nos à analogia, feita no primeiro capítulo, entre a “carta roubada” e o deslocamento do “menino de rua”, marcado pelo efeito determinante na reação dos “destinatários”, na repetição de situações análogas na história de um sujeito. Vimos, com Lacan (1954-1955/1985a), que o Rei e a Polícia não veem a carta porque a tomam por um

objeto da realidade, o que nos fez propor ser desse lugar que os “meninos de rua” são ocultados enquanto sujeitos, vistos apenas no que no Real se apresenta e insiste.

Ao mesmo tempo, ao dizer “aí depois terminaram de parar aqui”, algo parece ter operado como um ponto de basta para quem vinha sendo “jogado” e “rodando” pela rua. Embora Marcos se coloque como passivo em sua construção e deixe oculto o sujeito da ação, consideramos tratar-se de um ato tanto daquele que o fez parar como do próprio Marcos, que não mais precisou consolidar o lugar de sujeito a ser excluído.

Além de sair “rodando pela rua” em resposta ao “fantasma de exclusão” de que fala Poli (2005) – quanto aos impasses do sujeito na relação ao Outro –, Marcos exclui aquele que o exclui, seja “matando-o” – “pra mim, minha mãe morreu!” –, seja utilizando-se de uma dupla negação – “eu não tenho mãe não” –, ou negando uma afirmação – “tenho mãe não”; “tenho família não”. Diante de um mundo que o exclui, o “não” aparece como revide, isenção da dívida diante do Outro, donde a inadequação de um pedido de desculpas – “eu não gosto de pedir desculpa não!”; “desculpo não”.

Na leitura do texto *A Negativa* (Freud, 1925/1996), Safatle (2014) sugere que o recurso do sujeito às negações constitui, por vezes, uma linguagem mais apta para dar conta de seus conflitos, para falar de si. De acordo com Hyppolite (1998), trata-se de um “modo de apresentar o que se é à maneira do não ser. Pois é exatamente isso que o constitui: ‘Vou lhe dizer o que não sou; atenção, é precisamente isso que sou’” (p.895).

Na proposição freudiana de que o ego-prazer original introjeta o que é bom e expulsa o que é mau, Safatle (2014) ressalta que nada pode ser expulso por completo, que aquilo de que o Eu se separou sempre retorna. O autor sugere, assim, que a intervenção não deve se restringir a explicitar o oposto, mas estender-se à indagação: “por que a síntese com esse afeto ou representação precisou encontrar uma forma negativa?” (p.44).

Consideramos, assim, que o uso particular e enfático do “não” é revelador de um traço no qual Marcos se ancora para assegurar sua existência. Não dispomos de elementos suficientes para uma análise mais aprofundada da forma variada com que o “não” aparece em seu discurso. Entre “eu não tenho mãe”, “tenho mãe não”, “não tenho mãe não”, há uma sutileza que hesitamos em tomar como um emprego despropositado, posto que insiste em nossa escuta, pedindo uma leitura. Mesmo que de forma incipiente, chama-nos a atenção o recurso de Marcos, em algumas situações, a uma dupla negação – “eu não tenho mãe não” –, construção que nos intriga e faz-nos supor, na referência à mãe, a dupla rejeição materna sofrida por Marcos, da mãe biológica que o “jogou”, da mãe adotiva que o devolveu.

O uso excessivo do “não” parece assegurar-lhe uma proteção, na qual se ancora, contra uma evidente fragilidade, reveladora de um adolescente sozinho, desprotegido, num mundo em que é “cada um por si”; um adolescente que, com o “não”, encobre seu medo, revelando-o: “Não dá pra ter medo não!”; “A única coisa que eu tinha não era medo de seu ninguém!... se o cara tiver medo, vai amontar nas costas do cara”.

Assim como a criança constrói fantasias para lidar com seus medos, Marcos recorre a uma construção imaginária, que lhe parece trazer a garantia de sobrevivência, na referência a seu prestígio no tráfico de drogas. Conforme destaca Segers (2009, p.96), “quando a história é dilapidada, o exilado, como o adolescente, produz em seu lugar uma construção ‘mito-histórica’ a fim de se orientar na existência”⁸³.

Mesmo que, em algum momento, Marcos tenha se inserido no tráfico de drogas, consideramos improvável que um “menino de rua” se torne o “braço direito” de diferentes chefes do tráfico em “favelas” rivais entre si. Assim, na invenção de um personagem onipotente, destacamos um deslizamento metonímico na construção de que é o mais esperto, de que todos “rodaram” menos ele, de que sai dos lugares quando quer, o oposto do que foi por ele vivido na sua família. Somente ele “rodou”, somente a ele não foi assegurada a proteção e o reconhecimento que diz ter encontrado no tráfico.

Apesar de tudo em sua vida parecer muito amalgamado, Marcos encontra, no recurso ao tráfico de drogas, uma ultrapassagem para o que constituía um obstáculo intransponível. De “menino de rua”, que o encerrava enquanto “cheira-cola”, “monte de urubu”, “porco no lixo”, ele passa, então, a ser “vida louca”, distinguindo-se, em seu discurso, dos meninos que moram na rua.

Uma “grande confusão” é o modo como ele define a mudança de nome, confusão que o lança, talvez, numa busca infundável pela construção e invenção de um nome próprio – um nome que passa a lhe ser próprio na passagem do nome dado ao nome recebido. De um nome, “colado”, à época de seu nascimento, a um sujeito que foi “jogado”, Marcos parece encontrar no nome “João”, atribuído pela mãe de criação, uma nominação simbólica que o filia. Um nome, no entanto, que lhe foi arrancado no retorno para a mãe biológica, sendo confrontado, uma vez mais, com o nome “Marcos”, acompanhado de uma “palavra de ordem” que ganha força de marca, a de que ele “vai dar pra marginal”, de que “*não ia dar pra nada que presta*”.

“Nomeado para” ser marginal, Marcos parte em errância, assumindo a identidade “menino de rua” que, substituída por “vida louca”, culmina com sua chegada à instituição.

⁸³ Lorsque l’histoire est dilapidée, l’exilé, comme l’adolescent, produit à la place une construction ‘mythohistorique’ afin de s’orienter dans l’existence.

Nomeado, pelo educador, de “Marquinhos da Net”, ele parece nesse nome se reconhecer, identificando-se com o educador por meio de um nome que lhe dá um ponto fixo. Embora sutil, destacamos a distinção entre o “de” e o “da”, em “menino de rua” e “Marquinhos da Net”. O “de”, a nosso ver, objetifica o sujeito, é um complemento depreciativo para “menino”. Já o “da”, no momento de sua vida em que recebeu essa nomeação, remete a algo que o filia, que o predica, que estabelece laço com o educador.

Interessante o seu estranhamento diante do nome Nanette – “É não, né, Não-Net?”. Ao mesmo tempo em que se identifica e se filia – “quase Marquinhos da Net” –, também fazemos a leitura de uma “recusa” ao “Net” que lhe foi ofertado pelo educador. Essa recusa é corroborada no momento em que, nesse mesmo encontro, após brincar com vários nomes, Marcos diz ter “um bocado de nome” e se nomeia, ao final da brincadeira, “Marcos João” – uma nomeação simbólica por ele construída, atribuída a si mesmo, na junção entre os nomes recebidos pela mãe biológica e pela mãe de criação.

Naquele momento, próximo ao reencontro com sua família, Marcos parecia não mais precisar ancorar-se no “Marquinhos da Net”. Ao falar do reencontro, Marcos rabisca a letra “M”, chama a atenção para o tipo de grafia que inventou para escrevê-la e pergunta pelo cartão de memória do gravador, solicitando, no encontro posterior, as pilhas do gravador que haviam possibilitado todo o registro da construção de sua história.

Ressaltamos, assim, uma trajetória na qual algumas nomeações que, se antes o enclausuravam num retorno sempre ao mesmo, foram depois, de certo modo, negadas e ultrapassadas, tornadas provisórias e passageiras, não sem conservarem as marcas impressas por determinadas “palavras de ordem”. Dessa forma, a nomeação parece ter constituído um marcador, por meio do qual Marcos pôde se situar no tempo e no espaço, no caminho por ele percorrido e construído no sentido de uma nomeação simbólica.

A partir do que nos foi possível apreender acerca dos nomes e das marcas que definiram momentos precisos de sua vida, consideramos ter sido o modo como esses nomes reverberaram para Marcos o que nos permitiu pensar em termos de uma nomeação real, imaginária e simbólica.

Entre “menino de rua”, “cheira-cola”, “monte de urubu”, “porco no lixo”, há uma colagem e equivalência de termos que passam de um a outro – sem um deslizamento simbólico –, determinando uma homogeneização, uma nomeação real que não permite uma construção, mas uma mostração. É de outro lugar que se trata quando, ao “romper” com a vida na rua, Marcos se nomeia “vida louca”; uma nomeação imaginária, dada a possibilidade de uma inserção, idealização e pertencimento a um grupo – não mais um “bando” nem uma

“pá de gente”. É, igualmente, de outro lugar, servindo de apoio para o psiquismo, que “Marquinhos da Net” e “Marcos João” constituem nominações simbólicas as quais permitem, ao contrário de um “imaginário que cola”, um imaginário que enoda e faz laço social.

Na história de Marcos, ressaltamos que a busca persistente por um nome assim como o “não” recorrente delineiam um modo singular de enodamento, fazendo furo em sua errância, fazendo furo na própria construção do caso. Marcos, ele próprio, no encontro com o Outro, faz, desfaz e refaz a articulação entre os registros. Sua errância depara-se com a precisão do não – significante da interdição –, que resiste e opera um corte nesse contínuo, possibilitando a delimitação de espaços, uma maior referência à temporalidade, a utilização de algumas nominações, na busca por um traço que o singularize. Consideramos que, para aquele que vinha rodando, a busca por um nome constituiu uma tentativa de invenção singular, a construção de um lugar por ele habitado – um anteparo, uma ancoragem.

Ao final dessas análises, destacamos que a construção do caso de Vitor e de Marcos deu-se de lugares diferentes, tendo em vista que o de Vitor decorreu de um processo de intervenção clínica, ao passo que o de Marcos – a nosso ver, não sem repercussões clínicas – deu-se com a finalidade de realizarmos esta pesquisa. Conforme pudemos apreender, Vitor e Marcos trazem questões muito singulares, as quais se, em alguns momentos, dão visibilidade à realidade do “menino de rua”, em outros, por meio da ficção por eles construída, permitem que sejam vistos pontos não muito comuns ao que, em nossa prática, encontramos nesta realidade. Foi essa “surpresa” diante do encontro com o inusitado que definiu a proposta de, com o Traço do Caso, destacar o sujeito.

Ratificamos a posição de que a ficção construída parece ter criado contornos na própria errância, o que foi viabilizado, poderíamos dizer, no encontro com um “endereço simbólico confiável”, na figura da instituição que assegurou, no espaço de endereçamento entre o sujeito e o Outro, a circulação da palavra. Desse modo, embora nossa tese não vise, especificamente, a uma análise da função da instituição, faz-se pertinente discutir algumas peculiaridades da intervenção que nos permitam sustentar a proposição de uma clínica borromeana para o adolescente em situação de rua.

8.4. “Entre” o “menino de rua” e o sujeito, um litoral

No primeiro capítulo, situamos a instituição em sua função continente, um espaço psíquico que acolhe o sujeito e no qual as angústias e os conflitos podem ser atualizados e

significados (Käes, 2002). Lugar de endereçamento que, ao sustentar a hipótese de um apelo para os “gritos mais inarticulados”, acolhe, interdita, nomeia e simboliza, para além do real da rua.

Para Lebrun (2009), a instituição implica a necessidade de uma temporalidade, de uma terceiridade, de uma disparidade de lugares, devendo assegurar uma “dissimetria irreduzível”, que institui o endereçamento no espaço entre o sujeito e o Outro, demarcando-a enquanto “condição de subjetivação” (De Munck, em debate com Lebrun, 2008b, p.130).

Temos destacado a relevância da palavra, da instituição enquanto ajuda estrangeira, que, ao introduzir cortes na continuidade psíquica, obstaculiza a deriva pulsional, permitindo ao sujeito a apropriação de um corpo simbólico. É desse modo que pensamos a instituição, no sentido da suplência que ela opera, oferecendo-se como espaço possível de endereçamento, que veicula a construção de demandas – “demanda de amor que visa ao ser do Outro, que almeja obter do Outro uma presentificação essencial” (Lacan, 1957-58/1999, p.418).

Ao longo desta tese, a palavra “entre” impôs-se à escrita, incitando-nos a situá-la como aspecto fundamental na clínica com o adolescente em situação de rua. A própria noção de endereçamento implica o sujeito que se endereça, o Outro enquanto destinatário e, no trajeto que a mensagem percorre, um espaço “entre” por meio do qual a palavra circula, indo da origem até seu destino.

Abordamos o “entre” no sétimo capítulo, ao falarmos sobre a rua – “um puro ‘entre’ que não liga nada, o ponto mais radical do lugar em si mesmo” (Douville, 2008, p.46) –, e sobre a errância, ao destacarmos que “o errante erra por não atravessar um limiar” (p.34). Como vimos, a problemática do limiar é apontada por Segers (2009) como essencial à questão do lugar, visto que, para situar-se no espaço, é preciso apoiar-se sobre as linhas e os cruzamentos das linhas, abrindo a possibilidade de um território.

Evocamos um trecho da música com a qual iniciamos este capítulo – “Socorro! Alguma rua que me dê sentido. Em qualquer cruzamento, acostamento, encruzilhada” –, na qual situamos um apelo, nesse “puro entre” que é a rua, por algo que situe, ligue e ancore o sujeito. Na rua, que se mostra como “uma coisa bem grande, sem fim”, o cruzamento, o acostamento, a encruzilhada indicam um espaço “entre” uma rua e outra, um ponto que exige uma parada, que define um “corte” na continuidade, além de constituir um ponto de encontro entre uma rua e outra.

É da transposição de uma categoria universal pelo que se impõe como traço singular na história do adolescente que se trata, num confronto – por vezes, encontro – “entre” as marcas do “menino de rua” e os traços do sujeito que dessas marcas se destaca. É nesse

sentido que apontamos uma mudança no lugar ocupado por Marcos, na passagem “entre” a degradação subjetiva – “eu vinha rodando pela rua” – e a implicação subjetiva – “eu não quero ficar na rua direto não, que o destino não é bom não”.

Entre a marca com a seiva da castanha de caju que queima a pele e o nome tatuado no braço por Vitor; entre a cola que cola o osso, mantendo vivo o sujeito, e a constatação de Marcos de que a cola cola o pulmão, destruindo-o; entre o pé de dentro e o pé de fora, que delimitam a rua e a instituição; entre um toque no ombro que invade e a possibilidade de um contato físico com o Outro; entre o corpo que perambula e o corpo que se impõe...; entre o “menino de rua” e o sujeito, há uma hiância, não um abismo intransponível, mas um espaço “entre” que permite uma passagem e enlaça.

Trata-se de um “entre” que pode ligar e enodar, diferentemente do “puro entre” da rua – “o ponto mais radical do lugar em si mesmo”. Situando-se no espaço “entre”, a instituição abre, pois, para a possibilidade de um território, de um limiar, demarcando limites e instituindo marcadores que permitem situar o sujeito no espaço e no tempo, nele introduzindo uma descontinuidade que visa a interromper a fluidez e assegurar o ritmo e a cadência, balizadores da vida.

Conforme vimos com Rosa (1999), dada a radicalidade da ruptura com a família, eles “são ‘meninos de rua’ porque não possuem a proteção do discurso familiar”. Excluídos da cena familiar, lançados ao anonimato da rua, eles encontram-se, igualmente, desprotegidos e excluídos do repertório de significantes que circulam no ambiente familiar, dos significantes que o situam em sua origem.

Embora afirme não se lembrar da primeira vez em que saiu de casa, Marcos fala do rompimento com sua família e refere certa estranheza quando de sua chegada à rua – “foi meio estranho... um bocado de gente que eu não conhecia”. Na saída de casa para a rua, no confronto com o estrangeiro, com o impessoal, pode-se dizer que algo se perde do repertório de significantes, algo da língua se rarefaz e se dilui, fazendo o sujeito aderir a um código de sobrevivência da rua, composto por enunciados que colam no “menino de rua” e suplantam o lugar da enunciação. O código prevalece e, junto com ele, os signos que designam em detrimento dos significantes que nomeiam e que representam o sujeito. Em estudo sobre incidências subjetivas da imigração, Melman (1992) diz que

A mais evidente é que o significante perde ali sua faculdade de representar o sujeito para um outro significante, a fim de ganhar uma função de designação. Neste sistema, transforma-se no signo que designa, que denuncia para alguém um sujeito que se origina de um lugar não mais Outro, mas Estrangeiro (p.17).

Não consideramos tratar-se de uma passagem da língua para o código, do familiar para o estrangeiro – no sentido da passagem adolescente da cena familiar para a cena social, conforme propõe Rassial (1997) –, mas de um rompimento, de um lançamento, muitas vezes, ao “puro entre”. Para ratificar isso, evocamos um desenho feito por Vitor, quando de sua chegada à instituição: uma casa com duas janelas e uma porta – em cada janela e na porta, uma criança; “eu sou o que está na porta, saindo de casa”; à frente da casa, sem um traçado de ligação, uma estrada cujo destino não é determinado. Um rompimento, poderíamos dizer, com o “entre” que liga, que permite à criança tomar, por exemplo, a estrada que liga a casa à escola, apontando um trajeto de ida e volta.

Na fala de Vitor endereçada à instituição – “Eu sou daqui! Agora o cara chega aqui, é das antigas e é barrado” –, vemos que é do lugar de sujeito da enunciação que ele fala, atualizando, na transferência, o ódio diante de mais uma expulsão em sua vida, do reencontro com as marcas – em seu caso, dolorosas marcas –, que acarretaram sua ejeção da família, sua partida errante. Consideramos que a instituição, ao oferecer-se como endereço para o sujeito, propicia um resgate e reconstrução da história, ocupando, de certo modo, um lugar “entre” o familiar e o estranho da rua, entre o “menino de rua” e a família – o que não implica, necessariamente, um retorno à casa, mas um retorno à origem, com vistas a uma apropriação de significantes que permitam uma construção.

Evocamos, ainda, uma ocasião em que, tendo apresentado o caso Vitor num espaço de discussão, fui indagada sobre o sentido do trabalho com sua família, uma vez que todos os conflitos vivenciados quando de seu retorno teriam sido vãos, uma tentativa de reinserção “fracassada”, já que ele voltou a morar na rua. Embora, em alguns casos, o reencontro com a família seja inviável, no caso Vitor é notória a relevância e os desdobramentos que essa reaproximação tiveram em sua vida – mesmo seguida de uma nova separação, provavelmente, definitiva. Apesar do confronto, uma vez mais, com o lugar de exclusão (ou um não-lugar) em sua família, destacamos seu consentimento em retornar, na fala, a suas origens; a construção, com novos elementos, de uma ficção para sua história; a escolha de partir, naquele momento, aos 18 anos, de um outro lugar de quando saiu de casa aos nove anos de idade; a possibilidade, mesmo não tendo renunciado a um agir violento e destrutivo, de pôr em palavras todo o seu ódio e ressentimento em relação a uma história que, de certo modo, havia-lhe sido usurpada.

Consideramos que, para Vitor, foi preciso fazer o caminho de volta, resgatar o “entre” que poderia ligar a estrada por ele desenhada à sua casa, para que pudesse, nesse resgate, operar um corte na contagem de sua errância. Mesmo que, em seu retorno, tenha,

possivelmente, se iniciado outra contagem, isso não terá se dado – se esse foi o caso – sem o intervalo, por exemplo, em que trabalhou como segurança de um restaurante – ele que fora lançado à insegurança radical da rua.

Conforme propõe Douville (2008), para que uma intervenção clínica com o adolescente em errância se dê, é preciso assegurar-lhe um “ponto de apoio, um ponto fixo” (p.58), um acolhimento para sua temporalidade psíquica; um endereço simbólico confiável, como sugere Forget (2009), para que possa estruturar sua palavra. Trata-se de construir um espaço “entre”, que permita um corte entre Vitor e “Vitor está no lugar do morto”; uma diferenciação, na “pá de gente”, entre um adolescente e outro; um limite entre a rua e a instituição; uma ultrapassagem do agir pela palavra, do impedimento pela interdição, do “exílio do íntimo” pelo “exílio íntimo” (Segers, 2009), da nomeação real pela simbólica, da errância por um ponto de ancoragem.

É no limite, portanto, que situamos a instituição; no corte, operado pela palavra, no livre escoamento de energia pulsional, instituindo fronteiras entre os espaços psíquicos; um corte simbólico que faz furo no Real, contendo sua invasão sobre o Simbólico e o Imaginário. O “entre” remete-nos à ultrapassagem – de um lugar, momento ou estado a outro –; ao corte que institui um espaço de dissimetria (Frej, 2003), às descontinuidades e rupturas que podem ter efeito de acontecimento psíquico (Vorcaro, 2009), ao que permite a ex-sistência do Real, do Simbólico e do Imaginário, delimitando as bordas que os mantêm enlaçados no enodamento borromeu.

Além de propormos a instituição enquanto ajuda estrangeira, que acolhe e legitima os apelos que lhe são endereçados, interrogamos, seguindo a proposição lacaniana sobre os reparos nos lapsos do nó, se a instituição, no espaço “entre” em que a situamos, constituiria um ponto de interseção, de enlaçamento entre o sujeito, a rua e a família. Ou, ainda, teria a instituição, enquanto “ponto de ancoragem” para o sujeito, a função de nomeação simbólica, de suplência da quarta rodela que assegura o nó borromeu?

Com essas questões, deparamo-nos com uma sutileza referente ao limite, aos cortes, ao que neles especificam fronteiras e bordas. Conforme vimos com o movimento da *Aufhebung*, a ajuda estrangeira opera um corte na livre circulação de energia do organismo, que delimita fronteiras – “nunca bem nitidamente traçadas” (Freud, 1924/1996, p.196) – e cria espaços psíquicos. A ideia de fronteira remete-nos à linha geográfica – linha imaginária e simbólica –, uma zona intermediária, que delimita e distingue um país de outro. Trata-se de um espaço “entre”, que separa espaços “homogêneos”, não pertencendo nem a um nem a outro, de modo que ou se está em um país ou noutro, ou ainda, com um “pé dentro” de um

país e um “pé fora”. No desenho de Vitor, por exemplo, podemos dizer que, no vácuo deixado entre a casa e a estrada, há um rompimento da fronteira, pois ele anula o espaço “entre” que liga e se lança num “puro entre”, não sem carregar com ele as marcas do que ficou para trás.

Ao propormos a instituição na função da quarta rodela do nó, responsável pelo enlaçamento das outras três, lembramos que o que as mantém juntas é o entrelaçamento possibilitado pelo furo que cada uma faz na outra, de modo que os registros se interpenetram. Não nos parece, nesses termos, ser de uma fronteira que se trate no enodamento borromeu.

Deparamo-nos, assim, ao final desta pesquisa, com mais um tropeço que nos permitiu fazer algumas considerações – na clareza de que ficarão como pontos de interrogação para futuras elaborações –, a partir do texto *Lituraterra* (Lacan, 2003), que traz contribuições férteis para se pensar na singularidade de uma clínica borromeana para o adolescente em situação de rua.

“Decisiva é somente a condição litoral”, propõe Lacan (2003, p.20), ao avistar, sobrevoando a planície siberiana, “por entre-as-nuvens, o escoamento das águas, único traço a aparecer” (p.21). O escoamento é o remate do traço primário e daquilo que o apaga, sendo da conjunção desses dois tempos – a escrita do traço e seu apagamento – que emerge o sujeito, donde a relevância atribuída à rasura. “Rasura de traço algum que seja anterior, é isso que do litoral faz terra” (p.21). Diferentemente da fronteira – que, “ao separar dois territórios, simboliza que eles são iguais para quem a transpõe, que há entre eles um denominador comum” (p.18) –, Lacan destaca, no risco da rasura que delimita o litoral, um encontro de heterogêneos, Mar e Terra.

Profundo, denso, inquieto, ferido por uma luz excessiva que convida ao devaneio, é desse modo que Sousa (2007) descreve o mar, a partir da leitura do conto *Morte em pleno verão*⁸⁴, do japonês Yukio Mishima. Diante da imensidão do mar, de um mar que está em toda parte, disso que, no Real, apresenta-se como ravinamento das águas, ameaçando fazer desaparecer o sujeito que mais parece uma pequena ilha com tanto mar a sua volta, o autor indaga: “O que sentir diante de um cenário excessivo? Desorganização pulsional diante do real em sua radicalidade explosiva [...] Que escrita nos exige esta responsabilidade de ler o que está diante de nossos olhos?” (p.244).

⁸⁴ O conto narra a tragédia vivida por uma família numa tarde de verão e os seus desdobramentos na transposição da cena traumática. A mãe de três crianças pede que sua cunhada acompanhe seus filhos à praia, para que possa dormir um pouco. A tia das crianças demarca uma margem até onde as crianças podem ir, diante de um mar violento e, num lapso de tempo, não mais as avista. Três mortes – as duas crianças mais velhas e a tia, que sofre um ataque cardíaco diante da cena.

Trata-se da rasura, dessa escrita na qual se encontra um lugar no qual fincar os pés, desse litoral que testemunha e permite “ler o que ficou escrito na areia, depois que a água lavou e levou o texto” (p.239). É preciso, pois, rasurar a paisagem; a rasura do litoral faz terra, abre para outro horizonte, para outras possibilidades de olhar.

Assim como foi necessário à mãe das três crianças no conto, o sujeito, às vezes, tenta várias rasuras, como forma de amenizar o impacto da cena traumática que sempre retorna, como forma de recuperar, na escrita, lugares perdidos. No conto, no retorno da família à mesma praia, após um tempo de silenciamento, é a criança sobrevivente (Katsuo) quem, do lugar de testemunha, escreve um litoral, ao enunciar a palavra “mar” para a irmã mais nova, que nascera após o ocorrido. Para Sousa (2007), ao fazer a família lembrar aquilo que mais queria esquecer, esse retorno demarca “a preciosidade maior de uma transmissão” – a da responsabilidade que temos que ter diante de nossa história. “Nem sempre é fácil escrever mar diante da praia sumida (litoral), mas é preciso! Isto aprendemos com o pequeno Katsuo. Pequenas palavras pronunciadas que salvam o que ainda sobrou de tudo. Um mar também se desarma em letras” (p.250).

Evocamos, uma vez mais, o desenho que Rodrigo – ao qual nos referimos no primeiro capítulo – fazia e entregava às pessoas na rua, as quais o jogavam na lata de lixo. No desenho – cujo conteúdo se faz oportuno neste momento –, um barco com duas pessoas a bordo – as quais ele nomeia Rodrigo e Paula –, navegando no mar, em direção a uma ilha. Essa busca por um pedaço de terra onde pisar, por um litoral capaz de conter e resistir ao avanço do mar; o trabalho, por meio das rasuras, de lembrar-se daquilo que mais se quer esquecer, remetem-nos à recusa de Vitor em consentir no deslizamento de seu discurso, bem como à resistência de Marcos, em alguns momentos, ao resgate de sua história – “É tudo coisa do meu passado, menino! O cara fica lembrando” –, o que se contrapõe, no entanto, com sua curiosidade pelo cartão de “memória” do gravador.

Na leitura que, neste momento, fez-se possível apreender do Lituraterra, destacamos, sobretudo, as necessárias rasuras na imensidão do mar, para que do litoral se faça terra, na escrita e apagamento do traço que situa e sustenta o sujeito. Nesse encontro de heterogêneos que a rasura possibilita, ressaltamos a delimitação e contenção do avanço do mar, ao qual a terra resiste, na contracorrente de também tentar invadi-lo. Mar e terra resistem um ao outro, mas, por vezes, interpenetram-se, ameaçam misturar-se.

Na imensidão desse Real que é a rua, situamos a busca por um pedaço de terra que impeça o sujeito de naufragar nesse “mar” de “desorganização pulsional diante do real em sua radicalidade explosiva”. Ao discorrermos sobre uma clínica borromeana para o adolescente

em situação de rua, propondo a instituição enquanto possível ponto de ancoragem para o sujeito, na função de nominação e de fazer ajustes na articulação entre os registros, é da busca de um litoral que se trata, de uma intervenção que possa conter a invasão e o esmagamento do Simbólico e do Imaginário pelo Real.

Situamos, assim, a escrita de um litoral – de um novo litoral, em alguns casos –, que distinga o sujeito, como Marcos o faz nos momentos em que se refere aos “meninos de rua”, como uma marca do passado que não mais o define. Diante de um obstáculo “intransponível”, que confronta o “menino de rua” com o real da morte, o litoral permite, desse modo, uma passagem da “marca da exclusão” para a rasura de um traço, donde a possibilidade, propõe Sousa (2007), de instaurar o desequilíbrio, uma interrupção no contínuo do presente, ao qual é preciso, por vezes ou muitas vezes, resistir.

Concordamos com Conte et al. (2008), ao destacarem que, para não naufragar, o sujeito precisa de um ponto fixo, de bordas, constituídas a partir da voz e do desejo do Outro, que, ao lançar a hipótese de que há um sujeito, estabelece um corte, um furo enlaçado pelo Simbólico, que lhe permite “lançar-se no risco de viver”. No entanto, “limites só não bastam, é preciso que haja ‘passes’, licenças de trânsito de um lugar a outro, que permitam ao adolescente explorar outras vias, nas quais ele encontre uma inscrição [...]” (p.612).

“Passes”, “licenças de trânsito”, “passagem”, “ultrapassagem”... a noção de movimento – nele incluímos a errância – ganha relevo e, na alusão ao litoral, o conceito de transgressão – tão comumente discutido na realidade dos “meninos de rua” – se impõe. Dentre as definições destacadas por Marin (2003), ressaltamos, além da infração e da violação o verbo transgredir, no sentido de passar além, infringir, atravessar, violar uma norma; a transgressão, no sentido geológico, que implica a invasão do mar, acarretando a formação de depósitos marinhos onde antes era continente, provocando transformações na costa litorânea. “Criação ou destruição: do que se tratam as transgressões?” (p.96).

Recorremos a alguns autores que, priorizando a vertente da criação e ação inventiva da transgressão, aproxima-nos do que pretendemos pôr em questão para finalizar esta discussão. Frej (2003) destaca que “transgredir é ultrapassar as bordas criadas pela interdição” (p.267), de modo que o interdito – entre um dito e outro – dita a transgressão. Para Szpacenkopf (2002), a transgressão “provoca o desvelamento daquilo que, protegido pela interdição, aguardava apenas um *quantum* de coragem para ser descoberto”, constituindo uma “possibilidade de criação e inovação que precisa ultrapassar o conhecido na tentativa de alcançar novos desconhecidos” (p.37). Birman (2002) enfatiza uma dimensão ética da transgressão, tomada como resistência que ultrapassa limites das normas instituídas, “forjando

fronteiras para se expandir de maneira inventiva” (p.49), cabendo ao analista “acolher essa potência de transgressão e abrir-lhe as portas para sua inscrição no mundo” (p.59). De acordo com Borges (2002), a psicanálise deve “buscar desarticular o instituído em um movimento transgressivo, desfazendo as amarras produzidas pelos dogmas incorporados pelo sujeito.” (p.200).

Por fim, recorremos a Sousa (2014), ao propor que a transgressão, necessária à arte e ao ato criativo, tenta desfazer fronteiras e nos empurra para espaços que evitamos ver. Ao interromper o fluxo das lógicas instituídas, a transgressão revela os avessos das “verdades”, aciona o informe como uma força capaz de mudar posições, abrindo outros espaços de significantes que veiculam outras geografias de mundo.

A psicanálise surge nesta insurreição de que não é suficiente se adequar à vida como ela é. Irreverência contínua às formas instituídas, confrontando o sujeito com a coragem de colocar o pé no litoral e assim produzir a escrita que o singularize diante deste mar. (Sousa, 2007, p.250).

Uma “transgressão que salva” da perversão, da instrumentalização do sujeito como objeto de gozo, sugere Sousa (2014). Uma transgressão, a nosso ver, que tenta “salvar” da imensidão do mar, da prevalência do Real; que resiste à exclusão social e à expulsão do sujeito; que questiona e ultrapassa o instituído e o saber que o norteia. Transgressão, portanto, no sentido acima destacado, como possibilidade inventiva e ato de resistência, do adolescente em situação de rua e daquele que dele se ocupa.

Resistência à morte subjetiva, propõe Douville (2004b), o que impõe o acolhimento aos sinais de vida que os excluídos, muitas vezes, escancaram, não os reduzindo ao ato delinquente em si, mas ao que, desse ato, emerge como apelo. Retomamos a convocação feita pelo autor, numa política de escuta, cuidado e acolhimento, para que a errância não seja tomada como um simples fracasso do laço – como uma abordagem deficitária do sujeito –, mas apreendida como “aposta” fundadora de um laço possível, a partir de suas funções psíquicas e dos sofrimentos psíquicos aos quais ela responde (Douville, 2008).

Como vimos no terceiro capítulo, ao decorrer de uma relação entre sujeitos que ocupam “lugares opostos na estrutura social”, a escuta ao “menino de rua” implica um ser falante, implica romper com o “pacto de silêncio do grupo social a que pertencemos e do qual usufruímos” (Rosa, 2004b, p.155); implica “[...] levantar o recalque que promove a distância social e permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranoicos, com o outro miserável” (p.154).

Ao problematizarmos, no capítulo anterior, o que o agir implica e veicula, propusemos uma subversão da lógica da exclusão social que silencia e destitui o sujeito, uma resistência ao instituído socialmente, também por parte da instituição e da pesquisa, à medida que, ao dar voz a esses adolescentes “amordaçados”, veicula uma possível ultrapassagem do agir por um ato de fala do sujeito.

Sustentar uma intervenção clínica com o “menino de rua” implica, portanto, na escuta ao adolescente, “um ato político de contestação” (Hoffmann, 2004); impõe, a despeito da “pá de gente”, do “monte de urubu”, do imperativo capitalista que o encerra na posição de dejetos, a aposta de que há um sujeito. A escuta psicanalítica é “transgressora em relação aos fundamentos da organização social e implica um rompimento do laço que evita a escuta do sujeito do desejo” (Rosa, 2004b, p.159). Trata-se de um posicionamento ético e político que opera um corte no que aprisiona os “meninos de rua” enquanto dejetos do pacto social, inserindo-os na sua história a qual, apesar de ofuscada pela vivência de rua, ultrapassa-a e os inclui, a partir dos traços que os constituem, para além do real da rua, no campo do desejo.

Em resposta à imensidão do mar, a escrita de rasuras, a construção de um litoral que assegura, como vimos, uma faixa de terra que contém o avanço do mar, permitindo ao “menino de rua” fincar os seus pés. Entre o mar e a terra, o litoral; entre o sujeito e sua escrita, o traço que o singulariza.

Na rasura, um sujeito desejante que se mostra; nesse traço que ele constrói, o tropeço na intervenção, com o inusitado da clínica; no efeito provocado pela inscrição desse traço, um embaraço a desatar na pesquisa. Uma construção, uma escrita do sujeito que, com o traço, cria um tropeço para a “roda”, uma interrupção para a errância, por meio da qual, muitas vezes, num movimento de vida, ele insiste e resiste, invocando no Outro – diante do ravinamento excessivo das águas, que é o mar, “ferido por uma luz excessiva” – novas possibilidades de olhar.

Curiosamente, finalizo esta discussão, evocando um texto utilizado como epígrafe de minha dissertação de mestrado. Um retorno não ao mesmo, mas que resulta, como nas “voltas da repetição”, de um trajeto espiralado para onde a errância da escrita me conduziu, o que permite, na construção de um texto, as idas e vindas por meio das quais retornamos e lançamo-nos, uma vez mais, a cada vez, na busca de novas rasuras.

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:- Me ajuda a olhar!(Eduardo Galeano)

“[...] limites só não bastam, é preciso que haja ‘passes’, licenças de trânsito de um lugar a outro” (Conte et al., 2008, p.612), avanços e recuos – para o “menino de rua”, para Marcos, para Vitor, para a clínica, para a pesquisa...

“MOMENTO DE CONCLUIR”

De tudo ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro (Fernando Sabino).

“Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?” Foi essa a questão que norteou toda a construção desta tese, tendo demarcado, desde o início, a posição de que, a despeito de uma situação de extrema violência, exclusão, dilaceramento e destituição simbólica, é possível sustentar a aposta de haver aí um sujeito. Um sujeito capaz de, com muita sensibilidade e propriedade da realidade por ele vivida, ofertar-nos palavras que, em muitos momentos, intitularam os textos presentes nesta tese. É de um sujeito, portanto, que escutamos: “pá de gente”; “monte de urubu”, “porco no lixo”, “vê se me desimbaça”, “você é uma cata lixo”; “onde fica o cartão de memória?”; “porque vocês se preocupam tanto comigo?”; “eu vinha rodando pela rua”...

Foi sustentando essa aposta no sujeito que demos um lugar privilegiado a Vitor e a Marcos, à medida que o percurso de nossa escrita seguiu os rastros da trajetória de cada um deles. Uma escrita da clínica, uma escrita clínica – movida pelo desejo e pelos efeitos em nossa escuta –, que somente se fez possível ao consentirmos nos tropeços da intervenção; no desnudamento do saber previamente instituído – o que não implica prescindir de um rigor teórico –; no deixar-nos interrogar por histórias, muitas vezes, difíceis de ouvir. Para seguir o fio condutor da trajetória errante de Vitor e de Marcos, foi preciso errar – uma errância inerente à pesquisa –, o que exigiu descentramentos, surpresas férteis que impuseram contínuas construções, desconstruções, reconstruções.

As elaborações realizadas ao longo desta tese, a partir da construção dos casos clínicos, corroboram o relevante trabalho de Olivier Douville, bem como a escolha de termos feito da errância a temática central desta pesquisa, à medida que consideramos ser nesse deslocamento que o sujeito – a depender do encontro com um “endereço simbólico confiável”, com um “ponto de apoio” para o psiquismo – pode, minimamente, aparecer. Foi nesse sentido que nos apoiamos na proposição de Douville (2008) de não se tomar a errância por uma abordagem deficitária do sujeito, por um simples fracasso do laço social, mas de priorizar suas funções psíquicas. Do mesmo modo, recorremos a Lebrun (2010), ao considerar

que a errância pode constituir uma defesa ou invenção do sujeito, uma tentativa de escapar do esmagamento do desejo, do anonimato, do lugar ao qual foi nomeado.

Sustentamos, assim, nesta tese, a posição de que a errância, apesar de apontar a radicalidade da expulsão do sujeito, do não-lugar e da deriva, pode consistir também num movimento de resistência que ancora a vida, uma tomada de posição do sujeito, na busca por um espaço possível de endereçamento, que lhe permita destacar-se da “massa indiferenciada” dos “meninos de rua”. Desse modo, fez-se pertinente a indagação e a busca por um ponto de ancoragem para o sujeito, somente possível de ser ressaltado no caso a caso, no ponto que singulariza o adolescente em situação de rua.

O Traço do Caso, portanto, constituiu outra escolha pertinente em nossa pesquisa, tendo em vista que a construção do caso clínico permitiu destacar o sujeito, naquilo que, na transferência, no confronto com “embarços a desatar”, emergiu como traço, uma “surpresa de um efeito de sujeito”. Destacamos, em Vitor e Marcos, questões peculiares – no que diz respeito à construção do discurso, à relação com o tempo e o espaço, à força de vida e resistência, nem sempre tão escancarada no universo dos “meninos de rua” –, as quais resultaram na escolha pela história desses dois adolescentes como casos clínicos desta tese. Embora Vitor e Marcos tenham nos permitido elucidar a questão da errância, não propusemos uma generalização para o público “menino de rua”, mas, naquilo que constitui uma construção singular de autoria, dar visibilidade a essa realidade, em meio a aproximações e distanciamentos.

A *Aufhebung* freudiana e a topologia lacaniana do nó borromeu, situados nesta tese como “operadores teórico-clínicos”, constituíram campos férteis que ratificaram, junto ao Traço do Caso, um modo singular de invenção do sujeito. Dessa forma, diante de uma realidade marcada por uma fluidez sem ponto de ancoragem, uma falta de nitidez entre as fronteiras, uma diluição que esgarça o tempo e o espaço, uma exposição em demasia do Real, “cada um tece seu nó”, conforme propõe Lacan (1973-74/2010a).

A despeito da “pá de gente” e do necessário encontro com um referente simbólico – posto que sua ausência lança ao vazio os apelos do “menino de rua” –, há, portanto, um movimento que é próprio ao sujeito, podendo fazer de sua errância um traçado de uma experiência singular. Assim, no caminho percorrido por algumas temáticas evocadas na construção do caso, alguns pontos de interrogação se colocaram, sustentando a necessária tensão, concernente à clínica e à pesquisa, entre o universal e o singular (Vorcaro, 2010a).

Ao discutirmos a exclusão social, por exemplo, deparamo-nos com uma exclusão do sujeito – remetendo ao lugar psíquico que, em sua origem, é-lhe atribuído. Falamos, assim, da

exclusão em termos de uma expulsão de Vitor e Marcos da cena familiar, não lhes permitindo situar-se no desejo do Outro, ancorar-se numa filiação simbólica, donde a proposição, no atravessamento entre a exclusão social e a do sujeito, de uma “marca da exclusão”. Nesse cenário, a nominação e o nome próprio se evidenciaram no encontro com o que, na errância de Vitor e de Marcos, apontou um apelo pela atribuição e apropriação de um nome, na função de nele encontrar uma âncora capaz de situá-los num ponto determinado do espaço. Um nome, uma nominação simbólica que, não tendo sido assegurada pelo Outro, constituiu, de certo modo, um trabalho psíquico de construção e invenção realizado pelos dois adolescentes.

Retomamos, nesse ponto, a indagação que fizemos acerca da operação adolescente, enquanto tempo lógico de construção do fantasma, diante da constatação da destituição de uma consistência imaginária do Outro que até então ancorava o sujeito. Na ocasião, destacamos que essa consistência parece nunca ter sido assegurada ao “menino de rua”, não lhe tendo sido oferecidos o tempo, o espaço e os recursos psíquicos necessários para a construção de sua história. Enfatizamos que, embora situados no tempo cronológico da adolescência, o rompimento com a família dá-se, para muitos deles, ainda na infância. Interrogamos, então, se se trata de uma passagem para a cena social ou de um rompimento radical, a partir do qual se fez necessário, para Vitor e Marcos, recorrer ainda a um tempo infantil para a construção de uma ficção primeira. No entanto, mesmo configurando uma construção precária, algo de um trabalho psíquico operou na errância, o que nos faz apontar a construção da ficção como um possível ponto de ancoragem para o sujeito.

Acrescentamos, a esse trabalho psíquico, uma relação singular com o tempo. Apesar de destacarmos, na realidade do “menino de rua”, uma continuidade do tempo, sem ritmo e sem marcadores que balizam a vida humana, Vitor e Marcos fizeram, também, do tempo um ponto de ancoragem, como vimos com a contagem de Vitor e com a referência de Marcos aos tempos verbais que o permitiam, mesmo sem precisão, situar-se em sua história. Surge, assim, uma dialética, tendo em vista que neles também identificamos o imediatismo concernente à sobrevivência nas ruas, a fluidez sem nenhuma ancoragem na errância de Marcos, que “vinha rodando pela rua”.

Trata-se de uma dialética que nos impõe uma necessária problematização no que discutimos acerca do “puro entre”, da radical exclusão do sujeito, da coexistência da vida e da morte na trajetória de Vitor. Se, por um lado, o “puro entre” define bem a crueza, a destituição simbólica, a desumanização do sujeito, consideramos, na contagem dos dias em que Vitor esteve longe da família, que algo de uma referência familiar, de uma filiação – mesmo não simbólica –, permitiu a construção por ele realizada.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ele é lançado ao “puro entre” que é a rua, há algo que lhe permite escapar a esse “puro entre”; ao mesmo tempo em que resiste ao “lugar do morto”, na rua, é também com uma morte simbólica e com a possibilidade iminente de uma morte real que Vitor se depara. E, ainda, ao mesmo tempo em que o pedido dos brincos faz apelo a uma filiação, é por ter algo nele inscrito de um traço anterior – mesmo que no real do objeto dado por seu avô – que Vitor pode fazer esse pedido.

Embora “expulso” como “mau elemento” – no caso de Vitor –, como “marginal” – no caso de Marcos –, talvez nem todos os significantes a eles transmitidos tenham apontado para uma exclusão radical – apesar de na rua ser da radicalidade de uma exclusão que se trata. Sustentamos, assim, a posição de que, mesmo que de forma inconsistente e precária, há um fio que, de alguma forma, os direciona e sustenta. Um fio, quem sabe, ainda não rompido completamente, que pode ter sido por eles fisgado ou construído, ou ainda, que se encontra em vias de construção, permitindo-lhes “escapar” da estagnação que configura as errâncias mais radicais – como observamos em alguns “meninos de rua”. Ratificamos, desse modo, a relevância da construção e da autoria na trajetória de Vitor e de Marcos, corroborando a função psíquica da errância bem como a aposta no sujeito, no necessário encontro com o Outro.

No encontro com adolescentes marcados pela crueza do real da rua e por uma história de invasões no real do corpo, é o Real que insiste e se impõe à escuta; é preciso “fazer com” o Real, destaca Sciara (2006). Uma clínica, portanto, impôs-se à nossa prática que, a nosso ver, somente se sustenta ao considerar o Real na cena, não prescindindo dele, pois é de sua insistência que se trata. Destacamos, assim, a relevância de uma clínica borromeana para o adolescente em situação de rua, situando a relevância do corte operado pela palavra na criação de espaços psíquicos, a possibilidade de suplência aos lapsos do nó, o enodamento entre o sujeito, a família e a rua.

Apontamos a instituição como um possível – muitas vezes, essencial – ponto de ancoragem para o sujeito; endereço simbólico que permitiu, por exemplo, toda a construção realizada por Vitor, bem como uma parada no movimento errante de Marcos. “Possível” porque, mesmo situando-se no espaço “entre”, permitindo a ultrapassagem, por exemplo, da marca da exclusão pelo traço do nome, ela se faz “entre”, enodando e legitimando outros possíveis pontos de ancoragem. Consideramos bastante pertinente o alerta de Douville (2010, p.84) ao destacar uma cautela necessária diante da dificuldade, por parte de alguns profissionais, para resistir a uma “posição megalomaníaca” – “[...] de ser, finalmente, e pela

primeira vez, o primeiro outro com o qual eles podem contar. De ser, praticamente, pela última vez, o último outro, aquele que eles procuravam, sem saber que o procuravam”.

Estendemos a ressalva às políticas públicas e práticas institucionais, destacando o necessário consentimento de que, para atuar enquanto “ajuda estrangeira”, é preciso, enquanto operador social, estar igualmente submetido ao corte que obstaculiza o gozo irrestrito. Um corte que, enquanto intervenção, interdito social, é constitutivo do humano, não devendo confundir-se com a mutilação social à qual parte da população está sujeita. A medida da eficácia passa, portanto, pelo reconhecimento dessa intervenção que as humaniza (as políticas e as práticas), permitindo, somente assim, a apreensão dos “meninos de rua” enquanto sujeitos portadores de direitos e deveres, não reduzidos a meros receptáculos em nível da necessidade.

Diante do que discutimos, neste momento, indagamos o título que nomeou esta tese. Conforme vimos, no quarto capítulo, a pluralização do Nome-do-Pai implicou que não mais um único significante se imponha como referencial para todos, mas aquilo que constitui ponto de limite para cada um – “não mais o mesmo Pai para todos, mas a cada um o seu” (Lebrun, 2010, p.87). Do mesmo modo, sugerimos pluralizar o “ponto de ancoragem”, visto que tanto Marcos como Vitor fizeram-nos deparar – na referência ao tempo, ao espaço, ao nome, à instituição, à ficção – com “pontos” de ancoragem. Para cada um, naquilo que os destaca da “pá de gente”, é possível e necessário pensar numa trajetória própria; a cada um, portanto, um ou uns ponto(s) de ancoragem.

Ao término desta pesquisa, confrontamo-nos com o que consideramos dar vida e fazer avançar a clínica: os furos no saber e os tropeços com os quais nos deparamos. Para alguns, o encontro de respostas possíveis; para outros, questões em aberto que nos lançam para novas construções. Fica o desejo de que as inquietações com as quais encerramos nossa escrita possam permitir avançar em novas elaborações. O desejo de, ao término deste trabalho, cumprirmos a “função política da escrita” (Rouzel, 2009). Trata-se de conjugar o saber-fazer com o fazer saber, possibilitando, na transmissão do que a clínica nos ensina, a consolidação de políticas públicas e a construção de práticas clínicas que apostem no sujeito.

Uma aposta no “menino de rua”, que exige, como vimos, ultrapassar e transgredir o instituído socialmente; que exige romper com o pacto de silêncio que nos protege. “Protege” não pela diferença absoluta entre a inclusão e a exclusão, mas pelo que nesse “sujeito excluído” – que por ser, em algum ponto, semelhante, precisa pagar o preço da exclusão, da indiferença, da humilhação –, confronta-nos com o que há de mais vulnerável e ameaçador no humano. Retomamos a alusão, com que iniciamos a introdução desta tese, ao texto de Kafka – que situa o leitor na posição desconfortável do jovem Gregor – e destacamos que é mesmo

ameaçador o confronto com o extremo da violência, da degradação e da destituição do sujeito; o confronto com esse humano, mesmo que detrito a ser execrado; com esse inseto que, na metamorfose, escancara aquilo que há de mais estranho, porém de mais familiar no humano.

Destacamos, assim, além de uma clínica que acolha o sujeito, o compromisso ético e político que provoque, no outro e em nós mesmos, o necessário consentimento em romper com as amarras e com um abismo que se faz, muitas vezes, intransponível entre o “menino de rua” e o sujeito do desejo. Naquilo que se fez possível nesta pesquisa, ratificamos um ato inventivo de criação – o de Vitor, o de Marcos, o da instituição, o nosso –, que resiste e transgride o instituído da exclusão, do saber, das práticas sedimentadas. Trata-se de buscar, no litoral, um pedaço de terra firme para o sujeito, pontos de ancoragem que permitam, ao ligar o “puro entre” a alguma coisa ou, para além dele, instituir um “entre” que enoda e faz laço social.

Recorremos a Lacan (1998d) – diante do percurso, dos percalços, dos tropeços e dos avanços que se fizeram possíveis nesta tese –, ao que, neste momento, passados, poderíamos dizer, o “instante de ver” e o “tempo de compreender”, é chegado o “momento de concluir”. “Momento de concluir” no desejo de que, naquilo que se fez inapreensível, abra, ainda, para muitos outros “instantes de ver”, na busca, por meio de uma errância necessária na clínica e na pesquisa, por novos tropeços e novos pontos de ancoragem para o fazer clínico.

Endereçando-me a Vitor e a Marcos, fica o agradecimento e o reconhecimento pelo que, na errância deles e na confiança depositada em minha escuta, permitiu ancorar e nortear minha escrita; a expectativa de que a ficção construída, a partir dos efeitos desta escuta em mim, tenha destacado, efetivamente, traços importantes de suas histórias; o desejo de que Vitor tenha encontrado mais vida, a despeito da morte; de que Marcos não mais precise “rodar pela rua”. Entre a ilusão e a aposta, fiquemos com a aposta!

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (1997). *Homo Sacer. Le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Éditions du Seuil.
- Alberti, S. (2000). *O discurso capitalista e o mal-estar na cultura*. Recuperado em 03 de fevereiro de 2015, de <http://www.berggasse19.psc.br/site/wp-content/uploads/2012/07/19133239-Sonia-Alberti-O-Discurso-Do-Capitalist-A-e-o-Mal-Estar-Na-Cultura-1.pdf>.
- Altoé, S. (2012). Les enjeux d'une clinique de l'enfant et de l'adolescent en situation de vulnérabilité sociale à Rio de Janeiro. *Psychologie Clinique*, 1(33), 174-186.
- Assoun, P-L. (2005). Précarité du sujet, objet de la demande. Préjudice et précarité à l'épreuve de la psychanalyse. *Cliniques méditerranéennes*, 2(72), 7-16.
- Aubry, J. (2005). Traces et histoires. *Che vuoi ?*, 1(23), 103-111.
- Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação. Do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Aulagnier, P. (1990). *Um intérprete em busca de sentido –I*. Tradução: Regina Steffen. São Paulo: Escuta.
- Aulagnier, P. (2011). Angústia e identificação. In Lacan, J. *A Identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos, 276-292.
- Barros, P.C.M. (2006). *“Tá imbaçado”: uma demanda de reconhecimento na e pela violência de crianças e adolescentes em situação de rua*. Monografia de Especialização em Psicologia Clínica. Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem, Recife.
- Barros, P.C.M. (2009). *“Vê se me desimbaça”: do apelo à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua*. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Barros, P.C.M. & Frej, N.Z. (2013). “Meninos de rua”: “uma carta, uma letra, um lixo”. In *Topos. A criança e o adolescente no século XXI. As condições do advento do sujeito na atualidade*. Salvador: Espaço Moebius, p.33-40.
- Bergès, J. & Balbo, G. (2002). *Jogo de Posições da mãe e da criança. Ensaio sobre o transitivismo*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Bergès, J. & Balbo, G. (2004). A letra e o significante. In Melman, C.M. et al. *O significante, a letra e o objeto*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 57-60.
- Bergès, J. & Balbo, G. (2010). *Psicoterapias de criança, crianças em psicanálise*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Bergès, J. (2011). Le corps de l'enfant, corps parlé, imaginé ou stigmatisé ? In Bergès-

- Boune, M. & Forget, J.-M. (dir.) *Le corps, porte-parole de l'enfant et de l'adolescent*. Toulouse : Érès, 23-34.
- Bernardino, L.M.F. (2010). O traço do caso na clínica psicanalítica com crianças e adolescentes. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 1(38), 20-28.
- Bernichi, A. (2013). Enfants de la rue de Casablanca: enfants et adolescents « exilés dehors ». *Adolescence*, 3(31), 531-540.
- Bidaud, E., Rassial, J.J. & Douville, O. (2002). Entrevista. Os nós adolescentes. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Clínica da Adolescência*, 23, 127-137.
- Birman, J. (2002). Nas bordas da transgressão. In Plastino, C.A. (org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p.43-61.
- Borges, H. (2002). A arte dos começos. In Plastino, C.A. (org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p.199-203.
- Bousseyroux, M. (2014). *Lacan le borroméen. Creuser le nœud*. Toulouse: Érès Éditions.
- Brémond, B. (2010a). Psychopathologie de la pratique quotidienne. In Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 118-125.
- Brémond, B. (2010b). La bouteille, commentaire (de) l'hystérie dans la psychanalyse ? In Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 65-70.
- Brémond, B. (2010c). Pas toute la vérité. In Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 162-172.
- Cacciali, J.L. (2010). L'anorexie-boulimie, une addiction au Réel ? *La Revue Lacanienne. Les implications cliniques du nœud borroméen*. Paris: Éditions Érès, 6, 47-50.
- Calligaris, C. (2000). *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Carmo, V.S. (2011). *Anonimato de vida e de morte: contemporaneidade e laço social na adolescência*. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Ciências da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Capanema, C.A. (2015). *A contingência da paternidade como forma de amarração do quarto elo do nó borromeano na adolescência*. Tese de doutorado. Pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Cathelineau, P.C. (2010). Nomination réelle. *La Revue Lacanienne. Les implications cliniques du nœud borroméen*. Paris: Éditions Érès, 6, 79-84.
- Catrini, M. (2005). *A marca do caso: singularidade e clínica de linguagem*. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo.

- Charreton, G., Mathieu, F. & Pitici, C. (2012). La scène errante : en quête d'un domicile fixe dans l'autre. Les bénéfices psychiques de la visibilité des sujets SDF au regard des fantasmes originaires. *Psychologie Clinique*, 1(33), 125-137.
- Chemama, R. (2007). Discurso. In Chemama, R. & Vandermersch, B. *Dicionário de Psicanálise*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 103-105.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (18a ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.
- Conte, M., Henn, C., Oliveira, C.S. & Wolff, M.P. (2008). “Passes” e impasses: adolescência-drogas-lei. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. 11(4), 602-615.
- Costa, A. (2003). *Tatuagem e marcas corporais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Czermak, M. (2008). Présentation des journées. In Czermak, M. & Veken, C. (coord.). *Les jardins de l'asile. Questions de Clinique usitée et inusitée*. Paris: Association Lacanienne Internationale, 10-11.
- D'Agord, M. R. L. (2001). Uma construção de caso na aprendizagem. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 1(1), 12-21.
- D'Agord, M.R.L. (2005). Um método para estudo e construção do caso em psicopatologia. *Ágora*, 8(1), 107-122.
- Dal Pont, I. (2011). Le corps comme l'endroit d'une écriture. In Bergès-Bounes, M. & Forget, J.-M. (dir.) *Le corps, porte-parole de l'enfant et de l'adolescent*. Toulouse : Érès, 275-284.
- DaMatta, R. (1991). *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.
- Darchis, E. (2000). L'instauration de la parentalité et ses avatars. Le divan familial – blessures de la filiation. *Revue de thérapie familiale psychanalytique*, 5, 27-42.
- Darmon, M. (2010). Serre-moi fort. *La Revue Lacanienne. Les implications cliniques du nœud borroméen*. Paris: Éditions Érès, 6, 11-16.
- Decreto nº 7.053*. (2009). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e dá outras providências. Brasília, DF.
- Didier-Weill, A. (1988). A Escansão. In *Lacan e a clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contracapa, 11-40.
- Douville, O. (2002). Fundações subjetivas dos lugares na adolescência. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Clínica da Adolescência*, 23, 76-89.
- Douville, O. (2003). Avec les enfants des rues à Bamako. La nécessité d'une approche

- pragmatique et avertie. *Enfances & Psy*, 2(22), 143-149.
- Douville, O. (2004a). Fondations subjectives du temps à l'adolescence. *Adolescence*, 4(50), 767-780.
- Douville, O. (2004b). Exclusions et corps extrêmes. *Champ psy*, 35, 89-104.
- Douville, O. (2008). *De l'adolescence errante. Variations sur les non-lieux de nos modernités*. Nantes: Pleins Feux.
- Douville, O. (2010). Les fonctions psychiques de l'errance. *Psychologie Clinique*, 2(30), 80-93.
- Douville, O. (2012a). Le clinicien face à la précarisation de l'existence. In Douville, O. (coord.) *Clinique psychanalytique de l'exclusion*. Paris : Dunod, 1-11.
- Douville, O. (2012b). Sur le travail d'accompagnement des jeunes en errance : un éclairage africain. Les concepts. *VST - Vie sociale et traitements*, 116(4), 132-135.
- Douville, O. (2012c). Grandes exclusions et corps extrêmes : de la fabrique du paria. In Douville, O. (coord.) *Clinique psychanalytique de l'exclusion*. Paris : Dunod, 165-188.
- Douville, O. & Degorge, V. (2012). Quelle vie psychique se fige et se reprend dans l'errance adolescente ? In Douville, O. (coord.) *Clinique psychanalytique de l'exclusion*. Paris: Dunod, 109-133.
- Douville, O. (2013). Situations et destinées des enfants et des adolescents dans la guerre en Afrique. *Études sur la mort*, 2(144), 55-68.
- Drieu, D. et al. (2010). Parcours des adolescents vulnérables à la sortie du système de la protection de l'enfance - Réflexion sur les différentes violences en jeu et sur les alternatives de prises en charge. *Psychologie Clinique*, 2(30), 49-62.
- Dumézil, C. (2010a). Parcours dans la structure. In Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 135-142.
- Dumézil, C. (2010b). Les raisons d'un séminaire. In: Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 41-58.
- Dumézil, C. (2010c). L'originaire dans la cure. In Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 154-161.
- Eiguer, A. (1998). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco.
- Elia, L. (1999). A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(3).
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In Alberti, S. & Elia, L. *Clínica e Pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

- Elia, L. (2010). Clínica e pesquisa na instituição pública de tratamento de crianças e adolescentes autistas e psicóticos. In Ferraro, M.A.G. (org.). *Psicanálise: investigação e pesquisa*. Curitiba: Juruá Editora, 87-108.
- Enriquez, E. (1999). *Da Horda ao Estado. Psicanálise do Vínculo Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Estatuto da Criança e do Adolescente*. (2005). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação.
- Fernandes, F. L. (2007). *O que é Clínica do Traço*. Recuperado em 12 de novembro de 2014, de <http://tempofreudiano.com.br/site/artigos/detalhe.asp?cod=56>.
- Ferreira, T. (2001). *Os meninos e a Rua. Uma interpelação à Psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Figueiredo, A.C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 75-86.
- Forget, J.M. (2008). *Les troubles du comportement: où est l'embrouille?* Toulouse: Érès. Collection Psychanalyse et clinique.
- Forget, J.M. (2009). Os sintomas não são mais sintomas. In Morais, M.F. & Lyra, M.A. (orgs.). *A criança e o adolescente no Século XXI. Desafios psicanalíticos, políticos e sociais*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 177-185.
- Forget, J.M. (2010). La topologie, les actes et le transfert. *La Revue Lacanienne. Les implications cliniques du nœud borroméen*. Paris: Éditions Érès, 6, 43-46.
- Forget, J.M. (2011). Le corps de l'enfant sous toutes ses coutures. In Bergès-Bounes, M. & Forget, J.-M. (org.). *Le corps, porte-parole de l'enfant et de l'adolescent*. Toulouse: Érès, 11-22.
- Frej, N.Z. (2003). *Le don du nom et son empêchement: au sujet des enfants de rue au Brésil*. Tese de Doutorado, Universidade Paris XIII, Paris.
- Frej, N.Z. (2005). *Ao longo do caminho tem uma pedra*. Trabalho apresentado na Reunião Lacanoamericana de Psicanálise, Florianópolis.
- Frej, N. Z. (2007a). *Limites, Fronteiras e Endereçamentos entre mãe e criança*. Projeto de Pesquisa, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Frej, N. Z. (2007b). Non liquet. In *Scriptura 3. Leituras do Homem dos Lobos*. Porto Alegre.
- Frej, N. Z. (2007c). Com um Grande X. In Costa, A. & Rinaldi, D. (orgs.) *Escrita e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 147-156.

- Freud, S. (1956). Esquisse d'une psychologie scientifique. *Naissance de la Psychanalyse*. Paris: PUF, 307-396.
- Freud, S. (1996). Projeto para uma Psicologia Científica. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.IX). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.VIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.X). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909).
- Freud, S. (1996). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XI). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910).
- Freud, S. (1996). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912).
- Freud, S. (1996). Totem e tabu. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1996). A história do movimento psicanalítico. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914a).
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914b).
- Freud, S. (1996). O Instinto e suas Vicissitudes. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996). Conferência XVIII. Fixação em traumas – O Inconsciente. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XVI). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917a).
- Freud, S. (1996). Luto e Melancolia. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917b).
- Freud, S. (1996). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XVII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1919a).
- Freud, S. (1996). O 'Estranho'. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XVII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1919b).
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XVIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996). Psicologia de Grupo e Análise do ego. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XVIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).

- Freud, S. (1996). A Dissolução do Complexo de Édipo. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (1996). A Negativa. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925).
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XXI). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (1996). Construções em análise. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937).
- Freud, S. (1996). Moisés e o Monoteísmo. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1939).
- Frignet, H. (2007). Nó. In Chemama, R. & Vandermersch, B. *Dicionário de Psicanálise*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 265-268.
- Froissart, J. (2011). Corps a/voir. In Bergès-Bounes, M. & Forget, J.-M. (orgs.) *Le corps, porte-parole de l'enfant et de l'adolescent*. Toulouse: Érès, 217-228.
- Fuks, B.B. (2000). *Freud e a Judeidade. A vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Fundação Joaquim Nabuco; Centro de Cultura Luiz Freire; Prefeitura Municipal de Olinda. (2007). *Levantamento dos meninos e meninas em situação de rua na cidade de Olinda*.
- Haie, B. & Douville, O. (2007). Le mathème du fantasme à l'adolescence. *Psychologie Française*, 52, 123-136.
- Haie, B. & Rassial, J.J. (2008). L'adolescence : moment de construction du sinthome ou de refonte du fantasme ? *Adolescence*, 1(63), 237-247.
- Harly, A. (2010). Hypothèses nodales sur l'hyperactivité infantile. *La Revue Lacanienne. Les implications cliniques du nœud borroméen*. Paris: Éditions Érès, 6, 37-42.
- Hiltenbrand, J.P. (2004). Letra simbólica, letra real? In Melman, C. et al. *O significante, a letra e o objeto*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 75-80.
- Hiltenbrand, J.P. (2007). Simbólico. In Chemama, R. & Vandermersch, B. *Dicionário de Psicanálise*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 348-351.
- Hoffmann, C. (2001). Au cœur des ténèbres : l'amour du Prince. In Houballah, A., Gori, R. & Hoffmann, C. *Pourquoi la violence des adolescents? Voix croisées entre Occident et Orient*. Ramonville Saint-Agne: Érès, 71-98.
- Hoffmann, C. (2004). L'adolescence, du père au pire. *Figures de la psychanalyse*, 1(9), 9-12.

- Hoffmann, C. (2007). Violences. In Hoffmann, C. *Des cerveaux et des hommes : nouvelles recherches psychanalytiques*. Ramonville Saint-Agne: Erès, 84-96.
- Houbballah, A. (2001). Logique de la violence et ordre symbolique. In Houbballah, A., Gori, R. & Hoffmann, C. *Pourquoi la violence des adolescents? Voix croisées entre Occident et Orient*. Ramonville Saint-Agne: Érès, 31-42.
- Hyppolite, J. (1998). Comentário falado sobre a *Verneinung* de Freud. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 879-902.
- Jeanvoine, M. (2010). RSI, mon nom pour la psychanalyse. *La Revue Lacanienne. Les implications cliniques du nœud borroméen*. Paris: Éditions Érès, 6, 17-20.
- Jerusalinsky, A. (2010). Campos e fundamentos da pesquisa psicanalítica. In Ferraro, M.A.G. (org.). *Psicanálise: investigação e pesquisa*. Curitiba: Juruá Editora, 15-30.
- Joyce, J. (2013). *Um retrato do artista quando jovem*. São Paulo: Hedra. Tradução de Elton Mesquita.
- Kaës, R. (2002). O interesse da psicanálise para considerar a realidade psíquica da instituição. In Correa, O.B.R. (org.), *Vínculos e Instituições. Uma escuta psicanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Kafka, F. (2010). *La Métamorphose*. Paris: Flammarion.
- Kaufmann, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1968). Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École. Scilicet. Première année: 1968. *Revue paraissant au champ freudien*, collection dirigée par J.Lacan. Paris: Éditions du Seuil.
- Lacan, J. (1967/2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 248-264.
- Lacan, J. (1969/2003). Nota sobre a criança. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 369-370.
- Lacan, J. (1975a). *Le Séminaire*. Les écrits techniques de Freud. Paris: Éditions du Seuil.
- Lacan, J. (1975b). *Conferência em Genebra sobre o sintoma*. Recuperado em 15 de agosto de 2015 de <http://www.campopsicanalitico.com.br/media/1065/conferencia-em-genebra-sobre-o-sintoma.pdf>.
- Lacan, J. (1981). *O Seminário*. Os escritos técnicos de Freud. Livro 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1953-1954).
- Lacan, J. (1985a). *O Seminário*. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Livro 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1954-1955).

- Lacan, J. (1985b). *O Seminário*. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Livro 11. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário*. O avesso da psicanálise. Livro 17. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1995). *O Seminário*. A relação de objeto. Livro 4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1956-1957).
- Lacan, J. (1998a). O Seminário sobre “A carta roubada”. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 13-66.
- Lacan, J. (1998c). O estádio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 96-103.
- Lacan, J. (1998b). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 653-691.
- Lacan, J. (1998d). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 197-213.
- Lacan, J. (1998e). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 807-842.
- Lacan, J. (1999). *O Seminário*. As formações do inconsciente. Livro 5. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2002). *R.S.I.* Paris: Éditions de l’Association Lacanienne Internationale. (Original publicado em 1974-1975).
- Lacan, J. (2003). Lituraterra. In *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 15-25.
- Lacan, J. (2005). *O Seminário*. A angústia. Livro 10. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1962-1963).
- Lacan, J. (2007). *O Seminário*. O Sinthoma. Livro 23. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1975-1976).
- Lacan, J. (2010a). *Les non-dupes errent*. Paris: Éditions de l’Association Lacanienne Internationale. (Original publicado em 1973-1974).
- Lacan, J. (2010b). La Troisième. In *Les non-dupes errent*. Paris: Éditions de l’Association Lacanienne Internationale, 257-282 (Original publicado em 1973-1974).
- Lacan, J. (2011). *A identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Original publicado em 1961-1962).
- Laznik-Penot, M.C. (1989). Seria a Criança Psicótica “Carta Roubada”? In Souza, A.M. *Psicanálise de Crianças. Volume 1 – Interrogações clínico-teóricas*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Lebrun, J.P. (2004). *Um Mundo sem Limite. Ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lebrun J.P. (2004b). Changer de nom: manquer à perdre. *La clinique lacanienne*, 1(7), 181-189.
- Lebrun, J.P. (2008a). Uma lógica infernal. In Gediel, J.A.P. & Mercer, V.R. *Violência, paixão & discursos. O avesso dos silêncios*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Lebrun, J.P. (2008b). *O futuro do ódio*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Lebrun, J.P. (2009). *Clínica da instituição. O que a psicanálise contribui para a vida coletiva*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Lebrun, J.P. (2010). *O Mal-estar na subjetivação*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Leconte, J.-J. (2013). Retour sur le divan. *Analyse Freudienne Presse*, 1(20), 65-76.
- Leroy, P. (2010). Envoi. Le Trait du Cas à l'école du sujet. In Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 219-226.
- Lesourd, S. (2001). Violences réelles de l'adolescence. In R. Gori et al. (Eds.). *Pourquoi la violence des adolescents?* France: Érès.
- Lortholary, B. (2010). Présentation. In Kafka, F. *La Métamorphose*. Paris: Flammarion.
- Lucchini, R. (2003). A Criança em situação de rua: uma realidade complexa. In Rizzini, I. (coord.). *Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Lussier, V. (2007). Entre l'indicible et l'errance, l'acte-signe de l'itinérance. *Topique*, 2(99), 129-138.
- Marin, I. S. K. (2002). *Violências*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Marin, I.K. (2003). Violência e transgressão: interrogando a adolescência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 6(3), 94-109.
- Melman, C. (1992). Incidências subjetivas do bilinguismo. In *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*, 15-29.
- Melman, C. (2000). *Alcoolismo, Delinquência, Toxicomania. Uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta.

- Melman, C. (2006). Pour conclure. In Bélot-Fourcade et al. *Que serait um travail social qui ne serait ni théologique, ni politique ? La psychanalyse apporte-t-elle une réponse humaniste?* Paris: Éditions de l'Association Lacanienne Internationale, 249-254.
- Melman, C. (2008). Remarques. In Czermak, M. & Veken, C. (coords.). *Les jardins de l'asile. Questions de Clinique usitée et inusitée.* Paris: Association Lacanienne Internationale, 287-296.
- Mouras, J-P. (2012). Soumissions marginales: à la recherche d'un temps perdu ou encore quelle clinique des addictions? In Douville, O. (coord.). *Clinique psychanalytique de l'exclusion.* Paris: Dunod, 209-242.
- Pellegrino, H. (1987). Pacto Edípico e Pacto Social. In Py, L. A. (org.), *Grupo sobre grupo.* Rio de Janeiro: Rocco.
- Poe, E.A. (1981). A carta roubada. In *Histórias Extraordinárias.* São Paulo: Abril Cultural. Tradução de Brenno Silveira e outros.
- Poli, M. C. (2005). *Clínica da Exclusão. A construção do fantasma e o sujeito adolescente.* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pommier, G. (2013). *Le nom propre. Fonctions logiques et inconscientes.* Paris: Presses Universitaires de France.
- Porge (1998). *Os nomes do pai em Jacques Lacan. Pontuações e problemáticas.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Porge, E. (2008). L'erre de la métaphore. *Essaim*, 2(21), 17-44.
- Porge, E. (2012). *Lettres du symptôme. Versions de l'identification.* Toulouse : Éditions Érès.
- Quinet, A (2013). *O desejo entre errâncias e acertâncias.* Recuperado em 08 de março de 2015 de <http://campolacanianobh.com.br/o-desejo-entre-errancias-e-acertancias-por-antonio-quinet/>.
- Rassial, J.-J. (1997). *A passagem adolescente. Da família ao laço social.* Porto Alegre: Artes e ofícios.
- Rassial, J.-J. (1999). O sinthoma adolescente. *Estilos da clínica*, 4(6), 89-93.
- Rinaldi, D. (2009). O traço como marca do sujeito. In Lima, M.M. & Jorge, M.A.C. (orgs.) *Saber fazer com o Real. Diálogos entre psicanálise e arte.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Rinaldi, D.L. & Alberti, S. (2009). Psicanálise, Saúde Mental e Universidade. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 9(2), 533-545.
- Rizzini, I., Barker, G. & Cassaniga, N. (1999). Políticas sociais em transformação: crianças e

adolescentes na era dos direitos. *Educar em Revista*, 15.

- Rizzini, I. & Butler, U.M. (2003). Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In Rizzini, I. (coord.). (2003) *Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Rosa, M.D. (1999). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10(2), 205-217.
- Rosa, M. D. (2004a). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348.
- Rosa, M. D. (2004b). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *Adolescência: um problema de fronteiras*. Porto Alegre: APPOA, 148-161.
- Rosa, M.D. & Poli, M.C. (2009). Experiência e linguagem como estratégias de resistência. *Psicologia & Sociedade*, 21, 5-12.
- Rosa, M.D., Berta, S.L., Carignato, T.T. & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(3), 497-511.
- Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos. A utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188.
- Rosa, M.D. (2012). Migrantes, Imigrantes e Refugiados: a Clínica do Traumático. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 7, 67-76.
- Rouzel, J. (2009). L'écriture comme lieu-dit de la clinique. *Vie sociale*, 2(2), 35-44.
- Safatle, V. (2014). Aquele que diz “Não”: sobre um modo peculiar de falar de si. In Carone, M. *A Negação. Sigmund Freud*, 34-53.
- Salducci, E. (2007). Imaginário. In Chemama, R. & Vandermersch, B. *Dicionário de Psicanálise*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 195-197.
- Santurenne, F. (2008). Façons de faire. In Czermak, M. & Veken, C. (coords.). *Les jardins de l'asile. Questions de Clinique usitée et inusitée*. Paris: Association Lacanienne Internationale, 13-18.
- Sciara, L. (2006). Qu'attendre du psychanalyste dans une institution dite sociale ? In Bélot-Fourcade et al. *Que serait un travail social qui ne serait ni théologique, ni politique ? La psychanalyse apporte-t-elle une réponse humaniste ?* Paris: Éditions de l'Association Lacanienne Internationale, 33-42.
- Segers, M.-J. (2009). *De l'exil à l'errance*. Toulouse: Érès éditions.

- Siqueira, A. A. (2008). *Atrasos de aquisição de linguagem: algumas considerações sobre o processo de espelhamento*. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Psicologia Cognitiva. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Siqueira, E.R.A. (2010). O efeito de gozo de um significante do Outro. *Letra Clínica. Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, 67-73.
- Siqueira, E.R.A. (2013). *Corpo escrito: um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais*. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Sobral, M.L. (2008). *Trajetórias de Vida: um estudo sobre a complexidade da experiência na rua*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Sousa, E.L.A. (2007). Escrita das utopias: litoral, literal, litoral. In Costa, A. & Rinaldi, D. (orgs.). *Escrita e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud: UERJ, 239-253.
- Sousa, E.L.A. & Goldmeier, P. (2008). Juventude em tempos de violência. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 8(4), 991-1020.
- Sousa, E.L.A. (2014). A transgressão que salva. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(3), 787-796.
- Souza, O. (1991). Reflexão sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In Aragão, L. T. et al. *Clínica do Social: ensaios*. São Paulo: Escuta.
- Szpacenkopf, M.I.O. (2002). Um espaço para a instituição e para a transgressão. In Plastino, C.A. (org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 35-42.
- Takeuti, N. M. (2002). *No outro lado do Espelho. A Fratura Social e as Pulsões Juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Tauber, B. (2010). Un signifiant, un dispositif. In Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 59-64.
- Tyszler, J. J. (s/d). *Os cruzados do universal*. Recuperado em 10 de novembro de 2014, de <http://tempofreudiano.com.br/site/artigos/detalhe.asp?cod=63>
- Tyszler, J.J. (2011a). *As metamorfoses do objeto. Clínica da pulsão, da fantasia e da letra*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.
- Tyszler, J.J. (2011b). É a clínica universal? O particular, o singular e a transmissão. In *As metamorfoses do objeto. Clínica da pulsão, da fantasia e da letra*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.
- Unesco (2001). *Education for Street and Working Children in India*. United Nations Education, Scientific and Cultural Organisation . Recuperado em 10 de agosto de 2015, de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001263/126355eo.pdf>.

- Vandermersch, B. (2005). Le temps est-il une dimension du sujet ? (de l'origine de la résistance). *Les Cahiers de Topologie : Douze leçons de topologie à Montpellier*. Éditions de l'Association Lacanienne Internationale, 193-202.
- Vorcaro, A. (1997). *Sob a vigência da linguagem - uma aproximação à clínica psicanalítica de crianças*. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Vorcaro, A. (2008). *Desastre e acontecimento na estrutura*. Texto fornecido pela autora.
- Vorcaro, A. (2009). Topologia da formação do inconsciente: o efeito sujeito. *Revista Estudos Lacanianos*, 2(3), 1-22.
- Vorcaro, A. (2010a). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In Kyrillos Neto, F. & Moreira, J.O. (orgs.). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. Barbacena MG: EdUEMG, 11-23.
- Vorcaro, A. (2010b). Transmissão e saber em Psicanálise: (im)passes da clínica. In Ferraro, M.A.G. (org.). *Psicanálise: investigação e pesquisa*. Curitiba: Juruá Editora. Associação Psicanalítica de Curitiba, em Revista, 31-52.
- Vorcaro, A. & Capanema, C.A. (2010). Desastre e acontecimento na realidade psíquica. *Psicologia em Revista*, 16(3), 490-504.
- Vorcaro, A., Mendes, A.A., Resende, A.O. & Miranda, N. (2015). A construção do caso clínico em instituições. In Leite, N. & Trocoli, F. (orgs.). *As voltas do parafuso*. Campinas: Mercado das Letras.
- Winnicott, D. W. (1999). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ziri, M. (2010). Pour une clinique de l'éthique. In Dumézil, C. & Brémond, B. *L'invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès, 126-134.

ANEXO

RESUMO DA TESE EM FRANCÊS

TABLE DE MATIÈRES

Introduction	218
<u>Partie I : De l'embûche dans la clinique à une question de recherche</u>	
Chapitre 1 : « Vas-y, éclaire-moi pour voir » : de l'appel à la demande des enfants et des adolescents en situation de rue	228
1.1. « Je veux écouter la suite de l'histoire » : de la destitution à l'institution de la demande	229
1.2. « Gamin de rue » : « a letter, a litter, une lettre, une ordure »	230
1.3. Du morcellement à l'émergence du sujet	230
Chapitre 2 : Trajectoire méthodologique	232
2.1. Recherche psychanalytique : le savoir de l'inconscient et les phénomènes sociaux	232
2.2. Dans le « fait clinique », une question de recherche	232
2.3. L'universel, le particulier et le singulier : le détachement d'un trait dans la clinique	233
2.4. Le trait unaire	233
2.5. Du Trait du Cas aux nouvelles « façons de faire » de la clinique	234
2.6. L'inattendu de la recherche psychanalytique	235
Chapitre 3 : Dans l'écriture du cas, l'inscription du sujet	236
3.1. Vitor : « de génération en génération, comme de père en fils »	237
3.2. Marcos : « si vous connaissiez ma véritable histoire... »	241
Chapitre 4 : « Ici, tu ne peux pas faire ça » : une coupure qui délimite les frontières	247
4.1. « après, je me suis retrouvé ici » : la (dis)continuité du temps	247
4.2. <i>Aufhebung</i> : « un mouvement qui métamorphose les espaces... »	248
4.3. La constitution psychique dans le nouage R.S.I.	250
4.4. La nomination : une suppléance aux lapsus du nœud	251
<u>Partie II : « Un jour, quelqu'un ne le jettera pas »</u>	
Chapitre 5 : La résistance du sujet dans l'exclusion sociale	253
5.1. L'exclusion sociale dans la culture et le lien social	253
5.2. L'exclusion sociale, l'exclusion du sujet	255
Chapitre 6 : L'errance de l'adolescent en situation de rue	257
6.1. La condition errante du désir	257
6.2. « Les non-dupes errent »	258

6.3. L'errance structurante de l'adolescent	259
6.4. « La rue est un truc énorme qui ne finit jamais... »	261
Chapitre 7 : « Gamin de rue » : « une pelletée de gens »	263
7.1. De l'étranger familier à l'anonymat de la rue	263
7.2. « Parce que la colle nous colle les os »	265
7.3. « Pourquoi j'envahis tant ? » : l'écriture qui borde le corps	266
7.4. « Je vais peindre la terreur ! » : « Eh bien, vois donc ça ! »	267
 <u>Partie III</u> : « Tu es une fouilleuse d'ordures » : pour une clinique borroméenne	
 Chapitre 8 : « Pourquoi tu t'inquiètes tellement pour moi ? »	270
8.1. Pour une clinique borroméenne	270
8.2. Le tracé singulier de Vitor et de Marcos	272
8.2.1. De la marque de l'exclusion...	272
8.2.2. ... au trait du nom	272
8.2.3. Vitor : « Pas quatre ans ! Mais quatre ans, huit mois et quinze jours ! »	273
8.2.4. Marcos : « La seule chose que j'avais, c'est que je n'avais peur de personne ! »	275
8.3. « Entre » le « gamin de rue » et le sujet, un littoral	277
 « Le moment de conclure »	281

INTRODUCTION

« Au milieu du chemin il y avait une pierre »

En se réveillant un matin après des rêves agités, Gregor Samsa se retrouva, dans son lit, métamorphosé en un monstrueux insecte. (Kafka, *La Métamorphose*)

Il doit être bien clair que c'est la situation qui est mortifère, et nullement telle ou telle disposition individuelle. La différence instaurée par la métamorphose initiale enclenche un processus inéluctable d'exclusion sans que les individus y soient pour grand-chose. (Lortholary, 2010, p. 13)

C'est par cette citation tirée de l'analyse faite par Bernard Lortholary (2010) de *La Métamorphose* de Franz Kafka que je débute l'introduction de la présente thèse, considérant effectivement cette œuvre si célèbre comme « un modèle universel du processus d'exclusion » (p.12). Pour Lortholary, la métamorphose classique d'un homme en animal n'est ici que le point de départ d'une tout autre métamorphose, à savoir celle d'un groupe humain qui peu à peu exclut et expulse l'un des siens, dans une transformation du regard qu'il porte sur ce dernier, de l'amour à la haine.

Cet écrit de Kafka, au-delà de l'adolescence et de l'exclusion qu'il dépeint, constitue une œuvre inquiétante et provocatrice qui relate la métamorphose d'un jeune homme en insecte, convoquant et plaçant le lecteur dans la position inconfortable de Gregor. En nous enfermant et en nous exilant, avec celui-ci, dans une chambre noire, l'auteur permet que nous épiions, à travers les fissures de la porte, le glissement de la métamorphose effective en insecte vers une deuxième métamorphose ; la famille en déterminant, à son tour, une troisième : « son atroce métamorphose en un objet qui est exclus, expulsé et sacrifié » (Lortholary, 2010, p. 12). Cet insecte en lequel le jeune homme se transforme devient un objet répugnant, marqué par le caractère de la différence, qui atteint la victime condamnée à l'exclusion ; un simple objet qui n'est plus ni enfant, ni frère au sein de la famille, ni même un être humain ou un animal, sinon un déchet voué à être détesté.

Tel le jeune Gregor, le « gamin de rue »⁸⁵ tient lieu de chose à exclure, expulser, sacrifier, d'insecte méprisable, dépourvu de condition humaine, qui dérange et « salit » les rues de la ville. Toutefois, une distinction s'impose. Si Gregor, métamorphosé en insecte, est caché et banni de la vie publique, son étrangeté étant de l'ordre de l'innommable, de l'inappréhensible, les « gamins de rue », eux, en dépit des efforts déployés pour les en

⁸⁵ En portugais, nous employons l'expression « menino de rua ». Ce terme est considéré comme péjoratif, d'où l'usage des guillemets tout au long de cet écrit.

« balayer », exposent, béante, cette étrangeté dans des espaces visibles de tous. Ils se montrent, appellent le regard de l'Autre, le confrontant à une exclusion extrême dont il fait également partie.

Tant Gregor que le « gamin de rue » demeurent anonymes, méprisés, bannis, négligés, seuls face à l'étrangeté de la métamorphose d'un corps continuellement envahi, à l'abandon social et familial, à l'expulsion dans son état le plus brutal. Gregor, reclus dans une chambre, est confiné au plus intime de la vie familiale ; le « gamin de rue », expulsé du champ du désir de l'Autre, se jette, quant à lui, sur la voie publique, semblant ainsi confirmer la posture de déchet qu'on lui attribue et, contrant la résignation de Gregor, il hurle son existence, persistant à vouloir exister pour l'Autre.

Cette thèse résulte des préoccupations révélées dans le cadre de ma pratique clinique institutionnelle, des embûches rencontrées au fil de mes interventions auprès d'enfants et d'adolescents en situation de rue, sujets généralement marqués depuis la naissance par l'absence de reconnaissance sociale. En réponse à un lien social pervers et ségrégatif, les « gamins de rue » – exposés à l'exclusion, la précarité sociale, la maltraitance, la rupture familiale, l'abandon et l'indifférence – errent dans les espaces publics, trajectoire dénonçant la dégradation subjective de ces « déchets » de la société. Dans cet environnement qu'est la rue, l'espace subjectif est miné par un scénario formé en plein morcellement, pleine impuissance, violence subie, reproduite et actualisée au gré des relations avec leurs pairs, les passants et les institutions d'accueil.

Afin de cadrer mon « objet d'étude », de cibler le « sujet de cet écrit », certaines délimitations s'imposent, le public « gamins de rue » constituant une « catégorie hétérogène » (Lucchini, 2003), une réalité complexe, établie au croisement d'une série de facteurs – sociaux, politiques, économiques, historiques, culturels, subjectifs. Selon le Décret national n° 7.053 (2009),

[...] est considéré comme population de la rue un groupe hétérogène de la population qui a pour point commun une pauvreté extrême, des liens familiaux coupés ou fragilisés et l'absence de logement conventionnel régulier, et qui utilise les lieux publics et les zones dégradées comme espaces de vie et de subsistance, de façon temporaire ou permanente, ainsi que les unités d'accueil pour une nuit ou en guise de logement temporaire.

Concernant le terme « gamin de rue », l'UNICEF⁸⁶ (définition citée par l'UNESCO en 2001) le définit ainsi : « ... tout enfant, fille ou garçon, pour qui la rue (au sens le plus large du terme, incluant les logements inoccupés, les terrains vagues, abandonnés, etc.) est devenue

⁸⁶ United Nations Children's Fund = Fonds des Nations Unies pour l'enfance.

un lieu de vie et/ou une source de subsistance, et qui est insuffisamment protégé, supervisé ou orienté par un ou plusieurs adultes responsables ». Une distinction terminologique est faite entre « enfant dans la rue » – désignant l'enfant qui passe un temps considérable dans la rue, en situation d'errance ou de travail forcé, mais demeure rattaché à un domicile où il rentre dormir – et « enfant de la rue » – désignant l'enfant « sans domicile », qui a recours à la rue comme habitat, mais maintient des contacts occasionnels avec sa famille ainsi que celui qui n'a « ni domicile ni racines », habitant dans la rue, sans aucun lien familial.

À cette définition s'ajoute l'utilisation de la recherche réalisée par le Nord-américain Lusk, à Rio de Janeiro, en 1993 (données reprises par Rizzini, 2003), dans laquelle la réalité de la rue se divisait en quatre groupes : 21,4 % travaillant dans la rue, avec une référence familiale ; 50,5 % travaillant dans la rue, indépendants ; 14,6 % d'enfants de la rue ou « des rues » et 13,6 % d'enfants au sein de familles en situation de rue.

Afin de corroborer la nécessité de construire des politiques publiques et pratiques qui privilégient les spécificités inhérentes à la vie dans la rue, je citerai les chiffres obtenus lors du recensement réalisé en 2010, fruit du partenariat entre le Secrétariat national aux Droits de l'Homme et l'Institut du Développement durable. Dans celui-ci, mené auprès de 75 villes brésiliennes, ont été identifiés 23 973 enfants et adolescents en situation de rue, dont 2,6 % dans l'État de Pernambuco. Au sein de ce groupe défini, 52,2 % ont affirmé dormir au domicile familial et 23,2 % dans la rue, leur lieu de vie (dont 21,6 % âgés de 6 à 11 ans et 42,32 % de 12 à 15 ans).

Par « adolescents en situation de rue », je fais ici référence à ceux qui n'ont « ni domicile ni racines », à savoir aux 23,2 % recensés, ceux qui dorment dans la rue, en raison de leur rupture avec les liens familiaux et communautaires, à des âges, souvent précoces et critiques en termes de développement.

En dépit d'avancées notoires dans la législation brésilienne et la politique d'aide à l'enfance et à l'adolescence, je m'allie à ceux qui s'indignent contre le non-respect de la Constitution Fédérale (1988) visant à garantir l'accès aux droits fondamentaux de l'homme mais ne protégeant néanmoins pas le « gamin de rue » face à toutes sortes d'exclusion et de violation. À cet effet, l'Article 227 de la Constitution (Article 4 du Statut de l'enfant et de l'adolescent (1990)) stipule ceci :

Il est du devoir de la famille, de la communauté, de la société en général et des pouvoirs publics d'assurer, avec une priorité absolue, la réalisation des droits qui se réfèrent à la vie, à la santé, à l'alimentation, à l'éducation, au sport, au loisir, à la formation professionnelle, à la culture, à la dignité, au respect, à la liberté et à la vie familiale et communautaire.

Il est également essentiel de souligner le caractère spécifique de l'intervention clinique en institutions dédiées à un tel public, dans le besoin, « en carence », présentant au psychanalyste une réalité l'amenant, chaque fois un peu plus, à répondre et à s'engager de façon significative. Quelle écoute offrir à ce sujet, marqué par maints manques et privations bien réels, en situation de besoins et d'urgences légitimes pour sa survie, son organisme ? Comment instaurer, au sein de l'assistance sociale, une clinique psychanalytique inscrite dans le transfert et l'éthique du désir ? Quels sont les obstacles et défis susceptibles de survenir dans le cadre d'un travail psychique avec un sujet par ailleurs si imprégné d'une réalité marquée par le manque du Symbolique, la prédominance de mots rattachés au Réel, l'absence de fonction contenant face à la détresse, la défaillance dans le champ du désir ?

Il s'agit d'une intervention mue par une clinique psychanalytique en extension, pour l'élargissement de l'encadrement traditionnel. Une clinique, comme le souligne Souza (1991), qui ne se réduit pas à « l'extension des concepts » – ni à une application de concepts psychanalytiques dans la lecture de phénomènes sociaux – mais qui implique « l'extension de la pratique psychanalytique ». Nous parlons d'une clinique qui se détourne d'une lecture élitiste de la psychanalyse et nous renvoie au texte *Les voies de la thérapie psychanalytique* (1919/1996) dans lequel Freud annonçait que, tôt ou tard, la société et l'État se souviendraient du droit à l'assistance, insistant sur le bénéfice que la psychanalyse apporterait aux « couches sociales les plus larges » « souffrant de névroses extrêmement sévères ».

Alors des établissements ou des instituts de consultation auxquels seraient affectés des médecins formés à la psychanalyse afin de rendre, par analyse, capables de résistance et d'activité les hommes qui sans cela s'adonneraient à la boisson, les femmes qui menacent de s'effondrer sous le poids de renoncements, les enfants qui n'ont le choix qu'entre la sauvagerie et la névrose. (p. 180)

En parlant d'« une clinique de l'exclusion », le psychanalyste Olivier Douville (2012a) met en lumière la nécessité de reconnaître l'existence d'une douleur réelle affectant les personnes en situation de constante précarité, insistant sur l'importance de ne pas nous cantonner à la seule reconnaissance de problèmes psychiques, des souffrances découlant des injustices sociales et économiques, au risque de verser dans une « métapsychologie de l'exclusion », une « psychologisation du social ».

Altoé (2012) s'est également interrogée sur la pertinence d'une clinique propre aux souffrances psychiques résultant d'une grande vulnérabilité sociale. Il s'agit effectivement de considérer comment intervenir au moyen d'une clinique spécifique, adaptée aux demandes et encadrements à pourvoir, propres à cette réalité, requérant non seulement une écoute du sujet, dans l'imminence de son effondrement et porteur de besoins légitimes et urgents, mais aussi

et surtout une écoute du sujet du désir. J'abonde dans le sens de Douville (2012b) qui, tout en soulignant l'importance d'un savoir-faire clinique, avertit des effets subjectifs de l'exclusion du système de droits, de l'engagement dans l'accès à la parole pour le sujet exclu. En effet, malgré les urgences exigeant parfois des réponses immédiates, cette logique de l'urgence, souvent envisagée comme finalité de l'institution, doit être surpassée par une « logique du sujet », de manière à permettre l'hypothèse qu'il y ait un sujet, un pari, ce qui s'avère, à mon avis, fondamental à la réalisation d'une intervention clinique institutionnelle.

Comme l'a démontré Melman (2006), la parole n'est à adresser non pas à un organisme mais à un sujet, mettant celui-ci en conformité avec son désir. Cela nous renvoie à la proposition d'Assoun (2005), à savoir de considérer que l'engagement de la psychanalyse dans le lien social – face à une situation radicale de précarité sociale, qui implique une nécessité, ainsi qu'un appel à l'Autre – consiste à réintroduire le sujet en lui permettant de se voir au-delà de son apparente destinée de rebut du système. Assoun suggère que la posture analytique vise à appréhender la précarité dans sa dimension de demande inconsciente, « l'être de demande », et la retirer de son statut de lieu commun du discours social en faisant face au Réel que ce dernier recouvre.

Ce que je présente aujourd'hui est un écrit dont l'élaboration concrète a débuté en 2004, date à laquelle j'ai entrepris un travail d'incessantes constructions, déconstructions et reconstructions auprès d'enfants et d'adolescents en situation de rue, défiant continuellement la clinique, le savoir institué, mes propres limites, face à ce qui constitue une rencontre difficile avec la cruauté de l'exclusion sociale, de la destitution humaine, une réalité qui, conformément à ce qu'a montré Freud (1919/1996), renvoie à une « misère névrotique » « qui n'aurait peut-être pas besoin d'exister ».

Au travers de ma première recherche sur le thème alors intitulé « *C'est flou* » : *une demande de reconnaissance au moyen de la violence chez les enfants et les adolescents en situation de rue* (2006), j'ai abordé la réalité vécue par les « gamins de rue », au sein de leur dynamique familiale et de celle de la rue, et ai cerné parmi cette violence une demande de reconnaissance. Puis, dans mon mémoire de master intitulé « *Vas-y, éclaire-moi pour voir* » : *de l'appel à la demande des enfants et des adolescents en situation de rue* (Barros, 2009), je me suis appliquée à comprendre les appels et les demandes adressés aux institutions d'accueil. Rattachés au projet de recherche de Nanette Frej (2007a), « Limites, Frontières et Adresses entre mère et enfant », ces trois concepts nous ont permis de situer l'institution comme un potentiel lieu d'adresse, d'inscription pour le sujet, au-delà du réel de la rue. De cette recherche, nous avons pu déduire que la possibilité ou la non-viabilité de cette adresse dépend

des places occupées par ceux qui s'adressent, ainsi que par ceux à qui les demandes et appels sont adressés. Aussi, entrevoir dans le mouvement des « gamins de rue » une éventuelle lecture d'appels au secours, demandes de contenance, délimitations de frontières doit consolider la clinique institutionnelle et, dans une plus large mesure, les politiques publiques.

Tout au long de ce parcours, la question de la « place » – place du sujet dans la sphère familiale et sociale, place de la famille dans la trame sociale, place de l'institution face aux appels qui lui sont adressés – a constitué tel un fil conducteur pour l'élaboration de mes travaux. Il s'avère que c'est depuis la place occupée au sein de la famille – elle-même exposée aux effets de la détresse et de l'exclusion sociale – que ces enfants et adolescents, dans une espèce de « choix forcé » (Ferreira, 2001), se déplacent pour rejoindre des espaces publics et arrivent dans les institutions d'accueil – livrés au désordre, au chaos pulsionnel et au morcellement, sans aucune barrière qui puisse les en empêcher et faire office de frontière.

Parmi les adolescents suivis, j'ai mis en évidence les défis imposés par Vitor⁸⁷ qui, via une destructivité extrême, une agressivité dans sa manière d'adresser des appels à l'institution, m'a suscité diverses interrogations particulièrement singulières quant à la clinique auprès d'autres adolescents en situation de rue. C'est une embûche dans l'intervention qui m'a conduite à considérer les effets de l'écoute de cet adolescent comme point de départ de ma recherche.

Dans l'analyse des places attribuées aux adolescents dans les divers espaces investis, la quête perpétuelle de Vitor m'a aidée à mieux saisir cette notion de déplacement de l'adolescent en situation de rue, l'articulation entre les différents espaces et le mouvement au travers duquel le « gamin de rue » glisse d'un espace à un autre, portant avec lui les marques de ces lieux.

Je rejoins ainsi le concept d'errance, largement discuté par Douville et entendu par celui-ci comme « un manque d'inscription et, plus précisément encore, comme l'impossibilité du sujet à surmonter un manque d'inscription concernant son être ainsi que sa filiation » (2002, p. 77). C'est à partir de ce concept que j'ai ciblé l'objet d'étude de la présente thèse – l'errance de l'adolescent en situation de rue – et me suis appliquée à analyser ce qui permet de délimiter, au milieu de cette errance, le corps, le temps et l'espace pour ces adolescents.

Il m'a alors été possible de m'interroger autour d'un mouvement qui, bien que parfois révélateur d'un « non-lieu », m'a conduite, à partir de ma pratique clinique, à appréhender ce qui, dans cette errance, dans ce mouvement d'un espace à un autre, constitue un entrelacement

⁸⁷ Par souci de confidentialité, tout prénom de personne interrogée et citée a volontairement été modifié par mes soins.

des lieux. De cette quête, émergent des « cris au secours » et demandes de contenance, de « recours à une parole fiable » (Forget, 2009) à même de contenir, d'interdire, de nommer, de créer des espaces psychiques et de délimiter des frontières entre le sujet et l'autre, l'intérieur et l'extérieur, la rue et l'institution. Face à cette tentative, j'envisage une clinique borroméenne pour l'adolescent en situation de rue, dans l'optique de réarticuler, de remanier les registres du Réel, du Symbolique et de l'Imaginaire, la réalité de ce jeune étant marquée par une prédominance du Réel.

Aussi, la question centrale au tour de laquelle j'ai construit cette thèse est : quel point d'ancrage existe-t-il pour l'adolescent en situation de rue ? L'hypothèse avancée et défendue ici est que, malgré l'apparente inévitabilité, pour ces « gamins de rue », de succomber à – et en – ce lieu mortifère, via une errance révélant une extrême dégradation subjective, il s'avère possible de distinguer un mouvement d'ancrage à la vie, une prise de position du sujet, dans une trajectoire où prévalent l'acte, la transgression, le délit, la violence, la destruction de soi et de l'autre. Ainsi, bien que ces jeunes soient en position de « déchet », position qui leur est continuellement attribuée, j'identifie et mise sur la quête d'un lieu possible d'appartenance, de reconnaissance, d'inscription signifiante conférant matière et soutien au sujet.

Constituant un référentiel théorique capable de soutenir mon hypothèse, le mouvement de la *Aufhebung* freudienne – étudié par Nanette Frej à l'occasion de sa thèse de doctorat – ainsi que la topologie lacanienne à propos du nœud borroméen ont fait office d'« opérateurs théorico-cliniques » dans ce travail. La *Aufhebung* freudienne invite à penser la coupure comme nécessaire, opérée par la parole dans la libre circulation d'énergie, délimitant des frontières et des espaces psychiques qui protègent le sujet du chaos pulsionnel. La topologie lacanienne, elle, propose un nouage singulier entre Réel, Symbolique et Imaginaire, à partir des événements psychiques et des contingences de la vie. Je souligne l'importance de ces deux opérateurs pour lire la constitution psychique et, surtout, pour appréhender, de façon plus consistante, le mouvement de l'errance de l'adolescent en situation de rue.

De l'hypothèse soutenue, a découlé l'objectif général de cette recherche, à savoir celui d'analyser ce qui, dans l'errance du sujet adolescent en situation de rue, peut révéler un ancrage et un nouage à partir des traits qui le singularisent et le détachent de l'univers « gamins de rue ».

Au regard de cet objectif général, ont été distingués les objectifs spécifiques suivants : identifier l'adolescent en situation de rue dans un contexte marqué par l'exclusion sociale, la destitution symbolique, l'expulsion du sujet, en considérant les insignes découlant de l'Autre familial et de l'Autre social ; discuter le processus de subjectivation du sujet en errance, en

prenant comme axes théoriques le mouvement de la *Aufhebung* freudienne et le nouage entre les registres du Réel, du Symbolique et de l'Imaginaire, soulignant l'adresse entre le sujet et l'Autre ; analyser les spécificités de l'intervention auprès de l'adolescent en situation de rue, en proposant telle une clinique borroméenne, dans la perspective de construire de nouvelles « façons de faire » de la clinique.

« Un point d'ancrage pour l'errance du sujet » marque une différence par rapport à « l'errance du gamin de rue ». C'est dans cette différence, celle qui, dans le premier cas, pointe vers le sujet, que je souligne la possibilité pour le sujet de « faire avec » l'errance, de, à partir d'elle et de la rencontre avec une « adresse symbolique fiable », imprimer le tracé d'une expérience singulière. C'est dans cette différence que j'ai inscrit le choix méthodologique de la proposition psychanalytique du Trais du Cas – introduite par Lacan et développée par Claude Dumézil et Marcel Czermak – afin de pouvoir, et ce seulement par la référence au cas, au trait qui le singularise, appréhender la place de l'errance. Il s'agit de situer le sujet, dans la fiction qu'il a construite, à partir du trait qui insiste comme une sorte d'embûche dans l'intervention ; à partir du trait qui renvoie le sujet à son origine, produisant, dans la relation transférentielle et dans les « embarras à dénouer » que le trait évoque, la « surprise d'un effet du sujet », le *Un* qui démarque son histoire, permettant d'interroger le savoir clinique institué, suscitant de « nouvelles façons de faire » de la clinique.

Comme le souligne Tyszler (2011, p. 49 et 72), « c'est toujours le Réel de la clinique qui va dicter les choses », « nous partons toujours d'impasses, et c'est cela qui fait la clinique ». À partir des impasses, des « embarras » suscités par le cas de Vitor, j'ai entrepris d'interroger d'autres adolescents afin de mettre également en évidence, parmi l'errance généralisée des « gamins de rue », l'histoire singulière de l'adolescent, pour faire du cas un trait singulier, conformément à la proposition de Santurene (2008). C'est lors de l'écoute d'autres adolescents que j'ai rencontré l'histoire de Marcos et, avec celle-ci, fait face à la construction du « je tournais en rond dans la rue », contrepoint intéressant du potentiel point d'ancrage pour l'errance de l'adolescent en situation de rue, l'intitulé de cette thèse.

Considérant que « nous partons toujours d'impasses », j'ai structuré cette thèse suivant le parcours indiqué par les interrogations suscitées au fil de mes interventions et de la construction des cas cliniques. Ne perdant pas de vue que c'est le fait clinique, le faire clinique qui conduit à la construction d'un nouveau savoir, j'ai envisagé l'histoire de Vitor et celle de Marcos comme axe conducteur de mon écrit. Aussi, j'ai établi, avant même de présenter toute construction théorique relative aux cas et tout au long de la thèse, de faire dialoguer clinique et théorie, articulant éléments théoriques et fragments de la clinique

réalisée auprès de ce public. Ainsi, même si je n'ai pas opté pour un modèle traditionnel de structure de thèse, je considère que ce que je présente comme produit de cette construction parle d'une errance nécessaire et fructueuse de la recherche qui a cerné, dans l'écoute du sujet et dans ses effets, des points d'ancrage ayant conduit cet écrit.

Ma thèse se structure donc en trois parties :

La première partie, intitulée *De l'embûche dans la clinique à une question de recherche* et visant à tracer le parcours de ma recherche, à partir de celle menée antérieurement, définit les contours de celle-ci, en passant par la description de la méthode employée et terminant par le référentiel théorique qui en a soutenu la construction. Dans le premier chapitre, je reviendrai sur certains aspects exposés dans mon mémoire de master, à savoir l'appel, la demande, le schéma optique, dégageant le point duquel j'étais partie pour penser l'errance de l'adolescent en situation de rue. Dans le deuxième chapitre, je présenterai le parcours méthodologique en soulignant plusieurs questions propres à la particularité de la recherche psychanalytique, l'émergence d'un « fait clinique », le choix de la proposition méthodologique du Trait du Cas, indiquant la spécificité du détachement d'un trait qui, dans le transfert, singularise le sujet. Le troisième chapitre, quant à lui, consiste en la construction des cas cliniques – mettant surtout l'accent sur les aspects relatifs à l'histoire familiale, l'errance, la vie dans la rue et l'institution, à partir desquels les chapitres suivants ont été définis. Dans le quatrième chapitre, je discuterai ce que je désigne comme les « opérateurs théorico-cliniques » de ma recherche, articulant propositions du nœud borroméen et du mouvement de la *Aufhebung* freudienne et réalité de l'adolescent en situation de rue. Ainsi, cette première partie de thèse aura permis de préparer et de tracer le chemin pour les articulations et interrogations émergées de cette construction.

La deuxième partie, intitulée *Un jour, quelqu'un ne le jettera pas*, offre de situer et d'appréhender le « gamin de rue » face à l'exclusion sociale et ses effets quant à la rupture avec la famille, l'errance, le dénuement qui qualifie la vie dans la rue. Dans le cinquième chapitre, je traiterai de l'exclusion sociale à la lumière des travaux de Freud et de Lacan, au regard du lien social et du discours capitaliste. Ensuite, j'interrogerai, via un dialogue avec l'œuvre de Giorgio Agamben intitulée *Homo Sacer*, ce qui, dans l'exclusion sociale, et parfois au-delà, indique l'exclusion du sujet. Le sixième chapitre, lui, a pour objectif de discuter l'errance de l'adolescent en situation de rue, sur la base de l'œuvre de Douville, et ce après avoir abordé la condition errante du désir, quelques éléments extraits de l'œuvre lacanienne *Les non-dupes errent*, et « l'errance structurante » de l'adolescent. Dans le septième et dernier chapitre de cette deuxième partie, consacré à plusieurs particularités du « gamin de rue », je

contextualiserai le passage du domicile familial à la rue, en soulevant la problématique que posent, dans cet espace public, des expressions telles que « gamin de rue », « sniffeur de colle », « pelletée de gens », ainsi que le recours à l'agir, les marques corporelles, les drogues, comme ce que je considère être une tentative de contenance corporelle, de délimitation de frontières, d'inscription dans le réel du corps, de suppléance à la parole manquante.

La troisième et dernière partie, intitulée *Tu es une fouilleuse d'ordures : pour une clinique borroméenne* est composée d'un unique chapitre. J'y discuterai du faire clinique institutionnel auprès de l'adolescent en situation de rue, sous la forme d'une clinique borroméenne. J'exposerai plusieurs spécificités et défis rencontrés dans le processus de construction du sujet, soulignant ce qui, dans l'histoire de Vitor et celle de Marcos, est apparu comme un dépassement de la « marque de l'exclusion » pour le « trait du nom ». Enfin, je m'interrogerai sur ce qui, dans l'errance, à partir de la rencontre avec une « adresse symbolique fiable », peut opérer comme point d'ancrage pour le sujet, plaçant l'institution dans un espace « entre », comme point de nouage entre la rue, la famille et le sujet. Je mettrai en exergue – sur la base de la proposition d'un dépassement d'un « pur entre », ici la rue, pour un « entre » qui lie et qui noue – le lieu de la transgression comme possibilité inventive et acte de résistance de la part de l'adolescent en situation de rue et de celui qui prend soin de lui.

Au « *moment de conclure* », je reprendrai certains éléments et articulations qui, dans la trajectoire parcourue au travers de cette thèse, ont pris corps, me permettant d'analyser de possibles points d'ancrage pour l'adolescent en situation de rue. Je mettrai l'accent sur la pertinence d'avoir choisi l'errance comme thématique centrale de ce travail doctoral et discuterai du positionnement éthique et politique qui nous incombe, tant en termes de recherche que de pratique clinique, face à une réalité sociale qui nous concerne tous. Devant ce qui, à mon avis, constitue l'une des caractéristiques de toute recherche, à savoir l'inépuisabilité d'un texte, d'un objet d'étude, je signalerai quelques embûches susceptibles de donner lieu à de futures élaborations et contributions pour le faire clinique auprès de l'adolescent en situation de rue.

Partie I. De l'embûche dans la clinique à une question de recherche

Chapitre 1 : « Vas-y, éclaire-moi pour voir » : de l'appel à la demande des enfants et des adolescents en situation de rue

Cette thèse s'inscrit dans le développement et l'approfondissement de mon sujet de mémoire de master (Barros, 2009) dont l'objectif était de comprendre la demande adressée à l'institution d'accueil par les enfants et les adolescents en situation de rue. Partant des trois situations cliniques exposées ci-après, je reprendrai certains aspects précédemment discutés quant au graphe du désir, à la nouvelle d'Edgar Allan Poe intitulée *La Lettre volée*, au schéma optique, les questions alors suscitées ayant défini les objectifs de cette recherche.

Le groupe opératif était de nouveau réuni ce jour-là. Luis provoquait et perturbait sciemment le groupe, faisant tomber et cassant des objets, insultant l'institution. Face à son mouvement destructif, certaines interventions ont été faites, jusqu'à ce qu'il me regarde et me dise : « vas-y, éclaire-moi pour voir ! » En disant cela, Luis s'est visiblement calmé, cessant ainsi sa destructivité.

Pendant une consultation réalisée après une situation de conflit, Rodrigo, 12 ans, a demandé à dessiner alors qu'il parlait des menaces et des pierres qu'il avait lancées contre l'institution, puis a commenté : « Je fais ce dessin, je le donne aux passants et, quand je me retourne, ils l'ont jeté à la poubelle. Mais, je continue à le faire parce qu'un jour, quelqu'un ne le jettera pas ». (Barros & Frej, 2013, p. 33)

Le premier jour de son arrivée à l'institution, un peu avant l'heure du déjeuner, Pedro, vivant dans des conditions d'hygiène précaires et drogué à la colle, s'est intégré au groupe qui écoutait l'histoire de Peter Pan. Il a écouté attentivement, souriant des commentaires des adolescents qui disaient vouloir rester, comme Peter Pan, toujours un enfant. Le récit de l'histoire a été interrompu par la cuisinière venue les appeler pour le déjeuner. Sans tarder, les enfants sont partis manger, à l'exception de Pedro qui, posant sa tête sur mon épaule m'a dit : « attends un peu, je veux écouter la suite de l'histoire ». (Barros, 2009, p. 57)

Quel est ce « flou » requérant un éclairage pour Luis ? De quelle demande s'agit-il pour Rodrigo, à chaque dessin donné puis jeté à la poubelle ? De quoi Pedro a-t-il faim ? À quelle « suite de l'histoire » fait-il allusion ? « Vas-y, éclaire-moi pour voir » dénonce une « dimension scopique floue », quelque chose d'essentiel au regard, qui nous fait penser à une invocation de l'Autre, un appel pour que quelqu'un dissipe ce « flou ». Cette adresse implique de parler de places distinctes – celle d'où les enfants et les adolescents arrivent à l'institution, celle à laquelle l'institution se situe de manière à permettre la construction de demandes, corroborant la potentielle élaboration d'un « espace psychique » dans l'institution, comme proposé par Kaës (2002). Je fais ici référence à la fonction contenante de l'institution, espace dans lequel prévalent les dimensions archaïques, soulignant la nécessité d'un lieu au sein duquel angoisses et conflits psychiques puissent être actualisés et signifiés (Kaës, 2002).

1.1. « Je veux écouter la suite de l'histoire » : de la destitution à l'institution de la demande

Dans la formulation élémentaire du graphe du désir, la demande se trouve initialement conditionnée par un besoin dont elle se détache et qu'elle dépasse à mesure que le cri de l'*infans* – une fois figé par l'Autre, référent symbolique – implique un appel du sujet à la parole, le positionnant dans le registre de la demande (Lacan, 1957-58/1999). En s'adressant à l'Autre, primitivement la mère, l'enfant y trouve, au-delà d'une réponse, un désir qui lui préexiste, le sujet étant avant tout parlé par l'Autre. Le désir maternel précédant, Aulagnier (1990) souligne : « que le premier son émis par l'*infans* soit le cri le plus inarticulé n'empêche pas qu'il soit entendu par la mère comme 'demande de...', soit comme parole » (p. 195).

À partir des hypothèses que la mère construit en réponse aux appels de l'enfant, dans un *coup de force*, celle-ci nomme ce qui est de l'ordre d'un réel innommable, pas encore articulé au langage, dans un discours traversé par le Nom-du-Père faisant obstacle à l'excès de jouissance et à la souffrance du corps (Bergès & Balbo, 2002). « Si la mère ne fait pas cette hypothèse, c'est l'enfant qui tombe du corps de la mère comme de son discours » (Bergès & Balbo, 2004, p. 59) – un discours sans affect compromettant l'inscription signifiante d'un corps symbolique, obligeant l'enfant à faire face à un réel ni symbolisé ni « imaginarisé ».

Quelles hypothèses formuler quand ce qui se présente est de l'ordre d'une réalité crue, transpercée d'atrocités exposant enfants, adolescents et proches à un réel écrasant qui les renvoie à des situations déjà vécues et reproduites sans aucune différenciation ?

C'est dans cette optique que j'appréhende les énoncés formulés par les familles tels que « ce gamin ne vaut rien », « ce gamin est sans espoir », « ils sont tous faits dans le même moule », « il est méchant depuis toujours », « c'est un enfant du diable », ainsi que les expressions populaires « gamin de rue », « chapardeur », « sniffeur de colle », « voyou » qui consistent en un discours dénué d'affect enfermant le « gamin de rue » en un lieu statique, emprisonné par la violence de l'Autre, à la position d'« assujet » face au lien social qui l'exclut.

« Ils auraient dû mourir avant de naître », comme le déplorait un personnage du film *Los Olvidados* de Luis Buñuel. C'est depuis cette place, ou depuis une mort symbolique – souvent quasi réelle – et de leur destitution subjective, que ces jeunes errent en quête d'une possible adresse. Pour Lacan (1957-58/1999, p. 418), la demande, articulée en termes symboliques « [...] va au-delà de toutes les satisfactions auxquelles elle fait appel, [...] elle est demande d'amour visant à l'être de l'Autre, à obtenir de l'Autre cette présentification essentielle ».

1.2. « Gamin de rue » : « a letter, a litter, une lettre, une ordure »

À la lecture de la nouvelle d'Edgar Allan Poe, *La Lettre volée*, j'ai proposé une articulation entre la circulation du « gamin de rue » et le déplacement de la lettre et de la position que chaque « personnage » adopte face à celle-ci. Pour Lacan (1998a, p. 33), la lettre est « le vrai sujet de la nouvelle » autour duquel les autres personnages sont définis parmi les rôles et les diverses positions qu'ils assument, face à ce signifiant pur qu'est la lettre.

À partir de la formulation « a letter, a litter, une lettre, une ordure » (1998a, p. 28), le « gamin de rue » peut se voir attribuer la place occupée par la lettre volée, semblant toujours retourner au même endroit : la rue. Cette lettre, lors de son trajet, provoque une répétition et a un effet déterminant sur ses destinataires tels l'évitement, le dégoût, la marginalisation, les stratégies de protection contre le danger que représentent les adolescents en situation de rue. Il s'agit d'adolescents démentis dans la dimension de sujet et uniquement vus via ce que le Réel présente : « gamin de rue », objet d'une réalité ardue, « ordure » prise dans la littéralité induite par ce terme, puisque la lettre « a en somme pour destin d'être prise à la lettre » (Kaufmann, 1996).

Malgré la littéralité de la lettre, et comme expliqué par Hiltenbrand (2004), il s'agit d'une lettre non écrite encore mais susceptible de produire une inscription, m'offrant à concevoir la circulation de l'adolescent en situation de rue comme une quête d'enchaînement symbolique. Selon la place depuis laquelle l'adolescent arrive à l'institution, la chargeant soit de rectifier soit de ratifier la marque « gamin de rue », ainsi que de la place depuis laquelle l'institution agit, soit la destitution du sujet se sédimente, soit l'institution matérialise, par l'authentification des appels qui lui sont adressés, la construction de demandes, inscrivant le sujet à une autre place.

1.3. Du morcellement à l'émergence du sujet

Dans les formulations relatives au schéma optique, Lacan (1981) a eu recours à l'expérience du « bouquet inversé » de Bouasse et, dans l'intention de situer la fonction de l'autre dans la double incidence de l'Imaginaire et du Symbolique, a introduit un miroir plan – place de l'Autre. À travers ce lieu, l'œil – symbole du sujet – pouvait voir l'image réelle du vase contenant les fleurs sous la forme d'une image virtuelle, tant que située à l'intérieur du cône symbolique. « Ce que le sujet, qui, lui, existe, voit dans le miroir est une image, nette ou bien fragmentée, inconsistante, décomplétée. Cela dépend de sa position par rapport à l'image réelle. Trop sur les bords, on voit mal. Tout dépend de l'incidence particulière du miroir » (Lacan, 1975, p. 161).

En articulant la relation spéculaire et le registre symbolique, Lacan s'est référé au schéma optique du miroir, « un drame dont l'impulsion interne le précipite de l'insuffisance à l'anticipation » (1998b, p. 100). D'une image morcelée du corps advient, dans une espèce d'« exercice triomphant » (Lacan, 1975a, p. 169), l'appréhension du corps, en tant qu'unité narcissique, selon la position du sujet face au regard de l'Autre. Il s'agit d'un passage du moi spéculaire au moi social, rattachant le sujet à des situations socialement élaborées, « ce moment qui décisivement fait basculer tout le savoir humain dans la médiatisation par le désir de l'autre » (Lacan, 1998b, p. 101).

Selon Lacan (1981, p. 164), c'est la relation symbolique, soit l'inclinaison du miroir plan, qui détermine la position du sujet en tant que celui qui voit. « C'est la parole, la fonction symbolique qui définit le plus ou moins grand degré de perfection, de complétude, d'approximation, de l'imaginaire » (Lacan, 1975, p. 161). C'est la place du sujet dans le monde de la parole – concernant les relations de parenté, le nom, la reconnaissance d'une place dans un certain cadre social – qui détermine s'il se situe à l'intérieur du cône symbolique ou non. « S'il est à l'extérieur de ce cône [...] il verra les choses à leur état réel, tout nu, c'est-à-dire l'intérieur du mécanisme, et un pauvre pot vide, ou des fleurs esseulées, selon les cas » (Lacan, 1975a, p. 94).

De quelle manière la parole arrive-t-elle aux « gamins de rue » ? ; de quelle place sont-ils regardés et quelle image leur est-il possible d'acquérir ? – une image parfois morcelée, floue, hors du cône symbolique, sans la contenance du vase. À cause de la violence d'une société qui les exclut, celle endurée chez eux puis actualisée dans la rue, nous rencontrons des sujets « éparpillés » – pour reprendre les termes d'une éducatrice sociale – sans barrière protectrice en guise de soutien.

Face à la demande de Pedro dépassant le registre du besoin, j'ai émis l'hypothèse d'une adresse à la parole qui nourrit et inscrit, prédominance de la parole sur la survie de l'organisme. Comme l'a souligné Lacan (1956-57/1995), « l'enfant se nourrit de paroles autant que de pain, car il périt de mots et que, comme le dit l'Évangile, l'homme ne périt pas seulement par ce qui entre dans sa bouche mais aussi par ce qui en sort » (p. 192).

En adressant son dessin à l'institution, Rodrigo a persisté à croire que ce geste ne constituait pas un appel lancé dans le vide, dans l'attente de quelqu'un qui, un jour, ne le jetterait pas – ni son dessin ni lui – à la poubelle. Partant de l'hypothèse que l'institution – en tant qu'espace psychique dans sa fonction contenante – répond aux « cri[s] le[s] plus inarticulé[s] », je prends le parti de miser sur le sujet, la construction des « appels énoncés », encourageant l'adresse de demandes, à l'instar de ce « Vas-y, éclaire-moi pour voir ».

Chapitre 2 : Trajectoire méthodologique

Comme exposé précédemment, cette recherche découle d'une expérience clinique institutionnelle auprès d'enfants et d'adolescents en situation de rue, s'appuyant sur la proposition d'élargissement de l'encadrement traditionnel de la clinique psychanalytique et mettant l'accent sur « le sujet enlisé dans les phénomènes sociaux et politiques » (Rosa, 2004a).

2.1. Recherche psychanalytique : le savoir de l'inconscient et les phénomènes sociaux

La recherche psychanalytique émerge d'interrogations cliniques faisant trou dans le savoir institué et requérant, dans l'accueil de l'imprévisible, de nouvelles constructions qui l'amènent à avancer. Selon Freud (1912/1996), « c'est l'un des titres de gloire du travail analytique qu'en lui recherche et traitement coïncident » (p. 128). Le chercheur mène et est mené par une intention clinique de recherche dont le savoir, marqué par le transfert, est celui de l'inconscient.

Concernant la transmission de la clinique, Vorcaro (2010a) propose comme nécessaire un « effilochage dans la continuité imaginaire de la théorie » qui, en soulevant la problématique de la méconnaissance, des équivoques et des énigmes de la clinique, permet l'émergence du fait clinique, la construction d'un savoir inédit et singulier.

2.2. Dans le « fait clinique », une question de recherche

À l'issue de mon travail de master (2009), j'ai eu à cœur de m'intéresser plus longuement à un cas clinique, empreint de caractéristiques questionnant l'intervention clinique institutionnelle. Bien que l'histoire de Vitor ait renvoyé à la réalité d'autres adolescents en situation de rue, quelque chose butait, signalait la nature singulière de sa position subjective.

Mon attention s'est portée sur la place qui lui était attribuée dans sa famille, cette façon curieuse qu'il avait d'effectuer des comptages dans sa vie, l'appel à une filiation symbolique, exprimé lorsqu'il m'a plusieurs fois demandé de lui faire don de mes boucles d'oreilles – « S'il te plaît, donne-les-moi, comme de génération en génération, comme de père en fils ». Deux lapsus survenus tandis que j'écrivais m'ont permis de mettre en évidence la place du transfert et du désir du chercheur, éléments fondamentaux dans la recherche psychanalytique. Autrement, qu'est-ce qui aurait pu m'amener à écrire « sans situation de

rue », au lieu de « en situation de rue », ainsi que « mourir dans la rue », au lieu de « dormir dans la rue » ?

Relativement à la fonction de l'écrit du cas clinique, Vorcaro (2010b) considère que son enchaînement signifiant permet de décomposer des séries imaginaires qui bordent et recouvrent le réel, de surprendre, témoigner et transmettre le caractère singulier de la clinique.

2.3. L'universel, le particulier et le singulier : le détachement d'un trait dans la clinique

Tyszler (2011) a traité de la singularité dans la clinique à partir d'un message universel consistant en une phrase minimale de la structure du fantasme : « un enfant est battu ». Cela ne signifie pas que tout enfant va l'être pareillement mais que, via le jeu des signifiants, chacun va comprendre que son corps est voué à être battu à sa manière. À partir de cette expérience singulière du sujet, la théorie analytique prend corps quand les cas cliniques sont suffisamment porteurs d'universels pour la transmettre.

Selon Fernandes (2007), le singulier implique la « clinique du trait », mue par le « recueillement des incidences signifiantes », s'offrant comme une surface sur laquelle le Réel laisse ses traces. C'est sur la recherche de ces « incidences signifiantes » qui singularisent l'adolescent en situation de rue que nous basons notre écoute clinique, maintenant la tension nécessaire entre le sujet et l'univers de la théorie.

Tandis que je réfléchissais au choix d'une méthode de recherche qui me permette d'analyser cette expérience singulière, j'ai envisagé le dispositif clinique du Trait du Cas, qualifié par Siqueira (2013) d'« opérateur méthodologique de recherche » qui définit le point où « quelque chose du Réel a frappé celui qui lit ou écoute » (p. 106). Quelques considérations sur le trait unaire méritent d'être présentées, celui-ci constituant un élément fondamental du Trait du Cas auquel je me référerai comme « dispositif méthodologique théorico-clinique ».

2.4. Le trait unaire

Partant de l'élaboration de Freud (1921/1996) à propos de l'identification partielle et limitée à un trait isolé (*einziger Zug*) de la personne qui est son objet, Lacan (1961-62/2011) a avancé le concept de trait unaire, en tant que support du signifiant qui renvoie aux insignes reçus de l'Autre, définissant l'identification inaugurale du sujet au signifiant radical. En guise de référence, ont été envisagées les entailles faites par le chasseur sur la côte d'une antilope, à chaque animal tué, soulignant que le trait unaire permet le comptage et introduit la genèse de

la différence. C'est dans la répétition de l'apparement identique que se fait l'entrée dans le Réel comme signifiant inscrit, comme différence absolue.

Bien que la chaîne signifiante débute par un trait, celui-ci n'est pas un signifiant (Lacan, 1957-58/1999). En faisant allusion à l'empreinte de pied de Vendredi, découverte par Robinson Crusoé lors de son exploration de l'île, Lacan affirme que le signifiant n'émerge qu'à l'occasion de l'effacement de cette marque, dans la trace que celui-ci laisse, générant un vide qui atteste d'une présence passée.

C'est à l'Autre qu'il incombe d'attribuer une place au sujet en lui inscrivant un trait qui le distingue. Le trait unaire renvoie donc à l'expérience originaire, instituant les « tours de la répétition » – une répétition dans l'inconscient, non au sens d'un retour à l'identique sinon d'une quête du sujet pour rencontrer l'unicité signifiante, « l'unaire primitif », pour appréhender « le point d'entrée, d'insertion du signifiant dans le réel » (p. 346).

Aussi, je suggérerai que, au-delà d'un mouvement universel du « gamin de rue », l'errance peut révéler le sujet, la place de laquelle l'adolescent est expulsé et jeté dans la rue. S'agit-il de répéter toujours le même mouvement ou d'essayer, via les « tours de la répétition », d'appréhender « le point d'entrée », permettant une réarticulation entre le Réel, le Symbolique et l'Imaginaire, soit un point d'ancrage dans l'histoire du sujet ?

2.5. Du Trait du Cas aux nouvelles « façons de faire » de la clinique

Le Trait du Cas a été introduit par Lacan (1968), dans le premier numéro de la revue *Scilicet* où il a alors traité de la question de la transmission de l'expérience analytique, soulignant son intention que son enseignement puisse permettre d'aborder des points encore intouchés d'une pratique, « [...] pour que la psychanalyse par contre redevienne ce qu'elle n'a jamais cessé d'être : un acte à venir encore » (p. 9).

Dumézil (2010) désigne le Trait du Cas comme un dispositif qui rencontre, dans les dimensions éthique et théorique, la question du désir de l'analyste. C'est le lien entre le désir du patient et celui de l'analyste qui révèle le trait du cas en tant que fiction construite à partir de « la surprise d'un effet de sujet » (p. 139), de la « recherche d'un trait », qui permet, dans le transfert, le passage de l'acte énonciatif à un temps d'écriture.

Le trait du cas est identifié à partir des adresses entre le sujet et l'Autre, ce qui nous renvoie au travail mené autour du « fait clinique », coordonné par Czermak (2008). Dans un « débat ensemble » autour de la parole du patient, visant à « faire du cas, le trait », nous partons d'un « embarras à dénouer » (Santurene, 2008) qui impose une limite au savoir, invitant le clinicien à travailler à la construction de nouvelles façons de faire de la clinique. En

se référant aux catégories lacaniennes du Réel, du Symbolique et de l'Imaginaire, Melman (2008) avance que le trait du cas chez le sujet psychotique implique la tentative d'isoler le mode spécifique de dénouage des trois registres, au travers duquel chaque patient rencontre, par lui-même, une façon de faire.

Le choix du Trait du Cas comme dispositif méthodologique théorico-clinique de cette recherche s'est fait à partir des « embarras à dénouer » en intervention, dans le but de développer de nouvelles formes de clinique institutionnelle auprès de l'adolescent en situation de rue. L'accent est ici mis sur les notions de transfert et de recherche d'un trait, l'aspect singulier de l'adolescent en situation de rue, le détachant de l'errance « universelle » des « gamins de rue ». Ce dispositif, en clinique et en recherche, me semble pertinent en ce sens qu'il offre de cerner un trait structurel qui identifie le cas en lui-même ; un trait singulier qui fasse la signature du cas. Il ne s'agit pas de cibler le trait du cas chez le sujet mais dans l'effet que le cas produit sur celui qui l'écoute ; dans ce qui affecte le clinicien, l'embarrasse, l'incite au travail d'écriture et de construction fictive de ce qui pour lui, du cas, fait trait.

2.6. L'inattendu de la recherche psychanalytique

Conformément à ce qui a déjà été exprimé, la recherche n'est pas guidée par un savoir établi auparavant, ce qui est en cause étant le savoir de l'inconscient. La méthode est produite dans et par l'investigation ; elle oriente la recherche, son objet et son objectif, imposant, dans l'accueil de l'inattendu, des reformulations du chemin préalablement tracé.

Cette recherche a initialement été envisagée dans l'optique, à partir de la « construction du cas clinique » et de la proposition méthodologique du Trait du Cas, d'approfondir l'histoire de Vitor et d'écouter d'autres adolescents et certaines mères, afin d'appréhender l'errance de l'adolescent en situation de rue.

J'ai contacté deux institutions d'accueil – une de gestion publique, l'autre non gouvernementale – qui ont autorisé la réalisation de la recherche et, pendant cinq mois, ai fréquenté ces espaces institutionnels. Durant ce temps, j'ai mené des entretiens auprès de certains adolescents et professionnels de l'institution, accompagné l'équipe dans les visites à domicile et observé diverses activités menées auprès des adolescents. J'ai interrogé une mère et sept adolescents, âgés de 14 à 18 ans. Cinq d'entre eux ont été interrogés une seule fois, un autre, deux fois, et le dernier, Marcos – qui présentait un intérêt significatif pour ma recherche – a été interrogé au cours de douze rencontres, à mesure de son engagement et du retour des professionnels de l'institution quant à la pertinence d'un espace de parole à cette période de vie de l'adolescent.

J'ai dû me confronter au caractère inhabituel de la recherche quant à : son format initial ; la disparité dans la manière dont les entretiens se sont écoulés ; les questions d'analyse importantes que l'écoute de Marcos m'a évoquées ; l'impossibilité, constatée à partir de l'étude plus approfondie sur le Trait du Cas, de faire, dans les limites de la recherche, une analyse détaillée de l'histoire de tous les adolescents interrogés. Divers ajustements se sont donc imposés, de sorte que j'ai choisi de prendre l'histoire de Vitor et celle de Marcos comme matière clinique à analyser, recourant, pour traiter les questions suscitées en appréhendant ces histoires, à plusieurs fragments cliniques de l'expérience institutionnelle, y compris des situations vécues par d'autres adolescents.

Les embûches – survenues dans la clinique et dans la recherche – ainsi que les adresses faites lors du transfert, dans l'écoute au singulier qui a détaché Vitor et Marcos de la catégorie « gamins de rue » ont motivé le désir de la clinicienne et chercheuse, imposant le développement de nouvelles façons de faire de la clinique auprès de l'adolescent en situation de rue. C'est dans l'écoute et l'acceptation de l'inattendu que le chemin théorique et méthodologique a pu être esquissé et parcouru, à la lumière de l'errance de ces adolescents.

Chapitre 3 : Dans l'écriture du cas, l'inscription du sujet

Le récit d'une histoire implique la construction, par un sujet de l'énonciation, d'une fiction dans laquelle se trouvent rattachés des éléments qui constituent sa réalité psychique et délimitent sa place dans le discours. Il est fondamental de s'interroger sur les ressources langagières dont le sujet dispose, sur la manière dont la parole lui est arrivée. En général, le discours de l'adolescent en situation de rue s'avère pauvre, décousu, sans cadre logique, révélant des déphasages dans l'apprentissage de la langue, une désorientation spatio-temporelle et une confusion des idées. Je mettrai l'accent sur une défaillance de l'instance symbolique, de la circulation de la parole, une carence des supports identificatoires qui renvoient, je crois, au lieu de l'exclusion, de la destitution symbolique qui fait taire le sujet.

Bien que face à de telles impasses, je soulignerai la façon dont Vitor et Marcos articulaient idées et arguments, puisant dans leurs souvenirs d'enfant afin d'élaborer leur fiction. « Faire » parler le sujet lui permet, dans ses « retrouvailles avec les signifiants qui lui ont été, indéniablement, usurpés » (Poli, 2005, p. 234) de raconter son histoire et, par elle, d'être raconté. Il s'agit d'une construction qui implique une inscription et dont il est l'auteur. À l'écoute de la fiction du sujet, il se produit, comme nous l'avons vu avec le Trait du Cas, le

passage de l'acte énonciatif, de ce qui résiste à l'écoute, à l'écriture d'une autre fiction, la nôtre, à partir des effets que la construction du sujet a provoqués en nous.

3.1. Vitor : « de génération en génération, comme de père en fils »

Vitor est arrivé à l'institution à l'âge de 14 ans et allait y être suivi pendant quatre ans. Cherchant toujours à se dérober à la vérité lorsqu'il lui fallait parler, il a pu révéler qu'il était parti de chez lui pour la rue trois ans plus tôt, à cause des agressions infligées par sa mère. Afin que celle-ci ne puisse être informée et ne vienne le chercher, Vitor a refusé de communiquer les coordonnées du domicile familial. Consommateur de colle et de marijuana, l'adolescent avait pour habitude de voler, pointant la mauvaise influence « des autres » pour justifier ses agissements. Il suçait encore son pouce tout en caressant un petit bout de mousse, sorte de « doudou ». Il disait le faire depuis ses cinq ans et voler depuis l'école, se servant parmi les affaires de ses camarades. « Bien sûr que je me souviens de cette époque-là ! Mais c'est bon là, on peut changer de sujet, car je sens que je me lâche. »

Peu à peu, Vitor a cessé de quitter brusquement la salle, comme il le faisait auparavant, chaque fois qu'il était contrarié. Il affirmait vouloir sortir mais attendait désormais que j'annonce la fin de la séance. Dans ces moments-là, l'adolescent semblait collé à sa chaise, s'y agrippant de toutes ses forces et basculant comme s'il cherchait à s'en détacher, en s'exclamant : « laisse-moi sortir ! ». Je le renvoyais alors à la possibilité, s'il en avait envie, de s'en aller, ce à quoi il répondait qu'il ne partirait qu'une fois la porte ouverte.

Vitor se mettait en situations de conflit et de difficulté, se montrait intolérant et agressif face à tout type de frustration, imposant que les règles soient bien établies, même s'il les transgressait. Il présentait une destructivité intense et avait recours à la force physique pour obtenir ce qu'il voulait, de sorte qu'il a plusieurs fois été nécessaire de le retenir physiquement, la parole paraissant alors sans effet. J'ai observé une aversion au contact physique, surtout quand ce contact lui parvenait de dos. Un jour, je lui ai, par mégarde, adressé une petite tape amicale, visant à lui signaler mon arrivée, derrière lui. Vitor s'est retourné dans une réaction violente, son geste reflétant non pas un coup pour un coup, sinon le rejet de quelque invasion d'un corps fragmenté, destitué de l'unité corporelle lui servant de barrière protectrice.

Bien qu'il ait souvent répété qu'il n'entrerait pas à l'intérieur de la structure où je le recevais, Vitor m'a un jour, après six mois de suivi, appelée depuis la rue afin que je sorte et qu'il me révèle son véritable prénom ainsi que le nom de l'institution qui le suivait précédemment. Les vraies informations dont nous disposions alors étaient le prénom de sa

mère, les agressions qu'elle lui avait imposées et la période depuis laquelle il vivait dans la rue. Même si l'adolescent a soutenu ne rien vouloir savoir, il a écouté, « collé à la chaise », les informations recueillies. Sa mère était femme au foyer, son père horloger, et quatre frères avaient vu le jour depuis le départ de Vitor.

Vitor n'est pas revenu pendant un petit moment puis a fait sa « réapparition », le bras fraîchement tatoué de son prénom. Il semblait avoir été bien traité, dans de bonnes conditions d'hygiène, et m'a assuré qu'il ne résidait plus dans la rue parce qu'il était allé voir ses parents qui lui avaient demandé de rester avec eux – ce qui n'était pas le cas. L'adolescent était en réalité hébergé au sein d'une institution d'accueil depuis le vol et l'agression d'un autre adolescent. Après nous être rapprochés de l'institution concernée, nous avons convenu que Vitor pourrait poursuivre les séances, à raison d'une par semaine.

Toujours ponctuel, il prenait plaisir à parler de ses transgressions. Petit à petit, il a abordé les sujets de la haine et de son manque de contrôle lorsque quelqu'un le perturbait. Interrogé sur son avis quant à l'agression comme seule réponse envisageable, il m'a répondu : « Pour l'instant, oui ! Dis-moi si toi, tu te contrôles. Quand je serai grand, que je ferai ta taille et que je serai là, comme toi maintenant, il est probable que je sois alors différent ». Vitor se plaignait de se sentir aussi « coincé » dans la structure d'accueil qui l'hébergeait que chez lui auparavant. Il déplorait le grand nombre de règles et d'attributions, la présence d'une responsable méchante, prénommée comme sa mère, et qualifiait ce lieu d'endroit « pour celui qui n'a pas de maison et dont la mère ne veut plus ».

À l'expression, récurrente, de l'adolescent : « Tu sais que je ne retournerai jamais chez moi », je lui ai exprimé qu'il devait avoir des raisons d'en être parti. Il a hoché la tête en signe d'affirmation et m'a lancé un « nous avons dépassé le temps ». En effet, cela faisait une minute que la durée habituelle de la séance s'était écoulée – temps que Vitor contrôlait avec précision, lui, fils d'horloger. Toutefois, de quel temps Vitor parlait-il ?, sachant que nous traitions précisément de la période de son départ du domicile familial.

Vitor a été contraint par la juge aux affaires sociales et à l'adolescence de communiquer l'adresse de ses parents. Le jour où l'institution en charge de son hébergement leur a rendu visite, Vitor est arrivé à la séance en colère. Il est resté silencieux puis, avant de partir, m'a demandé que je lui donne mes boucles d'oreilles – « S'il te plaît, donne-les-moi, comme de génération en génération, comme de père en fils ». Quand l'institution où j'intervenais a reçu copie de l'acte de naissance de Vitor, j'ai décidé de la lui montrer en séance. Interrogé quant à ce qui lui avait été transmis « de génération en génération », il a prononcé, pour la première fois, le vrai prénom de son père et a parlé d'un galon de l'armée

que son grand-père lui avait donné. « Je m'en suis servi avec mon lance-pierre pour essayer de tuer un petit oiseau, mais le truc est tombé dans la boue et je l'ai perdu... Mais si tu me donnes tes boucles d'oreilles, je ne vais pas les perdre. »

« C'est également quelque chose que j'ai reçu, parce que ma grand-mère a eu ma mère, et que ma mère m'a eue. » J'ai ajouté que son nom, aussi, était passé de génération en génération, ce à quoi il a répondu que ses frères portaient tous le même nom de famille. Vitor est l'aîné, vu que deux enfants sont morts avant lui. Je lui ai donc dit que sa mère avait perdu deux enfants. Il a rétorqué : « mais elle m'a perdu moi, ainsi que mon autre frère qui est, lui aussi, parti pour la rue ». Il a fait remarquer que, malgré les nombreux prénoms bibliques donnés dans sa famille, personne n'avait reçu celui de son père – José (Joseph).

Un jour, avant de partir, Vitor, visiblement très fâché, m'a demandé : « Pourquoi tu t'inquiètes tellement pour moi ? ». Il s'est interrogé si cela valait la peine qu'il arrête de sniffer de la colle et est parti en disant qu'il ne reviendrait plus. En effet, Vitor est retourné dans sa famille, quatre ans après sa dernière fugue, comme nous en a informés sa mère, ce que Vitor a rectifié en ces termes : « Pas quatre ans ! Mais quatre ans, huit mois et quinze jours ! ». Dans son discours, j'ai constaté une oscillation entre le désir de rester chez lui et l'impératif de retourner dans la rue. Celui de son père, lui, a exprimé la peur de ce que Vitor pouvait faire aux autres enfants. Sa mère a, quant à elle, parlé de la satisfaction d'avoir son fils à la maison, mais également du désir qu'il s'en aille de nouveau, propos justifié par sa méconnaissance de Vitor, enfant à son départ et homme à son retour.

Vitor a commencé à s'impliquer à l'école ; il a reçu une brouette pour transporter les achats effectués au marché pour le compte de personnes environnantes et a rendu quelques services aux voisins. Malgré cela, il a « replongé » dans des problèmes de drogue, de vol, s'est remis à dormir hors de chez lui, a cassé divers objets appartenant à sa famille, a agressé ses frères. « Il est très méchant, on n'en veut plus du tout ici ! », a déclaré sa mère. « Ce qu'il fait ne sont pas des choses que les gens font. Il est inhumain. Je m'attends à ce que quelqu'un vienne réclamer le paiement d'une dette et fasse un massacre chez moi, à l'encontre de mes enfants », a admis son père. Pourtant, parallèlement à cela, Vitor priait sa mère de prendre soin de lui, notamment en lui demandant de l'accompagner chercher sa brouette ou encore en lui exprimant son désir de fêter son anniversaire avec elle. Sa mère, néanmoins, lui a répondu qu'elle ne pouvait rien faire pour lui puisqu'elle devait prendre soin de ses enfants. Elle disait ne pas comprendre pourquoi Vitor insistait sur le fait qu'il était encore un enfant. Aux dix-sept ans de l'adolescent, son père lui a affirmé qu'il n'avait plus aucune responsabilité envers

lui : « Dix-sept ans et neuf mois dans le ventre de sa mère, c'est bon, il est adulte maintenant. Mais, il insiste pour parler de choses qui appartiennent au passé et qui n'ont plus de sens ».

Invitée à raconter l'histoire de ses enfants, Joana m'a exposé qu'elle en avait eu douze et que « Vitor [était] à la place du mort », vu qu'il était né quatre ans après la mort de son fils. Oui, Vitor est né quatre ans après la mort de son précédent frère et essayait de renaître pour sa famille justement quatre ans après son départ de la maison pour vivre dans la rue. Elle a parlé de sa propre enfance – fille aînée, elle avait eu la responsabilité de prendre soin de ses frères. « J'ai beaucoup de cicatrices à la tête qui sont le résultat des coups de bâton de goyave que j'ai reçus. » Et Vitor a rétorqué : « Je tiens à me faire raser la tête pour que tu voies combien de marques j'ai à cause des coups que j'ai reçus, moi aussi ».

Sa mère s'est plainte de la maltraitance de Vitor à l'égard de ses frères, tandis que lui se plaignait du mal que cela lui faisait d'entendre ses parents le dénigrer dans son dos, le qualifiant de « misérable », de « maudit », et regrettant qu'il soit revenu. « Seul un miracle pourrait faire qu'elle m'embrasse et ait un geste tendre. »

Huit mois plus tard, Vitor est retourné dans la rue et, à l'institution, m'a redemandé mes boucles d'oreilles, m'expliquant qu'il était parti à cause des menaces causées par le trafic de drogue et qu'il fallait prévenir son père qu'il allait bien. Ce jour-là, de nouveau, il a déclenché un conflit et s'est vu interdit d'entrée à l'institution le lendemain. « Vous me prenez pour un crétin ! Je suis d'ici ! Pourtant, le mec arrive, c'est un ancien et on le rembarre ! » – s'agissait-il d'une reproduction de ce qu'il avait vécu chez lui ?

Lors de la visite à ses parents, son père a affirmé que Vitor était un « mauvais élément ». « Il y a des gens qui disent qu'il s'agit d'un manque d'éducation, mais ce n'est pas ça. Il n'a pas tout le temps vécu ici ; il est parti quand il avait onze ans. Donc, il n'est pas mon fils ». Les parents se sont dits soulagés depuis le second départ de Vitor et ont souligné qu'ils n'attendaient plus que le jour où on leur annoncerait sa mort. « Il va mourir. En faisant ce qu'il fait, il va mourir ou se faire arrêter ».

Une semaine après, les adolescents de la rue nous ont appris que Vitor s'était fait agresser puis expulser, car il avait semé le trouble au sein du groupe. L'institution n'a plus eu de nouvelles de Vitor qui, une année plus tard, a réapparu en demandant à être accueilli dans l'institution où il avait résidé, enfant. Quelques mois se sont écoulés et Vitor a été aperçu, très bien habillé, à son poste de travail, celui d'agent de la sécurité à l'entrée d'un restaurant, place qu'il n'occuperait que peu de temps. Encore une place qui n'a pas su le tenir, le retenir ; ni lui, (s') y tenir.

3.2. Marcos : « si vous connaissiez ma véritable histoire... »

Marcos, 15 ans, est arrivé à l'institution sur décision du Conseil de tutelle, après une trajectoire marquée par des fugues, la vie dans la rue, du trafic de drogue, l'accomplissement de certaines mesures socio-éducatives, un passage dans diverses institutions, reflétant l'indéfinition de sa place, l'incertitude quant à son origine. « Ils ont dit que ma mère était d'Olinda, alors ils m'ont mis là. Ensuite, le conseil d'ici a dit que ma mère était de Récife, alors ils m'ont trimballé ici et là. Puis après, je me suis retrouvé ici. »

Marcos m'a expliqué qu'il lui était difficile de parler, surtout à une femme. « À chaque fois j'essaie, mais j'y arrive pas ! C'est pas parce que j'arrive pas à parler, non, c'est qu' j'aime pas parler » ; difficulté, entre autres, associée au souvenir de son histoire – « C'est des trucs de mon passé ! Il se rappelle le mec » ; « je veux changer, parce que... depuis tout petit, madame, si vous connaissiez ma véritable histoire, vous verriez que depuis petit je me fais baiser et je fais tout pour baiser les autres aussi ! »

Dans son discours, les réponses immédiates étaient courantes et imprécises – « c'était bon », « c'était pas bon, hein ! », « c'était mauvais », « un tas de choses », « un paquet de trucs » ; l'utilisation du « non / hein » excessive et chaque affirmation doublée ainsi : « je n'ai pas de mère, non » ; « j'aime pas parler, non » ; « la seule chose que j'avais, c'était que j'n'avais peur de personne ».

Marcos se positionnait systématiquement à la limite, figurée par la position de ses pieds, la partie « correcte » ou « mauvaise », « facile » ou « difficile » de sa vie. Il employait les tournures « un pied dedans » et « un pied dehors », « un pied sur la ligne droite... marchant sur le bon chemin... et l'autre, quand ça me stresse, mon vieux, je change tout de suite de pied, celui qui est du mauvais côté... » ; « Il faut toujours que quelque chose vienne te déranger / te faire chier le mec ! Il veut la jouer comme ça, je vais la jouer comme ça ».

Au constat « J'ai de la famille, non », suivait généralement « je n'ai pas de mère, non. Pour moi, ma mère est morte ! ». Troisième enfant d'une fratrie de cinq, Marcos m'a confié être le seul avec qui sa mère n'était pas restée – « elle m'a jeté, m'a donné à quelqu'un d'autre » ; « y a que moi qui ait été donné ». En effet, il a été confié à sa tante maternelle qui l'a donné à sa patronne, qui l'a elle-même donné à sa sœur, mère de quatre autres enfants plus âgés. À sept ans, il a découvert son origine et a rencontré ses frères qu'il ne connaissait pas – deux plus âgés du même père, deux plus jeunes d'un autre, et lui, fils d'un homme dont il ne connaît que le surnom (« Pipiu » ou « Minou » en français). Son frère plus âgé l'emmenait se baigner dans l'étang où son père puisait l'eau pour fabriquer du ciment et « construire plein de choses ». « Mon père ne veut même plus me voir... Ma famille ne veut plus me voir... j'ai

foutu la merde là-bas ! »

De retour dans sa famille d'origine, il n'a plus été appelé João, mais Marcos, conformément à ce qui était inscrit sur son acte de naissance. Lorsqu'il a parlé du changement d'une famille à l'autre, il a avoué se sentir semblable à une « roue ». « Ma mère d'ici m'a encore donné là-bas, non, elle est venue me prendre d'ici encore une fois et m'a emmené là-bas. Je me suis enfui d'ici pour aller là-bas. »

Je fuyais pour essayer de rentrer chez ma mère. Et comme je n'y arrivais pas, j'ai rencontré des « bons à rien ». Il y en avait qui sniffaient de la colle, fumaient de la marijuana, alors j'ai commencé à sniffer, à connaître les sniffeurs de colle, après je suis devenu ami avec ces gars, mais j'ai grandi et j'allais au foyer, après je fuyais du foyer pour retourner dans la rue, puis après je rentrais au foyer.

Marcos associait aussi le fait d'aller dans la rue aux agressions de sa mère – « ma mère nous battait trop. C'était seulement parce que nous ne voulions pas lire. Elle nous faisait manger du papier... nous frappait trop, alors à chaque fois on fuyait de la maison » ; « elle nous a brûlés avec une cuillère chaude ; elle prenait le couteau, le couteau, le mettait sur le feu puis nous brûlait la main avec, c'était comme ça ».

Pendant un temps, sa mère a mis des affichettes avec sa photo dans la rue, le retrouvait, suite à quoi Marcos fuyait de nouveau, jusqu'à ce qu'elle cesse de le rechercher. « Je me suis encore enfui, je suis resté dans la rue, le *Conseil* m'a pris, alors elle n'a plus rien voulu savoir de moi, depuis ce jour, depuis le jour où je tournais (forme employée par Marcos pour « je me suis mis à tourner ») en rond dans la rue. » La rue est un lieu où « tout arrive », « il y a plein de garçons, tous sniffeurs de colle », « beaucoup de choses, c'est la jungle, on apprend à vivre, tout ce qui ne vaut rien » ; « tout ce que vous pouvez imaginer, je l'ai déjà fait – voler, sniffer de la colle, « fumer de l'herbe, tirer des coups de feu, tout » ; « Quand j'étais petit, je me prenais des coups en pleine rue. Maintenant, je n'en reçois plus, non ». Malgré l'insistance « j'n'ai plus de famille, non ! », les signifiants « mère » et « père » sont évoqués en situations de danger – « quand une personne est distraite, y a toujours un « attention, v'là ton père, v'là ta mère ! ... Barre-toi ! ».

Marcos a plusieurs fois décrit la « défonce » de la colle, de l'agressivité, de la consommation ininterrompue, pour tromper la faim. « Personne ne mangeait, non ! Avec la colle, directe comme ça, qui va manger ? La colle, ça ne donne pas faim, ça enlève la faim » ; « J'étais défoncé à la colle et quand je revenais, j'avais l'impression d'être en enfer ». Il a notamment fait référence à certaines hallucinations et a raconté un rêve où Dieu emmenait les personnes au ciel, sauf les « gamins de rue » – « j'ai vu Dieu partir... tout le monde le suivait, et puis nous, on était sur le matelas, moi et plein de gens qui voulaient monter. On aurait dit

que j'étais en enfer ! » ; « On ne peut pas avoir peur ! La colle c'est comme ça ! » ; « T'as pas peur, tu vas perdre, t'es anesthésié. Mais, quand ça passe, le cœur du mec y reste... ça fait mal partout » ; « ça te détruit, le mec meurt parce que ça lui colle les poumons, le mec meurt, là, de l'intérieur ».

À propos de la vie dans la rue, Marcos a fait remarquer que pour le « sniffeur de colle », le « gamin de rue », il n'est pas question de groupe. « On arrive dans la rue... on y reste, mais on ne fait pas un groupe ! ... Nous, on reste tous au milieu de la rue ! » ; « on est une pelletée de gens, tous en train de sniffer de la colle... et là, c'est chacun pour soi ! » ; « C'est pas rien. On dirait un tas de vautours ! Parce qu'on a tous faim, on est tous mauvais ». Il m'a relaté, avec indifférence, des épisodes d'accident et de violence. Il m'a parlé d'un adolescent, tué « en surfant » sur un bus avec lui – « Il n'a pas vu le fil, j'ai juste vu la chute et la voiture qui lui a roulé dessus. Et moi, « putain, il est mort », je l'ai laissé là, tu crois que je suis revenu, hein ? Moi, je me suis barré ! » ; ou encore des bagarres entre jeunes – « n'importe qui peut venir, j'suis là pour recevoir et donner aussi, c'est comme ça la vie » ; « bagarre, l'un tue l'autre, c'est fait ... un porc, ça apprend parmi les ordures ».

En parlant de la relation entre les « gamins de rue », Marcos a, une fois encore, fait référence à la peur :

La seule chose que j'avais, c'est que je n'avais peur de personne ! Je n'ai jamais eu peur et ... à cause de la position, si le mec a peur ça va lui tomber dessus... la position qu'il a, lui, je l'ai aussi. Il n'arrive pas à tuer ? Moi si, j'y arrive ! Il n'arrive pas à voler ? Moi si, j'y arrive ! ... J'ai peur de rien, non ! Ça craint quand on a peur !

Parce que habitué au « dur », Marcos s'est infiltré dans les favelas, devenant un « dur de chez dur⁸⁸ ». « Ça a été plus facile... Je me suis dit : « je me trouve dans cette vie, alors autant y aller et m'enfoncer. J'ai été vivre dans la favela, j'y ai grandi en souffrant. Donc, je nique tout le monde ».

Marcos distinguait la vie de la rue de la vie de trafic avec « maison, habits de marque, femme, la totale ». « Quand j'étais dehors, j'étais « sniffeur de colle », tout le monde était sniffeur de colle, je faisais la manche pour acheter de la colle. Aujourd'hui je ne demande plus. J'arrive à la favela et il y en a ! Alors, j'ai encaissé des tonnes de coups, mec. "Dégage, sniffeur de colle !" et on me filait une taloche ! "Tu vas voir, petite merde !" Je balançais des cailloux, j'étais un sniffeur de colle culotté ! » Le trafic de drogue semblait signifier pour lui une garantie d'appartenance à une vie criminelle qui le protégeait. « J'allais là-bas, je fumais de l'herbe avec eux. Puis après on a commencé à vendre, j'ai grimpé les échelons, je suis

⁸⁸ « dur de chez dur » : en portugais, l'expression est : « (Eu sou) vida louca ».

devenu le bras droit du chef, je le suis toujours... Mais je ne veux pas de ça pour moi ». Être « dur de chez dur » est une garantie de protection, de respect et de reconnaissance, car il implique le fait d'avoir eu le courage de tuer, l'intrépidité, la loyauté envers le chef, sous peine d'être traité de « clown », « souffrant, encaissant des coups des uns et des autres ».

L'expression « dur de chez dur » renvoie également à son passé, à un « paquet de choses », à ce qu'il a fait, à ce qui l'a éloigné de sa famille. « La même chose que je viens de raconter s'est passée chez mon père. Mon père allait en porter la responsabilité. Ça s'est passé avec mon frère, j'ai eu pitié, parce que mon frère était calme. L'agité, ça a toujours été moi, mec ! » ; « [...] mon père ne voulait pas payer... J'allais payer pour ce que j'avais fait, mais mon père ne voulait rien savoir quand j'avais besoin de lui... ni ma mère, elle voulait que je me fasse arrêter. Alors mon frère y est allé et m'a aidé, lui ».

Quand nous avons abordé sa relation à l'institution, Marcos délimitait des frontières entre la rue et l'espace institutionnel, quant aux lois, aux dynamiques et à la violence. Il a habité à l'institution pendant deux ans, là où la recherche a été menée. Dans les critiques de la dynamique de l'espace, les règles de fonctionnement, les manques structurels de certaines interventions, je soulignerai l'effort dont il a fait preuve pour s'y assurer une place. Marcos a mis en avant la relation développée avec un éducateur qui le surnommait « Marquinhos du Net », précisant que les personnes disaient qu'ils se ressemblaient comme des frères, imitant sa façon de danser et de chanter.

Selon lui, l'institution servait à « garder les gamins de rue... à les mettre ici à l'intérieur... à s'en occuper... ». Il déplorait un manque d'intervention de la part de l'institution, comme, par exemple, pour recourir à la police quand survenaient des confrontations physiques entre adolescents – « personne ne fait quoi que ce soit. Je dis "écoute, s'il vient, je ne vais plus écouter personne... je vais le tuer... ça c'est sûr, je suis comme ça, je ne vais pas changer » ; « quand le mec saute là-bas, de l'autre côté, qu'il veut faire son dur, alors là si c'est ça, je le baise, mon vieux ! C'est chaud, parce que je suis des deux côtés, j'ai un pied du bon côté et un dans le dur avec l'autre ».

Marcos a adressé des réclamations, principalement au coordinateur : « quand le mec vient parler avec lui, il réplique : « allez, allez, tire-toi, prends la tangente et casse-toi ! Regarde ce que le coordinateur lui dit ! », « Il lui fait encore comme ça "si ça te plaît pas, on va appeler la police !" Il dit que nous ne voulons pas qu'on prenne soin de nous ! ». La distinction entre l'intérieur et l'extérieur avait manifestement pour lui une fonction importante dans l'empêchement de l'acte. « Dans la rue, il va devoir recevoir, je pense le tuer... dans la rue, ça c'est sûr ! ». Durant une confrontation avec une professionnelle, il s'est exclamé :

« elle n'arrête pas de me balancer à la figure : "pourquoi tu es parti de chez ta tante ?", mais personne ne sait quoi que ce soit de ce qui s'y est passé. Personne ne veut savoir, si quelqu'un était à ma place et était passé par ce quoi je suis passé, j'aimerais bien voir, mais ils se contentent de juger le mec, c'est comme ça ici ».

À propos de ses allées et venues à l'institution, Marcos a affirmé qu'il ne resterait pas toujours dans la rue. « Il y a une heure pour courir et une heure pour rester, je ne sais pas comment expliquer. Je sors de mon coin parce que je le veux bien, je veux pas rester sans arrêt dans la rue, pas terrible, la destinée là-bas, et il y a des fois où j'ai envie d'être ici ». Un jour, une intervention de la responsable pédagogique de l'institution a eu pour effet d'interdire une action de Marcos – à savoir jeter une pierre à l'encontre de la directrice de l'école avec qui il venait de se disputer.

Elle m'a parlé, mais, il y a bien une chose que je déteste c'est de demander pardon... demander pardon, hein ? C'est nul tu sais ! Donc moi, comment je vais faire pour demander pardon moi, j'ai jamais demandé pardon ? Demander pardon, c'est pas pour moi... Oh ! Après j'arrive pour demander pardon... pardon ?? Attends ! Je demande pardon, le mec accepte là, c'est une chose que je n'aime pas... Moi, j'vais demander pardon ?! ... mais c'est difficile, tu sais ! Demander pardon, ça, j'aime pas demander pardon, ça s'fait pas, non !

À propos d'excuses que la psychologue lui avait adressées, Marcos a commenté : « Je n'excuse pas ! Et puis je vais être obligé de lui dire "je te pardonne", c'est ça ? Mais j'dis pas ça moi, mec ! Ça le fait pas ! Ça le fait pas de demander pardon aux autres ! ». Marcos a dit vouloir devenir policier de la « GATI », « parce que ça paie bien et qu'ils font des descentes dans les favelas... attraper les trafiquants, plein de choses ». Son désir de devenir policier vise aussi à montrer à sa famille qu'il a changé, « parce que les autres disent que je ne donnerai rien de bon... ma famille a dit que j'allais devenir un marginal » ; « Je vais leur montrer que je ne suis pas devenu un marginal, comme ils le croyaient... ».

Le projet de l'institution d'aller rendre visite à sa famille l'a troublé car il ne savait pas s'il avait envie de fuir ou de rentrer à la maison. « La plus grande confusion » renvoie à la dernière discussion quant à l'histoire de son prénom. « Mon prénom était João quand j'habitais avec ma mère adoptive, quand j'étais petit ! Quand j'ai grandi et que je suis retourné chez ma vraie mère, alors j'ai découvert que mon prénom était Marcos. C'était bizarre, mais bon, laisse tomber ». L'adolescent jouait avec ses prénoms : Marcos, João, Marcos João, João Sousa Almeida du Net, Marcos João Sousa Almeida (les noms de son père adoptif), Marcos Lopes – « comme le nom de mon frère ! », en faisant allusion à son éducateur.

Tandis qu'était mentionnée la possibilité de rencontrer sa famille, Marcos a demandé où se trouvait la carte mémoire de son magnétophone puis a essayé d'insérer la sienne dans

mon appareil. Après la visite à son frère et ses deux neveux, il a montré avec enthousiasme les photos de la rencontre, a commenté qu'il trouvait qu'il ressemblait à son frère et à l'un de ses neveux. Cependant, sa mère, prévenue de sa visite, n'était pas au domicile. Après une période de travail avec la famille, Marcos est allé vivre avec sa tante et habite, actuellement, avec son père, non loin de chez son frère. Il a gardé contact avec l'équipe et parle toujours du désir de retourner habiter à l'institution – quelque chose qui résonne, toutefois, moins comme le besoin de trouver un espace d'accueil que comme le désir de revoir ceux qui l'avaient suivi.

Je souhaiterais mettre en avant trois demandes faites par Marcos, au cours de ma recherche. En parlant de son surnom attribué par l'éducateur, de deux adolescents dans la rue surnommés « papa » et « maman », ainsi que des « misères » faites à son père et aux personnes perdues, il m'a demandé : « pensez-vous que ça va ? ; c'est pour montrer à votre professeure, c'est ça ? Vous faites quoi avec ça ? ». Après lui avoir expliqué le processus de transcription des entretiens, la conversation avec l'orientatrice, l'écriture de ce travail, mes précautions quant à la protection de son anonymat et de son identité, il a commenté, inquiet : « Et comment ils vont savoir que c'est moi qui ait dit ça ?... Mais ta prof le sait n'est-ce pas ? Que vous m'avez interrogé, elle le sait n'est-ce pas ?... Et pour me voir, elle va venir, hein ? », « Pour qu'elle connaisse le lieu... c'était pour qu'elle voie, un tas de choses qui se passent ici ».

Le prénom de ma précédente directrice de thèse étant Nanette, Marcos m'a demandé : « c'est *Non*, n'est-ce pas ? *Non-net* ? Quel prénom bizarre... presque comme *Marquinhos du Net* ». Lors de la rencontre avec Nanette, Marcos était bien habillé, anxieux et l'a très bien accueillie. Malgré sa timidité initiale, j'ai exposé le processus des entretiens et il a de nouveau raconté son histoire. À la fin de cette rencontre, une autre demande a été faite : « maintenant, il ne manque plus qu'une accolade de Nanette », donnant lieu à une démonstration d'affection pour clore cet ensemble d'échanges.

Lors du dernier entretien, Marcos a émis une troisième et dernière demande. Regardant le magnétophone et les piles de rechange, il m'a interrogée quant à l'usage de ces dernières. Après lui avoir expliqué la nécessité d'en changer régulièrement et lui avoir dit que durant nos rencontres, nous avons utilisé les mêmes piles, il m'a demandé : « Ca veut dire qu'elles sont presque finies ? Vous allez pouvoir me les donner alors ? Vous me donnez celles-là et gardez les pleines, hein ? ». Bien qu'il ait justifié en avoir besoin pour la télécommande de sa télévision, son souhait de conserver ces piles usagées m'a grandement intriguée – comme si celles-ci avaient rendu possible, tout au long des rencontres, l'enregistrement, la légitimité et la signature de son histoire.

Chapitre 4 : « Ici, tu ne peux pas faire ça » : une coupure qui délimite les frontières

Ce jour-là, les adolescents sont entrés dans l'institution agités. Certains ont fait allusion à « un barrage de police » la nuit précédente ; d'autres disaient, indignés, qu'un jeune avait « déconné » envers le groupe. « On va te le faire payer ! » a menacé un adolescent, se levant en direction de l'autre adolescent pour l'agresser. À ce moment, je l'ai attrapé par le bras et lui ai dit : « ici, tu ne peux pas faire ça. « Faire payer », c'est une règle que vous appliquez dans la rue. Ici, on n'applique pas la même loi ».

Cette intervention évoque une particularité dans la clinique auprès des adolescents en situation de rue : la construction nécessaire et la délimitation des espaces, des bords et des frontières – entre le je et l'autre ; la rue, la maison et l'institution ; l'intérieur et l'extérieur. Nous distinguons la relation qu'ils établissent, par exemple, avec leur propre corps et celui de l'autre, quand ils se regroupent pour dormir, en une espèce de « masse indifférenciée », de cohésion entre les corps qui s'interpénètrent, ce qui rend parfois difficile de distinguer les limites entre un adolescent et un autre.

J'ai remarqué, dans le cas de Vitor, l'appel à une retenue du corps ; la vive réaction à la tape sur l'épaule semblant l'envahir ; le recours à l'objet « porte » agissant, à divers moments, tel un délimitateur entre l'intérieur et l'extérieur. Chez Marcos, une délimitation entre les espaces opérait tel un bord qui le contenait, en référence, par exemple, au « pied en dedans » et au « pied en dehors » ; à ce qui était permis dans chaque espace – dans la rue et à l'institution.

Qu'est-ce qui permet de délimiter le corps, le temps et l'espace dans l'errance de ces adolescents ? À la recherche d'un appui théorique, j'ai approché et adopté l'étude de Nanette Frej (2003) relative à la « *Aufhebung* freudienne » ainsi que la proposition de Lacan autour du nœud borroméen, constituant tous deux « des opérateurs théorico-cliniques » qui ont guidé ma trajectoire de recherche. Je présenterai quelques brèves considérations sur le temps, la constitution psychique se plaçant en un temps logique qui dépasse la chronologie.

4.1. « après, je me suis retrouvé ici » : la (dis)continuité du temps

Dans *Le temps est-il une dimension du sujet ?*, Vandermersch (2005) met l'accent sur la discontinuité du temps, divisée entre l'instant, la durée et la scansion. Le terme « temps » vient du latin *tempus* qui se réfère à l'aspect ponctuel ou rythmique ; il désigne « la tempe », faisant allusion au rythme artériel. Dans le processus de subjectivation, la rencontre avec le temps succède à *hors-temps*, lieu d'origine de la causalité psychique, de la construction du fantasme. Du *hors-temps* au temps comme dimension, une coupure originaire tient lieu de bord, sépare le sujet de son objet, introduit une perte et oriente son parcours, décrivant le

« temps circulaire du sujet », dans une cadence qui définit son rythme par les battements, les arrêts, les interruptions provoquées par les coupures, les événements psychiques et les contingences de la vie.

Pour Freud (1916-17/1996), le symptôme résulte d'une interruption dans le processus de développement, d'une fixation à un temps passé, d'une aliénation du présent et du futur. Dans la clinique de la mélancolie, Tyszler (2011) met aussi en relief une « congélation du temps », mais c'est le présent qui est en question, actualisant la position d'un sujet qui devient rebut de son opération subjective.

Cela nous renvoie au « gamin de rue », « déchet » social, pour qui s'impose l'immédiateté, l'intolérance à l'attente, l'impératif de la survie, toutes sortes de contingences qui l'enferment dans le présent. S'agit-il d'un temps présent – puisque l'envisager implique une coupure d'avec le passé – ou d'une fluidité radicale du temps, une cadence sans interruption, une errance du temps, dans une continuité de rythme et de battements sans point de bascule qui situe le sujet dans le temps et dans l'espace ?

Deux segments du discours de Marcos singularisent sa dimension temps-espace : « depuis le jour où je tournais en rond dans la rue » ; « ils m'ont trimballé ici et là. Puis après, je me suis retrouvé ici ». Le premier pose l'errance comme un mouvement continu, ininterrompu, car la roue ne s'arrête de tourner que faute de force ou parce qu'elle heurte un obstacle. Le second suggère un point d'arrêt que Marcos attribue à l'institution – « Puis après, je me suis retrouvé ici », point d'ancrage et de frein pour celui qui « tournait en rond dans la rue ».

4.2. *Aufhebung* : « un mouvement qui métamorphose les espaces... »

À certains points précis de l'œuvre freudienne, Frej (2003) a buté sur la présence du terme allemand *Aufhebung* et du verbe *Aufheben* renvoyant à l'originnaire, à la création des espaces, à la délimitation des frontières. Pour Rocha (cité par Frej, 2005), le terme *Aufhebung* est un substantif composé de la préposition *Auf* – mouvement vers le haut – et des verbes *heben* – annuler, abolir, suspendre, éteindre – et *Aufheben* – garder et conserver. Meneses (cité par Frej, 2005), dans ses travaux sur Hegel, indique un mouvement qui conserve ce qu'il supprime, adoptant la traduction *sursomption*, *sursumer*.

Par conséquent, pour Frej, la *Aufhebung* freudienne peut être définie comme une *sursomption* – négation, conservation et transformation ; un mouvement de circulation d'énergie qui institue des frontières et crée des espaces dans le fonctionnement psychique. Il s'agit d'un mouvement en spirale, un fil conducteur dans l'histoire de l'humanisation du sujet,

situant et distinguant parmi eux l'organisme, le corps et l'individu, dans la société et la culture, dans un temps non linéaire, vu que la négation, en niant l'état antérieur, le conserve dans la transformation qu'il opère. Par analogie avec les usines hydroélectriques visant à retenir l'eau afin de transformer celle-ci en une énergie potentielle – impliquant déni du libre écoulement, contention et transformation de l'eau, Frej a souligné que, si l'accumulation de l'eau dépasse la capacité du barrage sans avoir la contention potentielle de l'énergie psychique, l'eau s'écoule avec une puissance dramatique – continuité d'un écoulement pulsionnel sans la coupure nécessaire pour l'humanisation du sujet.

Dans *Esquisse d'une psychologie scientifique* (1895/1996), Freud a mis l'accent sur la circulation de l'énergie, adoptant l'inertie comme principe de base du fonctionnement de l'organisme qui répond, à travers le « mouvement réflexe », à la quantité d'énergie qui l'atteint, afin de se maintenir libre des *stimuli*. Faute de moyen de décharger la tension, l'organisme a une très forte propension à fuir. Le mouvement réflexe et la fuite deviennent néanmoins inefficaces, étant donné que l'organisme reçoit des *stimuli* endogènes provenant des cellules du corps et motivant les besoins essentiels (faim, respiration, pulsions sexuelles) qu'il ne peut éviter.

Freud (1930/1996), dans *Le Malaise dans la Culture*, avance que le nouveau-né ne distingue pas son *ego* du monde extérieur, source de sensations influant sur lui. Puis, peu à peu, il se rend compte des sources d'excitation du corps qui peuvent le satisfaire, ainsi que d'autres – comme le sein de sa mère – qui réapparaissent en seule conséquence des « cris au secours », telle une intervention du monde extérieur qui vise à la suspension provisoire de la décharge à l'intérieur du corps. Il s'agit d'une coupure – une négation, une discontinuité dans le libre flux de l'énergie – due à l'action spécifique.

L'organisme humain, à ses stades précoces, est incapable de provoquer cette action spécifique qui ne peut être réalisée qu'avec une aide extérieure et au moment où l'attention d'une personne bien au courant se porte sur l'état de l'enfant. Ce dernier l'a alertée, du fait d'une décharge se produisant sur la voie des changements internes (les cris de l'enfant, par exemple). La voie de décharge acquiert ainsi une fonction secondaire d'une extrême importance : celle de la compréhension mutuelle. L'impuissance originelle de l'être humain devient ainsi la source première de tous les motifs moraux. (Freud, 1956, p. 336)

C'est donc au moyen d'une aide étrangère et de la négation par elle opérée, que « l'organisme est métamorphosé en être humain » (Frej, 2007c, p. 153). Pour Freud (1930/1996), l'*ego* semble maintenir dans sa relation avec le monde extérieur une démarcation nette, même si dans quelques circonstances, comme dans une relation amoureuse, les lignes frontières menacent de s'effacer, ne sont pas permanentes sinon inexactes, incorrectement tracées, sujettes aux perturbations.

Relativement à *La Dissolution du complexe d'Œdipe* (Freud, 1924/1996), Frej (2003) a mis en évidence un moment « générateur d'espaces » qui, « articulé à la question œdipienne, aura déjà agi sur l'enfant à partir de l'apport des mots, par la personne qui s'occupe de lui » (Frej, 2007c, p. 154), le positionnant dans la société et la culture. La *Aufhebung*, en tant que coupure qui interdit, ne se confond pas avec l'opération de refoulement, mais le dépasse, en même temps qu'elle le contient, tout en créant une frontière « jamais nettement bien tracée – entre le normal et le pathologique » (Freud, p. 196). Frej a également souligné la relation entre le refoulement ordinaire, le super ego et les refoulements postérieurs, dans un mouvement en spirale, qui reconnaît au surmoi l'antériorité de sa formation. Ainsi, ce qui se réalise pendant la dissolution du complexe d'Œdipe, ce sera déjà produit dans la relation entre la mère et son enfant, quand opérait déjà l'interdit dans la parole de la mère et dans le travail de refoulement qui avait déjà commencé.

Au regard du mouvement dialectique de la *Aufhebung*, Frej (2003) en a conclu qu'il s'agit d'un mouvement inauguré par l'intervention du *fremde Hilfe*, soulignant un parcours qui, en délimitant les frontières, crée un espace et un temps pour le psychisme, constituant le sujet à partir de la circulation de l'énergie, de l'inscription de la parole, des adresses.

4.3. La constitution psychique dans le nouage R.S.I.

Reprenons maintenant la notion de coupure dans sa référence au nœud borroméen, constitué à partir de coupes dans l'expérience psychique qui produisent des bords et démarquent chacune des trois dimensions – le Réel, le Symbolique, l'Imaginaire. La première coupure dans l'histoire du sujet est donnée par l'acte même de naissance, dont il porte la marque via un nœud corporel, le nombril (Bousseyroux, 2014) ; marqué dans le Réel du corps qui situe le début de la vie dans le monde de la réalité. Mais, ce début est précédé par l'insertion de l'*infans* dans le monde symbolique, à travers le discours et le désir parental. Il s'agit d'un lieu précédant le sujet – dans la trame familiale et le lien social – qui surgit de « l'essaim signifiant » produisant le champ de l'Autre dont les effets se feront sentir dans la confrontation entre les traits imprimés dans son psychisme, les ruptures et les contingences de la vie, circonscrivant le nouage, singulier et énigmatique, qui constitue le sujet.

Le nœud borroméen consiste en le nouage de trois « ronds de ficelle », inséparables, qui coïncident en un point d'intersection – l'objet *a*, cause du désir – dans une relation de détermination réciproque qui les soutient, de sorte que, si l'une d'entre elles se détache, les autres se détachent aussi et le nœud est défait. C'est la fonction de maintien des cercles enlacés – à partir du tracé qui délimite un intérieur vide et du trou que chaque dimension fait

dans les autres – qui les homogénéise et donne consistance au nœud, en même temps qu'elle les distingue, en vue de l'hétérogénéité qui les spécifie, sans les hiérarchiser, empêchant le remplacement ou le glissement de l'un à l'autre.

Vorcaro (1997) a, elle, mis en évidence l'élément temporel de la constitution psychique – marquée par différents moments, par une prédominance de l'une des trois dimensions. Elle désigne le sujet comme déterminant particulier dans la rencontre entre ce qui est nécessaire pour la constitution psychique, ce qui se fait contingence dans une « temporalité réelle », et ce qui opère en tant que suppléance, proposant une distinction entre les événements constitutifs de la réalité psychique et les désastres psychiques, ces derniers, découlant des impossibilités dans l'articulation entre les registres.

Les limites de la clinique et l'œuvre de James Joyce ont conduit Lacan à questionner sa proposition initiale du nœud borroméen, en avançant que « dans la mesure qu'un sujet noue les trois, l'Imaginaire, le Symbolique et le Réel, il est supporté seulement par leur continuité » (Lacan, 1975-76/2007, p. 52), en présence d'un quatrième rond – le sinthome – qui supplée les lapsus du nœud, offrant de nouvelles possibilités d'établir un lien social.

4. 4. La nomination : une suppléance aux lapsus du nœud

Dans *R.S.I.*, Lacan (1974-75/2002) attribue la consistance du quatrième rond à la fonction du Père, ce qui n'implique pas seulement le nom donné au père, le père comme nom, mais aussi le père comme nommant – la fonction de nomination du Nom-du-Père. Afin de combler le trou dans l'énonciation du Nom-du-Père, Lacan a pluralisé le Nom-du-Père en noms du père, n'offrant toutefois pas d'annuler la place de celui-ci dans la vie psychique, puisqu'« on peut aussi bien s'en passer à condition de s'en servir » (Lacan, 1975-76/2007).

Avec la proposition des noms-du-père, Lacan s'est rendu compte que, en dépit de la fonction de donner nom à laquelle est réduite le Nom-du-Père – opération symbolique –, celle-ci peut faire couple avec l'Imaginaire ou le Réel, d'où la possibilité, selon le registre auquel le quatrième rond se rattache, d'une nomination réelle, une nomination symbolique, une nomination imaginaire. C'est la consistance du nœud borroméen, dans le nouage et la nomination que le quatrième rond permet, que Lacan a identifiée comme le Nom-du-Père.

L'articulation singulière entre les registres se répercute, via le sujet, sur la construction d'une version par laquelle il s'invente, en référence à la fonction paternelle, cela renvoyant à la manière dont le nom propre va être attribué au sujet, lequel s'en appropriera.

Lors du séminaire intitulé *L'Identification*, Lacan (1961-62/2011) a articulé la fonction du nom propre et la fonction du trait unaire comme point de départ de l'identification ; une

marque distinctive qui spécifie l'enracinement, la naissance du sujet, à partir des insignes qui proviennent de l'Autre.

Selon Pommier (2013), le nom propre est un don absolu, une sorte d'ancre qui établit le sujet à un point déterminé de l'espace – à partir de cette marque qui le singularise et qui l'inclut dans une filiation. La transmission du nom propre implique, pour qu'il soit propre, une prise de position subjective, dans la mesure où, au nom qui lui a été attribué, le sujet répondra, en se l'appropriant ou en le refusant.

Comment est faite la transmission du nom propre concernant le « gamin de rue » ? S'agit-il d'une nomination symbolique ou d'une destitution de la fonction nommante du Nom-du-Père ? Je considère que, en l'absence de nomination symbolique, il s'agit d'une nomination réelle, d'une marque gravée dans le Réel du corps, qui homogénéise la place du « gamin de rue » dans le tissu social, comme objet déchet à éliminer. La position « gamin de rue » ne permet pas de glissement, sinon un collage d'un terme à l'autre – « chapardeur », « sniffeur de colle », « voyou », « enfant du diable » – constituant une équivalence qui enferme le sujet et le jette à une expérience mortifère.

En cas d'absence d'un don qui permette la transmission du nom propre, le nom n'opère pas comme une ancre, empêchant de positionner le sujet à un point déterminé de l'espace, d'où la lecture possible du « errer sans cesse » qui constitue l'errance. En revanche, au milieu d'autant d'aridité et d'insuffisance de ressources psychiques, il y a, tout de même, quelque chose qui peut consister en une invention du sujet. Dans la rencontre avec l'Autre, il est possible d'effectuer, à partir d'une nomination symbolique, des réparations des lapsus du nœud, permettant de rattacher le sujet au temps et à l'espace.

Partie II. « Un jour, quelqu'un ne le jettera pas »

Chapitre 5 : La résistance du sujet dans l'exclusion sociale

Ceux qui n'ont pas pu naître, ne peuvent pas porter la mort qui soutient la vie. Ils n'ont pas contracté la dette imposée par la nomination. Ils ne doivent rien..., ils ne doivent à personne..., ils n'ont pas de droits. Leur péché est d'avoir été empêchés d'avoir des devoirs..., d'avoir été empêchés d'avoir des droits..., d'avoir été empêchés de se soumettre à l'interdit imposé par le Nom. Empêcher, ce n'est pas la même chose qu'interdire, parce qu'à l'interdit un non doit être dit pour qu'un nom fasse barrage et produise l'impossible, en l'absence duquel on ne peut pas compter de l'Un. Pourtant ils essaient d'être inscrits. Peut-être la mort le permettra. Non cette mort qu'on nomme mort symbolique, mais la mort qui réduit le sujet à un corps dont sera faite l'inscription. Le baptême ne sera pas fait avec de l'eau bénite. Le baptême sera fait avec la terre de laquelle ils ne sont jamais sortis et, en conséquence, ils n'y retourneront jamais puisqu'ils y sont déjà. (Frej, 2003, p. 257)

Renata, 13 ans, errait dans la rue, portant la mort qui l'avait accompagnée durant toute sa vie. Elle portait la culpabilité de la mort de son père – elle avait pleuré dans son berceau quand les trafiquants étaient venus le tuer – ainsi que celle de sa mère, qui a aggravé son état de santé en allant systématiquement la chercher dans la rue. Assassinée, Renata a été enterrée comme une misérable, sans identité ni filiation.

Dans ce chapitre, je traiterai de la place de l'abject du « gamin de rue » dans une société régie par la logique d'un engrenage capitaliste. J'aurai notamment recours aux formulations freudiennes et lacaniennes relatives à l'institution du social et de la culture afin d'analyser l'exclusion sociale, en y reconnaissant l'exclusion du sujet.

5.1. L'exclusion sociale dans la culture et le lien social

La Culture, pour Freud (1930/1996), est la somme des réalisations et règlements qui visent à protéger les hommes de la nature et à ajuster leurs relations mutuelles, imposant un renoncement pulsionnel et des restrictions à la liberté individuelle, impliquant le remplacement d'une parcelle de bonheur par une parcelle de sécurité. La rupture du pacte social a pour conséquence d'entraîner un « désastre psychique », un effet du « capitalisme sauvage » qui lance le « pauvre absolu » dans la position de « détritux » (Pellegrino, 1987), sans lui garantir un accès aux repères de la vie sociale.

Selon Lacan (1969-70/1992), le lien social repose sur l'aliénation par le langage, situant le sujet dans sa position par rapport aux autres, à l'Autre, à la jouissance, d'où la proposition des quatre discours – celui du maître, celui de l'hystérique, celui de l'universitaire, celui de l'analyste – dont j'ai isolé celui du maître et, à partir de celui-ci, le +1,

le discours du capitaliste. De la relation primordiale entre un signifiant et l'autre, du S_1 à S_2 , émerge le sujet \$, barré et divisé, à qui il n'est pas donné d'accès direct à l'objet a .

Le discours du maître renvoie à la dialectique hégélienne du maître et de l'esclave qui, entre la liberté et la vie, choisit la vie, renonçant à la jouissance, accédant pourtant à la liberté. Sur le schéma, S_1 constitue la fonction sur laquelle s'appuie la position de pouvoir du maître, tandis que S_2 , celle de l'esclave, est un savoir-faire à transmettre au maître, auquel est adressée la vérité qui ne peut que « se mi-dire ». Le discours du capitaliste opère une inversion dans le mathème de celui du maître en abolissant la barrière entre le sujet et la jouissance. Il s'agit de la primauté de l'objet, du cumul de capital, du savoir de marché qui établit le sujet à la place de consommateur. En supplantant le hiatus entre le sujet et l'objet, celui qui tombe est le sujet, surtout l'exclu des possibilités de consommation.

Cela engendre une exclusion qui porte le Réel de la mort, d'une désaffiliation symbolique qui place le sujet en marge du symbole social, ne lui étant pas garanti le support requis pour assumer les « renoncements nécessaires pour s'humaniser » (Lebrun, 2010, p. 61). L'exclusion sociale, pour Douville (2012a), implique une « déshumanisation de la vie quotidienne », un abaissement de la condition pulsionnelle du sujet.

Écarté de la protection des lois de la ville, le sujet exclu constitue un « déchet » social réduit à être bâillonné, menaçant de déflagration les brèches du capitalisme. En même temps que le sujet est exclu, c'est par l'exclusion qu'il est inclus comme condition de maintien de l'engrenage capitaliste, confrontant l'autre à ce qu'il y a de plus vulnérable dans l'humain – l'inquiétante étrangeté, « cette sorte de l'effrayant qui se rattache aux choses connues depuis longtemps, et de tout temps familières » (Freud, 1919/1996, p. 238). Je mettrai en évidence le sentiment d'étrangeté et la méconnaissance que Vitor a provoqués chez sa mère, à l'occasion de son retour, celle-ci se sentant menacée par lui – enfant à son départ, homme à son retour –, craignant ce qu'il pouvait faire à l'encontre de ses enfants.

Aux effets de l'exclusion sociale, s'ajoutent, comme le montrent l'histoire de Vitor et celle de Marcos, une exclusion relative au sujet, une position prise par le sujet face aux impasses dans la relation avec l'Autre qui l'exclut, révélant ce que Poli (2005) propose comme le « fantasme de l'exclusion ». À cet égard, Douville (2012a) précise que certains exclus sont marqués par une exclusion antérieure, déjà survenue, « exclusion du sujet de son histoire, mais exclusion de ce sujet dans cette histoire aussi » (p. 5).

5.2. L'exclusion sociale, l'exclusion du sujet

Dans *Homo Sacer*, Agamben (1997) désigne comme protagoniste de son texte la « vie nue », « figure obscure du droit romain archaïque » qui habite dans un non-lieu entre la maison et la ville, incluse par le seul biais de l'exclusion. Du terme *ban*, l'auteur glisse vers les expressions *mettre à bandon*, *à ban donner* – « être sous le pouvoir de », « être soumis », « laisser en liberté » –, *abandonné*, *abandonner*, montrant combien celui qui est banni n'est pas simplement situé en dehors de la loi ni lui est indifférent, mais est *abandonné* par elle, témoignant, par son corps, de l'assujettissement à la mort, l'exclusion, la violence.

Réduits à la « vie nue », les prisonniers des camps de concentration ont été des sujets légalement innommés, un « peuple » à bannir, l'expression de la condition de l'exclusion. Primo Levi (cité par Agamben, 1997) souligne la désintégration de la vie humaine, la perte progressive des références identificatoires et des insignes humains, tels des effets de la mort fatidique certaine.

Pour Rosa et Poli (2009), les insignes constituent, dans l'identification entre les membres de ces groupes, un « non-insigne » puisque c'est par le négatif, par ce qu'ils touchent du « non-humain » ou de « l'humain non qualifié », qu'elle a lieu, généralement dans des contextes refusant tout indice de différence. Cela m'évoque la façon péjorative, dénigrante dont Marcos qualifiait les « gamins de rue » : « un tas de vautours » ; « un porc, ça apprend parmi les ordures ».

Un jour, un jeune adulte a poignardé à mort un autre jeune, également du groupe. Celui qui est mort, selon les adolescents du groupe relatant la tragédie, commençait « à déconner » et aurait menacé de tuer, suite au vol de ses chaussures, celui qui allait ensuite le poignarder. Après lui avoir asséné plusieurs coups de couteau, le jeune assassin, devant sa victime agonisante, a léché le sang maculant la lame du couteau et établi un rituel – faire lécher la lame par tous ceux ayant assisté à la scène.

Bien que cette scène nous renvoie au mythe de la horde primitive (Freud, 1913/1996) – exprimant, via l'assassinat du père, l'institution du social, l'interdiction de l'inceste, le sentiment de culpabilité et les liens fraternels, ce n'est pas d'un acte fondateur dont il s'agit. Je mettrai en exergue l'imposition d'un pacte via le partage du sang de l'égal, l'agonie en présence de « la complicité du crime en commun » qui n'institue néanmoins aucun lien fraternel et la cruauté dans la participation à une mort, si présente dans la vie des « gamins de rue » et figurant celle potentiellement imminente pour chacun. Cet événement représente une destitution du sujet, allusion au dénuement de la « vie nue ».

Malgré l'allusion de ces cas d'exclusion sociale radicaux à la « vie nue », notons que la lecture d'Agamben renvoie à la notion de l'homme au sens philosophique, soit à un concept

différent de celui de sujet du désir propre à la psychanalyse. En ce sens, je considère comme pertinente la mise en garde de Douville (2012b) quant à une utilisation massive de ce concept qui rabaisse la vie à une pure logique de besoin, à la condamnation et à la résignation à la mort, dénuant radicalement le « vivant » avec qui il n'y aurait rien à faire. Ainsi, même dans les cas marqués par une dégradation extrême, l'auteur propose que la façon de composer avec le vide, le manque, la souffrance psychique, constitue parfois l'unique support d'existence pour le sujet, encore doté de capacités subjectives, précieuses à la clinique.

Il est, par conséquent, très important, face aux effets de l'exclusion sociale, de discerner ce qui, dans l'histoire de ces adolescents, relève d'une expulsion intrinsèque au sujet, exclusion de la famille, marque d'exclusion du sujet.

À ce propos, j'aborderai un cas de vie d'un déchirement et d'une exclusion extrêmes, celui de João, 14 ans, qui, à l'âge de deux ans, a été placé sur une roue de feu pour « expulser » le démon que l'on croyait en lui. « Imagine, ta mère te traite de diable et t'ordonne de partir de la maison. » Expulsé du domicile familial à plusieurs reprises, João provoquait alors, de sa position d'« enfant du diable », la même expulsion de la part de l'institution, via ses menaces, délits et agressions. Toutefois, un épisode a impacté notre écoute du sujet, non plus simplement « enfant du diable », lorsque celui-ci a découvert, dans le terrain voisin, un dépôt de bouteilles en verre. Par-dessus le mur, à la frontière entre la rue et l'institution, l'adolescent s'est mis à lancer des bouteilles contre cette dernière.

À chaque bouteille lancée, il tremblait et pleurait, écrasait les bris et éclats de verre, les jetait. João semblait se confondre avec les bouteilles, comme s'il se cassait et se jetait lui-même. Partant de la proposition freudienne selon laquelle le moi-plaisir primitif « veut s'introjeter tout le bon et jeter hors de lui tout le mauvais » (Freud, 1925/1996, p. 267), j'en déduis que dans le mouvement d'aller vivre dans la rue, c'est le sujet qui s'éjecte, qui est éjecté de la scène. C'est donc le sujet qui « ne vaut rien », qui « est mauvais depuis toujours », ou encore qui « est inhumain », expulsé comme ce qui est mauvais.

Dans de nombreux cas, il y a rupture radicale avec la famille, une « désaffiliation » qui exclut le sujet de la scène familiale. Je fais également référence à un adolescent de 14 ans, qui s'est évadé 128 fois de plusieurs institutions. Il se montrait évasif, indifférent aux autres, dans un état de dégradation extrême – l'abus de drogue, les bagarres, l'exploitation sexuelle, le déchirement de son corps, par exemple en gardant des pièces de monnaie dans son anus.

Dans d'autres cas, le mouvement de « s'enfuir », de disparaître de la scène familiale, laisse un fil à suivre, l'adolescent paraissant supplier, de manière active, aussi bien la famille que l'institution de le faire réapparaître, de le réinsérer dans la scène.

Face à ce contexte d'exclusion mortifère, d'expulsion du sujet, il est clair que certaines histoires sont marquées par une sorte de renoncement du sujet tandis que d'autres révèlent une force de vie résistant à l'exclusion. « Dans ces conditions, comment résister ? », se sont demandé Rosa et Poli (2009). Dans l'errance de Vitor et de Marcos, nous identifions, malgré l'abandon et la résistance, une réponse du sujet à l'exclusion, l'errance pour celui-ci pouvant se transformer en « un mode de survie », si bien que, comme le propose Douville (2012a, p. 10), « nous découvrons que des modes d'habiter le corps, l'espace et les mots sont encore à l'œuvre ».

Chapitre 6 : L'errance de l'adolescent en situation de rue

Errer partout, sans but ; traîner dans les rues, sans trop savoir pourquoi, pour quoi faire, ni vers où ; déambuler à la recherche d'on ne sait quoi, sans même savoir si l'on cherche vraiment quelque chose ; l'errance d'un sujet « perdu » qui dénonce une erreur – celle de celui qui erre ou de celui qui fait errer ? –, qui définit le mouvement imprécis et « éparpillé » du « gamin de rue ». Qu'est-ce qui constitue un point d'ancrage dans l'errance ?

6.1. La condition errante du désir

Relativement à « l'errance du désir », Lacan (1957-58/1999) souligne son excentricité par rapport à toute satisfaction, faisant remarquer que « ce à quoi confine purement et simplement le désir – non plus dans ses formes masquées, mais dans sa forme pure et simple – c'est cette douleur d'exister » (p. 350).

Selon Fuks (2000), Freud, dans *Moïse et le monothéisme* (1939/1996), fournit plusieurs éléments importants en vue du maintien, dans le processus analytique, d'un exil nécessaire du sujet comme condition de l'avènement de la parole, dans la rencontre avec ce qu'il y a de plus étrange et inconnu – « la rencontre avec l'impersonnel de la force pulsionnelle toujours errante, force de tous les temps et de tous les hommes » (Fuks, 2000, p. 76).

Je m'appuierai sur la distinction faite par Segers (2009) entre « l'exil intime » et « l'exilé de l'intime ». L'exil intime concerne le langage qui nous rend étrangers à nous-mêmes et nous spécifie comme des êtres parlants, nous fondant sur le hiatus entre le lieu de l'Autre maternel et celui de l'objet, représentant une coupure singulière qui marque le sujet. Le sujet exilé de l'intime, quant à lui, exposé à des ruptures d'avec sa culture d'origine, se trouve sans l'Autre à même de comprendre les signifiants fondamentaux de son origine. Il

existe une perte non symbolisée de la parole qui fait des exilés des « voyageurs sans voyage », des migrants dans un « vide de références communes » (p. 91), définissant l'errance comme un exil plus radical, la destruction de l'exil intime.

6.2. « Les non-dupes errent »

Ce séminaire a introduit des éléments permettant d'alimenter, quant à l'assujettissement du sujet au langage, la discussion autour de l'errance. Concernant l'étymologie de celle-ci, Lacan (1973-74/2010) a distingué divers termes tels *errer* (aller ça et là ; partir à l'aventure ; déambuler ; se manifester de manière fugace ; tomber dans l'erreur, se tromper) ; *errance* (action d'errer, de marcher longtemps sans but précis) ; *erreur* (acte de se tromper, d'adopter ou d'exposer une opinion en désaccord avec la vérité, de prendre pour vérité ce qui est faux ; acte, comportement imprudent, inapproprié, lamentable ; erreur) ; *erre* (terme issu du vocabulaire nautique). *Errer* résulte de la convergence du substantif *error*, « erreur », et du verbe *iterare* – dérivé de *iter*, signifiant « voyage », quoique *iterare* n'ait rien à voir avec le voyage puisque cela veut dire « répéter », itération –, tandis que *itinerare* se réfère à *errer* dans le sens d'errance. Ainsi, Lacan oppose la structure à la vie conçue comme un voyage – l'erreur de ceux qui se prétendent *non-dupes* de l'inconscient.

Le terme *erre* désigne la continuation du trajet d'un navire, une fois le moteur éteint, grâce à sa force résiduelle, et la trace laissée par son passage, le sillage, révélant le sens du chemin. Porge (2008) met en évidence une *erre* du voyage et une *erre* de la répétition, de la structure, le premier étant le destin de celui qui ne veut pas être *dupe de l'erre* de la structure de la métaphore. Être *dupe de l'erre* implique un consentement, une direction du trajet motivée par l'opération du Nom-du-Père, soit *iterare*. Être *non-dupe* implique une déviation de l'*erre* de la métaphore, renvoie à *itinerare*, au sens d'errance. Lacan propose donc une éthique fondée sur le refus d'être *non-dupe*, sur le travail de devenir chaque fois plus *dupe* du savoir de l'inconscient.

Pour Lebrun (2010), l'errance est liée à la parcellisation du Nom-du-Père, lequel, même inscrit, reste inopérant. Par l'errance, le sujet, « sans ressources » quant à la possibilité de faire appel aux paroles de l'Autre, se défend du déclin de sa consistance et, ne pouvant s'appuyer sur la figure du Père dans le social, se croit abandonné. Les *non-dupes* ont recours au passage à l'acte comme seule voie à emprunter par ceux qui ne savent plus ce que parler implique, obligés qu'ils sont de trouver en eux-mêmes les ressources pour poursuivre leur route. Quand le « nommer pour » dispense la nomination métaphorique du Nom-du-Père, sans toutefois s'en servir, l'errance peut surgir comme défense, invention ; une tentative

d'échapper à l'écrasement du désir, au marquage vide d'une fausse nomination, à l'anonymat ; un refus de la place à laquelle le sujet a été nommé.

6.3. L'errance structurante de l'adolescent

Dans sa lecture du *Portrait de l'artiste en jeune homme*, Lacan considère que le jeune Stephen, dans la scène où il est agressé par d'autres jeunes, n'est pas affecté par la violence corporelle subie, à laquelle il semble indifférent, révélant un affect de dégoût et de répugnance concernant son propre corps – jusqu'à ce que quelque chose fasse irruption, requérant de lui une nouvelle position subjective.

Pour Lacan, Joyce est marqué par un manque du Réel paternel, une démission du père produite par une « forclusion de fait », constituant un lapsus du nœud, provoqué par un non-surmontement du Symbolique par le Réel qui provoque un lâchage de l'imaginaire. Par son symptôme, il aurait trouvé, au travers de l'écriture, un moyen de limiter ce lâchage, de « reprendre en main son corps, de le ra-corder au réel et au symbolique » (Bousseyroux, 2014, p. 290).

L'opération réalisée par Joyce peut être pointée comme une opération adolescente, à laquelle le sujet est « convoqué » face à la confrontation avec le Réel de la faille constitutive de l'être humain, qui bouleverse les nouages de l'enfance en imposant à l'adolescent une réparation propre à son nœud borroméen.

Si, pendant l'enfance, l'enfant était assuré d'une consistance imaginaire de l'Autre qui l'ancrait, l'adolescent se voit imposer une destitution de cette consistance, qui ruine « [...] l'assise de l'autorité des parents, de leur qualité de garants, de référence du grand Autre » (Rassial, 1997, p. 123). L'adolescent est invité à une nécessaire recherche de la construction de son histoire et d'une insertion au sein d'une lignée. Douville et Degorge (2012) situent ainsi l'errance comme temps de l'adolescence, mouvement nécessaire entre la famille, le clan, la ville ; une errance structurante, liée à une plasticité d'exploration, de passage d'un lieu à un autre, constituant une opération adolescente d'inscription dans les territoires urbains.

Il s'agit du « passage adolescent » (Rassial, 1997) du familial au social, où le sujet se retrouve en panne, comme stoppé au bord de la route, « errant sur le bas-côté ». « Panne du fantasme », suggèrent Haie et Douville (2007, p. 135), en considérant un « moment adolescent du fantasme », un temps logique de construction psychique, au sens d'une épreuve de la structure première du fantasme, face à la constatation d'une vacuité de la place de l'Autre, d'une chute des incarnations imaginaires qui le soutenaient. Dans le passage de la névrose infantile au temps adolescent, le fantasme se reconstruit logiquement, dans un

décollement du sujet de sa position d'objet du fantasme de l'Autre, en vue d'une construction de son propre fantasme. Le sujet doit, ainsi, « décider de son origine autrement que par les théories sexuelles infantiles et le roman familial » (Douville, 2002, p. 129). L'opération adolescente implique donc un travail psychique d'appropriation d'une nouvelle version paternelle, d'une nomination, qui vient suppléer et nouer autrement la structure du nœud.

Une précision s'impose afin de ne pas faire d'amalgame entre le fait d'aller dans la rue et le passage de la scène familiale à une scène sociale concernant « l'opération adolescente », soit entre « l'errance adolescente » et l'errance du « gamin de rue ». Bien que l'on parle de « l'adolescent » en situation de rue, les « gamins de rue » qui se trouvent dans la tranche d'âge de l'adolescence, tels Vitor et Marcos, quittent généralement le domicile familial pour la rue alors qu'encore des enfants. Mon questionnement porte bien sur ce qui est mis en cause par « l'adolescent » en situation de rue, dont la rupture avec la famille se produit, souvent, pendant la période de latence.

L'opération adolescente implique, comme nous l'avons vu, la constatation de la destitution d'une consistance imaginaire de l'Autre – qui jusque-là ancrerait le sujet – lui imposant la reconstruction de son histoire, la construction de son propre fantasme. Pour le « gamin de rue », cette consistance imaginaire, le référent symbolique, semble ne pas lui avoir été assurée. Avant que l'exigence pulsionnelle de la puberté ne les confronte au Réel du sexe, ces enfants sont confrontés aux « désastres » psychiques qui les poussent à la dérive pulsionnelle, le temps et l'espace ne leur étant pas offerts pour construire leur histoire. Arrachés de la position infantile, le contact direct avec la réalité – avec des questions relatives à la survie, à la castration, à la vie, à la mort – est béant, au-delà de ce qu'il est possible d'apprendre et d'élaborer, constituant un excès qui envahit le corps de ces adolescents. Ainsi, exposés à toutes sortes de violations et de privations, s'impose à eux, très précocement, un passage à la scène sociale qui ne nous paraît pas constituer, à ce moment de rupture, « l'opération adolescente », s'agissant de l'ordre de l'expulsion du sujet et non de la fugue adolescente. En effet, il s'agit d'une fugue qui échoue, n'anticipant pas de retour, mais aussi, souvent, n'ayant pas de place vers laquelle revenir, une place qui, dès le départ, expulse l'adolescent/enfant, ou se montre inexistante.

S'agit-il d'une reconstruction, ou plutôt d'une construction, ces adolescents en situation de rue semblant encore devoir gérer des questionnements d'enfant relatifs aux tout premiers moments de l'élaboration de la scène familiale et de leur exclusion de celle-ci ? Douville et Degorge (2012) suggèrent que ce sont les impossibilités d'errer, les désignations rigides, qui rendent la vie de certains adolescents insupportable. L'errance soulignée dans ce

travail est donc une tentative de réponse à l'empêchement et aux catastrophes de l'errance structurante ; une « stérilisation de l'errance ? », pour reprendre cette interrogation de Douville (2008).

6.4. « La rue est un truc énorme qui ne finit jamais... »

« Loin de constituer un symptôme à déchiffrer, l'errance est plutôt à situer comme un défaut d'inscription, plus justement encore comme l'impossibilité pour le sujet à surmonter ce défaut d'inscription, aussi bien dans son être que dans sa filiation » (Douville, 2008, p. 39). L'errance du « gamin de rue », bien qu'inhérente à la survie dans les rues, porte les traits particuliers de l'histoire de chaque adolescent. D'une part, l'errance constitue un mouvement qui destitue le sujet, sans aucune référence susceptible de lui offrir soutien et contingence ; une espèce « d'exil sans métamorphose subjective, de voyage sans but », une dérive pulsionnelle dans un monde dispersé, sans frontières. D'autre part, une fois attelée au désir, l'errance constitue une réponse à la destitution subjective, de sorte que le mouvement de « tourner en rond dans la rue » peut être interrompu par quelque chose qui harponne le sujet et qui l'enlace à une place subjective.

Douville (2008) propose de comprendre l'errance non comme un simple échec du lien – même si elle l'est aussi – mais de questionner, à partir des souffrances psychiques auxquelles elle répond, ce qu'il advient de leurs fonctions psychiques. Pour cela, il soutient deux présupposés, parisiens fondateurs d'un lien possible : les adolescents testent la capacité d'élire comme domicile le lieu où ils se trouvent ; la pertinence d'une approche non déficitaire du sujet et de l'errance, en considérant que, au-delà du fait de ne pas avoir réussi à s'intégrer dans un itinéraire, le sujet errant répond à quelque chose.

Avec Vitor, nous avons vu la résistance à la place du mort ; avec Marcos, la tentative de retourner dans sa famille d'adoption ; avec Renata, la réponse possible au poids déchirant de la culpabilité pour la mort de ses parents ; avec João, l'actualisation, dans tous les espaces, de sa position d'« enfant du diable ». J'ajouterai ceux qui errent pour fuir la misère, les dettes auprès de trafiquants, les pertes dans la famille, la violence – telle cette adolescente qui a associé son départ pour la rue avec le fait d'avoir vu sa mère essayer de tuer sa sœur à coups de hache.

Il s'agit, dans des cas plus extrêmes, d'un emprisonnement en un « non-lieu », c'est-à-dire d'une impossibilité d'établir un lieu psychique, de se fixer, d'inscrire la verticalité de son corps, de sa présence. Exposés à la rupture du lien social, soumis à une espèce d'impératif, de voix intérieure qui leur ordonne de partir, les adolescents en situation de rue errent, dans un

mouvement tortueux, distinct de celui par lequel le sujet du désir est pris, dans une injonction signifiante qui le pousse. Douville (2010) distingue ainsi l'impératif « va-t'en » de l'injonction de désignation « tu iras là », sachant que le « là », contrairement à l'expulsion, permet la juxtaposition de quelque chose qui demande un déplacement à quelque chose qui assure un minimum d'accueil ; il indique une destinée, une promesse, bien que vague et incertaine, laissant une lacune féconde que le sujet remplit au moyen de ses fantasmes.

Pour reprendre les termes d'un adolescent rencontré et écouté, « la rue est un truc énorme qui ne finit jamais. Plus tu marches, moins tu en vois le bout ! ». Entre un coin de la rue et un autre, deux rues à traverser, évoquant plutôt un abîme, le vide, qu'un passage ; un lieu sans commencement, un « lieu sans lieu » (Douville, 2008). Un lieu sans histoire, sans destinée, qui, ratifié par l'expression « gamins de rue », pointe l'absence d'une fonction contenante qui délimite les frontières entre le dedans et le dehors, l'espace public et le sujet. « L'errant erre de ne pas franchir un seuil » (p. 34), ce qui précise un aspect fondamental dans la clinique auprès des adolescents en situation de rue, comme vu dans le quatrième chapitre.

Malgré le fait d'« errer sans repos » qui configure l'errance, je rejoins la proposition de Douville et Degord (2012) concernant « l'espace au risque de la parole ». Si, dans certains cas, la rue semble se constituer en un grand passage, sans points fixes qui ancrent le sujet, une articulation se fait néanmoins possible entre le lieu choisi par le sujet et le type d'errance, en fonction de l'existence et de l'exercice ou non de la parole humaine, ainsi que de la possibilité ou non de la réversibilité des trajets. En contrepoint de l'errance de Marcos qui « tournait en rond dans la rue », se distingue le mouvement d'un adolescent qui, sans connaître l'histoire de son père, allait sniffer de la colle à l'endroit même où ce dernier s'était fait assassiner.

Douville (2010) souligne que certains lieux peuvent être investis et délaissés par certitude de les retrouver et de pouvoir y retourner. Dans ce type de cas, l'errant, non plus rattaché à un « non-lieu », vit une « plasticité » de l'errance ; il ne s'agit donc pas d'abandonner ou d'être abandonné par un lieu, mais de pouvoir, à son retour, restaurer son campement psychique et social. Plus ces lieux sont capables d'être retrouvés, réélaborés autrement, « plus l'errance évoque un retrait psychique et non une mort psychique, une abolition de la vie psychique » (Douville & Degorge, 2012, p. 122).

Ainsi, l'errance peut tantôt révéler la radicalité d'un non-lieu, tantôt, selon la façon dont la parole humaine circule dans ces espaces, faire office de réponse à l'anonymat et à la destitution symbolique. À ce propos, Douville et Degorge (2012, p. 128) soulignent que, bien que « dépourvus d'un ancrage », souvent harponnés par les plus désertiques des solitudes, ces sujets peuvent, néanmoins, maintenir un lien, quoique rudimentaire, avec quelque chose qui

insiste en tant que source de vie.

Il existe donc un seuil entre la destitution symbolique et l'appel à la circulation de la parole. C'est de ce point que je suis partie pour penser l'errance de l'adolescent en situation de rue comme une possible prise de position du sujet, une résistance à la place qui lui a été attribuée, dans l'attente active d'une adresse symbolique.

Chapitre 7 : « Gamin de rue » : « une pelletée de gens »

7.1. De l'étranger familier à l'anonymat de la rue

Les constructions telles que « dans la rue, je me sens plus protégé » ; « tu penses que j'aime être dans la rue ? Je n'ai nulle part où aller » ; « Ma maison, c'est la rue » ; nous interrogent sur les signifiants « maison » et « rue », signalés par l'anthropologue DaMatta (1991) comme des catégories sociologiques interdépendantes, définies par des éthiques et des perspectives propres. La maison implique une ambiance familiale, une référence spatiale qui doit assurer un sentiment d'accueil et d'appartenance en délimitant des frontières entre l'intérieur et l'extérieur, le privé et le public, le moi et le non-moi. La rue mène au public, à l'inconnu impersonnel, au non-territoire ; elle « devient alors non pas un entre-deux lieux mais un pur 'entre' qui ne rejoint rien, le point le plus radical du lieu lui-même » (Douville, 2008, p. 46).

Pas tous les enfants et les adolescents exposés aux « mêmes » conditions – violence, précarité, pertes, carence affective, trafic de drogue, délits, travail forcé, exploitation sexuelle – partent pour la rue. Si, d'une part, on attribue une résistance à ceux qui restent, cette capacité se retrouve également, d'autre part, chez ceux qui partent, comme cet adolescent qui a opté pour la rue après avoir vu son beau-père assassiner son père. Le départ de certains face au non-départ des autres corrobore l'importance du trait du sujet, de la place psychique qui lui est attribuée par et au sein de la famille.

« Ils se sont fait dire qu'ils sont des accidents, des erreurs, et les abandons, les placements, les rejets multiples, la précarité et l'errance s'inscrivent dans le prolongement d'un désinvestissement premier où le droit à la vie semble refusé » (Lussier, 2007, p. 133). L'errance révèle ainsi un rejet d'origine qui ne les situe pas dans une lignée, compromettant la filiation et la transmission générationnelle. C'est avec la partie « maudite » de l'héritage (Eiguer, 1998) que Vitor et Marcos ont eu à traiter, marque d'une fatalité anticipée qui leur montrait le chemin, le fardeau de l'exclusion.

L'arrivée progressive de Marcos dans la rue a découlé de ses tentatives « frustrées » de retour dans sa famille d'adoption. Avant d'habiter définitivement dans la rue, Vitor a fui

plusieurs fois de chez lui et est systématiquement rentré avec ses parents quand ceux-ci sont venus le chercher. C'est généralement d'une manière graduelle que la vie dans la rue prend forme, dans l'éloignement du lieu d'origine, dans l'appropriation de la rue, dans une éventuelle tentative du sujet d'être empêché de partir, avant que la rupture définitive n'ait lieu.

Qui dit vie dans la rue, dit attirance et illusion de liberté d'un lieu qui se révèle déréglé, sans limites ; un lieu où « tout peut arriver », « c'est la jungle, on apprend à vivre, tout ce qui ne vaut rien ». C'est une illusion à laquelle s'ajoute la constatation d'un lieu de douleur, de souffrance, de mépris social, de violence – « Quand j'étais petit, je me prenais des coups en pleine rue ».

J'emploie ici l'expression « adolescent en situation de rue », plutôt que celle de « gamin de rue », la première indiquant une situation qui se veut temporaire, dans l'optique d'inscrire le sujet en un autre lieu. La seconde, « gamin de rue », elle, se limite à l'identité ; elle n'inscrit pas le sujet dans une lignée, ne lui impose pas le travail relatif au don du nom, ni ce que cela implique en termes d'identification. Indépendamment de leur nom, âge, genre et dynamique familiale, ce ne sont alors que des « gamins de rue », dépourvus d'histoire et de référence, jetés dans l'anonymat et l'indifférence.

Si, d'une part, le « gamin de rue », « le sniffeur de colle », renvoie à la nomination réelle qui déprécie le sujet ; de l'autre, en assumant cette position – « je suis gamin de rue » –, il s'inclut parmi les autres, s'autorise des délits conséquents, s'exempte de la confrontation avec son origine, porteuse de marques traumatiques, de son expulsion insaisissable. Bien que, dans quelques cas, l'identité « gamin de rue » assure l'appartenance à une « bande », que les liens constitués aient la fonction de protection et d'affiliation, je considère que cette insertion se fait plus par souci de survie que d'affection dans la relation avec l'autre. Marcos s'est montré précis quant au fait d'être ensemble dans la rue : « On ne forme pas un groupe, non ! On arrive dans la rue, c'est tout... Nous, on reste tous au milieu de la rue... mais on ne fait pas un groupe, non ».

Leurs liens sont facilement rompus, soutenus par des lois rigides et tyranniques, marqués par la méfiance et l'indifférence, identifiés dans l'inconsistance de la relation de Vitor avec les autres adolescents, ainsi que dans la référence de Marcos à un adolescent qui est mort « en surfant » sur un bus avec lui – « Il n'a pas vu le fil, j'ai juste vu la chute et la voiture qui lui a roulé dessus. Et moi, "putain, il est mort", je l'ai laissé là, tu crois que je suis revenu, hein ? Moi, je me suis barré ! ».

L'utilisation de l'expression « pelletée de gens » pour se référer à la manière dont ils s'organisent en bandes ne me paraît pas sans répercussion subjective. La notion de « pelletée » renvoie à l'objet qui ramasse les ordures, réunit les fragments et les déchets qui salissent les rues de la ville pour les jeter, les enlever, néanmoins cela semble aussi conférer une certaine unité aux corps morcelés, en les réunissant.

Marcos a affirmé que dans cette « pelletée de gens », ils ne se parlaient pas, qu'il n'y avait que la colle, les bagarres, confirmant l'exclusion de la parole – ou renforçant celle qui vient du Réel –, la destitution d'un lieu symbolique. Le segment descriptif « Tous en train de sniffer de la colle » banalise la scène, rendue « naturelle », de l'adolescent qui erre de par les rues, un tube de colle à la bouche, colle qui le fait se taire. Au lieu de la parole, c'est « l'agir » qui prend le dessus, se présentant comme l'unique ressource possible pour le sujet, soit pour assurer sa survie dans la rue, soit pour tenter de s'adresser à l'Autre.

7.2. « Parce que la colle nous colle les os »

Breno, âgé de douze ans, arrivait le plus souvent à l'institution sous l'effet de la colle. Il s'intégrait difficilement aux activités, s'irritait en revanche facilement, était confus et affaibli physiquement. Un jour, alors que les adolescents parlaient de bagarres, Breno a fait le commentaire suivant : « mais ceux qui sniffent de la colle ne se cassent jamais les os. Parce que la colle nous colle les os ! ».

C'est d'intrépidité et de prise de pouvoir dont il s'agissait pour Vitor quand il affirmait se sentir « grand » et « plus fort » avec la colle et pour Marcos lorsqu'il relatait : « quand je sniffe de la colle, il y a en moi un ours qui veut sortir de sa cage ». Il s'agissait aussi d'une jouissance quand Vitor faisait allusion à la « défonce », au « voyage » ; mais également d'une grande fragilité lorsque, confronté à la scène où il a été vu sniffant de la colle, quasiment à terre, Vitor s'est mis à parler du courage qu'il fallait avoir pour voler, des brûlures de bouche à cause de la colle, du soulagement de la faim. Marcos, de son côté, a souligné les effets destructeurs de la colle – « ça te détruit, le mec meurt parce que ça lui colle les poumons, le mec meurt, là, de l'intérieur ».

Le produit permet un « soulagement » de la douleur d'exister, une « croyance dans un tout possible » (Lebrun, 2004) ; une issue pour supporter ce Réel indicible, même sous la forme d'une « garantie imaginaire » de survie dans la rue. L'illusion que la colle colle les os imprègne le sujet d'un courage censé lui permettre de s'exposer aux dangers de la rue, où la nécessité fonctionne comme une priorité, compte tenu de l'immédiateté de ce corps ayant besoin de se maintenir en vie. Si le recours aux drogues est normalement perçu comme un

comportement d'autodestruction qui conduit à la mort, Mouras (2012) interroge dans quelle mesure la drogue peut, paradoxalement, se mettre au service de la vie psychique en constituant une protection contre les menaces intolérables du monde extérieur.

En effet, que colle la colle ? Dans la fonction attribuée à cette substance, s'identifie une suppléance au déchirement, à la menace de morcellement, à la nécessité de l'apport de la parole qui guident la vie de ces adolescents. Un appel, en somme, pour que quelque chose – ou quelqu'un – puisse « les coller », leur assurer une unité et une garantie de survie, malgré les fragments qui composent cette « pelletée de gens ».

7.3. « Pourquoi j'envahis tant ? » : l'écriture qui borde le corps

Renata présentait une incroyable tolérance à la douleur physique, se faisant des « tatouages », au moyen d'une noix de cajou qui lui brûlait la peau, et des scarifications à l'aide d'un stylo. Elle s'échappait facilement des institutions, ce qui, à un moment donné, a semblé l'inquiéter au point qu'elle demande : « pourquoi j'envahis tant ? », au lieu de « pourquoi je m'évade tant ? ». Violée et assassinée, Renata, qui a eu le visage défiguré, a été reconnue par sa sœur grâce aux « tatouages » qu'elle s'était faits.

J'avancerai que les marques corporelles peuvent fonctionner comme un bord, un trait marqué dans la crudité du corps du sujet qui envahit, échappe et est envahi, soulignant une tentative d'inscription et de contenance, au-delà du réel de la rue. En plus des marques de brûlures, des scarifications, il y a le prénom de Vitor qu'il s'est fait tatouer sur le bras, ainsi que les cicatrices communes qui gravent, dans le Réel du corps, des marques traumatiques. En témoigne la réponse de Vitor, au sujet de sa mère et de ses cicatrices sur le crâne : « Je tiens à me faire raser la tête pour que tu voies combien de marques j'ai à cause des coups que j'ai reçus, moi aussi ».

Forget (2011) souligne que c'est l'écart existant entre les débordements de l'enfant et la trame symbolique qui le présume comme sujet qui dessine progressivement les limites et la géographie de son corps. Pour les « gamins de rue », il se crée un rapport à la fois trop erratique et trop réel au corps, qui, en l'absence d'un autre proche et langagier, se fragilise et se morcelle, comme suggéré par Douville (2008). Pour l'auteur, dans l'exclusion, les sujets perdent le sens, l'intégrité et la cohésion de leur corps, révélant une destitution de l'investissement libidinal d'un corps marqué par l'insensibilité de certaines zones érogènes, une dégradation de la relation du sujet avec l'espace, le corps et le langage.

Je soulignerai la façon dont Vitor et Marcos s'offraient à la confrontation avec l'autre, dans une disposition du corps à agresser et à être agressé, à envahir et à être envahi, sans

aucune préoccupation de ce qu'il pouvait résulter de cette confrontation. Malgré l'indifférence d'un corps anesthésié, le recours à la douleur opère comme une garantie d'existence du sujet. Certains adolescents, arrivant blessés à l'institution, répondent par une expression de douleur quand leur est adressée l'hypothèse du mal physique enduré, douleur visiblement potentialisée, révélatrice néanmoins de la douleur de toute une vie.

Le corps s'offre comme un territoire où les adolescents cherchent, dans la matérialisation de la chair, à imprimer leurs marques, à faire des démarcations entre le difforme et l'écriture du corps. Pour Costa (2003), ces marques constituent un support corporel et sont liées au besoin de production de traits dans le Réel, à la délimitation des bords corporels qui donnent corps à quelque chose d'insaisissable, servant de « point d'appui pour la psyché » (Douville, 2008). Réduits à l'indifférence, les errants occupent via leurs corps la place d'un Réel, de sorte que les fréquentes scarifications cherchent à contenir l'excitation du corps, pouvant suggérer, dans le singulier d'un corps encore doté de capacités subjectives, une forme de résistance à la mort du sujet (Douville, 2004b).

Il est intéressant de noter que les marques corporelles sont souvent élaborées, comme l'a considéré Costa (2003), à partir de la remise du corps par le sujet à un Autre, par qui il se fait tatouer. Dans le cas des adolescents en situation de rue, ils assument généralement une position active devant cet acte. Il me semble que, face à la fragilisation d'une inscription symbolique, à l'inconsistance de l'Autre à produire sur eux une marque, ils essaient d'en générer au moyen de taches peu délimitées, peu nettes, qui provoquent des blessures et laissent des marques.

J'émettrai l'hypothèse que, contrairement à la marque produite par Renata, le nom de Vitor tatoué sur son bras, même si pareillement incrusté dans sa peau, renvoie à un autre registre, celui du trait unaire, constituant une quête de nomination symbolique qui l'enlace dans son histoire. « Il s'agit ni de se mutiler, ni d'attaquer mais de trouver une ligne de partage entre la puissance de l'informe et la promesse d'une forme du corps à venir » (Douville, 2008, p. 31).

7.4. « Je vais peindre la terreur ! » : « Eh bien, vois donc ça ! »

Dans l'errance, peut être lue une adresse entre l'acte et l'appel à l'Autre, nous amenant ainsi à interroger la place de la parole et de l'agir. « Là où la parole se défait, commence la violence » (Lacan, cité par Lebrun, 2008, p. 137). D'après Douville (2012), l'un des effets de l'errance est l'intensité de la rencontre avec ce qui est de l'ordre de l'impossible à traduire et à

symboliser, conduisant le sujet, à travers l'acte, à compenser les défaillances imaginaires pour qu'il puisse se sentir réel.

Selon Melman (2000), il existe quelque chose qui dépasse le caractère purement matériel du délit : celui-ci est symbolique d'un manque essentiel, d'un manque de prise par l'ordre symbolique qui remet en question la fonction du Nom-du-Père, au regard duquel le sujet se retrouve forclos, sans pouvoir se prévaloir de sa filiation, de son autorité.

Je me rappelle les propos du père de Vitor, dévêtant son fils de toute attache symbolique de filiation – « il est inhumain » ; « Il n'a pas tout le temps vécu ici ; il est parti quand il avait onze ans. Donc, il n'est pas mon fils ». Incapable de s'attribuer les insignes d'un père symbolique, l'adolescent a semblé ne pas avoir d'autre issue que de les chercher via des actes violents, persistant dans l'entrelacement entre celui qu'il met en scène et l'échec ou le refus de l'interlocuteur à se constituer adresse symbolique.

Pour Forget (2008), l'adolescent a pour risque psychique majeur de basculer dans des passages à l'acte, en s'éjectant d'une place ou d'un lieu qui lui est devenu/e insupportable. Dans le passage à l'acte, nous dit Lacan (1962-63/2005, p. 130), « le sujet se déplace pour échapper à la scène », se précipitant dans une fuite, dans une course errante au monde pur. Si cette course errante renvoie, de prime abord, au mouvement des « gamins de rue », quelque chose s'avère toutefois soutenir et ancrer leur vie, révélant un appel de ces adolescents en vue de s'inclure et s'inscrire dans la scène où ils agissent. C'est ainsi que j'ai entendu la menace d'un adolescent qui attendait pour rentrer dans l'institution : « Je vais peindre la terreur », menace me paraissant invoquer l'Autre pour être soit empêché de le faire, soit invité à témoigner de la terreur à peindre.

Comme l'a soulevé Lacan (1985b, p. 98), de quoi s'agit-il « quand un sujet humain s'engage à en faire un tableau, à mettre en œuvre ce quelque chose qui a pour centre le regard », offrant à l'œil quelque chose en pâture – « *Tu veux regarder ? Eh bien, vois donc ça !* ». Je rattacherai cette considération à une scène vécue au sein de l'institution, après avoir dû solliciter l'intervention de la police. Vitor et Tereu ayant affirmé attendre les agents ont, à l'arrivée de ces derniers, sauté par-dessus le mur puis, aux yeux de tous ceux présents, baissé leur pantalon, déféqué, puis se sont enfuis dans une attitude de mépris. « Mettre en œuvre » en portugais signifie *faire, construire, fabriquer, tramer*, mais aussi *évacuer, déféquer*. « *Tu veux regarder ? Eh bien, vois donc ça !* »

Rosa (1999) a souligné le manque d'implication des « gamins de rue » face à leurs actes, comme s'il n'y avait pas de sujet dans l'acte, forgé pour créer une scène dans le Réel qui ouvre la possibilité d'être parlé par l'Autre. Le « gamin de rue » semble alors viser et

impliquer l'Autre dans la responsabilité de son exclusion. Selon Melman (2000), quelque chose aux yeux de l'adolescent n'a pas été accompli et son agissement ne fait que répondre à cette faute, cette omission commise par l'Autre. C'est ainsi que j'ai appréhendé la résistance de Marcos face à une insupportable et inadmissible demande d'excuses – « comment je vais faire pour demander pardon moi, j'ai jamais demandé pardon ? Je demande pardon, le mec accepte là, c'est une chose que je n'aime pas... mais c'est difficile, tu sais ! ».

La distinction faite par Tyszler (2011) entre le problème de l'agir et de l'acte est pertinente. « Faire un acte c'est faire un acte de parole, c'est une décision [...] L'agir est autre chose, qui précisément est le produit d'une clinique pulsionnelle qui ne rencontre pas de réalisation dans un désir » (p. 33). Dans l'agir, « *cela* parle au lieu du sujet, soit la pulsionnalité parle » (p. 35). Pour Melman (2000, p. 51), si le sujet, à travers l'acte délinquant, prétendait qu'il s'agit d'un acte, cela lui conférerait un statut subjectif qui le fonderait enfin dans sa subjectivité.

Considérer l'acte en tant que tel comme un acte concernant les « gamins de rue », isolé de tout contexte qui les constitue, implique un refus de « décoller » le sujet de cette marque, limitant celui-ci à ce que l'on attend d'elle, et empêchant donc qu'au milieu d'« une pelletée de gens » puisse se distinguer le sujet. Malgré la destructivité présente dans la trajectoire de Vitor, c'est d'un acte de parole qu'il s'est agi quand il m'a demandé : « Pourquoi tu t'inquiètes tellement pour moi ? ». Une parole qui, chargée d'étrangeté, de haine et de désir, m'a semblé interroger l'institution quant à ce que celle-ci peut offrir au sujet en l'accueillant et en lui proposant un travail psychique, à partir duquel l'agir peut devenir l'acte d'un sujet engagé.

Partie III : « Tu es une fouilleuse d'ordures ! » : pour une clinique borroméenne

Chapitre 8 : « Pourquoi tu t'inquiètes tellement pour moi ? »

La trajectoire de cette thèse a été tracée sur la base de la réalité du « gamin de rue », en vue de mettre en évidence le sujet qui s'y trouve. Aussi, je suis partie de l'exclusion sociale, en y cernant l'errance ; dans ce mouvement d'errance, j'y ai identifié et analysé le « gamin de rue », notamment via certains aspects recouvrant aussi bien son arrivée dans la rue que ce qui en découle. À présent, je discuterai plusieurs spécificités de la clinique institutionnelle, dans l'optique d'une clinique borroméenne, et m'interrogerai sur ce qui, dans l'histoire de Vitor et celle de Marcos, permet de distinguer le ou les traits qui les singularisent.

8.1. Pour une clinique borroméenne

Penser une « clinique borroméenne » pour l'adolescent en situation de rue implique d'envisager des réparations des « lapsus du nœud », réparations qui font trou dans le Réel figurant la vie de ce public. Pour Sciara (2006), c'est au Réel que nous avons affaire et seule la parole permet de l'appréhender, même s'il reste insaisissable. C'est bien au Réel d'un corps morcelé que nous sommes confrontés lorsqu'une adolescente en situation de rue, âgée de 12 ans, avance à la psychologue : « tu es une fouilleuse d'ordures ! », nous offrant de réfléchir à la fonction visant à recueillir ces fragments de Réel et, ceux-ci se mélangeant généralement aux déchets recueillis dans la rue, à les recycler et les transformer.

Ce qui d'emblée s'impose, c'est le corps sans consistance dont les gestes ne permettent pas de discerner l'origine et la destinée ; « l'imaginaire du corps est alors saisi du risque permanent de sa propre chute, de son propre anéantissement » (Harly, 2010, p. 40). Face à la défaillance d'un référent symbolique, l'enfant précipite son corps, comme un corps perdu, dans une monstration à l'Autre (Forget, 2001).

Malgré la compromission de l'inscription symbolique, ce n'est pas uniquement du Réel qu'il s'agit, dans l'errance de l'adolescent en situation de rue, mais aussi d'un nouage inconsistant. Quelle clinique existe-t-il pour ce sujet ? À partir de quelle place l'intervention se fait-elle auprès d'un sujet qui se présente souvent à travers un agir destructif, une impossibilité de recourir à la parole, remettant en cause la clinique même, la place du psychanalyste, l'apport théorique qui soutient sa pratique ?

Pour Tyszler (2011), il faut outrepasser le champ ubiquitaire du signe, ouvrant des voies signifiantes pour que le clinicien puisse opérer. Douville (2013), lui, propose une

« clinique du Réel » qui offre au sujet – une fois celui-ci en mesure de faire confiance aux forces d'évocation de la parole sur le Réel – de contrer la dévastation de l'intime.

Il s'agit de savoir faire avec le Réel, de faire trou dans le Réel de la rue, de s'offrir comme référent symbolique en assurant l'appréhension imaginaire, le recours à la parole, nomination symbolique permettant au sujet de se compter comme *Un*. Avant que la parole n'opère comme recours symbolique, avant qu'à l'enfant ne soit posé l'interdit imposé par le nom, il est parfois requis, en intervention dans le Réel et pour « contenir » le corps, d'établir une barrière à l'encontre de la destructivité.

Dans la distinction entre les termes « interdiction » (*Verbot*) et « empêchement » (du verbe *verhindern*), Frej (2003) a souligné qu'empêcher implique une intervention provenant de ce qui échappe à l'interdiction ; un arrêt de l'action pour ceux qui dépassent les limites imposées par la culture. Cet empêchement fait office de coupure dans le Réel, délimitant des frontières afin d'assurer, dans le passage à l'interdit, la parole comme recours possible et suffisant pour contenir le sujet.

Ce n'est pas sans effort que le « renoncement » à l'agir se produit, la haine y occupant une place importante – la haine face à l'institution d'un espace de « dissymétrie irréductible » entre le sujet et l'Autre ; la haine d'une vie entière de relégation familiale et sociale ; la haine comme moyen de tester jusqu'où il est possible d'être supporté par l'Autre, sans être, encore une fois, expulsé par celui-ci, retrouvant, ainsi, chez l'Autre, un point fixe d'adresse possible.

Établir une adresse symbolique consiste à « convoquer » le sujet, au-delà de la cruauté qui délinée ses actes, à s'impliquer dans son histoire, à s'approprier un savoir sur soi. Il s'agit, pour Rosa (2012), de restituer un champ minimum de signifiants, référés au champ de l'Autre, qui puissent circuler, afin que le sujet soit en mesure d'articuler un appel, une demande, un positionnement dans sa propre histoire, reconstituant ainsi le champ fictionnel.

Relativement à la clinique borroméenne, la contribution de Darmon (2010) avance avec pertinence que, en termes de topologie, et ce malgré l'importance des découvertes historiques effectuées à l'occasion d'une analyse, l'essentiel n'est pas le fait lui-même ni la mémoire perdue et retrouvée, mais le déplacement du sujet par rapport à ce savoir. En ce sens, la demande de Marcos concernant la « carte mémoire » de mon magnétophone ne se rapportait pas nécessairement à ce qui était conservé en attente d'être lu, mais, surtout, à ce qu'il lui avait été possible, tout au long des rencontres, de construire. Cela nous renvoie ainsi à la proposition du Trait du Cas, dans la recherche d'un trait du sujet qui émerge, à partir d'une remémoration, d'une construction et des effets provoqués par cette construction.

8.2. Le tracé singulier de Vitor et de Marcos.

Vitor et Marcos assumaient un rôle actif dans la construction de leur fiction ; ils racontaient, à leur manière, leur origine, se souvenant, distordant, criant et niant des éléments. Cette fiction qu'ils ont construite a tracé des contours – peut-être les contours de l'errance même – permettant, dans la position subjective qu'ils assumaient pour raconter leur histoire, de s'y inclure, de se l'approprier, dans un tracé singulier dont le sujet est l'auteur.

8.2.1 *De la marque de l'exclusion...*

La construction de la fiction sur l'origine implique le retour à une enfance marquée par des situations traumatiques que la vie dans la rue « essaie » d'occulter ; la confrontation avec l'angoisse, découlant de la place attribuée par l'Autre, imprimant une « marque de l'exclusion ». Je considère cette marque comme un élément originaire qui, avec l'exclusion sociale, éjecte le sujet de la scène familiale.

D'une nomination réelle – « maudit », « mauvais », « inhumain », « marginal » – qui les expulse de la maison, on passe à une autre nomination réelle, parfois imaginarisée – « gamin de rue », « voyou », « sniffeur de colle » – qui les emprisonne, dans une stagnation, dans une continuité entre des termes qui s'équivalent. Ainsi, l'errance de l'adolescent en situation de rue va s'effectuer soit en corroborant la marque de l'exclusion, ayant dans la rue sa plus radicale expression, soit en faisant montre de résistance de la part du sujet, qui à cette marque essaie de s'opposer, dans la recherche d'une « adresse symbolique fiable ».

8.2.2. ... *au trait du nom*

Face à la marque de l'exclusion qui anticipait et déterminait la trajectoire errante de Vitor et de Marcos, un trait s'est imposé, le trait du nom ; un trait qui assure une transmission symbolique, le comptage et l'inscription du sujet dans une filiation. Bien que l'errance de l'adolescent relève d'une tentative, par le biais de l'anonymat, de se libérer des amarres des insignes de l'Autre, il s'agit également, dans de nombreux cas, d'une tentative d'inventer, à partir de son histoire, une marque qui le singularise. En ce sens, Vitor et Marcos ont fait appel à une nomination symbolique, à l'attribution d'un nom qui leur soit donné comme un don absolu ; un nom qui leur serve d'ancre et les place à un point déterminé de l'espace, comme avancé par Pommier (2013).

Face à ce que j'ai perçu du déplacement de Vitor et de Marcos, j'ai émis l'hypothèse que l'appel à un nom, parmi d'autres appels, constitue une réponse possible à la question qui a

motivé cette thèse : « quel point d'ancrage existe-t-il pour l'errance de l'adolescent en situation de rue ? ».

Là où la parole a échoué, causant d'importantes lacunes dans le nouage, Vitor et Marcos, chacun à sa manière, à partir de ce qui a fait trait dans leur histoire, ont construit, à partir de leur errance, une façon de « faire avec » la marque de l'exclusion, de s'imposer comme *Un*, de se lancer dans la tentative soit de s'ancrer dans un coin de l'espace, soit de s'éloigner du lieu qui leur avait été attribué, soit encore de construire, dans la relation avec l'Autre, une nouvelle position subjective.

8.2.3. Vitor - « *Pas quatre ans ! Mais quatre ans, huit mois et quinze jours !* »

Un point central dans l'histoire de Vitor est la fragilité des frontières et des limites entre l'intérieur et l'extérieur, entre lui-même et l'autre – qu'il s'agisse d'un autre jeune, de sa mère, du frère décédé, de celui qui l'écoute. Dans l'écoute de Vitor, la confrontation inhabituelle avec « l'errance » de la parole à laquelle il résistait, interrompant son discours quand il se rendait compte qu'il « s'abandonnait » – « Mais c'est bon là, on peut changer de sujet, car je sens que je me lâche ». Au fur et à mesure qu'il a commencé à consentir à l'errance de son discours, il est devenu possible d'aborder son errance dans la rue.

La marque de l'exclusion traversait toute la trajectoire de Vitor qui, expulsé, reproduisait et actualisait le lieu de sa propre exclusion en s'offrant comme un objet à éjecter. Un lieu, pour lui, optimisé dans sa définition de l'institution – un endroit « pour celui qui n'a pas de maison et dont la mère ne veut plus ».

À travers une intense destructivité, une désorganisation psychique et une force par laquelle il s'imposait, en opposition constante à l'institution, l'adresse de la haine et le ressentiment d'une expulsion antérieure, Vitor semblait à la fois vouloir de nouveau être expulsé et faire appel à son inscription en une autre place. Pour illustrer cela, je citerai l'épisode où, étant retourné vivre dans la rue, il est arrivé à l'institution, a provoqué via un conflit sa propre « expulsion » et, furieux d'y être interdit d'entrée, s'est mis à hurler : « Vous me prenez pour un crétin ! Je suis d'ici ! Pourtant, le mec arrive, c'est un ancien et on le rembarre ! ».

C'est par un « glissement » dans son discours que Vitor a laissé échapper ce qui allait constituer un fil conducteur pour l'intervention. Quand je lui ai demandé pourquoi je devrais être coupable de sa chute dans le bus, il m'a répondu : « Non. C'est bien ma mère qui est coupable de tout !? ». Cette construction a trouvé des réponses dans le discours de sa mère qui nous a fait nous heurter à une marque peut-être antérieure à celle de l'exclusion. Une

affirmation prononcée par celle-ci – « Vitor est à la place du mort » – m’a semblé déterminer, telle une destinée anticipée au début même de la trajectoire de ce fils, sa fin, celle d’une mort certaine.

La réponse de Vitor – « Seul un miracle pourrait faire qu’elle m’embrasse et ait un geste tendre » – au refus de sa mère de l’accompagner – « J’ai mes enfants à m’occuper, je ne peux pas y aller » – nous laisse à penser qu’il n’était vraiment pas envisagé que Vitor, occupant la place du mort, son défunt frère, soit inclus et pris en charge. « À la place du mort », Vitor confrontait sa mère avec l’innommable de la perte de son frère, de même qu’il la confrontait avec ce qui, par les cicatrices que tous deux portaient sur le crâne, constituait la mémoire d’une blessure ouverte, révélatrice d’invasions continues du corps, lesquelles, non symbolisées, provoquaient une indifférenciation entre eux.

Vitor incarnait le signe de la mort – par son agir, par ses menaces de mort proférées à l’encontre de l’institution et de son père, par la certitude d’une mort, espérée et redoutée par ses parents – « Il va mourir. En faisant ce qu’il fait, il va mourir ou se faire arrêter ». Était-ce depuis le « lieu du mort » ou depuis un « non-lieu » que Vitor errait ? « Vitor est à la place du mort » constitue une parole énigmatique de la mère, qui ne nous permet de la cerner dans l’histoire de Vitor qu’à partir de l’effet qu’elle a eu sur notre écoute.

Vitor portait un corps déchiré, « éparpillé » ; il s’exposait aux dangers de la rue, puisque, de la place du mort, il n’avait rien à perdre, même pas sa propre vie. Son errance, apparemment sans but certain, semblait ratifier la mort imprimée sur lui en même temps qu’il lui résistait. J’émettrai l’hypothèse qu’il était nécessaire pour que Vitor décolle cet insigne mortifère qu’il se montre à l’Autre depuis cette place pour en être retiré ; un appel qu’il émettait par le biais de la destructivité et de l’agitation, révélatrices d’un mouvement de vie.

C’est dans ce mouvement, marqué par une apparente continuité ininterrompue, que Vitor a introduit un marqueur dans le temps – celui du comptage des jours passés dans la rue – « Quatre ans, huit mois et quinze jours ! ». Je présume que le comptage a fait trou dans l’errance de Vitor ; un trait qui singularise le cas, qui nous a surpris face à la constatation que son comptage se termine, précisément, quatre ans après sa sortie du domicile familial, même durée que celle qui séparait la mort de son frère de sa naissance. Au bout de quatre ans, Vitor a donc essayé de naître une seconde fois pour sa famille. Un temps cependant désigné comme dépassé – « Nous avons dépassé le temps », ce qu’a confirmé sa mère, qui ne comprenait pas pourquoi Vitor persistait à dire « mais je suis encore un enfant », et son père, par cette surprenante construction – « Dix-sept ans et neuf mois dans le ventre de sa mère, c’est bon, il est adulte maintenant. Mais, il insiste pour parler de choses qui appartiennent au passé et qui

n'ont plus de sens ». Dans le recours au temps de Vitor, peut être entendu l'appel à un signifiant paternel qui le soutienne, puisque, en prenant le temps comme baliseur de son errance, sa précision faisait alors référence au métier de son père – horloger – travaillant à ce que le marquage du temps soit rétabli par chaque montre ou horloge.

L'appel au père, ainsi qu'à son insertion au sein d'une lignée lui assurant une filiation, a transparu, d'une part, dans sa plainte relative au fait qu'aucun des enfants ne porte le prénom biblique du père et, d'autre part, dans sa demande récurrente afin que je lui donne mes boucles d'oreilles – « S'il te plaît, donne-les-moi, comme de génération en génération, comme de père en fils ».

Face à ce qui s'impose comme l'immédiateté, l'intolérance à l'attente inhérente aux « gamins de rue », Vitor a élaboré une construction renversant la logique du temps dans la rue. J'ai noté que, par la confrontation avec son acte de naissance, l'intervention, souvent de contention et donnant lieu à la demande récurrente de mes boucles d'oreilles, a été élaborée, dans et avec l'institution, en termes de possibilité d'attente. Bien que dans un premier temps, Vitor ait eu tendance à imposer l'obtention des boucles d'oreilles, je considère que la conservation de son désir, mon refus de satisfaire sa demande et son accueil de la frustration de ne pas les obtenir a soutenu l'intervention, au moyen de laquelle il a tissé son histoire.

8.2.4. Marcos - « *La seule chose que j'avais, c'est que je n'avais peur de personne !* »

Malgré une timidité et une résistance initiales, malgré des moments de silence et un glissement presque ininterrompu d'un sujet à un autre, notre attention a été attirée par l'investissement de Marcos dans un espace de parole, par sa lecture critique sur la réalité des « gamins de rue », sur la vie au sein des institutions et des favelas. Lors de la première rencontre, trois éléments ont causé un impact dans l'écoute : sa réponse quand je lui ai proposé de parler de son histoire – « j'ai pas de famille, non » – ; la référence à un « pied dedans » et un « pied dehors » – or si « un pied est sur la ligne droite », il est appelé à la « partie dure et difficile » par l'autre pied – ; la violence et la souffrance – « si vous connaissiez ma véritable histoire, vous verriez que depuis petit je me fais baiser et je fais tout pour baiser les autres aussi ! »

Il s'agissait d'un rejet d'origine, déterminant, avant son errance dans les rues, une errance parmi les maisons et les noms, rendant impossible quelque assise en un point fixe. Était récurrente l'allusion au fait d'avoir été le seul enfant avec qui sa mère n'était pas restée, le seul « donné ». « Quand ma mère n'a plus voulu m'élever [...] elle ne me voulait pas, non. Elle m'a jeté, m'a donné à quelqu'un d'autre ». L'appel de Marcos à la légitimation d'une

autorité, à la présence paternelle m'a semblé expliquer son recours si accablant au délit, sédimentant son expulsion de la scène familiale. De là peut-être résulte la certitude que, une fois mort, « ça ne va manquer à personne... Je meurs sans rien, personne ne vient me voir ».

Entre l'allusion au fait qu'il se sente telle une « roue » et la référence à sa mère – « elle n'a plus rien voulu savoir de moi, depuis ce jour... depuis le jour où je tournais en rond dans la rue » –, se distingue, à mon avis, l'expression de la marque de l'exclusion, seule piste du désir de l'Autre. Depuis la mère qui l'a « jeté », Marcos se confronte à ce signifiant dans les institutions – « ils m'ont trimballé ici et là. Puis après, je me suis retrouvé ici ».

En plus de son départ « en tournant en rond dans la rue », Marcos a répondu à l'exclusion de la famille en l'excluant à son tour. Un usage particulier et emphatique du « non » a révélé un trait dans lequel Marcos s'ancre pour tenir son existence. Safatle (2014) suggère que le recours du sujet aux négations constitue, parfois, un langage plus apte à rendre compte de ses conflits. Rejeté par sa mère et sa famille, c'est donc elle que Marcos rejette – soit en « la tuant », « pour moi, ma mère est morte ! » –, soit en se servant d'une double négation – « je n'ai pas de mère, non » – soit, de façon curieuse, en niant une affirmation – « j'ai de la famille, non ». Face à un monde qui l'exclut, le « non » de Marcos apparaît comme une formule de représailles, d'où l'inadéquation à toute demande d'excuses, impossible pour lui – « je n'aime pas demander pardon ! Ah, ça non ! » ; « je pardonne pas ».

L'emploi excessif du « non » semble lui assurer une protection en laquelle il a besoin de s'ancrer, contre une évidente fragilité, révélatrice d'un adolescent seul, vulnérable, dans un monde où c'est « chacun pour soi » ; un adolescent qui, au moyen du « non », cache sa peur en la révélant – « La seule chose que j'avais, c'est que je n'avais peur de personne ! ... si le mec a peur ça va lui tomber dessus ». Comme l'enfant qui construit des choses imaginaires pour faire face à ses peurs, Marcos en a construit une lui semblant à même de lui assurer une garantie de survie : la référence à sa bonne position, à son prestige, au sein du trafic de drogue. Dans l'image omnipotente du « bras droit » des chefs du trafic, nous pouvons y voir la possible invention d'un personnage, le plus malin qui part d'où il veut quand il veut, à l'opposé de ce qu'il a vécu dans sa famille. Lui seul « a tourné », à lui seul n'ont pas été assurées la protection et la reconnaissance qu'il dit avoir rencontrées dans le trafic.

Une « grande confusion » résidait dans la manière dont il définissait son changement de nom, confusion qui l'a peut-être incité à entreprendre cette quête de construction et d'invention d'un nom, dans un travail de choix, de refus et d'appropriation de son prénom. D'un nom « collé », à l'époque de sa naissance, à un sujet jeté, Marcos trouvait dans le prénom « João », attribué par sa mère d'adoption, une nomination symbolique. Ce prénom lui

a pourtant été « arraché » à son retour chez sa mère biologique, confronté, encore une fois, avec le prénom « Marcos », accompagné d'une détermination, d'un « mot d'ordre » gagnant en force de marque – « devenir un marginal ». « Nommé à » être un marginal, à cette détermination, Marcos est parti pour l'errance, assumant l'identité de « gamin de rue » qui, remplacée par « dur de chez dur », a culminé avec son arrivée à l'institution. Nommé « Marquinhos du Net » par l'éducateur, Marcos semblait s'y reconnaître ; il s'identifiait à l'éducateur, via ce nom qui lui offrait une racine, un point fixe.

Il est toutefois intéressant de voir l'effet causé par l'étrangeté, pour Marcos, du prénom *Nanette* – « c'est *Non*, n'est-ce pas ? *Non-net* ? ». En même temps qu'il s'y identifiait, dans une espèce de filiation – « presque comme Marquinhos du Net » –, j'ai pu lire un « refus » du « net » offert par l'éducateur. Ce refus s'est d'ailleurs confirmé au moment où, lors de cette même rencontre, après avoir joué avec plusieurs noms, Marcos s'est nommé « Marcos João », une nomination symbolique construite par lui-même, attribuée par lui-même à lui-même, jonction et juxtaposition du prénom reçu de la mère biologique et de celui reçu de la mère d'adoption.

À ce moment-là, tandis que la rencontre avec sa famille approchait, Marcos a semblé ne plus avoir besoin de se soutenir au moyen du surnom « Marquinhos du NET », même s'il le portait avec beaucoup d'affection et d'identification à l'éducateur. C'est d'ailleurs en parlant de cette rencontre qu'il a griffonné son « M », décrivant le type de lettre qu'il avait inventé. Ensuite, il m'a questionnée au sujet de la carte mémoire du magnétophone et m'a demandé les piles de l'appareil qui avait rendu possible tout l'enregistrement de la construction de son histoire.

Dans la construction du cas, dans l'histoire de Marcos, je considère que la recherche persistante d'un nom, ainsi que le « non » qui insiste, ont tracé un mode singulier de nouage, faisant trou dans son errance. Son errance s'est confrontée à la précision du « non » qui résiste et opère une coupure dans ce continuum, permettant la délimitation des espaces, une plus grande référence à la temporalité, l'utilisation de diverses nominations dans la recherche d'un trait qui le singularise. J'avancerai que, pour celui qui tournait en rond, la recherche d'un nom a constitué une tentative d'invention singulière, la construction d'un lieu par lui habité, un abri, un ancrage.

8.3. « Entre » le « gamin de rue » et le sujet, un littoral

Il a été souligné l'importance de la parole, de l'institution en tant qu'aide étrangère qui, introduisant des coupures dans la continuité psychique, impose des obstacles à la dérive

pulsionnelle, délimite des frontières entre les espaces. Au fil de cette thèse, le mot « entre » s'est imposé à l'écriture, m'incitant à le reconnaître comme un aspect fondamental dans la clinique auprès de l'adolescent en situation de rue. La notion d'adresse elle-même implique le sujet qui s'adresse, l'Autre comme destinataire et l'espace « entre », à travers lequel la parole circule.

Comme exposé ci-avant, Douville (2008) définit la rue comme « un pur 'entre' qui ne rejoint rien, le point le plus radical du lieu lui-même ». Je suggérerai, à partir de l'histoire de Vitor et de celle de Marcos, que l'errance peut être un appel, dans ce « pur entre », à quelque chose qui lie et qui ancre le sujet. Entre le « gamin de rue » et le sujet existe donc un hiatus, non pas un abîme insurmontable, mais un espace « entre » qui permet le passage, repérant le sujet dans l'espace et dans le temps.

Quand Marcos a parlé de la rupture avec sa famille, il a attribué une certaine étrangeté à son arrivée dans la rue – « c'était un peu bizarre... un tas de gens que je ne connaissais pas ». Dans ce départ du domicile pour la rue, quelque chose se perd du répertoire de signifiants qui circulent dans le milieu familial ; quelque chose de la langue se raréfie, et le sujet adhère à un code de survie de la rue. Il ne s'agit pas d'un passage de la langue au code, du familier à l'étranger, mais d'une rupture, d'un lancement de soi dans le « pur entre ».

En s'offrant comme une adresse pour le sujet, l'institution permet un recouvrement de l'histoire, occupant une place « entre » le familier et l'étranger de la rue, entre le « gamin de rue » et la famille, ce qui n'implique pas forcément un retour au domicile, sinon un retour à l'origine, en vue d'une appropriation des signifiants lui permettant de se construire.

Comme l'a proposé Douville (2008), pour qu'une intervention clinique auprès de l'adolescent en errance se produise, il faut lui assurer « un point d'appui, un point fixe » (p. 58). Il s'agit de construire un espace « entre », qui permette une coupure entre Vitor et « Vitor est à la place du mort » ; une différenciation, dans la « pelletée de gens », entre un adolescent et un autre ; une limite entre la rue et l'institution ; un dépassement de l'agir par la parole, de l'empêchement par l'interdiction, de « l'exil de l'intime » par « l'exil intime », de la nomination réelle par la nomination symbolique, de l'errance par un point d'ancrage.

C'est dans la limite que je situe l'institution ; dans la coupure opérée par la parole, dans le libre écoulement de l'énergie pulsionnelle, instituant des frontières entre les espaces psychiques ; une coupure symbolique qui fait trou dans le Réel, contenant son invasion. Dans la proposition lacanienne relative aux réparations des lapsus du nœud, l'institution, dans l'espace « entre », constituerait-elle un point d'intersection, de nouage entre le sujet, la rue et

la famille ? L'institution aurait-elle, en tant que « point d'ancrage » pour le sujet, la fonction de nomination symbolique, de suppléance du quatrième rond qui assure le nœud borroméen ?

Il est également question de faire face à la subtilité concernant les limites, les frontières et les bords. Dans le mouvement de la *Aufhebung*, l'aide étrangère opère une coupure dans la libre circulation de l'énergie de l'organisme, délimitant des frontières et créant des espaces psychiques. Dans le nouage, ce qui maintient ensemble les ronds, c'est l'entrelacement rendu possible par le trou que chacun fait dans l'autre, de telle sorte que les registres s'interpénètrent. *Lituraterre* (Lacan, 2003) offre une abondante lecture quant à la clinique borroméenne auprès de l'adolescent en situation de rue. À la différence de la frontière – qui, « à séparer deux territoires, en symbolise qu'ils sont égaux pour qui la franchit, qu'il y a entre eux un dénominateur commun » (p. 18) –, il y a, dans le risque de la rature qui délimite le littoral, une rencontre d'hétérogènes, Mer et Terre.

Face à l'immensité de la mer, « Que sentir face à un scénario excessif ? [...] Quelle écriture nous exige cette responsabilité de lire ce qui est devant nos yeux ? » (Sousa, 2007, p. 244). Il s'agit de la rature, du littoral qui témoigne et permet de « lire ce qui est resté écrit dans le sable, après que l'eau a lavé et enlevé le texte » (p. 239). Il faut raturer le paysage, faire terre, soutenir le sujet dans l'écriture et l'effacement du trait, contenir l'avancée de la mer, à laquelle la terre résiste.

Dans l'immensité de ce Réel qu'est la rue, c'est de la recherche d'un littoral qu'il s'agit, d'une intervention qui puisse contenir l'invasion et l'écrasement du Symbolique et de l'Imaginaire par le Réel. Le littoral permet, de cette façon, un passage de la « marque de l'exclusion » à la rature d'un trait, d'où la possibilité, comme suggéré par Sousa (2007), d'instaurer le déséquilibre, une interruption dans le continuum du présent auquel il faut résister. La notion de mouvement est mise en avant et le concept de transgression s'impose.

Pour prioriser la dimension de la création et de l'action inventive de la transgression, je souhaite avoir recours à la proposition faite par Sousa (2004) qui essaie de défaire des frontières et nous pousse vers des espaces que nous évitons de voir. En interrompant le flux des logiques instituées, la transgression révèle l'envers des « vérités », actionne l'informe comme une force capable de changer des positions, ouvrant d'autres espaces de signifiants qui permettent d'autres géographies de monde.

Une transgression qui essaie de « sauver » de l'immensité de la mer, de la prédominance du Réel ; qui résiste à l'expulsion du sujet ; qui questionne et dépasse l'institué et le savoir qui le guide. Une transgression, cependant, comme possibilité inventive et acte de résistance de l'adolescent en situation de rue et de celui qui s'occupe de lui. Résistance à la

mort subjective (Douville, 2004c), ce qui impose l'accueil des signaux de vie des exclus afin que l'errance ne soit pas prise comme un simple échec du lien, mais appréhendée comme un pari fondateur d'un lien possible, à partir de ses fonctions psychiques et des souffrances psychiques auxquelles elle répond (Douville, 2008).

Soutenir une intervention clinique auprès du « gamin de rue » impose un bouleversement de la logique de l'exclusion sociale qui le bâillonne. Elle implique le pari qu'il y a un sujet, en dépit de la « pelletée de gens », de l'impératif capitaliste qui l'enserme dans la position de « déchet ». L'écoute psychanalytique est « transgressive par rapport aux fondements de l'organisation sociale et implique une rupture du lien qui évite l'écoute du sujet du désir » (Rosa, 2004b, p. 159). Il s'agit d'un positionnement éthique et politique qui insère l'adolescent en situation de rue dans son histoire, laquelle, quoique obscurcie par le vécu de la rue, la surpasse et inclut l'adolescent, à partir des traits qui le constituent, dans le champ du désir.

En réponse à l'invasion de la mer, il y a l'écriture des ratures, la construction d'un littoral qui assure une bande de terre pour contenir son avancée, qui permet au « gamin de rue » de tenir ferme sur ses pieds, l'empêchant de se noyer. Entre la mer et la terre, le littoral ; entre le sujet et son écriture, le trait qui le singularise. Dans la rature, un sujet désirant qui se montre ; dans ce trait qu'il construit, le trébuchement dans l'intervention, avec l'inconnu de la clinique ; dans l'effet provoqué par l'inscription de ce trait, un embarras à dénouer dans la recherche. Une construction – de Vitor, de Marcos, de l'institution, la nôtre – qui résiste et transgresse le caractère institué de l'exclusion, du savoir, des pratiques sédimentées, cherchant, à travers un acte inventif de création, des points d'ancrage qui permettent d'instituer un « entre » qui noue, qui fait lien social. Une écriture, celle du sujet, qui dicte une interruption de l'errance, par laquelle, souvent, le sujet, dans un mouvement de vie, insiste et résiste, invoquant chez l'Autre de nouvelles possibilités de voir.

« Le moment de conclure »

Trois choses restaient du *tout* : la certitude qu'il était toujours en train de commencer, la certitude qu'il était nécessaire de continuer et la certitude qu'il serait interrompu avant de terminer. Faire de l'interruption un nouveau chemin. Faire de la chute un pas de danse, de la peur un escalier, d'un rêve un pont, de la recherche une rencontre (Fernando Sabino).

« Quel point d'ancrage existe-t-il pour le sujet adolescent en situation de rue ? » Telle est la question qui a conduit toute la construction de cette thèse, soulignant, depuis le début de celle-ci, qu'il est possible, en dépit d'une situation d'extrême violence, d'exclusion, de déchirement et de destitution symbolique, de soutenir le pari qu'il y a là bien un sujet. Un sujet à même – avec beaucoup de sensibilité et d'appropriation de la réalité vécue – de nous offrir des paroles qui ont été reprises, plusieurs fois ici, en guise de titres et sous-titres. C'est donc de la bouche d'un sujet que nous avons entendu et écouté : « une pelletée de gens », « un tas de vautours », « un porc (...) parmi les ordures », « vas-y, éclaire-moi pour voir », « tu es une fouilleuse d'ordures », « où est la carte mémoire ? », « pourquoi tu t'inquiètes tellement pour moi ? », « je tournais en rond dans la rue »...

C'est en soutenant ce pari sur le sujet que j'ai pu offrir un lieu privilégié à Vitor et à Marcos, à mesure que le parcours de mon écriture suivait les traces de la trajectoire de chacun. Une écriture de la clinique, une écriture clinique – animée par le désir et par les effets de l'écoute – qui n'a été rendue possible que dans le consentement des faux-pas de l'intervention ; dans *la mise à nu* du savoir préalablement institué – sans pour autant oublier la rigueur théorique – ; et dans le fait de se laisser interroger par des histoires, souvent difficiles à écouter. Pour suivre le fil conducteur de la trajectoire errante de Vitor et de Marcos, il a été nécessaire d'*errer* – errance inhérente à la recherche –, cela ayant exigé des décentrages, des surprises fertiles imposant des constructions continues, des déconstructions et des reconstructions.

Les élaborations réalisées tout au long de cette thèse, à partir de la construction des cas cliniques, corroborent le travail pertinent d'Olivier Douville, ainsi que mon choix d'avoir fait de l'errance la thématique centrale de cette recherche, dans la mesure où je considère que c'est dans ce déplacement que le sujet – selon sa rencontre avec « une adresse symbolique fiable », avec « un point d'appui » pour le psychisme – peut, ne serait-ce qu'un peu, apparaître. C'est pourquoi j'ai pris appui sur la proposition de Douville (2008) de ne pas prendre l'errance pour une approche déficitaire du sujet, pour un simple échec du lien social, mais de prioriser ses fonctions psychiques. De même, j'ai eu recours aux propos de Lebrun

(2010) car celui-ci avance que l'errance peut constituer une défense ou une invention du sujet, une tentative d'échapper à l'écrasement du désir, de l'anonymat, de la place à laquelle il a été nommé.

Ainsi, j'ai soutenu, dans cette thèse, la position que l'errance, même si elle renvoie à la radicalité de l'expulsion du sujet, du non-lieu et de la dérive, peut également consister en un mouvement de résistance qui ancre la vie, une prise de position du sujet, dans sa recherche d'un possible espace d'adresse, lui permettant de se distinguer de la « masse indifférenciée » des « gamins de rue ». Or, pour ce faire, le questionnement et la recherche d'un point d'ancrage du sujet ne peuvent être mis en évidence qu'au cas par cas, ce point qui singularise l'adolescent en situation de rue.

Par conséquent, le Trait du Cas a constitué un autre choix pertinent pour ma recherche, la construction du cas clinique offrant de mettre en évidence le sujet, via ce qui, dans le transfert et la confrontation aux « embarras à dénouer », émerge comme un trait, une « surprise d'un effet de sujet ». Vitor et Marcos ont soulevé des questions singulières – concernant la construction du discours, le rapport au temps et à l'espace, la force de vie et la résistance, pas toujours flagrante dans l'univers des « gamins de rue » –, lesquelles m'ont probablement motivée à choisir leur histoire pour constituer les cas cliniques de cette thèse. Bien que Vitor et Marcos m'aient permis d'élucider la question de l'errance, je ne prétends pas pour autant avoir fourni quelque solution généraliste pour ce public, mais plutôt, par ce qui constitue une construction singulière dont le sujet est l'auteur, rendre visible la réalité du « gamin de rue » au moyen d'approximations et de distanciations.

La *Aufhebung* freudienne et la topologie lacanienne du nœud borroméen, identifiées dans cette thèse comme des « opérateurs théorico-cliniques », ont constitué des champs fertiles venant soutenir, avec le Trait du Cas, une manière singulière pour le sujet d'inventer. Ainsi, face à une réalité marquée par une fluidité sans point d'ancrage, un manque de clarté entre les frontières, une dilution qui effiloche le temps et l'espace, une trop grande exposition du Réel, « chacun tisse son nœud », comme proposé par Lacan (1973-74/2010a).

En dépit de la « pelletée de gens » et de la rencontre nécessaire avec un référent symbolique – son absence jetant dans le vide les appels du « gamin de rue » –, il existe un mouvement propre au sujet qui peut faire de son errance un tracé d'expérience singulière. Sur le chemin balisé par différentes thématiques évoquées dans la construction du cas, dans ce qui se distingue comme le trait du cas, quelques points d'interrogation sont venus se poser, soutenant la tension nécessaire, dans la clinique et la recherche, entre l'universel et le singulier (Vorcaro, 2010a).

En discutant de l'exclusion sociale, par exemple, je me suis vue confrontée à une exclusion du sujet – le renvoyant au lieu psychique qui, à l'origine, lui était attribué. J'ai donc abordé l'exclusion de Vitor et de Marcos en termes d'expulsion de la scène familiale, celle-ci ne leur ayant pas permis de se situer dans le désir de l'Autre, de s'ancrer dans une filiation symbolique, d'où la proposition, dans ce passage entre l'exclusion sociale et celle du sujet, d'une « marque de l'exclusion ». Dans ce scénario, la nomination et le nom propre ont été mis en évidence, dans ma rencontre avec ce qui, au sein de l'errance de Vitor et de Marcos, a révélé un appel à l'attribution et à l'appropriation d'un nom, afin d'y trouver une ancre capable de les établir en un point donné de l'espace. Un nom, une nomination symbolique qui, bien que non assurée par l'Autre, a constitué, d'une certaine façon, un travail psychique de construction et d'invention mené par les deux adolescents.

Je rappelle, concernant ce point, mon questionnement au sujet de l'opération adolescente, en tant que temps logique de construction du fantasme, face à la constatation de la destitution d'une consistance imaginaire de l'Autre qui, jusqu'alors, ancrerait le sujet. Je souligne d'ailleurs que cette consistance semble ne jamais avoir été assurée au « gamin de rue », ne lui ayant été offerts ni le temps, ni l'espace, ni les ressources psychiques nécessaires à la construction de son histoire. Pour précision, bien que située dans le temps chronologique de l'adolescence, la rupture avec la famille se fait, pour beaucoup, dès l'enfance. S'est-il donc agi d'un passage vers la scène sociale ou d'une rupture radicale, à partir de laquelle il est devenu nécessaire, pour Vitor et Marcos, de recourir à une période infantile pour construire une fiction première ? Toutefois, même en configurant une construction précaire, quelque chose de l'ordre du travail psychique a opéré dans l'errance, nous permettant d'envisager la construction de la fiction comme un possible point d'ancrage pour le sujet.

J'ai ajouté à la mention de ce travail psychique celle du rapport singulier au temps. Bien que, dans la réalité du « gamin de rue », il y ait une continuité du temps, sans rythme ni marqueurs qui balisent la vie humaine, Vitor et Marcos ont fait également du temps un point d'ancrage, comme nous l'avons vu avec le comptage de Vitor et avec l'utilisation de Marcos des temps verbaux qui lui ont permis, même sans précision, de se situer dans son histoire. C'est ainsi que naît une dialectique, vu que s'est également identifiée chez ces jeunes l'immédiateté concernant la survie dans la rue, la fluidité sans aucun ancrage dans l'errance de Marcos, qui « tournait en rond dans la rue ».

Il s'agit d'une dialectique qui nous impose, une fois encore, une problématisation nécessaire – même si cela reste une question ouverte – quant à ce que nous

avons discuté, notamment autour du « pur entre », de l'exclusion radicale du sujet, de la coexistence de la vie et de la mort dans la trajectoire de Vitor.

Si, d'une part, le « pur entre » définit bien la cruauté, la destitution symbolique, la déshumanisation du sujet, j'ai pu voir, par exemple, dans le comptage que Vitor faisait des jours depuis lesquels il était loin de sa famille, que quelque chose de l'ordre d'une référence familiale, d'une filiation – même non symbolique –, a permis la construction, par lui, réalisée. Tandis que jeté dans le « pur entre » qu'est la rue, quelque chose lui permet d'y échapper ; en même temps qu'il résistait à la « place du mort », dans la rue, c'est également à une mort symbolique et à la possibilité imminente d'une mort réelle que Vitor s'est confronté. Et, alors que sa demande relative aux boucles d'oreilles faisait appel à une filiation, c'était parce qu'il s'agissait, pour lui, d'inscrire quelque chose d'un trait antérieur – même si dans le Réel de l'objet donné par son grand-père – que Vitor a pu faire cette demande.

Bien qu'« expulsé » comme un « mauvais élément » – dans le cas de Vitor –, comme un « marginal » – dans le cas de Marcos –, tous les signifiants qui leur ont été transmis n'ont peut-être pas désigné une exclusion radicale – même si, dans la rue, c'est bien de la radicalité d'une exclusion qu'il s'agit. Reste donc ouvert le questionnement suivant : bien que d'une manière inconsistante et précaire, il y a un fil qui, de façon minime, les conduit et les soutient. Un fil, non complètement rompu encore, qui sait, qui peut avoir été accroché ou tissé par eux, leur permettant « d'échapper » à la stagnation qui configure les errances les plus radicales – comme nous l'observons chez certains « gamins de rue ».

J'insiste sur l'importance de la construction et de la créativité dans la trajectoire de Vitor et de Marcos, corroborant la fonction psychique de l'errance, tout comme le pari sur le sujet, dans la rencontre nécessaire avec l'Autre. Au sein de la figure de l'institution, en tant que référent symbolique, une clinique s'est imposée à ma pratique. En effet, dans la rencontre avec des adolescents marqués par la cruauté du Réel de la rue et de toute une histoire de violences et d'envahissements dans le Réel du corps, c'est le Réel qui insiste et qui s'impose à l'écoute, de telle manière que la clinique ne se soutient, à mon avis, qu'en l'incluant dans la scène. Je me suis donc pleinement tournée vers la proposition d'une clinique borroméenne pour l'adolescent en situation de rue. Cette clinique met en évidence l'importance de la coupure opérée par la parole dans la création d'espaces psychiques, la possibilité de suppléance aux lapsus du nœud, de nouage entre le sujet, la famille et la rue.

Par conséquent, je mets en exergue l'institution comme un possible – souvent essentiel – point d'ancrage pour le sujet ; une adresse qui a permis, par exemple, toute la construction réalisée par Vitor, ainsi qu'un arrêt dans le mouvement errant de Marcos. « Possible » parce

que, même si dans l'espace « entre », permettant notamment le dépassement de la marque de l'exclusion par le trait du nom, elle se fait « entre », nouant et légitimant d'autres points possibles d'ancrage. Je considère comme très pertinente la mise en garde faite par Douville (2010, p. 84) quant à la prudence nécessaire face à la difficulté, chez certains professionnels, de résister à une « position mégalomane » – « [...] d'être enfin, et pour la première fois, le premier autre sur lequel ils peuvent compter. D'être enfin, et presque pour la dernière fois, l'autre ultime, celui qu'ils cherchaient, sans savoir qu'ils le cherchaient ».

Je comprends la réserve à l'égard des politiques publiques et des pratiques institutionnelles, soulignant le consentement nécessaire que, pour agir comme une « aide étrangère », il faut, en tant que travailleur social, être également soumis à la coupure qui entrave la jouissance sans restriction. Une coupure qui, en tant qu'intervention, interdit social, est constitutive de l'humain, ne devant pas être confondue avec la mutilation sociale à laquelle une partie de la population est assujettie. La mesure de l'efficacité passe donc par la reconnaissance de cette intervention qui humanise politiques et pratiques, permettant, ainsi seulement, d'appréhender les « gamins de rue » en tant que sujets porteurs de droits et de devoirs, non réduits à de simples réceptacles, au niveau du besoin.

Face à ce dont nous avons discuté, je mets maintenant en avant la question du titre de cette thèse. Conformément à ce que nous avons vu, dans le quatrième chapitre, la pluralisation du Nom-du-Père a impliqué que ce n'est plus un unique signifiant qui s'imposerait comme une référence pour tous, mais plutôt ce qui constitue un point de limite pour chacun – « non plus le même Père pour tous, mais à chacun le sien » (Lebrun, 2010, p. 87). De la même manière, je suggère de pluraliser le « point d'ancrage », puisque Marcos comme Vitor m'ont fait me heurter – dans la référence au temps, à l'espace, au nom, à l'institution, à la fiction – à des « points » d'ancrage. Pour chacun, dans ce qui les distingue de la « pelletée de gens », il est possible et nécessaire de penser à une trajectoire propre ; pour chacun, donc, un ou plusieurs point(s) d'ancrage.

À la fin de cette recherche, je me suis confrontée à ce que je considère donner de la vie et faire avancer la clinique : le trou dans le savoir et les pierres d'achoppement auxquels j'ai dû faire face. Pour certains d'entre eux, la découverte de réponses possibles ; pour d'autres, des questions ouvertes qui nous lancent vers de nouvelles constructions. Il demeure le désir que les préoccupations avec lesquelles j'ai conclu mon travail d'écriture puissent permettre d'avancer vers de nouvelles élaborations. Le désir, au terme de ce travail, d'accomplir la « fonction politique de l'écriture » (Rouzel, 2009). Il s'agit de conjuguer le savoir-faire avec le faire savoir, en permettant, via la transmission de ce que la clinique nous

enseigne, la consolidation de politiques publiques et la construction de pratiques cliniques qui parient sur le sujet.

Il s'agit d'un pari sur le « gamin de rue » qui exige de dépasser et de transgresser ce qui est institué socialement ; qui exige de rompre le pacte du silence qui nous protège – non pas via la différence absolue entre inclusion et exclusion, mais via ce qui dans ce « sujet exclu », qui pour être, en quelque sorte, semblable, a besoin de payer le prix de l'exclusion, de l'indifférence, de l'humiliation –, nous confronte avec ce qu'il y a de plus vulnérable et menaçant chez l'humain. Je reprendrai l'allusion par laquelle j'ai débuté l'introduction de cette thèse, celle au texte de Kafka – qui situe le lecteur dans la position inconfortable du jeune Gregor –, et soulignerai le caractère véritablement menaçant de la confrontation avec l'extrême de la violence, de la dégradation et de la destitution de l'humain ; la confrontation avec cet humain, quoique « déchet » à exécrer ; avec cet insecte qui, par la métamorphose, expose, de manière béante, ce qu'il y a de plus étrange, mais de plus vulnérable et familier dans l'humain.

Par conséquent, au-delà d'une clinique qui accueille le sujet, l'engagement éthique et politique que provoque, chez l'autre, le consentement nécessaire à rompre avec les amarres et avec un abîme qui se fait, souvent, infranchissable entre le « gamin de rue » et le sujet du désir. Parmi ce qui a été rendu possible dans cette recherche, je mettrai à l'honneur l'acte inventif de création qui résiste et transgresse ce qui est institué de l'exclusion, du savoir, des pratiques sédimentées, recherchant, dans le littoral, un morceau de terre ferme pour le sujet, des points d'ancrage qui permettent, dans le « pur entre » ou, au-delà de celui-ci, d'instituer un « entre » qui noue et fait lien social.

Face au parcours, aux mésaventures, aux trébuchements et aux progrès rendus possibles au fil de cette thèse, je me permettrai de dire que, puisque passés « l'instant de voir » et le « temps de comprendre », vient maintenant « le moment de conclure ». « Moment de conclure », en plein désir que dans ce qui s'est fait insaisissable s'ouvrent à la recherche maints autres « instants de voir » – à travers une errance nécessaire dans la clinique et dans la recherche – de nouveaux trébuchements et points d'ancrage pour le faire clinique.

À Vitor et Marcos, j'adresserai mes remerciements et ma reconnaissance pour ce qui, dans leur errance et dans la confiance investie dans mon écoute, a permis d'ancrer et de guider mon écriture ; l'expectative que la fiction construite, à partir des effets de cette écoute en moi, ait bien souligné des traits importants de leur histoire ; le désir que Vitor ait trouvé davantage de vie, en dépit de la mort ; et celui que Marcos n'ait plus besoin de « tourner en rond dans la rue ». Entre l'illusion et le pari, misons sur le pari !